

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Jorge Antonio Salgado Salhani

JORNALISMO PARA A PAZ E OS REFUGIADOS SÍRIOS

BAURU
2019

Jorge Antonio Salgado Salhani

JORNALISMO PARA A PAZ E OS REFUGIADOS SÍRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus Bauru, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Professora Doutora Raquel Cabral.

BAURU
2019

S164j

Salhani, Jorge Antonio Salgado

Jornalismo para a paz e os refugiados sírios / Jorge Antonio Salgado Salhani. -- Bauru, 2019
208 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru

Orientadora: Raquel Cabral

1. Jornalismo. 2. Estudos para a paz. 3. Refugiados. 4. Oriente Médio. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Jorge Antonio Salgado Salhani

JORNALISMO PARA A PAZ E OS REFUGIADOS SÍRIOS

Área de Concentração: COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA

Linha de Pesquisa: PROCESSOS MUDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Raquel Cabral (presidente e orientadora)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

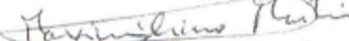
**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JORGE ANTONIO SALGADO SALHANI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.**

Aos 29 dias do mês de agosto do ano de 2019, às 09:30 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professora Doutora RAQUEL CABRAL - Orientador(a) do(a) Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP - Bauru/SP, Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Doutor MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA do(a) Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional / Universidade Federal da Paraíba, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JORGE ANTONIO SALGADO SALHANI, intitulada **Jornalismo para a paz e os refugiados Sírios**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Professora Doutora RAQUEL CABRAL



Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE



Professor Doutor MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA



AGRADECIMENTOS

Os mais de dois anos levados para a conclusão desta dissertação não teriam se desenrolado tão bem sem a presença de algumas pessoas em minha vida, às quais enormemente agradeço.

Rita e Jorge, minha mãe e meu pai, primeira e principalmente, por acreditarem em mim e por serem os maiores exemplos de amor e carinho que eu poderia ter. Obrigado por me darem segurança, em todos os sentidos possíveis.

Meus amigos, por cada história, cada risada, cada abraço. Nunca me esquecerei desses momentos. Espero que encontremos, nas correrias de nossos futuros, tempo para criarmos juntos mais memórias.

Professora Raquel, por me ajudar a lapidar este trabalho, pela confiança e por todo apoio desde a minha graduação. Professora Roberta Maschietto e professor Max, pelas pertinentes contribuições na minha banca de qualificação. Professor Marcos Alan, por ter aceitado participar da minha banca de defesa, juntamente ao professor Max, a quem agradeço novamente.

Professor Ignacio Álvarez-Ossorio, que amigavelmente me recebeu na Universidad de Alicante, na Espanha, para a realização de um estágio de pesquisa.

Deixo meu agradecimento, também, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento essencial a esta pesquisa (processo nº 17/10107-8) e ao estágio no exterior (nº 18/12829-3).

E à UNESP, especialmente à Seção de Pós-Graduação da FAAC, por todo apoio técnico e por ser um exemplo, mesmo com as adversidades, de universidade pública gratuita, de qualidade, que faz pesquisas importantes e forma profissionais competentes. Que assim continue sendo no futuro.

RESUMO

O jornalismo para a paz (*Peace Journalism*) é um conceito que nasce a partir dos Estudos para a Paz (*Peace Studies*). Neste âmbito, são pensadas em maneiras pelas quais as práticas jornalísticas podem colaborar para a desconstrução das estruturas de violência, representando o interesse público e fortalecendo a democracia e uma cultura de paz. Neste estudo, tomando como objeto o caso das movimentações de refugiados sírios a partir do ano de 2015, foi conduzida uma análise de conteúdo de matérias dos sites de notícias G1 e Al Jazeera English (AJE) utilizando o jornalismo para a paz como suporte metodológico. As categorias de análise incluem tipologia de violência, contextualização sociopolítica, progressão temporal, utilização de fontes, terminologia, iniciativas de cultura de paz e adaptação e cultura dos refugiados. Os resultados das análises de 104 unidades de informação mostram que há, nos dois veículos jornalísticos, a presença tanto de elementos do jornalismo para a paz quanto do modelo do jornalismo de guerra ou violência, teoricamente oposto ao *Peace Journalism*. Por exemplo, ambos os sites dão destaque a matérias que têm a violência estrutural em primeiro plano e trazem informações sobre o contexto social e político relacionado ao tema dos refugiados. Em contrapartida, uma análise detalhada indica que essa contextualização é feita de maneira breve. Em relação às fontes, as matérias da AJE são as que mais incorporam depoimentos de autoridades políticas. No G1, apesar de essas fontes também serem frequentes, existe uma estratégia de dar proximidade ao tema dos deslocamentos a partir de matérias sobre casos de refugiados no Brasil, cujas fontes mais utilizadas são as próprias pessoas afetadas pelos conflitos.

Palavras-chave: Jornalismo para a paz; Refugiados; Síria; Violência.

ABSTRACT

Within the context of Peace Journalism, as a concept that emerges from the Peace Studies, this research investigated in which ways the journalistic activity can assist in deconstructing the structures of violence, hence representing public interest and strengthening democracy and a culture of peace. The present study performed a content analysis of news websites Brazilian G1 and Qatari Al Jazeera English (AJE) based on the Peace Journalism framework. The case of the Syrian refugees movements from 2015 on was the main theme of the analyzed news stories. The categories of the content analysis were typology of violence, sociopolitical context, timeline, usage of sources, terminology; culture of peace initiatives, and adaptation and culture. The results of the analyses of 104 stories show that in both websites there are elements of Peace Journalism, as well as War Journalism's ones - the latter theoretically opposes the Peace Journalism framework. For instance, G1 and AJE prioritize news that foregrounds structural violence, and include in their content information on social and political conjuncture of the Middle Eastern refugees case. Nevertheless, a detailed analysis shows that this contextualization is not covered in a thorough manner. Regarding the sources, AJE stories are the ones that incorporate statements from political authorities the most. Although those sources are also frequent on G1, in this website there is a strategy to bring the displacement issue closer to the Brazilian reality. It can be seen in stories that deal with the arrival and life of refugees in Brazil, in which the most common sources are people who have somehow been affected by conflicts.

Keywords: Peace Journalism; Refugees; Syria; Violence.

RESUMEN

El periodismo para la paz (*Peace Journalism*) es un concepto que nace desde la Investigación para la Paz (*Peace Studies*). En este ámbito, son pensadas en las maneras por las cuales las prácticas periodísticas pueden colaborar para la deconstrucción de las estructuras de violencia, representando el interés público y fortaleciendo la democracia y la cultura de paz. En esta investigación se ha desarrollado un análisis de contenido del sitio web de noticias brasileño G1 y del catarí Al Jazeera English (AJE) basado en el modelo teórico del periodismo para la paz. El caso de los desplazamientos de los refugiados sirios desde 2015 fue el tema principal de las noticias analizadas. Las categorías del análisis incluyen tipología de violencia, contextualización sociopolítica, progresión temporal, utilización de fuentes, terminología, iniciativas de cultura de paz y adaptación y cultura de los refugiados. El resultado del análisis de 104 noticias muestra que hay en los dos sitios web tanto elementos del periodismo para la paz como del periodismo de guerra o violencia, modelo que se contrapone teóricamente al primero. Por ejemplo, ambos priorizan noticias que tiene la violencia estructural en primer plano y incluyen en sus contenidos informaciones sobre el contexto social y político relacionado al tema de los refugiados. Sin embargo, un análisis detallado indica que esta contextualización es hecha superficialmente. En relación a las fuentes, las noticias de AJE son las que más incorporan declaraciones de autoridades políticas. En G1, aunque estas fuentes también se hayan utilizado frecuentemente, hay una estrategia para acercar el tema de los desplazamientos a la realidad brasileña, que es hecha con materias sobre los refugiados en Brasil, cuyas fuentes más utilizadas son las personas de alguna manera afectadas por los conflictos.

Palabras clave: Periodismo para la paz; Refugiados; Siria; Violencia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial do website G1, em 27 de janeiro de 2019	53
Figura 2 - Página inicial do website Al Jazeera English, em 27 de janeiro de 2019	77
Figura 3 - Foto de Alan Kurdi em praia turca na região de Bodrum	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de violência nas matérias do G1	102
Gráfico 2 - Contexto sociopolítico nas matérias do G1	106
Gráfico 3 - Progressão temporal nas matérias do G1	110
Gráfico 4 - Fontes utilizadas nas matérias do G1	113
Gráfico 5 - Tipos de violência nas matérias da Al Jazeera English	142
Gráfico 6 - Contexto sociopolítico nas matérias da Al Jazeera English	147
Gráfico 7 - Progressão temporal nas matérias da Al Jazeera English	151
Gráfico 8 - Fontes utilizadas nas matérias da Al Jazeera English	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de uso de fontes em matérias assinadas e não assinadas no G1	126
Tabela 2 - Contextualização sociopolítica nas matérias não assinadas e assinadas no G1	128
Tabela 3 - Recuperação de informações nas matérias não assinadas e assinadas no G1	129
Tabela 4 - Contextualização sociopolítica nas matérias da editoria <i>Mundo</i> e editorias regionais no G1	131
Tabela 5 - Índice de uso de fontes em matérias da editoria <i>Mundo</i> e editorias regionais no G1	132
Tabela 6 - Recuperação de informações nas matérias da editoria <i>Mundo</i> e editorias regionais no G1	133
Tabela 7 - Contextualização sociopolítica nas matérias do G1 sobre refugiados no Brasil	135
Tabela 8 - Recuperação de informações nas matérias do G1 sobre refugiados no Brasil	136
Tabela 9 - Índice de uso de fontes em matérias do G1 sobre refugiados no Brasil	137
Tabela 10 - Contextualização sociopolítica nas matérias não assinadas e assinadas na Al Jazeera English	165
Tabela 11 - Recuperação de informações nas matérias não assinadas e assinadas na Al Jazeera English	166
Tabela 12 - Índice de uso de fontes em matérias assinadas e não assinadas na Al Jazeera English	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo de sistematização das unidades de informação durante pré-análise	91
Quadro 2 - Categorias da análise de conteúdo	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA DESCONSTRUÇÃO DA CULTURA DE VIOLÊNCIA	17
1.1 Os Estudos para a Paz	17
1.2 Jornalismo para a paz	21
2 O JORNALISMO NA ERA DA INTERNET	39
2.1 Jornalismo online: surgimento e conceitos	39
2.2 Os portais de notícias	48
2.2.1 O portal G1	51
3 “...A OUTRA OPINIÃO”: ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA AL JAZEERA	54
3.1 Catar: contexto histórico e político	54
3.2 Mídia árabe e a ascensão da Al Jazeera	59
3.3 Al Jazeera English	71
4 MIGRAÇÕES: REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA E OS REFUGIADOS SÍRIOS	78
4.1 Os refugiados da Síria e caso Alan Kurdi	78
4.2 Representação midiática	83
5 MATERIAIS E MÉTODOS	87
5.1 Estudo multicaso	87
5.2 Percurso metodológico da análise de conteúdo	89
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	94
6.1 Análise de conteúdo do G1	94
6.1.1 Tipologia de violência	101
6.1.2 Conjuntura sociopolítica	106
6.1.3 Progressão temporal	110
6.1.4 Fontes	112
6.1.5 Terminologia	116
6.1.6 Cultura de paz	120
6.1.7 Adaptação e cultura	122
6.1.8 Matérias assinadas e não assinadas	124
6.1.9 Editoria Mundo e editorias regionais	129
6.1.10 Refugiados no Brasil	134
6.2 Análise de conteúdo da Al Jazeera English	137
6.2.1 Tipologia de violência	142
6.2.2 Conjuntura sociopolítica	146
6.2.3 Progressão temporal	150
6.2.4 Fontes	153

6.2.5 Terminologia	157
6.2.6 Cultura de paz	159
6.2.7 Adaptação e cultura	162
6.2.8 Matérias assinadas e não assinadas	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	172
APÊNDICE A - Lista de matérias analisadas da Al Jazeera English	184
APÊNDICE B - Lista de matérias analisadas do G1	191
APÊNDICE C - Entrevista com Ahmad M. Ibrahim, diretor do escritório da Al Jazeera Arabic em Londres	197

INTRODUÇÃO

A primeira ideia que se deve levar em consideração antes de adentrar neste estudo é aquela dos meios de comunicação como formadores da opinião pública e de representações sociais. De fato, quando são colocados como aparelhos ideológicos ao lado de outros grupos, tal como a família, a escola ou a religião, tem-se que parte da organização social fica a seu encargo.

Este aspecto vai muito além de considerar a audiência uma massa acrítica, que fielmente acredita em tudo o que os meios de comunicação dizem. Esse é um público pensante, que pode e tem o papel de contestar veementemente as mais variadas ideias ou acatá-las, apoiando-se no resultado das interações sociais mediadas por todos aqueles âmbitos dos quais fazem parte.

Na recorrentemente chamada sociedade da informação, numerosas oportunidades para buscar esclarecimentos e conhecimentos são criadas. Vale a ressalva, também, de que, embora a difusão de informações tenha incontestadamente aumentado, essas não estão disponíveis a todos de forma igualitária, uma vez que as estruturas de poder da sociedade são, muitas vezes, injustas e oferecem oportunidades diferentes de acordo com o estrato social.

Estas dinâmicas de poder são parte inerente de um sistema capitalista. Como se fossem engrenagens, a comunicação midiática - assim como todos os outros setores sociais - é utilizada para manter esse sistema em operação.

O problema de pesquisa deste trabalho concerne à cobertura midiática dos movimentos de refugiados do Oriente Médio pelos portais de notícias Al Jazeera English e G1, incluindo a abordagem do caso Alan Kurdi, ocorrido no segundo semestre do ano de 2015. A pesquisa foi orientada pela seguinte questão central: “Os portais de notícias Al Jazeera English e G1 incorporam os princípios do jornalismo para a paz nas suas coberturas sobre os refugiados do Oriente Médio? Se sim, de que modo trabalham com os seus conceitos?” Será buscado, a partir de metodologia inspirada pela análise de casos múltiplos e conduzida sob a forma de análise de conteúdo, delinear características específicas das coberturas realizadas pelos sites de notícias mencionados, apontando os preceitos do jornalismo para a paz neles utilizados.

A partir dessas considerações, este estudo não tem, portanto, a intenção de explorar a recepção das audiências dos meios de comunicação nem de buscar compreender como os veículos da mídia moldam - ou interferem - concepções individuais ou coletivas sobre

determinado assunto. Esta pesquisa, por outro lado, tem como foco entender uma etapa anterior a esta: o que está por trás de uma notícia já publicada, isto é, o processo de produção jornalística.

O website Al Jazeera English foi escolhido como um dos objetos desta pesquisa por sua importância e relevância tanto no contexto dos meios de comunicação árabes quanto a nível mundial e pela sua proximidade com o tema do conteúdo aqui analisado. O G1, por sua vez, foi escolhido por sua popularidade em âmbito brasileiro e por fazer parte de uma das empresas de radiodifusão de maior abrangência no Brasil.

O estudo tem como objetivo geral identificar as características e especificidades da cobertura midiática sobre os refugiados do Oriente Médio pelos sites de notícias Al Jazeera English e G1, utilizando como elementos orientadores os conceitos dos Estudos para a Paz e do jornalismo para a paz, especificamente.

Os objetivos específicos foram: estudar o jornalismo para a paz, a fim de, além de apresentar os seus principais conceitos, gerar reflexões sobre esta área de estudos; pensar a respeito do processo de produção jornalística nos sites analisados; conduzir uma análise de conteúdo dos websites mencionados, a fim de verificar quais são os aspectos específicos de suas coberturas sobre os refugiados do Oriente Médio e verificar se nelas estão presentes as premissas do jornalismo para a paz.

A presente dissertação se divide em seis capítulos. O primeiro revisita, na forma de pesquisa exploratória, algumas das principais teorias dos Estudos para a Paz e propõe uma reflexão acerca dos conceitos do jornalismo para a paz. No segundo capítulo, explora-se o papel do jornalismo no ambiente online, assim como as especificidades da produção jornalística no contexto das informações digitais. Nele, também, é apresentado o portal G1, um dos casos de análise do presente estudo. O terceiro capítulo se trata de um levantamento bibliográfico sobre o histórico dos meios de comunicação nos países árabes e, especificamente, sobre a conjuntura política, social e econômica em que é criada a emissora Al Jazeera, sediada no Catar. Por sua vez, o quarto capítulo discorre sobre o tema das migrações, incluindo as suas representações midiáticas e detalhes sobre os fluxos de refugiados na Síria. O quinto capítulo apresenta o percurso metodológico deste estudo, isto é, como foram aplicadas as metodologias e o que justifica os seus usos. Por fim, o sexto e último capítulo se dedica a apresentar resultados e discussões sobre o material analisado.

1 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA DESCONSTRUÇÃO DA CULTURA DE VIOLÊNCIA

Paz é um termo amplo, carregado de significados. Muito além de indicar a ausência de guerras e conflitos, a palavra paz compreende a eliminação de estruturas injustas de poder e da cultura de violência. Esta perspectiva, fundamentada pelos Estudos para a Paz (ou *Peace Studies*), será abordada neste capítulo inicial. Além de traçar uma breve trajetória dos Estudos para a Paz, este capítulo trará, em profundidade, as relações desta área do conhecimento com a Comunicação, debruçando-se, especialmente, sobre o campo do jornalismo. Serão apresentados os principais conceitos do jornalismo para a paz, perspectiva teórica e deontológica que orientou posteriores análises deste estudo.

1.1 Os Estudos para a Paz

*O si vis pacem, para bellum*¹ orientou - e, pode-se dizer, ainda orienta - fortemente as ideias sobre a paz: para que haja paz, devemos, antes, estar preparados para a guerra. Concebe-se, normalmente, assim como enuncia a sentença em latim, a ideia de que a paz é um período posterior à guerra, isto é, a paz seria a consequência imediata de um cessar-fogo.

Mas o que seria, afinal, a paz? A própria definição do termo não é consensual: enquanto alguns defendem que paz é qualquer período da história em que não existem guerras ou quaisquer outros tipos de conflitos armados, outros vão além, relacionando-a com os ideais de bem-estar, desenvolvimento, cooperação ou não violência.

Neste trabalho, utilizaremos as definições de paz propostas pelos autores dos Estudos para a Paz, ou *Peace Studies*. Para compreender tal perspectiva, exploraremos as principais razões que levaram à consolidação desta escola teórica no âmbito acadêmico para, posteriormente, identificar as suas premissas.

Os Estudos para a Paz sucedem a ampla e tradicional historiografia sobre a guerra. As guerras são, historicamente, uma resposta comum aos conflitos de interesses e componente essencial da política. Sua literatura remonta a séculos anteriores à era cristã, de quando é datado o primeiro tratado militar de que se tem registro (MAGNOLI, 2006). De acordo com o autor, apesar de apresentar, fundamentalmente, alteridades, isto é, de cada guerra ser um

¹ Provérbio em latim que pode ser traduzido como “se quiseres a paz, prepara para a guerra”.

fenômeno singular, a história das guerras é uma história das técnicas e das estratégias e, também, “a história do gênio humano aplicado à destruição” (MAGNOLI, 2006, p. 16).

Por as guerras permearem de maneira dominante as sociedades, a academia tem se debruçado sobre seus estudos ao longo do tempo. Conforme explicitado por Francisco Garcia e Maria Francisca Saraiva (2005), diversos autores se dedicaram exaustivamente a elaborar teorias e metodologias que definissem a causas das guerras, tanto a nível individual quanto generalizado. As Relações Internacionais ou os Estudos Estratégicos são áreas que tradicionalmente incorporaram os estudos relacionados às guerras e à paz. Apesar de ser percebida uma dominação teórica, na academia, da guerra e dos estudos de segurança sobre a paz - como parte de uma corrente teórica chamada “polemologia”, disciplina, segundo Kenneth Boulding (1978), centrada nos conflitos -, estudiosos têm, há séculos, pensado em maneiras de colocar a paz no centro das discussões.

Após os tratados da Paz de Westfália, um acordo entre países europeus envolvidos na Guerra dos Trinta Anos, no século XVII, temos, no período do Iluminismo, conforme destacam Paulo Roberto L. Kuhlmann e Marcos Alan S. V. Ferreira (2018), as discussões de Immanuel Kant sobre a paz, em sua obra *A paz perpétua*. De acordo com os autores, as propostas desse filósofo em prol do desenvolvimento da humanidade, como a abolição das armas e o fim do domínio de um estado sobre o outro, fundamentam as reflexões sobre a paz em diferentes esferas, “desde o processo de construção de paz das Nações Unidas em zonas pós-conflito, até mesmo no estabelecimento de processos de cooperação regional” (KUHLMANN; FERREIRA, 2018, p. 832).

Perante a agenda tradicional da investigação sobre a paz (*Peace Research*), que buscava identificar e explicar a violência física entre grupos para posteriormente pensar em maneiras de reduzi-la, críticos defendiam uma reorientação desses estudos (GLEDITSCH; NORDKVELLE; STRAND, 2014). A intenção, nesse caso, era dar espaço a uma ciência cujo objeto de estudo fosse a paz *per se*, uma vez que, até o início do século XX, as iniciativas de investigações sobre a paz não eram articuladas suficientemente para serem consideradas um campo de estudos com autonomia (PUREZA; CRAVO, 2005).

A própria incorporação da palavra “paz” nesses estudos tardou a ser dada: inicialmente, falava-se em “resolução de conflitos” ou “segurança”. Essa conjuntura vê uma reconfiguração no final dos anos 1950, com a inauguração do Peace Research Institute de Oslo (PRIO), na Noruega, e meados da década de 1960, quando é criado o periódico *Journal*

of *Peace Research* (PUREZA; CRAVO, 2005). A investigação sobre a paz emerge com a asserção, além de questionar as causas mais profundas dos conflitos e as maneiras de superá-los, de reivindicar uma reestruturação social, a nível interno e internacional (PUREZA, 2000).

“Nós não temos medo da palavra ‘paz’”: esta afirmação, presente no primeiro volume do *Journal of Peace Research* (1964, p. 4), demonstra o compromisso dos pesquisadores em, além de reduzir a violência e promover a integração entre pessoas e grupos, de pensar a paz como uma ciência.

O sociólogo e matemático norueguês Johan Galtung teve, durante a década de 1960, grande importância para que investigações sobre a guerra e a paz se consolidassem como campo de saber específico - os *Peace Studies*, ou Estudos para a Paz. Fundador do *Peace Research Institute*, Galtung apresentou novas concepções para os termos violência e paz. Para o autor, o conceito de violência ao qual os estudos tradicionais sobre a guerra se referem é denominado “violência direta”: este é o nível mais superficial da violência, relacionado à eliminação ou destruição e às agressões. A violência direta é facilmente percebida, pois gera mortes, feridos e danos físicos às pessoas e estruturas. Nas investigações pré-*Peace Studies*, paz seria, de maneira geral, a inexistência da violência direta, ou seja, se não houver guerras ou “baixas”, pode-se afirmar que a sociedade vive um momento de paz.

Por outro lado, o que Galtung (1969) defende (e o que possibilitou o giro epistemológico dos Estudos para a Paz) é a existência de outros tipos de violência que nos ajudam a compreender sua complexidade: a violência estrutural e a violência cultural. Esses conceitos pressupõem que a ausência de guerras ou da violência direta não significa, necessariamente, que a sociedade se encontra em um estado de paz. Na verdade, a esta paz, contrária à violência direta, Galtung dá o nome de “paz negativa”.

A violência estrutural, também chamada de violência indireta, corresponde a um nível mais profundo da violência e não pode ser percebida com facilidade. Ela não é gerada por um ator específico como no caso da violência direta, o que torna difícil a identificação de agressores e vítimas. A violência estrutural se apresenta na forma de poderes desiguais e, conseqüentemente, oportunidades desiguais (GALTUNG, 1969). Enquanto isso, a violência cultural é a violência a nível simbólico: tem a ver com os aspectos culturais que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural (GALTUNG, 1990).

Portanto, com base nas três tipologias de violência, a paz como ausência de guerras é entendida como negativa por não considerar os estratos menos superficiais da violência. A fim de desvincular a paz dessa concepção mais reducionista, Galtung introduz a noção de “paz positiva”: esta é construída sobre os valores de desenvolvimento, integração, cooperação e mudança social, buscando sempre a eliminação de todos os tipos de violência - e não apenas das guerras ou conflitos armados.

Galtung (1969), ao relacionar as três tipologias de violência, constata que a violência direta é um acontecimento isolado, enquanto a violência estrutural é um processo e a violência cultural é o status de permanência na sociedade. Explica o autor, metaforicamente: “as três formas de violência penetram a cronologia de forma distinta, semelhantemente à teoria dos terremotos, na qual o tremor é um acontecimento, o movimento das placas tectônicas é o processo e as linhas de falha são a condição mais duradoura” (GALTUNG, 1969, p. 294).

Os Estudos para a Paz surgem do encontro entre as Ciências Sociais modernas e o ativismo pela paz (GLEDITSCH; NORDKVELLE; STRAND, 2014) e são, fundamentalmente, como tão logo descritos na primeira edição do *Journal of Peace Research*, internacionais e interdisciplinares. Cabe ressaltar que, sob uma perspectiva ainda mais ampla, são multidisciplinares, multiculturais e não exclusivamente internacionais. Como Vicent Martínez Guzmán (2005, p. 44) defende, no âmbito dos Estudos para a Paz é necessária “a interpelação recíproca entre disciplinas e culturas”:

A investigação e os Estudos para a Paz têm que estar submetidos à riqueza das tensões, matizes, transformação positiva das contradições entre essas culturas e saberes plurais para reconstruir, a partir do reconhecimento e de forma dinâmica, aquelas características que se vão configurando em cada momento, como indicadores de transformação pacífica das relações humanas que produzem guerras, marginalização, miséria ou exclusão (MARTÍNEZ GUZMÁN, 2005, p. 44).

Esta breve apresentação dos Estudos para a Paz é essencial antes de adentrar nos conceitos do jornalismo para a paz, a serem discutidos posteriormente neste capítulo. Diversos autores, reafirmando o caráter inter e multidisciplinar dos *Peace Studies*, desenvolvem aportes que relacionam a eles outros campos teóricos². O jornalismo para a paz,

² Exemplos desses autores são Vincent Martínez Guzmán e Irene Comins-Mingol e seus trabalhos no campo da Filosofia para a Paz; Gavriel Salomon e Daniel Bar-Tal, na área da Educação para a Paz; e Eloísa Nos-Aldás, no campo da Comunicação para a Paz.

especificamente, pode ser compreendido sob o guarda-chuva da comunicação para a paz, proposta que tem como base a cultura de paz (ARÉVALO SALINAS, 2014) e visa à transformação de paradigmas por meio da comunicação. Alguns dos objetivos da comunicação para a paz, descritos por alguns autores, são: cultivar relações pacíficas entre as pessoas e favorecer ações sociais e discursos de paz de forma responsável (NOS ALDÁS; SEGUÍ-COSME; RIVAS MACHOTA, 2008); oferecer uma plataforma de apoio constituída por recursos dos estudos da Comunicação, dos *Peace Studies* e da gestão e resolução de conflitos (SAGID; GUTA, 2011); e pensar a comunicação sob uma perspectiva educadora (FARNÉ; LÓPEZ FERRÁNDEZ, 2016).

1.2 Jornalismo para a paz

Atuar na formação crítica e produção de sentido, contribuir para a produção de conhecimento, manter as pessoas bem informadas. No campo dos estudos em jornalismo, discute-se amplamente a respeito de qual é a função social da comunicação midiática e dos jornalistas.

Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) comentam sobre a indissociabilidade do jornalismo com a democracia. De acordo com os autores, a imprensa tem obrigação com a cidadania: “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31). De acordo com Jorge Kanehide Ijuim (2009, p. 32), a imprensa tem papel, historicamente, de ser “tribuna para debates e instrumento de movimentos decisivos que culminaram em conquistas expressivas para a sociedade”.

As jornalistas e os jornalistas têm o papel de representar o interesse público: além de ajudarem na compreensão dos problemas e estruturas sociais, eles são as vozes - e dão voz - das pessoas que têm as suas vozes caladas. O compromisso com o público, segundo Fábio Henrique Pereira (2004), é premissa do jornalismo mesmo com as mudanças ocasionadas pelas estruturas sociais, fortemente marcadas por sua inserção na lógica econômico-empresarial. Ainda de acordo com o autor, esses profissionais podem ser enquadrados, também, na categoria de intelectuais, por produzirem e divulgarem conhecimento.

Refletindo sobre estes aportes, pode-se inferir que jornalistas corroboram para a construção da realidade, uma vez que definem o que veicularão em seus meios de

comunicação e o que deixarão de lado. Torna-se, desta maneira, complexo atender a todas as demandas do público - ou públicos, por serem diversos e apresentarem interesses distintos.

A discussão para compreender o que leva um acontecimento a se tornar notícia não é nova. De fato, ela está presente nos estudos de comunicação desde que o jornalismo passou a ser pensado academicamente. Tobias Peucer tão logo discutiu, em 1690, na que é considerada a primeira tese sobre o jornalismo, quais são as histórias que merecem ser contadas pelo jornalista.

Os acontecimentos, registrados para sanar a curiosidade humana a respeito do que há de novo - daí o uso de palavras como *news*, *nouvelle* ou *novas* para designar notícias -, são “quase infinitos”, diz Peucer (2004, p. 20)³. Ao comentar sobre a falta de critérios na seleção jornalística, o autor afirma que muitos fatos históricos são deixados de lado ou vistos com superficialidade (PEUCER, 2004). Dessa maneira, elenca, em uma primeira reflexão, eventos que merecem destaque pelos jornalistas: fenômenos naturais não usuais, como terremotos ou inundações, reconfigurações políticas, as dinâmicas das guerras e decisões judiciais, temas de caráter eclesiástico ou literário, além de outros que se refiram à história natural e da sociedade.

A busca por definir os critérios de noticiabilidade acompanha o desenvolvimento dos estudos em jornalismo. Sucedendo Peucer, autores como Kaspar Stieler, no final do século XVII, e, mais recentemente, Walter Lippman e Fraser Bond, no século XX, propuseram critérios que visavam determinar o que seria ou não notícia, incluindo fatores como a proximidade geográfica, o negativismo, a surpresa e o interesse público (SILVA, 2005).

Pierre Bourdieu (1997, p. 26) emprega a seguinte metáfora para explicar como são organizadas, no jornalismo, as estruturas invisíveis que formam as notícias, isto é, os valores-notícia: “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”.

Inspirado nas discussões a respeito do que se configura como notícia, David Manning White incorpora, nos anos de 1950, o conceito de *gatekeeping* ao jornalismo. Elaborado por Kurt Lewin em um estudo de 1947 (WOLF, 2009), *gatekeeper* diz respeito ao processo de

³ A tese de Tobias Peucer, intitulada *De relationibus novellis*, foi defendida na Universidade de Leipzig, na Alemanha, em 1690. No presente estudo, utilizo a tradução em português feita por Paulo da Rocha Dias, publicada em 2004 no periódico Estudos em Jornalismo e Mídia.

tomada de decisões, ou seja, o processo de filtragem de decisões - o que será, de fato, considerado e o que será deixado de lado. No jornalismo, *gatekeepers* são, então, aqueles que, individualmente ou coletivamente, têm o poder de liberar ou bloquear determinadas informações. Esses profissionais, com base em fatores como suas percepções pessoais ou a linha editorial do veículo para o qual trabalha, selecionam as informações que seriam ou não pertinentes para os seus públicos.

Em relação à seleção de notícias nos jornais impressos (que pode ser aplicada, de maneira semelhante, em outros meios de comunicação), Ciro Marcondes Filho (1989, p. 12) sintetiza:

Atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão. Esse processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas.

Na mesma época em que inicia suas investigações sobre a paz e a violência, o sociólogo norueguês Johan Galtung se debruça sobre o campo do jornalismo. Em seu texto *The structure of foreign news*, escrito em coautoria com Mari Holmboe Ruge em 1965, o autor busca, com o mesmo objetivo que os outros previamente mencionados, apresentar critérios que justifiquem a seleção de notícias pela mídia, notadamente rádios e jornais impressos. De acordo com Nelson Traquina (2008, p. 69), o texto de Galtung e Ruge é a primeira tentativa “sistemática e exaustiva” de identificar os valores-notícia no jornalismo. Este artigo em particular tem grande relevância para esta pesquisa, uma vez que apresenta aportes que levam Galtung a desenvolver posteriormente o conceito de *Peace Journalism*, ou jornalismo para a paz.

Galtung e Ruge (1965, p. 65), logo no início do artigo, questionam: “como é que eventos cotidianos viram notícias?”. Para responderem a esta pergunta, listam oito fatores que definem critérios de noticiabilidade de eventos (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 65-70): 1. frequência: tem a ver com a periodicidade do canal de comunicação (enquanto um jornal diário seleciona o que aconteceu de mais importante em um dia, em um jornal semanal os fatos passam por um crivo maior, uma vez que tem de selecionar os eventos mais relevantes

da semana); 2. amplitude: diz respeito ao impacto causado pelo evento (“quanto mais violenta uma morte, maior a manchete”); 3. ambiguidade: há mais chances de um evento ser reportado se houver pouco ruído - é preferível que um evento não abra margem para diversas interpretações; 4. significância: o evento deve ter algum significado para o público, gerado por sua proximidade cultural ou por sua relevância; 5. consonância: um evento pode se tornar notícia se estiver de acordo com a expectativa do público (com o que ele espera e/ou quer que aconteça); 6. imprevisibilidade: segundo os autores, ter proximidade cultural, relevância ou condizer com o que é esperado não é suficiente para que um evento seja noticiado, uma vez que essas características pré-definem uma vasta série de eventos. Destacam-se como notícia, dentro dessa seleção, os fatos mais inesperados ou raros, uma vez que o repetitivo ou normal não atrai tanta atenção; 7. continuidade: se um evento for definido como notícia, ele continuará sendo notícia por algum tempo, mesmo que sua amplitude seja reduzida; e 8. composição: a fim de apresentar um conteúdo equilibrado, veículos de comunicação selecionam eventos variados, de distintas temáticas.

Estes são fatores de aspectos gerais, que não dependem de parâmetros culturais para que sejam utilizados. Além disso, são independentes dos principais determinantes da imprensa - o que acontece é que o veículo pode escolher acentuar os efeitos da seleção e distorção para criar compatibilidade com o que o seu público espera ou com suas visões políticas (GALTUNG; RUGE, 1965)⁴.

Em relação a fatores especificamente culturais que influenciam no processo de seleção de notícias, Galtung e Ruge (1965, p. 68-70) listam quatro: 1. referência às nações de elite; 2. referência às pessoas da elite; 3. personificação: a presença de um personagem leva a uma identificação, positiva ou negativa; e 4. negatividade: eventos negativos acontecem em um curto período de tempo, o que os tornam mais fáceis de serem reportados, diferentemente dos positivos, que são um processo e levam mais tempo para que sejam notadas as suas consequências.

Pensar nesses fatores ajudou os autores a fazerem uma análise do conteúdo publicado em quatro diferentes jornais noruegueses durante conflitos no Chipre, no Congo e em Cuba. Para guiar as análises, foram investigados alguns elementos específicos como quem eram as pessoas e quais eram as nações retratadas nas matérias, quais as visões de mundo presentes,

⁴ No texto original, os autores dissertam especificamente sobre os jornais impressos.

qual era o viés do conteúdo (positivo, negativo ou neutro) e qual era o seu principal enfoque (social, político, econômico ou cultural).

O intuito de apresentar este artigo por parte de Galtung e Ruge vai além de expor os seus resultados: a partir do modo como as notícias foram selecionadas e produzidas, foi possível delinear quais eram os principais aspectos que embasavam coberturas desumanizadoras e superficiais dos acontecimentos cotidianos, bem como quais fatores contribuíam para coberturas mais aprofundadas e complexas.

Refletindo sobre esta problemática, Johan Galtung cria, na década de 1970, o conceito de *Peace Journalism* (McGOLDRICK; LYNCH, 2000; HANITZSCH, 2007; SHINAR, 2009), traduzido neste trabalho como “jornalismo para a paz”, termo frequentemente empregado por autores da língua portuguesa.

No âmbito dos *Peace Studies*, o jornalismo para a paz surge como uma alternativa às coberturas usuais da mídia sobre conflitos e guerras, orientadas à violência direta e à paz negativa. Essas colaboram para a manutenção da cultura de violência, uma vez que a mídia nem sempre dissemina valores que promovam o entendimento e a transformação de conflitos. O público, então, que consome os produtos da comunicação midiática, reproduz os seus valores, legitimando-os na sociedade. Assim sendo, conforme expõe Wilhelm Kempf (2002), o *modus operandi* dos meios de comunicação o leva a apoiar posicionamentos que mantêm e intensificam conflitos, muitas vezes irremediáveis.

De acordo com Ross Howard (2004), o surgimento de conflitos não é súbito: frente a determinadas divergências entre pessoas ou grupos, é previsível que eles emerjam. Causas comuns que levam a conflitos são a escassez ou má distribuição de bens ou recursos naturais, a falta de comunicação entre pessoas ou grupos, percepções incorretas ou crenças sobre os outros, diferenças do passado ainda não resolvidas e a concentração de poder.

Conflitos são, acima de tudo, naturais. John Paul Lederach (2012, p. 31) defende os conflitos como “motor de mudança”, que mantém as estruturas sociais e as relações interpessoais sensíveis para necessidades humanas e para o seu crescimento. Da mesma maneira, Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000) afirmam que conflitos podem ser positivos e construtivos, e ressaltam que não têm o mesmo significado que violência. A abordagem dos conflitos, por outro lado, pode ser distinta de acordo com os interesses das partes envolvidas, com valores ideológicos ou culturais. Discursos direcionados para a guerra

tendem a reduzir os conflitos à força e à violência, levando-os a serem vistos como uma situação de competitividade, em que não há espaço para a cooperação (KEMPF, 2002).

Histórias relacionadas a conflitos encontram espaço facilmente no jornalismo por estarem carregadas de critérios de noticiabilidade. A título de exemplo, autores como Fraser Bond, Carl Warren, Pamela Shoemaker e Manuel Carlos Chaparro categorizam conflitos como um valor-notícia (SILVA, 2005). Dessa maneira, eventos envolvendo violência são espontaneamente considerados como notícias, uma vez que, conforme aponta Lynch (2010), a mídia impõe sobre quaisquer acontecimentos de teor bélico ou relacionado a conflitos alto valor de noticiabilidade.

Ademais, muitos incluem como valor-notícia a negatividade. Ao partir da hipótese de Galtung e Ruge (1965, p. 71) de que “quanto mais critérios de noticiabilidade um evento tiver, maior a possibilidade de ele se tornar notícia”, pode-se deduzir que um conflito, se percebido com viés negativo, tem mais chances de passar pela seleção do *gatekeeper* e de ser uma notícia de impacto.

A negatividade e o maniqueísmo, no geral, são características do jornalismo de guerra. De acordo com Galtung (1998), o enfoque do jornalismo tradicional na guerra e a visão dos conflitos como prejudiciais levam ao ódio contra o outro e à utilização da violência como estratégia de combate. O autor defende que o jornalismo de guerra é análogo ao jornalismo esportivo: o objetivo central é a vitória de um dos times ou competidores, que implica, necessariamente, na derrota dos outros.

Em contrapartida, Galtung compara, no mesmo texto, o jornalismo para a paz às coberturas sobre saúde e doenças. Ao reportar sobre esses eventos, o jornalista, muito além de dizer qual é a doença que acomete uma pessoa, expõe quais são as causas da enfermidade, bem como se há a possibilidade de cura e quais são as formas de prevenção (McGOLDRICK; LYNCH, 2000).

Mas o que seria, em si, o jornalismo para a paz? Uma definição amplamente difundida, proposta por Lynch e McGoldrick (2005, p. 5), importantes investigadores da área, esclarece que “jornalismo para a paz é quando editores e repórteres fazem escolhas - do quê e como reportar - que criam oportunidades para a sociedade considerar e valorar respostas não violentas aos conflitos”. Além disso,

usa as perspectivas da análise e transformação de conflitos para repensar os conceitos de equilíbrio, justiça e rigor na produção de notícias; traça novas

linhas de conexão entre os jornalistas, as fontes, as reportagens e as consequências de suas abordagens; fomenta a consciência acerca da não violência e da criatividade nos processos de reportagem e edição (LYNCH; McGOLDRICK, 2005, p. 5, tradução do autor).

O jornalismo para a paz prima pelo impacto social da comunicação e pela qualidade dos conteúdos noticiosos em vez dos interesses econômicos das empresas (ARÉVALO SALINAS, 2014). Galtung (1998) afirma que a transparência é uma característica do processo de produção do jornalismo para a paz, por esse tentar reportar com clareza todas as faces de um conflito, e não somente desumanizar a parte “inimiga”. Além disso, conforme afirma Samuel Peleg (2007), o jornalismo para a paz pode ser uma terceira parte durante um conflito, que facilitaria a comunicação entre as outras duas. Para ele, “repórteres que defendem, sem restrições, a transparência, o equilíbrio e uma cobertura cuidadosa e sensível têm potencial para mudar e intensificar o andamento dos acontecimentos” (PELEG, 2007, p. 4). Para Lynch (s.d.), falar, no jornalismo, sobre atos de violência sem apresentar as causas que os legitimam seria distorcê-los. No jornalismo para a paz, calcado na contextualização, todas as fases do conflito seriam levadas em consideração: “o antes (o que levou àquela situação), o durante (o que deve ser feito para transformá-la) e o depois (legado: quais são as consequências e estratégias de prevenção)” (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 15).

De acordo com Dov Shinar (2008), o jornalismo para a paz está intrinsecamente relacionado com a democracia. Ao defini-lo como um jornalismo que “propõe tratar as histórias em termos mais amplos, mais justos e mais precisos do que aqueles ditados pela cultura e estrutura de índices de audiência e pelos interesses de governos e movimentos” (SHINAR, 2008, p. 43-44), o autor defende que suas ações são importantes para promover as estruturas democráticas da comunicação.

Levando em consideração alguns critérios de noticiabilidade descritos em seu artigo de 1965 em coautoria com Ruge, Galtung (2006) sistematiza as principais características do jornalismo para a paz e as contrapõe com as do jornalismo de guerra. Sobre essa divisão, o autor esclarece que esse último é o jornalismo *mainstream* e dominante. Além disso, ressalta que a grande mídia, impressa e audiovisual, é produto do sistema de estados moderno e reproduz as perspectivas das estruturas de poder dominantes. Galtung (2006) estabelece quatro categorias: orientação para a paz/conflitos; orientação para a verdade; orientação para as pessoas; e orientação para a solução.

A primeira diz respeito à visão do jornalista sobre o conflito e a guerra. Recuperando conceitos dos Estudos para a Paz, no jornalismo de guerra a abordagem se dá a partir da violência direta: quantos foram mortos, quantos foram feridos, quais foram os danos materiais - somente os efeitos visíveis da violência são reportados. Este tipo de cobertura, de acordo com Xavier Giró (2012), é superficial. O jornalismo para a paz aborda os efeitos invisíveis da violência, ou seja, explora a formação do conflito e quais são suas consequências para a estrutura social e para a cultura.

Esse modelo de jornalismo é proativo: busca compreender o conflito para prevenir o seu agravamento e que ele se torne uma guerra. Por sua vez, o jornalismo de guerra é reativo, ou seja, ele pensa sobre os acontecimentos e os reporta somente após o aparecimento da violência. Além disso, ele tem o “outro” - o “inimigo” - como o problema e o causador do mal, enquanto o jornalismo para a paz tem como problema o conflito ou a guerra *per se* e dá voz a todas as partes envolvidas - em um jornalismo sensível aos conflitos, de acordo com Howard (2004, p. 8), “explorar as dificuldades de cada uma das partes durante um conflito, bem como seus interesses políticos e de poder, pode colaborar para educar o outro lado a não demandar por soluções simplistas e irremediáveis”.

A segunda característica do jornalismo para a paz é o seu direcionamento para a verdade. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) destaca a verdade como “compromisso fundamental” do jornalista, pautado pela apuração e divulgação precisas⁵. Para Howard (2004), a precisão é essencial nas matérias jornalísticas, e vai desde a grafia correta dos nomes das fontes à transmissão dos fatos tal como aconteceram e do real significado do que foi dito. Kovach e Rosenstiel (2003) colocam a verdade como obrigação dos profissionais de jornalismo.

Galtung (2006) afirma que conteúdos produzidos com base nos valores do *Peace Journalism* expõem as inverdades de todas as partes, diferentemente do jornalismo de guerra, em que as mentiras de uma das partes podem ser encobertas. Cabe destacar que o termo *jornalismo de guerra* poderia ser interpretado em nossas sociedades como sinônimo de *jornalismo de violência*, uma vez que, mesmo com a inexistência de guerras oficiais,

⁵ Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ). Disponível em http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em 22 jan. 2019.

situações de violência urbana, de gênero, de más condições de vida, entre outras, produzem muito mais vítimas que aquelas presentes em estados de guerras declaradas.

A terceira característica tem a ver com as pessoas retratadas nas notícias. O jornalismo de guerra é direcionado para as elites: quem tem o controle sobre as dinâmicas dos conflitos e os processos de paz são, em geral, homens e pessoas em altos cargos de poder. Nesses conteúdos aparecem, com frequência, fontes institucionais e governamentais. De acordo com Lynch (s.d.), a escolha dessas fontes distorce a forma como os conflitos são representados na mídia, naturalizando a defesa da violência como resposta. O jornalismo para a paz inclui as perspectivas das pessoas da sociedade civil - principalmente aquelas que são diretamente afetadas pelos conflitos ou guerras. Ele apresenta as consequências das violências sofridas por todas as pessoas, incluindo mulheres, crianças, idosos e grupos sociais marginalizados. Alex Ivan Arévalo Salinas (2014) defende que dar voz a atores que tradicionalmente não têm uma posição privilegiada - como movimentos sociais e organizações não governamentais - contribui para dinamizar o debate público.

A última categoria apresentada por Galtung (2006) concerne ao desfecho e às consequências dos conflitos. O jornalismo de guerra compreende que a paz é restaurada logo após o cessar-fogo e a vitória de uma das partes envolvidas; as iniciativas voltadas para a construção da paz são omitidas, garantindo a existência clara de um vitorioso. No jornalismo para a paz, as consequências dos conflitos são vistas sob a ótica da transformação, reconstrução das estruturas afetadas e reconciliação entre as partes. Entende-se a paz como o produto da não violência e da criatividade.

Recapitulando Shinar (2008, p. 44):

O jornalismo para a paz explora os antecedentes e contextos da formação de conflitos, a fim de tornar mais transparentes as fontes da mídia, os processos e os efeitos. Ele dá voz a todas as partes envolvidas e visa a assegurar que o conflito em si, e não as partes, seja visto como o problema.

Apesar da terminologia, que pode levar à impressão de que notícias de guerra ficariam restritas ao jornalismo de guerra, esse termo, assim como o termo jornalismo para a paz, se refere ao tipo da abordagem jornalística, que pode ser empregada na cobertura de qualquer acontecimento, principalmente aqueles relacionados a situações conflituosas. Por essa razão, é importante lembrar que práticas jornalísticas que enfocam na paz não querem dizer que não se falará sobre as guerras e os conflitos. Nas palavras de Giró (2016), em entrevista para Jorge

Salhani: “se há guerra, deve-se falar sobre ela, mostrar o horror, os interesses que a motivam, mas, também, que há pessoas trabalhando em prol da paz”.

O intuito do jornalismo para a paz não é reportar apenas “boas notícias”, mas sim conceber um modo mais justo de cobrir conflitos. quando comparado às coberturas tradicionais (SHINAR, 2007, p. 2).

Arévalo Salinas (2014) apresenta indicadores que atestam a presença do jornalismo para a paz na cobertura de distintos acontecimentos. Um deles seria a comparação entre o número de notícias que denunciam as injustiças e visam transformar a cultura de violência e o restante do conteúdo veiculado por um meio de comunicação. Outro indicador seria a localização desses conteúdos em um jornal ou revista (manchetes na capa, páginas iniciais ou finais), o horário de transmissão em um canal de televisão e, também, a extensão da cobertura (tempo de duração ou espaço de página ocupado). O autor menciona, ainda, como indicativos, uma análise das pessoas e organizações que foram utilizadas como fontes e a inclusão de dados e antecedentes - podem ser apresentados por meio de diagramas ou gráficos - que orientem o público a compreender o conflito de forma contextualizada.

Os parágrafos anteriores se dedicaram a apresentar as principais acepções sobre o jornalismo para a paz, uma vez que o seu conceito ainda não é amplamente difundido. Algumas das concepções utilizadas não se bastam a puramente conceituar o campo teórico, mas têm caráter de defesa, pois exaltam o jornalismo para a paz como modelo ideal do fazer jornalístico.

Há de se problematizar essas definições, entretanto. Primeiramente, deve-se sempre ter em conta a subordinação do jornalismo, assim como das demais práticas profissionais, ao sistema capitalista. Esse fator faz com que hajam interesses - de poder, econômico e de controle social - por trás do exercício da comunicação midiática, o que impede que modelos “idealizados” sejam seguidos à risca. O objetivo da produção noticiosa na lógica do capital, tratada como mercadoria, se distancia da defesa do interesse público e passa a ser a manutenção das dinâmicas de poder.

Em termos gerais, até mesmo a busca pela cultura de paz, sob esta lógica, é controversa: a eliminação da violência estrutural e cultural gera, conseqüentemente, uma descentralização do poder e maior participação social das pessoas. Dessa maneira, pode suceder que cada líder político ou formador de opinião busque uma cultura de paz definida em seus próprios termos - e interesses.

A partir dessas reflexões, é importante que nos debruçemos sobre algumas contraposições feitas por jornalistas e acadêmicos que põem o jornalismo para a paz em xeque. Destaco, nos parágrafos seguintes, três das principais críticas em relação ao *Peace Journalism*: à possibilidade de sua existência, à objetividade jornalística e ao envolvimento do jornalista nas coberturas.

Thomas Hanitzsch (2006) tece críticas em relação à real execução do jornalismo para a paz. De acordo com ele, os defensores do jornalismo para a paz não levam em consideração as estruturas comunicacionais que delineiam a prática jornalística: a literatura sobre o jornalismo para a paz tende a vê-lo sob uma perspectiva individualista, na qual a simples mudança de atitudes e comportamentos de um único jornalista seria suficiente para que ele desenvolva o *Peace Journalism*.

Há de se levar em consideração a crítica posta por Hanitzsch (2006) e tensioná-la com as dinâmicas do jornalismo que regem a produção de notícias atualmente. Existem, de fato, alguns elementos que dificultam a existência do jornalismo voltado para a paz. Primeiramente, em âmbito social, o jornalismo esbarra nos valores da cultura de violência: a sua legitimação não apenas leva ao uso da violência direta, mas naturaliza as estruturas sociais e os discursos que tolhem a existência de uma cultura de paz e, conseqüentemente, do jornalismo para a paz. Segundo Denise W. Carvalho, Maria Teresa Freire e Guilherme Vilar (2012), a violência, apresentada pelos meios de comunicação de forma informal, não fica restrita à mídia, uma vez que pauta as conversas cotidianas, movimentando uma produção de sentido que reproduz aspectos de violência simbólica. Os autores defendem que a manutenção da cultura da violência nos veículos jornalísticos funciona “como uma resposta ao cotidiano social que busca combater a rotina, proteger-se e livrar-se do perigo, em uma negação que equivaleria a uma pessoa dizer ‘ainda bem que não aconteceu comigo’” (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012, p. 436). Os meios de comunicação, defende Maria Stella Porto (2002, p. 160), não são integralmente responsáveis pelo aumento da violência; entretanto, eles dão espaço para a criação de estruturas que normalizam sociabilidades violentas e, com certa frequência, apresentam-nas como um comportamento valorizado.

A própria estrutura das organizações jornalísticas como fator que empece o *Peace Journalism* é discutida por autores como Giró (2012), Arévalo Salinas e Alessandra Farné (2016). De um lado, está o modo de produção das notícias: perante o imediatismo do consumo de notícias, é limitado o tempo e o espaço, nos veículos de comunicação, para que o

jornalismo para a paz seja desenvolvido, conforme explicita Giró (2012, p. 91) - “mesmo que os jornalistas estejam bem informados, eles não teriam espaço suficiente para utilizarem os relatos sobre conflitos de maneira contextualizada e em sua complexidade”. Do outro, temos o interesse pelo jornalismo de guerra ou por notícias de caráter sensacionalista. Essa característica está longe de ser um reflexo das novas configurações das empresas de comunicação: no século XIX já se falava de uma “imprensa marrom” (ou “imprensa amarela”, inspirada no termo em inglês “*yellow press*”), formada por publicações que visavam impactar os seus públicos por meio de notícias sensacionalistas e com grande apelo emocional. Para os veículos de comunicação, as guerras seriam, então, consideradas como mais emocionantes e importantes, enquanto a paz seria um período de eventos fastidiosos que ocorrem anteriormente (e, também, posteriormente) a uma guerra (GALTUNG, 1985).

Segundo Arévalo Salinas e Farné (2016), atingir o jornalismo para a paz requer medidas estruturais tanto a nível regulatório (em conselhos audiovisuais e outras normativas) quanto autorregulatório (referindo-se à defesa do público, a manuais de estilo e códigos de ética). Demanda-se, também, pela atuação do público como vigilante, em observatórios de mídia, por exemplo (ARÉVALO SALINAS, 2016).

Giró (2012) acrescenta, também, a falta de formação dos jornalistas como um impedimento. Ter conhecimento sobre a ética e a deontologia da profissão, assim como saber atributos técnicos que permitem a produção de um conteúdo noticioso colaboram para a existência do jornalismo para a paz. Faz-se importante, da mesma maneira, ter amplo conhecimento sobre o fato que será reportado, a fim de produzir materiais contextualizados, que abordem os problemas a nível estrutural.

Um confronto de ideias que pode ser tomado como exemplo vem de Jake Lynch e do jornalista David Loyn. O embate entre os dois é gerado a partir da percepção do último sobre a não necessidade do jornalismo para a paz. Ambos autores argumentam a respeito da objetividade jornalística. Para Loyn (2003; 2007), a objetividade é o “objetivo sagrado” dos jornalistas e ferramenta essencial para chegar à verdade. Ela se dá a partir de uma cobertura na qual os fatos são tratados com ceticismo e repórteres não são cooptados aos acontecimentos.

Esse tema, especificamente, é comentado por diversos teóricos do jornalismo para a paz. A principal premissa é que a produção jornalística não é um processo aleatório e que, inevitavelmente, certos enquadramentos não serão mostrados (LYNCH, s.d.; LYNCH, 2007).

De acordo com Lynch e McGoldrick (2005), a abordagem de conflitos do jornalismo tradicional é, em diversas ocasiões, enviesada para a violência direta, o dualismo e fatos isolados (em vez dos processos). Com base nisso, defendem a necessidade de existir um jornalismo que quebre com esse *status quo*. Raquel Cabral e Salhani (2017, p. 15) sintetizam: “coberturas jornalísticas consistem em escolhas [enquadramentos, fontes, linguagem, imagens etc.], e as escolhas feitas pelo jornalismo para a paz buscam a humanização e o entendimento”. Peleg (2007) acrescenta que seria mais apropriado, no *Peace Journalism*, falar sobre justiça e precisão nas coberturas, uma vez que a objetividade, em si, é improvável.

Michael Kunczik (2001), ao definir conceitos para o jornalismo, fala da existência de duas linhas de trabalho contraditórias. Na primeira, o jornalista é passivo em relação aos acontecimentos que noticia, o que resulta em uma cobertura objetiva e neutra. Na segunda, há engajamento do jornalista, cujo comprometimento ativo promove certas causas. Apesar da distinção, o autor afirma que “um jornalista pode sentir-se igualmente comprometido com a reportagem objetiva e neutra e com uma obrigação social” (KUNCZIK, 2001, p. 97). Embora haja críticas em relação ao jornalismo para a paz, Johan Galtung (2006) defende que os seus princípios dificilmente seriam rejeitados no mercado: o *Peace Journalism* seria, provavelmente, percebido como “bom jornalismo”.

Em contrapartida, Loyn (2003) defende que o *Peace Journalism* compromete a integridade dos jornalistas, uma vez que os coloca como participantes ativos das coberturas. Igualmente, Hanitzsch (2007), levando em consideração o agir, em sua opinião, intervencionista do jornalismo para a paz, afirma que este se assemelha aos princípios das relações públicas. Loyn (2007) confronta o jornalismo para a paz com o “bom jornalismo”, afirmando que as concepções propostas por Galtung - como um manual de instruções de como fazer jornalismo - poderiam distorcer a agenda de notícias ao lançar mão de uma perspectiva ética engessada. Lynch (2007) rebate as críticas afirmando que a cobertura jornalística aos moldes do jornalismo para a paz se caracteriza, por outro lado, por ser mais inclusiva e preferível como forma de representação do que está sendo noticiado - isto se justifica por ela abranger uma gama maior de partes envolvidas na formação de conflitos.

A partir do debate entre as concepções de jornalismo para a paz e “bom jornalismo” infere-se: se as premissas do jornalismo já atendessem a todas as suas funções sociais, incluindo o exercício da cidadania, idealisticamente não seria necessário que fossem pensadas

modalidades jornalísticas distintas que guiassem um “bom jornalismo”, isto é, o jornalismo, se desenvolvido de maneira “correta”, seria espontaneamente bom.

Compartilha dessa opinião Hanitzsch (2007), que comenta que os princípios do jornalismo para a paz, como apresentar os conflitos com transparência, dar destaque às pessoas afetadas por eles e dar voz a todas as partes, são a própria essência do jornalismo de excelência.

Percebe-se muitas vezes, entretanto, a existência de uma mídia de caráter superficial ou sensacionalista, que corrobora para a manutenção da cultura de violência. Ao comprometer suas funções centrais, de promover a leitura crítica dos fatos sociais e sustentar a democracia, o jornalismo se afasta do que seria o “bom jornalismo” e passa a demandar por novas práticas profissionais. Arévalo Salinas e Farné (2016, p. 13) comentam sobre uma “reforma midiática”, que resultaria em meios de comunicação mais comprometidos e plurais.

A partir desta necessidade, emergem conceitos específicos, nos estudos da comunicação, para teorizar, identificar e, também, promover práticas comunicacionais que rompam com a abordagem da mídia tradicional, mencionada no parágrafo anterior. Partindo de Arévalo Salinas (2014), pode-se explorar algumas inter-relações e dissonâncias entre diferentes tipologias no âmbito da comunicação e do jornalismo. De acordo com o autor, não existe um consenso a respeito de um conceito que defina uma comunicação voltada para a melhoria das condições de vida das pessoas. Conceitos como comunicação para o desenvolvimento, comunicação participativa, comunicação popular, jornalismo público ou jornalismo para a paz são “uma reivindicação da necessidade de novos esquemas, práticas e rotinas profissionais que substituam os parâmetros atuais de informação e comunicação” (ARÉVALO SALINAS, 2014, p. 49).

A principal característica em comum dessas nomenclaturas se refere à potencialidade dos discursos comunicacionais para promover o diálogo e o debate público (ARÉVALO SALINAS, 2014). Em relação, especificamente, ao jornalismo, as variações preveem, comumente, a responsabilidade ética dos meios de comunicação e a busca por uma cobertura jornalística mais equilibrada. A título de exemplificação, destaco, a seguir, alguns conceitos da comunicação propostos por diferentes autores.

A comunicação para o desenvolvimento é baseada, principalmente, na participação das pessoas das classes não dominantes, visando à mudança social e “ocorre quando as pessoas se sentem agentes do processo, como atores e não como objetos de políticas”

(HEBERLÊ; SOARES, 2013, p. 157). Conforme posto por Cicilia M. Krohling Peruzzo (2014), uma abordagem conceitual relacionada a esta tipologia é a Teoria do Desenvolvimento Participativo. Ao levar em consideração o desenvolvimento local, sustentável e humano, ela repensa as noções tradicionais de desenvolvimento: este termo não é visto como sinônimo de desenvolvimentismo, mas tem a ver com a mobilização e participação de comunidades, as necessidades básicas humanas, o respeito às culturas, o uso responsável dos recursos naturais etc.

Em outro momento, Peruzzo (2009) conceitua o que é a comunicação popular, alternativa e comunitária. Apesar de consistir, muitas vezes, em iniciativas com dinâmicas de produção e gestão muito distintas às da comunicação de massa, ela tem como objetivo a mudança social e o compromisso com o interesse público. Resume Peruzzo (2009, p. 140): essa comunicação “surge para suprir necessidades de expressão de segmentos das classes subalternas em suas lutas pelo estabelecimento da justiça social”.

No âmbito do jornalismo, especificamente, há, por exemplo, o conceito de jornalismo público. Ele emerge como contestação ao jornalismo tradicional, por este ser puramente informativo (COSTA FILHO, 2006). Também denominado jornalismo cívico, um dos seus papéis, acrescenta o autor, é a construção da cidadania.

As definições apresentadas nos parágrafos anteriores afirmam a busca, em diferentes momentos e sob diversas perspectivas, em propor um modelo comunicacional ou jornalístico que atenda à demanda dos públicos e fomente a construção da cidadania. Entretanto, os conceitos, ainda que tenham objetivos comuns e preconizem um novo fazer jornalístico, apresentam algumas nuances que tornam possível a sua distinção.

O jornalismo para a paz se coloca sob este guarda-chuva e, da mesma forma, apresenta suas especificidades. Uma característica particular do jornalismo para a paz é a sua estrita relação com os Estudos para a Paz. A mudança social almejada pelo *Peace Journalism* tem como pano de fundo a paz positiva e a cultura de paz. Isto implicaria que, a paz, sob esta perspectiva, resultaria da desconstrução da cultura de violência, ou seja, os jornalistas experiam a violência direta e, do mesmo modo, explorariam suas causas e consequências a nível estrutural e cultural. Para Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2007), os Estudos para a Paz são um aporte importante para o jornalismo para a paz: as suas investigações podem ser proficuamente utilizadas para avaliar conteúdos da mídia.

Para um jornal (ou outros meios de comunicação) ter um direcionamento para a paz, ele deve mostrar, com clareza, os seus benefícios, bem como dissociá-la do conceito de paz negativa (GALTUNG, 1985). Galtung, preocupado não somente com os padrões das coberturas de guerra, mas também com os da paz positiva (resolução criativa e não violenta), aplica os princípios da não violência através do jornalismo para a paz (CHRISTIANS, 2010). Lynch e McGoldrick (2010, p. 92) defendem o jornalismo para a paz como um “padrão global” de jornalismo para cobertura de conflitos, uma vez que apresenta as notícias ao público com o intuito de “minimizar danos psicológicos”.

Uma tendência para o jornalismo para a paz, respaldada por vários autores, é a sua abordagem a partir dos estudos feministas. Kristin Skare Orgeret (2016), por exemplo, afirma que as teorias do jornalismo para a paz podem ser relacionadas com as do feminismo pós-colonial, pois ambas estão preocupadas com a inclusão e a pluralidade de vozes e perspectivas. A obra *Gendering war and peace reporting: some insights - some missing links*, de Berit von der Lippe e Rune Ottosen (2016), traz aportes importantes sobre a temática.

Levando em consideração o maior impacto dos conflitos na vida de mulheres e meninas, assim como a tendência da mídia em objetificar as mulheres e glorificar as masculinidades, Sarah Macharia (2016) defende a existência de uma prática jornalística consciente das questões de gênero: de acordo com a autora, o jornalismo para a paz convencional não é insensível aos princípios do feminismo, por se atentar às consequências das relações de gênero. O jornalismo para a paz crítico “compreende que a atenção à justiça de gênero deve permear todas as fases dos processos de paz, da participação nas negociações à prevenção e proteção aos conflitos” (MACHARIA, 2016, p. 51-52).

Para Orgeret (2016, p. 221), o jornalismo deve explorar representações multifacetadas do feminino e do masculino, evitando generalizações que reforçam os estereótipos de gênero: “representações mais complexas podem, também, ajudar a enfrentar as hierarquias sociais associadas ao gênero, que tendem a coibir a participação da mulher nas sociedades pós-conflito e a negar aos homens o direito de serem vítimas”.

A exclusão das perspectivas das mulheres enfraquece as coberturas de guerras e conflitos (BOLLER, 2016). Por esta razão, acrescenta a autora, é mais provável que exista o jornalismo para a paz se houver a presença de mais mulheres correspondentes de guerra. A posição das repórteres mulheres como tais, isto é, suas vivências e experiências como mulher, podem ter efeitos em suas escolhas jornalísticas: por exemplo, conteúdos produzidos por

mulheres jornalistas têm maior probabilidade de ter pessoas do gênero feminino como personagens e fontes que aqueles produzidos por homens (MACHARIA, 2016).

O jornalismo para a paz, discutido até o momento como uma reivindicação e resgate dos valores essenciais do fazer jornalístico, pode trazer contribuições, de maneira igual (e como será abordado neste trabalho), para o âmbito acadêmico. Ele pode ser atrelado a diferentes metodologias com a finalidade de colaborar na compreensão das intencionalidades - mesmo que não explícitas - de veículos de comunicação ao publicarem os seus conteúdos.

De acordo com Lynch e McGoldrick (2010), as tipificações sobre o jornalismo de guerra e o jornalismo para a paz propostas por Johan Galtung podem ser convertidas em critérios avaliativos para a análise de conteúdo, por exemplo, como utilizado por Jake Lynch (2006) na cobertura da crise nuclear do Irã durante 2005 e por María Teresa Nicolás Gavilán (2013), que analisou conteúdos publicados, na imprensa espanhola, por correspondentes internacionais sobre o conflito entre Israel e Palestina. Seow Ting Lee, Crispin C. Maslog e Hun Shik Kim (2006), além de, igualmente, utilizarem o modelo do *Peace Journalism* para conduzir uma análise de conteúdo, afirmam que o jornalismo para a paz é, teoricamente, apoiado pela teoria do enquadramento, a qual pode, adicionalmente, oferecer aportes metodológicos. Sob outra perspectiva, Rune Ottosen (2010) defende o uso da análise de discurso como complemento ao modelo do jornalismo para a paz, por esta incluir perspectivas históricas aprofundadas em suas análises.

Apresentados os principais conceitos e particularidades do jornalismo para a paz, conclui-se que este modo de fazer jornalístico pressupõe repensar as definições de paz e de violência, bem como considerá-las na prática profissional. Friso que esta não é, entretanto, a única maneira de se fazer o “bom jornalismo”. Como colocam Cabral e Salhani (2017, p. 15), pode haver outras estratégias para transformar os conflitos e diminuir as injustiças por meio da comunicação - o *Peace Journalism* seria apenas “uma série de diretrizes eficazes para alcançar esses propósitos”. Reitero o que Giró (2016) expôs durante entrevista: “[o jornalismo para a paz] pode ser somente um rótulo. Não existe um modo preciso, mecânico de se fazer o jornalismo para a paz. Este é um campo aberto, que deve ser explorado integralmente”. Segundo Lynch (2007), as ideias do jornalismo para a paz podem colaborar para a mudança social independentemente se forem denominadas como tal ou não. Para Peleg (2007), elas são uma forma de fortalecer a compreensão a respeito do que é o verdadeiro jornalismo.

Um grande ponto em comum entre todas essas perspectivas é a compreensão de que o jornalismo para a paz dá visibilidade à complexidade da violência. Esta complexidade se revela no uso de estratégias comunicacionais para se naturalizarem. Com isso, podemos interpretar que esse modo de fazer jornalismo está diretamente relacionado com as premissas dos Estudos para a Paz, que é a emancipação dos indivíduos diante das estruturas de opressão.

2 O JORNALISMO NA ERA DA INTERNET

As tecnologias e a evolução das plataformas de comunicação demandaram por adaptações do fazer jornalístico. Pensando nisso, este capítulo se dedica a compreender como se deu a virtualização do jornalismo. Serão exploradas as particularidades do exercício do jornalismo no ambiente online, isto é, quais são as características do jornalismo pensado exclusivamente para a internet. Serão revisitadas, também, as definições de portais de notícias, modelo de website comum na plataforma digital, e será apresentado o site de notícias G1, um dos casos analisados neste estudo. O referencial aqui descrito nos dá aportes para a compreensão das influências e dinâmicas de poder presentes no jornalismo online, nas quais se inserem os portais de notícias analisados nesta pesquisa.

2.1 Jornalismo online: surgimento e conceitos

Falar em jornalismo no século XXI é diferente de falar em jornalismo nos séculos – e até mesmo décadas – passados. Apesar dos seus objetivos e funções sociais se manterem basicamente os mesmos com o passar dos anos, todo o processo de produção jornalística, assim como a atuação profissional de jornalistas, viu impactantes mudanças.

As reconfigurações políticas, econômicas e culturais transformaram, de fato, as maneiras de se fazer comunicação: enquanto alguns governantes atuaram com um regime de censura à mídia, outros defenderam e defendem a liberdade de imprensa e de expressão; o fortalecimento do capitalismo como sistema econômico fomentou a competição entre empresas de comunicação e também possibilitou a consolidação de oligopólios de mídia; discutiu-se sobre a conduta dos profissionais e foram criados códigos de ética para o jornalismo, indicadores de quais práticas fortalecem ou desrespeitam os direitos humanos universais.

Enquanto estes são alguns aspectos que redefiniram a atuação do profissional do jornalismo, um fator que mudou drasticamente a produção de material jornalístico e a forma como as pessoas o consomem foi o avanço das tecnologias de informação. Não se faz necessário voltar à prensa e aos tipos móveis de Gutemberg para notar grandes mudanças: as estações de rádio permitiram a transmissão de notícias em tempo real; com o recurso de vídeo, os canais de televisão deram a reportagens imagens em movimento; os dispositivos

móveis, por sua vez, colocaram nos bolsos das pessoas uma vasta gama de informações com as mais variadas características.

O jornalismo sempre foi, de fato, dependente da tecnologia para existir e para alcançar os públicos, afirma Mark Deuze (2006). A sua evolução caminha junto aos avanços tecnológicos. Desta maneira, ao facilitar o acesso à informação e uma conexão muito mais veloz entre as pessoas, a internet, inevitavelmente, passou a ser pensada como suporte para o fazer jornalístico.

A produção virtualizada de notícias incorpora uma desterritorialização maior da que se via no jornalismo até então. Há, com a virtualização, um “desprendimento do aqui e agora”, afirma Pierre Lévy (1996, p. 9). Logo no ano de publicação da obra *O que é virtual?*, em 1996, enquanto o jornalismo na internet ainda engatinhava, Lévy identificou as potencialidades do virtual em modificar as práticas jornalísticas – e as humanas, em geral. Para o autor, cada aparato tecnossocial tem o seu próprio espaço-tempo: o tempo de produção e a periodicidade de uma revista não é o mesmo de uma notícia para uma página da web.

Além do mais, diferem a abrangência e o escopo de cada tipo de produção jornalística. “Cada novo sistema de comunicação e de transporte modifica o sistema das proximidades práticas, isto é, o espaço pertinente para as comunidades humanas”, escreve Lévy (1996, p. 10). Uma reportagem publicada em um portal de notícias é desterritorializada: para fins de alcance, onde a redação que a produziu – se é que tenha sido feita em uma redação – se situa pouco importa. Qualquer pessoa, com acesso à internet, pode lê-la e compartilhá-la.

A utilização da internet para fins jornalísticos não foi imediata. No início do seu desenvolvimento pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, a internet era ferramenta para estratégias militares. Pelo potencial de transmissão de informações em um tempo extremamente veloz, ela passou a ser desenvolvida para outras finalidades, inclusive para o uso pessoal. Tem-se a criação do e-mail em 1972 e o início da produção digital pelas agências de notícias United Press International e Associated Press em 1973 (PRADO, 2011). De acordo com Jim Hall (2001), a imprensa foi o terceiro setor profissional a fazer uso da internet, após o militar e o educacional.

A partir de sua popularização nos anos 1990, com a criação de uma grande quantidade de veículos de comunicação online e com maior facilidade no acesso à internet, passa-se a pensar o que, verdadeiramente, é o jornalismo online e como ele se singulariza no atual panorama da comunicação. Em meados dessa década, têm início, de acordo com Deuze

(2006), as pesquisas sobre jornalismo digital.

Segundo Luciana Mielniczuk (2003), não há um consenso em relação a qual nomenclatura empregar para se referir ao jornalismo feito para a internet e com o seu auxílio. No Brasil, a tendência é o uso dos termos “jornalismo online” e “jornalismo digital”, utilizados nos Estados Unidos (MIELNICZUK, 2003). Outros termos, também utilizados, são “jornalismo eletrônico”, “ciberjornalismo”, “webjornalismo” e “jornalismo multimídia”. Embora haja tentativas de encontrar especificidades de cada denominação, opto, neste trabalho, pelos termos “jornalismo digital” e “jornalismo online”, pelo seu recorrente uso em trabalhos acadêmicos brasileiros, utilizados aqui indistintamente.

A criação de uma nova plataforma de comunicação tende a reproduzir as características das anteriores. Este pensamento, difundido por Marshall McLuhan, se aplicou, também, ao caso do jornalismo digital: o primeiro modelo de jornalismo na internet era baseado na transposição de conteúdos do impresso, isto é, eram selecionados os conteúdos de maior relevância produzidos originalmente para jornais e revistas para serem disponibilizados, integralmente, nos seus respectivos websites. Devia-se isto, também, a algumas questões técnicas, como a baixa velocidade da internet e as suas interfaces simples (CANAVILHAS, 2003). Ainda, os conteúdos transpostos não eram atualizados ao longo do dia (PRADO, 2011), o que tornava os computadores apenas um novo aparato tecnológico para facilitar a leitura dos conteúdos originalmente impressos.

A internet era vista, pelas empresas de comunicação, como altamente destrutiva: não eram adicionados conteúdos originais aos websites para garantir que estes serviços não tomassem o lugar dos tradicionais, que ainda geravam lucros (NGUYEN, 2008). Apesar disso, a internet era uma forma menos custosa de expansão de mercado, uma vez que não havia a necessidade de concessões governamentais para a aquisição de canais (PRADO, 2011). Aleta Dreves et al. (2002). afirmam que os proprietários dos meios impressos acreditavam que o online funcionava como publicidade: usava-se a internet para difundir o jornal, estimulando os leitores a se tornarem assinantes da versão impressa.

Inevitavelmente, a internet chegou ao alcance de um número gigantesco de pessoas e, com isso, os veículos de comunicação tiveram que ceder e se adaptar a ela – “de modo geral, quando uma nova tecnologia aparece, a demora em aceitá-la é natural, até que se possa entender todas as suas potencialidades e aplicações” (PRADO, 2011, p. 34). O medo da obsolescência dos meios tradicionais foi um aspecto que acelerou o processo de

desenvolvimento do jornalismo online não transpositivo (NGUYEN, 2008). As empresas jornalísticas, afirma Suzana Barbosa (2002), viram que, para que seus conteúdos tivessem visibilidade e fossem acessados na internet, era necessário que material exclusivo fosse ofertado, com “canais de notícias em 'tempo real' para despertar e criar o hábito da leitura da versão online”.

A convergência de formatos possibilitada pela internet colaborou para a criação de uma linguagem própria no jornalismo online, calcada no hipertexto e na não linearidade (CANAVILHAS, 2003). A hipertextualidade e a multimídia objetivam impugnar as regras de recepção, engessadas, conforme afirma João Canavilhas (2003), impostas pelo jornalismo tradicional e pelo jornalismo online transpositivo. Isto significa que podem existir diversos percursos possíveis durante o consumo de um material jornalístico digital: um texto, além de conter galerias de fotografias, vídeos e áudio, direciona o leitor a páginas do mesmo ou de outros websites. Incorporar, nas próprias matérias, as fontes de onde informações foram retiradas é o maior desenvolvimento do jornalismo online, segundo Hall (2001). Com isso, os leitores puderam ter acesso integral às fontes originais de informação, a pesquisas e aos dados utilizados em uma reportagem.

A multimídia e a hipertextualidade são, de acordo com Marcos Palácios (2003), características intrínsecas do jornalismo online, juntamente à interatividade, à personalização, à instantaneidade e à memória.

A interatividade é um dos principais aspectos da notícia digital. Na verdade, conforme aponta Mielniczuk (2000), esta interatividade é formada por distintos processos interativos: o usuário estabelece interações tanto com a máquina quanto com a própria publicação e com as outras pessoas conectadas à rede. O consumidor não é mais receptor passivo: ele tem o poder, na internet, de opinar, sugerir, criticar e produzir conteúdo muito mais facilmente que nos outros meios. Há, neste caso, um nivelamento da relação hierárquica entre aqueles que produzem materiais e os que os consomem (HALL, 2001). Com esse atributo, passa a existir uma maior aproximação do leitor com o veículo de comunicação, uma vez que a relação entre os dois deixa de ser unidirecional. Para Magaly Prado (2011, p. 51), quando há a opção de interação do leitor com o conteúdo, mesmo que ele não o faça, cria-se a sensação de transparência e o leitor, “satisfeito”, volta a procurar mais informação no mesmo website e a divulgar em suas redes sociais ou fora delas.

Outra característica do jornalismo online apontada por Marcos Palácios (2003) é a

personalização. Isto significa que, em alguns websites de notícias, é possível que o usuário faça uma pré-seleção dos assuntos que mais tem interesse e receba conteúdo personalizado. Um dos veículos pioneiros a utilizar deste artifício, após o período do jornalismo transpositivo, foi o Personal Journal, criado em 1995 pelo Wall Street Journal. Nesse website, o assinante podia selecionar conteúdo conforme suas preferências para, posteriormente, receber um portfólio com notícias sobre os temas escolhidos (FERRARI, 2014). Além disso, *cookies* e escolhas feitas na assinatura de um portal de notícias podem moldar o conteúdo recebido pelos usuários (CANAVILHAS, 2003).

A memória, de acordo com Palácios (2003), tem a ver com o armazenamento e disponibilização de notícias na internet. Os conteúdos produzidos pelos canais de comunicação online permanecem armazenados em seus websites, disponíveis a qualquer momento para consulta. Qualquer material jornalístico guardado na internet pode ser recuperado facilmente por meio de ferramentas de busca, por palavras-chave ou por *tags*, diferentemente dos acervos de jornais ou revistas, que ocupam extensos espaços e ficam restritos a coleções pessoais, bibliotecas e hemerotecas. A internet possibilitou, inclusive, a digitalização e o armazenamento de documentos jornalísticos físicos.

Um aspecto importante do jornalismo online é a instantaneidade: na web, as notícias são atualizadas continuamente, ou seja, a agilidade da produção e disponibilização do conteúdo é muito maior que nas plataformas de comunicação mais antigas. Uma notícia, mesmo depois de publicada, pode receber inúmeras atualizações, na medida em que vão surgindo informações mais detalhadas sobre o assunto. Mesmo já havendo a possibilidade da instantaneidade no rádio ou na televisão, é na internet que ela ganha mais força, já que as atualizações não necessitam aparatos tecnológicos complexos e podem ser feitas remotamente (PRADO, 2011).

Pela demanda de materiais jornalísticos 24 horas por dia, muda, também, o modo de produção das notícias. Como já afirmado nesse capítulo, cada meio de comunicação tem seu próprio espaço-tempo: os jornais, por exemplo, são publicados, em sua maioria, diariamente. Se algo com valor-notícia acontece durante ou após o processo de impressão nas gráficas, há de se esperar até o dia seguinte para informá-lo aos leitores. Entretanto, a sua produção de notícias, nesse caso, é mais rápida que nas revistas, por exemplo. Não é possível fazer uma generalização e afirmar que o processo é o mesmo em todos os jornais e revistas, mas, estas últimas, geralmente com periodicidade semanal, trabalham com textos mais aprofundados e

aos jornalistas é dado mais tempo e mais espaço que nas publicações diárias.

Passa-se a se pensar, em relação à produção de notícias, na arquitetura da informação. Isto quer dizer, nas palavras de Pollyana Ferrari (2014, p. 77), que “não basta ter uma boa reportagem na mão para achar que ela fará sucesso na *homepage*, é preciso saber onde publicar e em que horário” – ou seja, as notícias, na web, também demandam por estratégias de publicação e alcance.

Deuze (2006, p. 18) sintetiza a atuação do jornalista online:

[Ele] tem que fazer escolhas relativamente ao(s) formato(s) adequado(s) para contar uma determinada história (multimédia), tem que pesar as melhores opções para o público responder, interagir ou até configurar certas histórias (interactividade) e pensar em maneiras de ligar o artigo a outros artigos, arquivos, recursos, etc., através de hiperligações (hipertexto).

A internet é, em si, complexa. É hospedada nela uma gigantesca variedade de sites de notícias – desde portais que visam informar o usuário de maneira rápida, com curtos textos de dois ou três parágrafos, a sites que se dedicam a fazer coberturas bem detalhadas, utilizando uma pluralidade de fontes e múltiplos formatos, como texto, fotografia e vídeo, e promovendo discussões. Por esta razão, o modo de produção de uma notícia online também varia. Muitos sites querem dar as notícias antes dos outros meios de comunicação, como a televisão e o rádio, o que torna o intervalo entre o acontecimento e a distribuição de seu relato muito menor (CHRISTOFOLETTI, 2008).

Diferentemente da radiodifusão, conforme explica An Nguyen (2008), a distribuição de conteúdo, na plataforma digital, é distinta: na primeira, o transmissor envia, simultaneamente, informação a todos os usuários que estejam sob o raio de alcance do emissor (é necessário, também, que eles estejam com os aparelhos, como rádio ou televisão, ligados no momento), isto é, se certo conteúdo vai ao ar, todas as pessoas, indistinta e inevitavelmente, o receberão. Por sua vez, na internet, há o armazenamento de informações, que podem ser acessadas sob demanda: além de todos os usuários estarem conectados entre si, os conteúdos não necessariamente precisam ser consumidos no momento de sua transmissão. Manuel Castells (2003, p. 8) sintetiza a ideia: “a internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”.

Rogério Christofolletti (2008) afirma que, mesmo na internet, plataforma de

distribuição de notícias diferente da radiodifusão, as etapas da produção jornalística não mudam. O que acontece, por outro lado, é uma demanda de maior eficiência e agilidade dos jornalistas, que veem seus prazos vencendo mais rapidamente. Esta situação obriga o profissional a “escolher entre ser altamente competente ou queimar algum estágio [do processo de produção da notícia] (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 98). Demanda-se que o jornalista, além de entender o funcionamento e as ferramentas do meio digital, esteja atualizado permanentemente e que faça várias tarefas concomitantes, como a redação de textos, a produção de fotografias, vídeos e áudio e até mesmo desenvolva páginas da web (PRADO, 2011; HALL, 2001).

Sobre trabalhar em um veículo de jornalismo online, Ferrari (2014, p. 14) afirma:

[...] na verdade, você jamais se desliga do trabalho, mesmo quando está andando no parque em pleno domingo. É um estado de alerta permanente. É viver “antenado” com tudo, seja dentro do ônibus voltando para casa, ou mesmo no chope com os amigos no sábado à noite. Isso é ser repórter web.

A internet trouxe consigo várias novas oportunidades para o jornalismo. Pode-se destacar, primeiramente, a facilidade no consumo de notícias. Um usuário com acesso à internet pode visitar qualquer página da web que ofereça conteúdo jornalístico, sendo, muitos deles, gratuitos. Ademais, o acesso pode ser feito não somente em um computador, mas em qualquer dispositivo móvel. Muitas empresas jornalísticas disponibilizam, além de suas páginas em versão *desktop*, conteúdos exclusivos direcionados a tablets ou telefones celulares, como aplicativos de notícias.

No jornalismo online, torna-se mais fácil a busca por conteúdo altamente segmentado. Os jornais de grande circulação nacional, bem como as revistas semanais de notícias, trazem assuntos variados, divididos em editorias. Embora existam jornais e revistas segmentados, que trazem com exclusividade temas como esportes, economia, moda ou música, na internet é possibilitado o acesso a veículos tanto nacionais quanto internacionais e, conforme já mencionado neste texto, a atualização dos seus conteúdos é mais frequente.

Um acontecimento que, de muitas formas, marcou o jornalismo no século XXI, especialmente na década de 2010, foi o surgimento das redes sociais online. Estas são construídas por meio de interações e estruturadas por conexões – centenas ou milhares delas, muitas vezes – entre as pessoas, criando uma ampla rede de contatos (RECUERO, 2009). Para

alcançar um grande número de usuários, empresas de jornalismo mantêm perfis em redes sociais, como Facebook, Twitter e YouTube, a partir das quais os usuários, além de comentar, curtir e compartilhar suas notícias (o que abre a possibilidade de interação com outros usuários que fazem as mesmas ações), são direcionados às webpages do veículo de comunicação, caso considere um assunto ou postagem interessante.

Raquel Recuero (2009) traça algumas relações entre as redes sociais e o jornalismo online. Primeiramente, a autora destaca o papel desses websites como fontes para notícias: isso se dá, em um primeiro momento, por as redes sociais online servirem como uma forma de diário para seus usuários, onde postam tanto suas percepções e opiniões sobre determinados assuntos quanto textos, fotos e vídeos de acontecimentos cotidianos, atuando como disseminadores de informações. Além disso, pela grande quantidade de usuários - o Facebook, por exemplo, é acessado por 1,47 bilhão de usuários em um único dia⁶ -, as redes sociais podem ser utilizadas para encontrar pessoas específicas, como profissionais ou especialistas em algum tema, com o objetivo de fechar uma pauta.

A segunda relação entre o jornalismo digital e as redes sociais na internet é o compartilhamento e o repasse de informações. Isso compreende, segundo Recuero (2009), o processo de difundir, nas redes sociais, tanto informações publicadas nelas próprias (no caso, por exemplo, dos *retweets* no Twitter e dos compartilhamentos no Facebook) quanto informações oriundas de sites de notícias. A partir desse artifício, junto à possibilidade de expressar opiniões e reverberar as notícias, tem-se outra propriedade das redes sociais online: seu status como espaço de circulação de informações (RECUERO, 2009).

Embora sejam variadas as mudanças e, também, as facilidades trazidas ao jornalismo pela internet, é possível, do mesmo modo, apontar algumas preocupações geradas pelo jornalismo online. A internet em si corrobora para a potencialização de crimes, deslizes e práticas anti-éticas (CHRISTOFOLETTI, 2008). No âmbito jornalístico, especificamente, já em meados da década de 1990, durante as fases iniciais do jornalismo na internet, Pierre Lévy (1996, p. 28) afirmava: “no mundo digital, a distinção do original e da cópia há muito perdeu qualquer pertinência”. A notícia no virtual – tal como qualquer outro material, jornalístico ou não –, desterritorializada, é montada a partir de um texto “sem fronteiras nítidas” (LÉVY, 1996, p. 29). Torna-se fácil a atribuição da autoria de um texto a quem não o redigiu. Além

⁶ Informações e estatísticas do Facebook. Disponível em <https://newsroom.fb.com/company-info/>. Acesso em 5 jan. 2019.

disso, a repetida fragmentação do texto, copiado e colado inúmeras vezes, em diferentes sites de notícias, blogs e redes sociais, dificulta o entendimento sobre quais trechos ou dados são falsos ou verdadeiros ou sobre quais informações foram acrescentadas não consentidamente à fonte original.

Sucedee, desta maneira, o fenômeno das *fake news*. Notícias falsas são fabricadas ou manipuladas com o intuito de disseminar informações de aparência verdadeira, comumente com fins políticos ou visando aos interesses de grupos determinados. Estas informações, escritas não necessariamente por um profissional de jornalismo, inundam as redes sociais e são compartilhadas sem devida checagem. É comum, também, que falas de políticos ou outras pessoas públicas, tidas naturalmente como críveis, sejam copiosamente replicadas sem verificação.

Surgem, por uma demanda do panorama da comunicação no momento, serviços de checagem de fatos (ou *fact-checking*), visando esclarecer ao público se certas informações ou dados foram ou não adulterados. A Lupa⁷, agência de *fact-checking* do grupo Folha, é um exemplo. Jornalistas checam o discurso de políticos e outras personalidades de destaque nacional sobre temas de interesse público a fim de verificar o grau de veracidade das declarações. Durante a checagem, atribui-se aos trechos das declarações classificações como “falso” ou “verdadeiro”, quando é possível comprovar a autenticidade, e outras como “ainda é cedo para dizer” (quando a informação pode vir a ser verdadeira, mas ainda não é) ou “insustentável” (quando não há dados públicos que comprovem sua veracidade). Esta metodologia foi formulada com base em outras plataformas de *fact-checking*, como Chequeado, da Argentina, e Politifact, dos Estados Unidos.

O portal de notícias G1, do Grupo Globo, também conta com uma seção de checagem de informações, chamada Fato ou Fake⁸. São monitoradas e verificadas por jornalistas tanto as declarações de políticos quanto mensagens compartilhadas nas redes sociais. Sob o mote de que “o bom jornalismo nasce da dúvida”, o portal de notícias verifica as informações levando em consideração três critérios: a transparência de fontes (apresentar todas as fontes consultadas durante a checagem das informações), de metodologia (destacar o que levou a informação a ser checada, bem como o processo de checagem) e de correções (identificar, caso haja, as modificações da checagem).

⁷ Agência Lupa. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>. Acesso em 3 ago. 2018.

⁸ Fato ou Fake. G1. Disponível em <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>. Acesso em 3 ago. 2018.

Nguyen (2008) coloca a segmentação como outra desvantagem do jornalismo online. Na mesma medida em que este critério pode ser benéfico, uma vez que é possível criar conteúdos mais detalhados, lidos por pessoas que se interessam profundamente pelo tema e feitos por profissionais especializados, o público, em certos casos, segundo o autor, se restringe a consumir apenas informações que lhe interessam. Deve-se considerar, entretanto, que este aspecto não é exclusivo do jornalismo digital: é possível que o leitor de um jornal impresso leia apenas a editoria com a qual mais tem afinidade ou que ele compre uma revista especializada ou ainda que assista apenas a um programa de televisão ou canal de um segmento determinado.

Além disso, Christofolletti (2008) coloca que o jornalismo na internet pode fazer as pessoas se sentirem desatualizadas ou estressadas com o grande volume de informação. A velocidade da atualização dos sites de notícias faz com que alguns acontecimentos sejam esquecidos mais rapidamente: uma notícia, logo depois de publicada, dá lugar a outra, e assim sucessivamente, dificultando a criação de um debate profundo acerca dos temas tratados (NGUYEN, 2008).

Deuze (2006) comenta que o jornalismo na internet amplifica uma cultura jornalística mais aberta, conectiva e de natureza dialogante, uma vez que possibilita a interação dos usuários e são criados fóruns de discussão. O autor ressalta que até mesmo os meios de comunicação mais tradicionais tendem a adotar maneiras para melhor se “[conectarem] às preferências e prioridades em constante mutação dos utilizadores”, o que seria uma forma de “jornalismo monitorial” (DEUZE, 2006, p. 30).

2.2 Os portais de notícias

O jornalismo online redefiniu o modo como as pessoas consomem informação: os portais de notícias – regionais, nacionais e internacionais – podem ser acessados sem hora e lugar específicos e facilitam a divulgação de informações sobre temas específicos, sobre os quais os consumidores têm grande interesse.

O jornalismo de portal é enquadrado, de acordo com Mielniczuk (2000) como um segmento do jornalismo online, ao lado de boletins e informativos enviados por e-mail, via fax, *paggers*, entre outros. De acordo com Barbosa (2002, p. 51), jornalismo de portal é “marcado por uma dinâmica mais ágil, principalmente pela consolidação do modelo de notícias em tempo real, as chamadas *hard news*, bem próximas do formato de conteúdos

gerados pelos canais de notícias 24 horas [...]”.

A inserção e a popularização das notícias na internet ocorreu durante a década de 1990. Os primeiros portais surgiram, nos Estados Unidos, a partir de 1994 (BARBOSA, 2003), quando publicações como o Daily Telegraph e o Financial Times disponibilizaram seus websites. O termo “portal”, entretanto, no contexto dos websites, significando “porta de entrada”, foi usado, inicialmente, em 1997 (FERRARI, 2014). No início da década, a maior parte dos usuários da internet eram acadêmicos e entusiastas da computação (HALL, 2001). Em 1996, ano em que o estadunidense The New York Times ficou online, haviam mais de mil jornais na internet (HALL, 2001). Até 1999, eram contabilizadas mais de três mil publicações jornalísticas online (PRADO, 2011). O número cresceu de mais de cinco mil em 2001 para aproximadamente 13,5 mil veículos online em 2002 (NGUYEN, 2008).

No Brasil, a primeira empresa de informação a ter um website foi a Agência Estado e o primeiro jornal a ter presença online, em 1995, foi o Jornal do Brasil (PRADO, 2011). No mesmo ano, houve o lançamento do Brasil On-line, primeiro portal de notícias brasileiro em tempo real, e da primeira versão online da Folha de S. Paulo. O UOL lança seu portal no ano seguinte, com bate-papo, extenso arquivo de textos, classificados e outras ferramentas (PRADO, 2011). No ano 2000, a Revista Veja cria sua versão digital e é criado o website iG, com o portal Último Segundo, o primeiro no Brasil a produzir notícias exclusivamente para a web (PRADO, 2011). A internet se torna, na década de 2000, a mídia mais consumida no mundo (PRADO, 2011).

Heloiza Herscovitz (2009) define os portais como sites que, além de oferecer conteúdos editoriais semelhantes aos da imprensa, aglutinam informações distintas, como e-mail, bate-papo e diferentes tipos de serviços, como previsão do tempo e cotações financeiras. O objetivo, com isso, é evitar a dispersão do internauta para outros sites, uma vez que, com uma maior variedade de elementos, ele poderia permanecer mais tempo em um único portal (FERRARI, 2014). A variedade de elementos dos portais possibilita ao internauta a construção de roteiros de leitura específicos, criados por eles próprios (BARBOSA, 2003). Esses sites têm o papel de *gatekeepers*, uma vez que filtram a enorme quantidade de informações disponíveis na internet (HERSCOVITZ, 2009). De acordo com Ferrari (2014, p. 30), o conteúdo jornalístico tem sido “o maior chamariz” dos portais.

O modelo de portal de notícia citado anteriormente se tornou muito popular durante, principalmente, o início da década de 2000. No contexto atual, pode-se distinguir, entretanto,

os portais de conteúdos variados dos portais de notícias. Em âmbito brasileiro, a primeira categoria tem como exemplo o site Terra. Na sua *homepage* estão dispostas diversas manchetes jornalísticas de diferentes editorias, como economia, entretenimento, esportes e tecnologia. Além disso, o portal oferece vários outros serviços: hospedagem de sites, loja virtual, antivírus e e-mail profissional. Os sites UOL e MSN funcionam sob o mesmo esquema. O site G1, por outro lado, é um exemplo de portal exclusivamente jornalístico: ele tem como foco a produção de notícias, divididas em diferentes seções. Sites de veículos jornalísticos impressos, como o El País e o Estadão são configurados similarmente.

Ferrari (2014) comenta que o modo como os portais se consolidaram no Brasil e nos Estados Unidos foi diferente. Enquanto, neste último, eles se desenvolveram a partir dos sites de busca, no Brasil eles emergem de dentro das empresas jornalísticas já existentes. Isto faz com que os mesmos grupos que possuem conglomerados de mídia – emissoras de televisão nacionais e suas afiliadas, jornais impressos, redes de rádio etc – sejam proprietários, também, dos portais de notícias (FERRARI, 2014). Herzcovitz (2009) acrescenta que há, também, portais filiados a grandes empresas privadas fora do setor de mídia ou a companhias transnacionais.

Sobre os portais de notícia do Brasil, Herzcovitz (2009, p. 4) sintetiza:

A pressão pelo lucro empresarial nos portais de internet levou a um aumento da publicidade online e do espaço dedicado a notícias de entretenimentos e boletins, seguindo sugestões feitas por estrategistas de marketing. Além disso, o baixo rendimento forçou essas organizações a reduzirem seus custos. Os portais têm redações pequenas onde os repórteres trabalham em reportagens frequentemente baseadas apenas em fontes oficiais, que são ávidas por fornecer pontos de vista. Em adição a isso, uma grande parte do que é publicado vem de agências de notícias e das empresas parceiras.

A partir de 2001, as agências de notícias, de fato, marcaram a forma de como a informação era produzida e disseminada pelos portais (FERRARI, 2014). De acordo com a autora, grande parte do conteúdo jornalístico da época consistia na reprodução ou tradução de produções de agências jornalísticas. O leitor, então, acabava consumindo a mesma informação, embora tenha sido obtida de diferentes portais; o que variava, nestes casos, era o empacotamento da notícia, ou seja, havia pequenas mudanças como o título, a linha fina, as fotografias ou a fragmentação do texto em matérias distintas (FERRARI, 2014).

Desde então, embora os portais de notícias ainda utilizem informações oriundas de

agências de notícias, eles visam à criação de conteúdo exclusivo, a fim de fidelizar o consumidor. A variedade dos sites de notícias atualmente é grande: há espaço tanto para aqueles que produzem notícias curtas e superficiais quanto para os que visam a informações mais aprofundadas, com variedade de recursos multimidiáticos.

O levantamento bibliográfico sobre jornalismo online contribui para gerar reflexões acerca dos modos de produção jornalística nas condições sociais e econômicas atuais, moldadas a partir dos avanços das tecnologias. Além disso, faz-nos ponderar sobre o *modus operandi* do jornalismo na internet, distinto daquele pensado para mídias *offline*. Tais como seu desenvolvimento e popularização, os estudos e teorias sobre esse tema ainda são recentes, quando inseridos na linha cronológica tanto da atuação profissional do jornalista e quanto da ciência da comunicação social e do jornalismo.

Dessa forma, revisitar o desenvolvimento e alguns dos principais conceitos do jornalismo online é necessário para podermos pensar nas maneiras e/ou possibilidades de inserção e problematização do jornalismo para a paz nesta plataforma, assim como nos fatores que inviabilizam ou favorecem o seu progresso.

2.2.1 O portal G1

O portal de notícias G1⁹, mantido pelo Grupo Globo de comunicação, foi criado no dia 18 de setembro de 2006 e substituiu o antigo portal globonews.com, criado em 2001. O site disponibiliza conteúdos – em diversos formatos, como texto, vídeo e foto – próprios, produzidos com exclusividade para o portal, e produções de outros setores do Grupo Globo, como Globonews (canal de notícias 24 horas), rádios Globo e da Rede Globo (rede de televisão aberta). Nestes casos, o portal é alimentado com conteúdos jornalísticos em formato de vídeo, principalmente, que foram ao ar nos canais de televisão. Exemplos de programas da Rede Globo que têm suas produções disponibilizadas no G1 são os telejornais *Bom Dia Brasil*, *Globo Rural*, *Jornal da Globo*, *Jornal Hoje* e *Jornal Nacional*, e programas de variedades como *Autoesporte*, *Bem Estar*, *Fantástico* e *Profissão Repórter*.

As editorias do portal de notícias G1 são as seguintes: *Agro*; *Carros*; *Ciência e Saúde*; *Concursos e Empregos*; *Economia*; *Educação*; *Fato ou Fake*; *Monitor da Violência*; *Mundo*; *Natureza*; *Olha que Legal*; *Planeta Bizarro*; *Política*; *Pop & Arte*; e *Tecnologia*.

As notícias produzidas pelo portal têm abrangência regional, nacional e internacional.

⁹ Página inicial do portal de notícias G1. Disponível em <https://g1.globo.com/>. Acesso em 6 ago. 2018.

Todas as regiões do Brasil são cobertas pelo G1. No Estado de São Paulo, as notícias são agrupadas em 13 regionais: Bauru e Marília; Campinas e região; Itapetininga e região; Mogi das Cruzes e Suzano; Piracicaba e região; Presidente Prudente e região; Ribeirão Preto e Franca; Santos e Região; São Carlos e Araraquara; São José do Rio Preto e Araçatuba; São Paulo e região; Sorocaba e Jundiaí; e Vale do Paraíba e região.

O portal de notícias conta, ainda, com seções específicas de blogs e colunas, serviços (incluindo previsão do tempo, calculadoras, concursos e loterias) e conteúdos publicitários. Há ainda, na página inicial do G1, uma caixa de texto destacando as cinco notícias mais lidas do website.

O G1 tem como base os princípios editoriais do jornalismo do Grupo Globo. De acordo com tais princípios, o jornalismo, para essa empresa, é uma forma de apreensão da realidade: “é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre [quaisquer] fatos e pessoas” (GRUPO GLOBO, s.d., p. 3).

O propósito dos veículos jornalísticos do Grupo Globo é conhecer, produzir conhecimento e informar. Seus jornalistas trabalham, segundo os seus princípios editoriais, tendo a isenção em mente, como objetivo declarado, uma vez que o grupo se autodeclara apartidário, laico, independente de governos e grupos econômicos, contra todos os tipos de preconceitos e a favor da diversidade do Brasil. Há três pilares nos quais se sustenta a informação de qualidade, de acordo com o Grupo Globo: a isenção, a correção e a agilidade.

O G1 conta com cinco redações, localizadas nas emissoras Globo em Belo Horizonte, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Além destas, conta com equipes próprias em todas as emissoras afiliadas. O conteúdo do G1 está disponível nas versões *desktop* e para dispositivos móveis.

Figura 1 - Página inicial do website G1, em 27 de janeiro de 2019

The screenshot shows the G1 website homepage. At the top, there's a navigation bar with 'globo.com', 'g1', 'globoesporte', 'gshow', and 'vídeos'. On the right, there are links for 'ASSINE JÁ', 'MINHA CONTA', 'E-MAIL', and 'ENTRAR'. Below this is a red header with the G1 logo and a search bar labeled 'BUSCAR'. A left sidebar contains a 'MENU' section with various categories like 'editorias', 'carnaval 2019', 'regiões', 'telejornais', 'globonews', 'blogs e colunas', 'podcasts', 'serviços', 'vídeos', and 'especial publicitário'. The main content area features several news articles. The top article is 'Sirene foi acionada na madrugada; 3 mil foram orientados a deixar casas' with a sub-headline 'Antes, bombeiros falavam em 24 mil que deveriam sair de residências, mas número foi revisado. Leia a reportagem completa do 3º dia.' Below it is 'OUÇA: 'Atenção, evacuação geral. Procure o lugar mais alto da cidade'' with a sub-headline 'Há 7 horas — Em Minas Gerais'. Further down is '10 corpos são achados em ônibus que levava funcionários da Vale' with a sub-headline 'Há 3 horas — Em Minas Gerais'. At the bottom left is '130 militares de Israel chegam hoje para reforçar buscas em Brumadinho' with a sub-headline 'Avião com cadáveres embarca de Jerusalém às 5h'. On the right, there's a weather widget for Bauru showing a probability of 80% for 18mm of rain, with icons for 'manhã', 'tarde', and 'noite', and temperatures of 32° max and 20° min. Below the weather is a 'Mais Lidas' section with five top stories: 1. 'Menino que caiu em poço é encontrado morto na Espanha', 2. 'Tragédia em Brumadinho: buscas temporariamente interrompidas, 37 mortes confirmadas, novo bloqueio de R\$ 5 bi da Vale; SIGA', 3. 'Antes e depois: veja imagens do rompimento de barragem da Vale em Brumadinho, MG', 4. 'Justiça de MG determina bloqueio de R\$ 1 bilhão da Vale após desastre em Brumadinho', and 5. 'Barragem da Vale se rompe em Brumadinho, MG'. At the bottom right, there's a link for 'Agenda do Carnaval'.

Fonte: captura de tela do site G1. Disponível em <https://g1.globo.com/>. Acesso em 27 jan. 2019

3 “...A OUTRA OPINIÃO”: ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA AL JAZEERA

Tradicionalmente, a conjuntura sociopolítica dos países do mundo árabe limitou a atuação dos meios de comunicação, marcados por uma forte vigilância dos governos e pouca abertura à pluralidade de opiniões. A emissora Al Jazeera surge contrariando essa afirmação, sendo o resultado de um suposto progressismo do governo do Catar nas últimas décadas. Este capítulo se debruça sobre o surgimento da rede Al Jazeera e sobre a sua importância social e política no contexto da comunicação midiática do mundo árabe. Para isso, será explorado, primeiramente, a conjuntura histórica e política do Catar, país sede da emissora, a fim de compreender quais foram as estruturas que permitiram o seu surgimento. Da mesma maneira, será apresentada uma visão global acerca da mídia árabe antes do surgimento da Al Jazeera, o que nos facilitará o entendimento dos principais motivos pelos quais esta organização é considerada um marco para a imprensa árabe. Ademais, o capítulo detalhará aspectos específicos da emissora Al Jazeera English e do website de mesmo nome.

3.1 Catar: contexto histórico e político

País peninsular localizado no nordeste da Península Arábica, o Catar viu, ao longo do século XX, enormes mudanças no que diz respeito, principalmente, a sua economia e influência no cenário internacional. Com aproximadamente 2,6 milhões de habitantes em 2017, a nação é de maioria muçulmana e tem a língua árabe como idioma oficial.

O emirado do Catar é governado pelo xeique Tamim bin Hamad Al Thani, cuja família está no poder desde meados do século XIX, quando o país começava a se estabelecer como um território político distinto.

A chegada dos otomanos à Península do Catar, em 1871, que tiveram suas tropas acolhidas pelo xeique Jassim bin Mohammed Al Thani (ULRICHSEN, 2014), foi um momento decisivo para a reconfiguração política e social do país. Em troca de receber os otomanos, Jassim Al Thani ganhou legitimação como *kaymakam*¹⁰ do Catar (ULRICHSEN, 2014) e um acordo de proteção em caso de ataques. Nessa época, instaurou-se a estrutura burocrática do país: foram criados novos empregos - além do *kaymakam*, outros cargos oficiais foram estabelecidos -, o território do país foi demarcado, Doha foi institucionalizada

¹⁰ Os *kaymakams*, de acordo com o Historical Dictionary of the Ottoman Empire (SOMEL, 2003, p. 152), eram representantes em exercício, ou governadores de províncias durante o Império Otomano.

como a capital e as vilas mais distantes foram registradas (ROBERTS, 2017). Por essa razão, Jassim bin Mohammed é tido como o líder que arquitetou a formação moderna do Catar (ULRICHSEN, 2014).

Os otomanos, que já haviam sido derrotados pelos cataris na Batalha de Al Wajbah (ROBERTS, 2017), travaram, anos depois, guerra com os britânicos. Visando à manutenção da sua segurança, que era respaldada pelo Reino Unido, o governo catari decidiu tomar o lado dos europeus. Como desfecho, o Catar assinou, em 3 de novembro de 1916, um tratado que fazia do país um protetorado britânico (ULRICHSEN, 2014).

Em relação à economia do Catar nessa época, Jill Crystal (1989) afirma que não existia assídua atividade mercantil no país: além de a península se encontrar fora das rotas marítimas de comércio, seu território limitado e clima dificultavam a diversificação de produção. Desta maneira, a economia do país era sustentada, primariamente, pela produção e comércio de pérolas. Havia, em pequena escala, atividades pesqueiras e agropecuárias, mas não eram suficientes para abastecer a população, obrigando o país a importar comida (ANTHONY; CRYSTAL, 2019). Por depender exclusivamente de uma única cultura, o Catar se encontrou em estado de crise quando o comércio internacional de pérolas entrou em colapso, logo após a Grande Depressão, em 1929, motivado, principalmente, pela ascensão do cultivo de pérolas no Japão. As movimentações financeiras passaram a ser feitas somente a nível doméstico, levando muitos comerciantes a deixarem o Catar (CRYSTAL, 1989).

Os anos 1930 determinaram o futuro econômico do Catar: durante essa década, foram descobertas as grandes reservas de petróleo do país. Por essa razão, aumentaram a população do país e o seu produto interno bruto (PIB) ao longo do século: as cifras que passavam ligeiramente os 300 milhões de dólares no início da década de 1970 chegaram, segundo o Banco Mundial, a mais de 206 bilhões em 2007, consolidando a nação como uma das grandes potências do Oriente Médio¹¹.

Com a produção de petróleo aumentando exponencialmente e as exportações sendo iniciadas ao final da década de 1940, o Catar, antes uma das regiões mais pobres da Península Arábica, passou a ser um polo econômico internacional (ULRICHSEN, 2014). De acordo com o verbete escrito por John Duke Anthony e Jill Crystal para a Encyclopædia Britannica (2019), os cataris tinham uma das maiores rendas per capita do mundo nos anos 1970.

¹¹ Dados demográficos e econômicos do Catar. Banco Mundial. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/qatar>. Acesso em 6 nov. 2018.

Nesse período, o xeique tinha a intenção de manter sua reputação perante tanto a população do país quanto a família real (ROBERTS, 2017). Para tal, além de fazer investimentos na infraestrutura do país, concedia privilégios, como a concessão de ministérios e a prioridade na aquisição de terras, aos membros de sua família (ROBERTS, 2017), que, segundo Ulrichsen (2014), recebia metade de todos os dividendos da indústria petroléira do Catar (25% dos lucros provindos do petróleo iam para a família al-Thani, outros 25% para o próprio emir e os 50% restantes para o tesouro nacional).

Os cataris só tiveram sua independência em setembro de 1971, após a retirada das tropas britânicas do Golfo Pérsico (ULRICHSEN, 2014). Conforme ressalta Ulrichsen (2014), na medida em que os estados do Golfo procuravam alternativas para a proteção de seus territórios, o emir Ahmed bin Ali Al Thani, do Catar, planejou a formação de uma coalizão de estados árabes, composta por nove emirados. A união estabelecida em fevereiro de 1968 enfrentou dificuldades para se manter como tal, tendo como principal obstáculo a recusa do Catar em aceitar a dominação do Bahrein (ULRICHSEN, 2014). Por este motivo, estes dois países declararam independência (Bahrein em agosto de 1971 e Catar no mês seguinte) e o restante das administrações se unificou como Emirados Árabes Unidos.

Entre os anos 1970 e 1980, motivada pelo início das operações na Bul Hanine, a maior reserva de petróleo *offshore* do Catar, houve uma alta no preço do petróleo, chegando a seu pico em 1981 (ULRICHSEN, 2014). No fim da década de 1970, o Catar ganhou controle da North Field, a maior reserva de gás natural não associado¹² do mundo, o que colaborou para a projeção internacional da nação (ULRICHSEN, 2014).

Durante esse período, o país passou a ser governado pelo emir Khalifah bin Hamad Al Thani, que, de acordo com David B. Roberts (2017), foi o primeiro líder do Catar a contrariar os interesses dos demais membros da dinastia e a governar, de fato, para a população. Levando em consideração uma população não muito grande do Catar na época, o governo pôde desenvolver programas sociais (DARGIN, 2007) e oferecer diversos benefícios aos cidadãos, como concessão de terras, financiamentos sem juros e auxílio financeiro a homens catarenses que se casassem com mulheres conterrâneas (ULRICHSEN, 2014). Khalifah bin Hamad, também, gerou empregos para a população, cortou benefícios da família Al Thani,

¹² Segundo informações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, s.d.), o gás natural pode ser classificado em associado e não associado: o primeiro encontra-se, na natureza, dissolvido no petróleo ou sob a forma de uma capa de gás, enquanto o segundo está livre de água ou óleo no reservatório natural.

construiu milhares de habitações populares e aumentou as pensões de militares e idosos (ROBERTS, 2017).

A produção excessiva e a redução da demanda internacional de petróleo, segundo Ulrichsen (2014), geraram uma crise na indústria petrolífera do Catar em meados dos anos 1980: o preço do barril chegou a custar 10 dólares, levando o país a um déficit orçamentário. O governo do xeique Khalifah bin Hamad se viu, então, obrigado a implementar medidas de austeridade fiscal, e cortou gastos dos programas sociais, funcionalismo público e passou a cobrar por eletricidade, água e saúde (DARGIN, 2007).

Este período viu também o início do que seria a transição para um governo mais progressista no Catar, que se concretizaria em 1995, com o golpe de estado - pacífico - dado pelo xeique Hamad bin Khalifah Al Thani em seu pai. Na década de 1980, o emir Khalifah bin Hamad havia passado algumas responsabilidades econômicas e políticas a seu herdeiro, que já tinha assumido os cargos de Ministro da Defesa e comandante das forças armadas (ULRICHSEN, 2014). Com tal poder, Hamad bin Khalifah pôde reestruturar o gabinete em 1989 e 1992, substituindo os apoiadores de seu pai (KAMRAVA, 2009). Essas ações, junto a desentendimentos relacionados à distribuição das receitas provenientes da produção de petróleo, levaram Hamad bin Khalifah a tomar o poder (ANTHONY; CRYSTAL, 2019).

Sucedendo acontecimentos como o fim da guerra entre Irã e Iraque em 1988 e a invasão iraquiana no Kuwait em 1990, o emir Hamad bin Khalifah ascendeu ao poder com a premissa de realizar uma reforma política no Catar (KAMRAVA, 2009). De fato, Hamad incorporou medidas progressistas nos seus primeiros anos no trono. A exemplo, Roberts (2017) menciona a dissociação entre os cargos de emir e primeiro-ministro, a separação das finanças pessoais do emir das finanças públicas e a facilitação de investimentos estrangeiros no país. Em 1999, aconteceram as primeiras eleições municipais do Catar, nas quais mulheres também puderam votar e se candidatar¹³, e em 2003, uma nova constituição foi promulgada (KAMRAVA, 2009).

Mehran Kamrava (2009) salienta que o progressismo do emir Hamad Al Thani não agradou, a princípio, a família Al Thani, especialmente os mais conservadores, nem outros líderes da região, e chamou a atenção de atores da comunidade internacional, principalmente

¹³ Nas eleições municipais de 1999, 280 pessoas se candidataram. Dentre elas, somente oito eram mulheres e nenhuma foi eleita (ROBERTS, 2017).

dos Estados Unidos, que já haviam dado apoio ao golpe de 1995 e reconhecido Hamad como líder legítimo do Catar (ULRICHSEN, 2014).

Para Kamrava (2009, p. 402), a suposta liberalização política do Catar foi, na verdade, “tão elusiva quanto era até então”: as decisões políticas continuaram centralizadas e não democráticas, havia falta de transparência e ética na gestão, eram dados benefícios a pessoas específicas e, além disso, mesmo com a anulação do Ministério da Informação, organismo que controlava as mídias do país, antigas práticas de censura não deixaram de existir.

A partir dos anos 2000, o Catar, que já gozava de certa expressividade a âmbito internacional por suas grandes reservas e comércio de petróleo e gás natural, se projetou ainda mais aprimorando estratégias de *soft power*¹⁴. O país investiu bilhões de dólares no setor de MICE, sigla, em inglês, para “encontros, incentivos, conferências e exposições” - somente no Qatar National Convention Centre, foi investido mais de um bilhão (ROBERTS, 2017). O centro de convenções já serviu de sede para grandes eventos globais, como a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2012 (COP 18). O país tem sido sede, também, para diversos eventos esportivos: depois da década de 2000, o Catar, que já tinha sediado alguns eventos regionais e mundiais como a Copa Asiática de Futebol em 1988 e o Mundial sub-20 da FIFA em 1995, passou a ser destino frequente para esportistas de diversas modalidades. Em 2010, o Catar foi escolhido como o país-sede da Copa do Mundo de FIFA de 2022, sendo o primeiro país do Oriente Médio a sediar o evento. Grandes investimentos foram feitos, também, no setor de cultura, com a criação e expansão de diversos museus, como o Museu Nacional do Catar, e de educação. Foi criada a Education City, estabelecida em 1997 com o apoio de Mozah bint Nasser al-Missned, esposa de Hamad bin Khalifa, um complexo de 14 km² que abriga diversas instituições de ensino.

A partir das iniciativas de *soft power* como forma de promover a imagem do Catar, foram criadas estratégias para o melhoramento do turismo no país, uma vez que, além de ser um destino para viagens de negócios, o Catar passou a ter atrações turísticas e de lazer (HAZIME, 2011)

Outros fatores que colaboraram para o crescimento da influência mundial do Catar foram a criação e popularização da emissora de televisão Al Jazeera (que serão abordadas, em profundidade, posteriormente neste capítulo); o pioneirismo em pesquisas e desenvolvimento

¹⁴ *Soft power* refere-se à influência econômica ou cultural de uma nação, e não ao seu poderio militar, que seria o *hard power* (SOFT POWER, s.d.).

de energias limpas; a criação da cidade industrial de Ras Laffan, ao norte de Doha, um dos principais ecoparques industriais do mundo; e a criação da Energy City Qatar, a fim de potencializar as receitas da produção de gás natural e petróleo do país (ULRICHSEN, 2014).

Outro aspecto importante do Catar era o seu papel diplomático como mediador nas regiões do norte da África e Oriente Médio. O país mediou conflitos regionais como a Guerra Civil do Sudão e disputas entre Etiópia e Eritreia, e teve papel expressivo na reaproximação do Irã com os países árabes e com os EUA (BAHRY, 2001). As iniciativas de mediação do país contribuíram para a segurança financeira do Catar e agregaram ao *soft power* do país (MINICH, 2015).

Em 25 de junho de 2013, o emir Hamad bin Khalifah Al Thani abdicou o trono, dando lugar a seu filho, o xeique Tamim bin Hamad Al Thani.

3.2 Mídia árabe e a ascensão da Al Jazeera

A criação da rede de televisão Al Jazeera revolucionou o *modus operandi* da mídia no mundo árabe. Apesar de levantar algumas críticas, o canal é visto como defensor da democracia e da liberdade de expressão não somente no Catar, seu país fundador, mas em todo mundo. Antes de adentrar no estabelecimento da Al Jazeera, em si, e em seus impactos, os próximos parágrafos trarão informações a respeito da relação dos governos árabes com os meios de comunicação.

O principal dever da mídia, tanto impressa quanto audiovisual, em grande parte dos países árabes, até suas independências, era salvaguardar a cultura e a unidade das nações (LAHLALI, 2011). Os meios de comunicação eram controlados pelos governos e, portanto, a liberdade de imprensa era cerceada. Nas palavras de Marc Lynch (2005, p. 40), a mídia árabe se assemelhava a um deserto: era “improdutiva, tediosa, opressiva, repetitiva e (se não controlada por um governo) propriedade dos sauditas”. De fato, os primeiros jornais árabes surgiram não para atender ao interesse público, mas sim aos seus próprios (DAJANI, 2011). Durante a colonização, por volta do final do século XVIII, de acordo com El Mustapha Lahlali (2011), a imprensa que emergia nos países árabes tinha fins políticos e religiosos e servia, exclusivamente, à vontade dos colonizadores. As únicas publicações não motivadas por fatores externos eram boletins informativos oficiais (AYALON, 1995). Em entrevista para o autor deste estudo, Ahmad Ibrahim (2018), diretor do escritório da Al Jazeera Arabic em

Londres, opina que o que os meios de comunicação árabes faziam, em meados do século XX, se distanciava do jornalismo.

Apesar de o controle das mídias por parte dos governos ser uma tendência até os dias atuais, deve-se considerar, também, que, pela diversidade de culturas e nações árabes, o desenvolvimento da mídia, em cada país, tomou rumos diferentes. Lahlali (2011) exemplifica: no Marrocos, onde há uma mídia diversa, jornais - publicados tanto em árabe quanto em francês - que representam diferentes partidos políticos e setores do governo, inclusive da oposição, podem fazer críticas ao governo, mas não à monarquia. Na Síria, por outro lado, o controle da mídia é forte e quase não há liberdade de expressão. Já no Líbano, a imprensa é bem desenvolvida (o consumo de notícias é maior, uma vez que a taxa de analfabetismo é menor).

Pelo prevaletimento da cultura oral e altas taxas de analfabetismo na região, o rádio se popularizou rapidamente no mundo árabe (LAHLALI, 2011), assim como, posteriormente, a televisão (SALEH, 2007).

Enquanto valores como respeito e obediência guiam as atividades dos meios de comunicação árabes (LAHLALI, 2011), outros, como transparência e pluralidade, ainda não são prioridade (SALEH, 2007). Por essa razão, alguns veículos árabes, depois dos anos 1960, quando a população teve acesso à radiodifusão americana e europeia, optaram por estabelecer suas sedes no exterior, em cidades como Londres e Paris (LAHLALI, 2011; CHIBA, 2017). Ibrahim (2018) comenta que o jornalismo árabe de caráter mais progressista ficava restrito às organizações que dispunham de sedes em outras regiões do mundo ou, mais raramente, em países árabes que tinham mais liberdade que outros, como o Líbano na década de 1970. De acordo com Lahlali (2011), Londres, por exemplo, oferecia suporte tecnológico avançado para os veículos e liberdade de expressão, além de uma base para a promoção das estratégias políticas de opositores dos governos árabes e dissidentes.

Com efeito, o panorama dos meios de comunicação no mundo árabe foi reorientado com a chegada e popularização das radiodifusoras árabes, que transmitiam sua programação para vários países ao mesmo tempo. De acordo com Lahlali (2011), nos anos 1980, o início do desenvolvimento da radiodifusão internacional nos países árabes foi visto como um distanciamento do controle da mídia por parte dos governos. Os meios de comunicação árabes, que até então se limitavam às fronteiras geográficas e tinham como público os cidadãos de uma nação específica, passaram a ter como objetivo a veiculação de suas

produções a nível internacional. Sahar Khamis (2007) aponta que, apesar de os canais via satélite não terem criado um grande diálogo internacional em seu surgimento por estarem restritos a uma audiência regional, eles ajudaram a mídia árabe a ganhar mais credibilidade. Além disso, estes canais ajudaram na difusão da cultura árabe.

As radiodifusoras transnacionais árabes criaram uma plataforma de debate sobre assuntos polêmicos, fazendo com que nascesse uma geração completamente consciente de seus direitos e suas obrigações. [...] As mídias transnacionais podem ser consideradas como oposição no Oriente Médio. Através da radiodifusão, conscientizam sobre a situação política, econômica e cultural da região e contribuem para a elucidação de conflitos complexos nacional e internacionalmente (LAHLALI, 2011, p. 31, tradução do autor).

Ao mesmo tempo em que eram vistos por alguns como pilares da democracia, os sistemas de radiodifusão eram considerados, por outros, uma ameaça aos valores árabes, especialmente àqueles relacionados à família (LAHLALI, 2011). Dessa maneira, governos mais conservadores aplicavam (e ainda aplicam¹⁵) leis severas aos jornalistas que se opusessem ao governo ou aos valores culturais tradicionais, afirma Lahlali (2011).

Embora tivessem um viés mais progressista, Ibrahim (2018) salienta que as emissoras via satélite, apesar de recentes, difundiam, também, conteúdo promovido pelo governo. A programação noticiosa tinha uma roupagem nova, com gráficos, mais colorida e produzida com equipamentos modernos, mas as notícias tinham o mesmo tom das que eram feitas até o momento.

Após 1991, com o fim da Guerra do Golfo, ascendeu ao poder uma geração de líderes árabes que demonstrou interesse em melhorar a imagem de seus países por meio da modernização da mídia, investimentos em satélites de televisão e abertura do mercado para empresas privadas (MELLOR, 2011). Foi inaugurada, nesse ano, a empresa saudita Middle East Broadcasting Corporation (MBC), com o primeiro canal árabe a tentar se firmar como a CNN árabe (DA LAGE, 2005). Nessa época, conforme aumentava o número de telespectadores de canais via satélite internacionais (CHIBA, 2017), eram estabelecidas as primeiras *media cities* - zonas onde empresas de mídia tinham isenção de impostos, infraestrutura moderna e interferência limitada do governo (CHIBA, 2017). Companhias, que

¹⁵ Como apresentado por Rana Sabbagh (2016) no texto *Arab Media: Fall in Line or Switch off!*, publicado no Huffington Post, em que a autora discorre sobre a censura à imprensa em países árabes na atualidade.

viam lugares como Paris, Londres e Roma *sine qua non* para existirem, de acordo com Yushi Chiba (2017), poderiam transferir suas sedes para os países árabes - mesmo que ainda houvesse restrições governamentais. Ademais, jornalistas árabes, muitos deles treinados em mídias ocidentais ou formados em escolas e universidades que trabalham com o modelo ocidental de ensino, passaram a trabalhar e desenvolver novos formatos de comunicação, inexistentes no mundo árabe até então, como debates políticos e *talk shows* (MELLOR, 2011).

Apesar de existirem complexos de mídia anteriormente a esse momento, como a Jordan Production Company, na Jordânia, e a Hally Media Production, no Omã, a primeira que abriu as portas para empresas privadas foi implantada no Egito, em 1997 (CHIBA, 2017).

Para Noha Mellor (2011, p. 27), a globalização fez algumas cidades do Oriente Médio competirem entre si com o intuito de ser a junção perfeita entre o oriente e o ocidente - “as instituições da mídia ajudaram a criar uma identidade nacional árabe distinta, que combina o progresso material do ocidente com a tradicional herança árabe”. A autora afirma que o emirado de Dubai, com investimentos da família real, chegou a ter este perfil: a região, que há quatro décadas tinha grande parte de sua população vivendo na extrema pobreza, tomou lugar de pólos importantes como Cairo e Beirute.

Embora tenha sido implementada uma abertura às mídias de alguns países árabes, com uma suposta liberdade editorial, muitos jornalistas continuam evitando de fazer críticas aos governos vigentes, uma vez que a maioria dos veículos da região dependem de recursos financeiros estatais para se manter (LAHLALI, 2011).

Este é o caso da Al Jazeera, canal de notícias que ganhou destaque internacional no panorama da comunicação nos países árabes e segue sendo uma das principais e mais bem sucedidas - senão a principal - iniciativas na radiodifusão das regiões do norte da África e Oriente Médio.

A mídia no Catar, bem como nos outros países árabes, tem um histórico de ter enfrentado forte censura e controle por parte do governo. Os meios de comunicação do país operavam sob a supervisão da Lei 8 de 1979, conhecida como a Lei da Imprensa e Publicação. Seu artigo 46 demanda: “o emir do Estado do Catar não será criticado e nenhuma afirmação será atribuída a ele a menos que haja permissão por escrito do diretor de seu gabinete” (CATAR, 1979). Além do mais, atuava no país o Ministério da Informação, responsável pelo controle da informação que circulava no Catar.

Entre as propostas da reforma política idealizada pelo emir Hamad bin Khalifah Al Thani, que ascendeu ao poder em 1995 com um viés de governo mais progressista que o dos líderes anteriores, estava a não nomeação de um ministro da informação, visando a uma maior liberdade de imprensa. Foram estabelecidos organismos como o Conselho Nacional para Cultura, Artes e Patrimônio, e a Qatar General Broadcasting and Television Corporation, a fim de promover a participação cidadã (CATAR, s.d.).

Apesar da extinção do Ministério da Informação, Richard J. Roth (2013), em um editorial para o *The New York Times*, afirma que a Lei de Imprensa ainda rege a atuação dos meios de comunicação do Catar, embora tenha sido votada uma nova constituição, que inclui, em seus artigos 47 e 48, a liberdade de expressão e liberdade de imprensa, respectivamente. Olivier Da Lage (2005), tal como Roth (2013), comenta que a suposta liberdade, garantida após a inexistência do Ministério da Informação, levou ao fenômeno da autocensura entre os jornalistas: em vez de terem claros os limites de quais informações seriam censuradas ou não, os profissionais passaram a ter que supor o que era passível de censura, já que ela ainda ocorria no país.

A criação da Al Jazeera é outro sinal da tentativa de abertura política e modernização do Catar - de acordo com Roberts (2017), nunca houve, na história do Oriente Médio, uma mídia local com tanta independência editorial quanto a Al Jazeera. Mark Lynch (2005) afirma que a Al Jazeera substituiu as apresentações de dança do ventre e entrevistas cansativas, frequentemente transmitidas pelas outras radiodifusoras árabes, por *talk shows* políticos mais livres e coberturas jornalísticas profissionais sobre as questões do mundo árabe - tidas muitas vezes como sensacionalistas. O apelo inicial da Al Jazeera se direcionava tanto a jornalistas interessados em produzir conteúdo livremente desde o Oriente Médio quanto aos públicos que queriam assistir a programas que não se restringiam à mera propaganda do governo (POWERS, 2012).

Ibrahim (2018) ressalta que, durante o surgimento da Al Jazeera no contexto sociopolítico do Catar nos anos 1990, o país estava muito aberto à ideia de acomodar uma mídia que tivesse relevância no cenário internacional: “não tinha a ver somente com providenciar financiamento, mas com providenciar abrigo”. De acordo com Ibrahim (2018), o mundo árabe ansiava por uma mídia que não tivesse somente liberdade para atuar, mas proteção por parte do governo, e o Catar soube aproveitar esta oportunidade - o que se deve, em partes, ao fato de este ser um país rico e de ter, na época, uma liderança nova e jovem. “Se

um outro país árabe tivesse tido uma visão semelhante, acredito que a iniciativa também teria sido bem sucedida”, completa Ibrahim (2018).

Segundo dados da própria organização, a rede Al Jazeera transmite seu conteúdo para mais de 310 milhões de lares em mais de 100 países e afirma ter as redações mais diversificadas do mundo, com mais de 3 mil funcionários de mais de 70 nacionalidades (AL JAZEERA, s.d.).

“Al Jazeera” significa “ilha” na língua árabe, e pode conotar, também, “península”, de acordo com Mohamed Zayani (2005), fazendo alusão não somente à península onde está localizado o Catar, seu país sede, mas a toda Península Arábica. O emir Hamad bin Khalifah Al Thani havia idealizado o canal em 1994, um ano antes de assumir o poder (ROBERTS, 2017), e assinou o decreto de sua criação em fevereiro de 1996 (BAHRY, 2001). De acordo com Louay Bahry (2001), a intenção do emir em criar a emissora era, supostamente, de aumentar a projeção internacional do Catar. Na contramão de outros líderes árabes, que acreditavam que o controle da mídia os ajudaria a consolidar seu poder, Al Thani queria fazê-lo por meio da liberdade de imprensa (DA LAGE, 2005).

Durante este período, também em 1996, findava a parceria estabelecida em 1994 entre a divisão árabe da BBC e o Orbit Radio and Television Service, da Arábia Saudita, que transmitia o sinal do canal britânico. Segundo Mohammed El-Nawawy e Adel Iskandar (2003), os sauditas resolveram deixar de veicular a programação da BBC Arabic após o canal transmitir um documentário sobre execuções no país. Sua faixa de transmissão passou a ser usada pelo Disney Channel (ROBERTS, 2017).

A recém fundada Al Jazeera, antes do início de suas transmissões, viu na dissolução do acordo entre BBC e Orbit uma oportunidade. O comitê responsável pelo estabelecimento do canal - formado pelo jornalista Adnan al-Sharif, pelo conselheiro financeiro do emir Muhammad Suhlawi e pelo subsecretário do Ministério da Informação (ativo até então) Hamad bin Thamir al Thani - viajou para Londres, com o objetivo de preparar um programa piloto, que teve, posteriormente, parecer positivo do emir (BAHRY, 2001). A próxima etapa, que era a contratação de profissionais para os setores de jornalismo e administrativo da empresa, foi facilitada pelo término das transmissões da BBC Arabic: seus profissionais, que estavam, então, desempregados, receberam da Al Jazeera propostas salariais melhores e uma promessa de maior liberdade de expressão (BAHRY, 2001). Com isso, a Al Jazeera contratou

jornalistas experientes que levaram à nova emissora a liberdade editorial e o estilo jornalístico da BBC (EL-NAWAWY; ISKANDAR, 2003).

A rede de televisão foi ao ar pela primeira vez em 1º de novembro de 1996. No mesmo mês, foi transmitido seu primeiro *talk show* ao vivo, *Sharia and Life*, definido pela Al Jazeera como um programa que “abordava a vida moderna - relacionando religião e justiça social - com uma mente aberta” (AL JAZEERA MEDIA NETWORK, s.d.). Suas transmissões foram possibilitadas mediante subsídios dados pelo emir Hamad Al Thani. A Al Jazeera recebeu 500 milhões de rials (aproximadamente 140 milhões de dólares) com a previsão de que se tornasse autossuficiente em cinco anos, até novembro de 2001 (BAHRY, 2001; EL-NAWAWY; ISKANDAR, 2003). A receita do canal, entretanto, não atingiu a meta esperada: os custos anuais da Al Jazeera eram de 25 a 100 milhões de dólares ao ano (ROBERTS, 2017), levando o governo a subvencionar a emissora por mais tempo (EL-NAWAWY; ISKANDAR, 2003). O canal encontrava dificuldade para conseguir anunciantes: Bahry (2001) indica que um dos motivos era a insatisfação dos outros governos da região - os principais anunciantes nas emissoras de televisão - com a Al Jazeera, que a viam como dissidente, afirma Zayani (2005). O autor comenta que muitos marqueteiros árabes boicotaram o canal com medo de sofrer retaliações dos governos, especialmente do saudita, que detinha o maior poder de compra da região (ZAYANI, 2005).

A princípio, as transmissões da Al Jazeera tinham duração de seis horas diárias. A exibição passaram a ter 17 horas após o canal catarense ganhar a concessão do Canal France International, que perdeu sua frequência depois de transmitir conteúdo pornográfico em vez de programação infantil a mais de 30 milhões de árabes em uma tarde em julho de 1997 (ROBERTS, 2017). Isso tornou a Al Jazeera o único canal via satélite a transmitir para o Oriente Médio (POWERS, 2012). A emissora passou a transmitir 24 horas em 1º de janeiro de 1999 (AL JAZEERA MEDIA NETWORK, s.d.).

O público da região, que até então estava acostumado a buscar coberturas mais objetivas em mídias internacionais, como a BBC e a Voice of America, uma vez que consideravam as locais propagandistas dos governos, recebeu bem a Al Jazeera (BAHRY, 2001). Zayani (2005, p. 2) afirma que a emissora “não preencheu somente o vácuo midiático [que existia na região], mas também o vácuo político”. Dessa maneira, com o canal as pessoas puderam ouvir outras vozes e opiniões, principalmente as que eram omitidas, como críticas ao governo: “em toda sociedade, parte da sua abertura [política] vem da capacidade de adquirir

conhecimento. E este conhecimento, que não estava disponível nos livros, estava disponível na Al Jazeera” (IBRAHIM, 2018). El-Nawawy e Iskandar (2003) atribuem a boa recepção da Al Jazeera pelo público árabe não somente por seu jornalismo investigativo, mas também tratar com compreensão os assuntos que mais lhe são caros. Além disso, enquanto outras radiodifusoras árabes transmitiam notícias e programas de entretenimento “inofensivos”, a Al Jazeera desafiava estes padrões midiáticos, ousando apresentar a “dura verdade” da vida, cultura e política árabes (EL-NAWAWY; ISKANDAR, 2003, p. 29).

“Uma caixa de fósforos!”¹⁶

Sim, uma caixa de fósforos que acendeu uma chama que não pôde ser apagada, mesmo com as várias tentativas de nos silenciarem desde nossa primeira semana de atividades.

Isto levou ao que só pode ser descrito como o abalo que estremeceu os conceitos de mídia, televisão, rádio e imprensa árabes, na medida em que o público começou a escutar as notícias com linguagem e estilo que não eram familiares em um país árabe antes do dia 1º de novembro de 1996 [data do início das transmissões da Al Jazeera] (AZAR, 2006, tradução do autor).

Da Lage (2005) explica sua popularidade ao compará-la com outras emissoras árabes: enquanto os canais estatais eram porta-vozes dos governos e os privados tinham abordagem ou conservadora ou local demais, a Al Jazeera, sob a égide da liberdade de imprensa, mostrou ter credibilidade. A emissora, em seu Código de Ética, defende a liberdade de imprensa e afirma contemplar, em seu conteúdo jornalístico, os mais diversos pontos de vista sobre determinado assunto, com imparcialidade e de maneira não tendenciosa (AL JAZEERA, 2014). Em um texto de comemoração dos 10 anos da emissora, publicado em seu website, Jamil Azar (2006), âncora e membro do conselho editorial da Al Jazeera, comenta que, no mundo árabe pré-Al Jazeera, considerava-se apenas uma opinião como a única possível. Ibrahim (2018), complementarmente, comenta que os líderes árabes pretendiam que todas as pessoas compartilhassem as mesmas opiniões e que a ideia de ter uma opinião diferente era estranha à comunidade árabe na época. Por esta razão, o slogan da emissora, criado por Azar, diz “A opinião... e a outra opinião” (“*the opinion... and the other opinion*”). Sobre esta frase, Ibrahim (2018, tradução do autor) comenta: “no momento atual, é somente um grupo de

¹⁶ Jamil Azar estava se referindo ao episódio em que o ex-presidente do Egito, Hosni Mubarak, em uma visita à redação da Al Jazeera, comentou com seu ministro da informação: “todo esse barulho vem desta caixinha de fósforos?” (AL JAZEERA..., 2001).

quatro, cinco palavras, não parece tão imaginativo; entretanto é muito poderoso, uma vez que os árabes nunca tiveram acesso a esta ‘outra opinião’”.

Para Ibrahim (2018), chefe de escritório da emissora em Londres, haviam três fatores distintos que corroboravam para a manutenção desse antigo status quo, isto é, que se opunham às atividades da Al Jazeera: o primeiro deles é, de fato, o fator governamental, já mencionado neste texto; o segundo seria o fator ideológico, que parte de indivíduos ou grupos que não queriam ter suas opiniões desafiadas pela emissora; e o terceiro seria a omissão de certas pessoas, que se recusavam a ver os problemas pelos quais a sociedade passava. Sobre este terceiro aspecto, Ibrahim (2018) comenta: “há uma mentalidade em toda sociedade, principalmente nas mais fechadas, como a árabe, de que é preferível que alguns problemas sejam mantidos longe da esfera pública, pois pensa-se que tal situação será vista como um insulto ao país”.

O Catar, nação que não contava com vasto território, grande população ou forças armadas nem com um número expressivo de pessoas em diáspora, era conhecido por não ser conhecido, ressalta Roberts (2017). A Al Jazeera fez do país, pela primeira vez, líder regional em alguma esfera - neste caso, a midiática (ROBERTS, 2017).

A Al Jazeera foi a primeira emissora de televisão árabe a transmitir entrevistas com líderes israelenses, como o ex-primeiro-ministro Ehud Barak, e a abordar temas considerados proibidos pela população árabe, como sexo, poligamia, direitos das mulheres, corrupção nos governos e fundamentalismo islâmico (EL-NAWAWY; ISKANDAR, 2003). Zayani (2005) destaca que a Al Jazeera tem papel de oposição no mundo árabe e como local de resistência, uma vez que dá espaço a vozes silenciadas pela mídia e, também, a dissidentes políticos. O canal afirma ser este o seu compromisso: fazer um jornalismo global com profundidade e dar voz àquelas pessoas que não têm voz (AL JAZEERA PUBLIC RELATIONS, s.d.).

Entretanto, Ibrahim (2018) é enfático ao ressaltar que a Al Jazeera nunca teve a intenção de criar nenhum “problema”- como os assuntos mencionados no parágrafo anterior - e que não é uma ferramenta para a oposição : “o problema já está lá, nós só colocamos uma câmera sobre ele, acendemos uma luz”. O jornalista continua: “só porque você não está acostumado com esta luz, não significa que a luz seja má ou que o problema não exista”.

Mark Lynch (2005) afirma que a popularidade da Al Jazeera ascendeu durante o bombardeio do Iraque em dezembro de 1998 pelos Estados Unidos e Reino Unido, pois era o único canal de televisão a estar presente no local. De acordo com El-Nawawy e Iskandar

(2003), e também Lynch (2005), a Al Jazeera começou ganhar reconhecimento e respeito no mundo árabe a partir de setembro de 2000, com a cobertura da Segunda Intifada, uma nova insurreição dos palestinos contra a ocupação de Israel na Palestina. Seus profissionais de comunicação produziram filmes sobre o conflito e fizeram coberturas exclusivas com atualizações a cada hora, mostrando imagens de palestinos atirando pedras contra soldados israelenses e de tropas israelenses bombardeando cidades palestinas.

O canal expandiu sua popularidade para além da comunidade árabe também no início dos anos 2000, com a guerra entre os Estados Unidos e o Talibã (SEIB, 2007). As imagens em tempo real de civis mortos, transmitidas pela Al Jazeera diretamente dos territórios talibãs, levaram alguns oficiais estadunidenses a acusar a emissora de incitar uma resistência anti-americana - segundo Philip Seib (2007, p. 160), isto contrapunha os esforços dos Estados Unidos, que eram de apresentar a guerra como “uma batalha contra o terrorismo”. Anteriormente ao início dos conflitos na região, a Al Jazeera havia solicitado, em 1999, permissão para abrir escritórios em Cabul e Candaar, no Afeganistão, e, por isso, conseguia material exclusivo do país - repórteres de outros veículos que operavam no Afeganistão, como a CNN e a Reuters, foram expulsos pelo Talibã após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos (EL-NAWAWY; ISKANDAR, 2003). Durante esse período, a audiência da emissora aumentou para aproximadamente 50 milhões de telespectadores e o seu website era uma das páginas mais populares da internet (LYNCH, 2005).

A Al Jazeera foi responsável por vários furos de reportagem, transmitindo para todo o mundo, por exemplo, com exclusividade, pronunciamentos de Osama Bin Laden e vídeos de ataques dos Estados Unidos contra o Afeganistão, “obrigando” outras emissoras a replicarem seu material (EL-NAWAWY; ISKANDAR, 2003). De acordo com os autores, a Al Jazeera foi, ao dar voz a Bin Laden, acusada por governos ocidentais e árabes moderados de apoiar e ser porta-voz do Talibã e da Al-Qaeda.

Os Estados Unidos tentaram fazer com que a Al Jazeera não transmitisse conteúdo que pudesse ser gerar sentimento de negatividade contra o país, porém o governo do Catar se mostrou relutante (ZAYANI, 2005)¹⁷. Para Zayani (2005), a Al Jazeera não estava sendo atacada retoricamente apenas, mas também fisicamente, uma vez que teve seu escritório em

¹⁷ Zayani (2005) comenta que após certa resistência do governo do Catar em ceder às pressões dos Estados Unidos, ficou acordado de que a Al Jazeera concederia acesso às gravações da Al-Qaeda antes que fossem ao ar.

Cabul destruído por um míssil norte-americano. A redação da emissora em Bagdá também foi atingida por um míssil dos Estados Unidos durante a invasão no Iraque em 2003, matando um jornalista. Os dois casos foram acidentais, de acordo com os EUA (DA LAGE, 2005; ZAYANI, 2005).

Lynch (2005) comenta que oficiais dos Estados Unidos deixaram de participar de programas da Al Jazeera por conta da sua cobertura sobre a guerra no Afeganistão. As críticas dos EUA à Al Jazeera, entretanto, aumentaram a sua popularidade e credibilidade, afirma Zayani (2005), fazendo com que os oficiais americanos mudassem sua postura em relação à emissora catari, resolvendo participar das entrevistas posteriormente. Como alternativa ao impasse com a Al Jazeera, os Estados Unidos decidiram lançar a rádio Sawa e a emissora de televisão Al Hurra com o intuito de melhorar a sua imagem no mundo árabe (EL-NAWAWY, 2006). Khamis (2007) coloca que, após os atentados de 11 de setembro, as televisões americanas reforçaram imagens negativas de árabes e muçulmanos, relacionando-os, frequentemente, com a violência e o terrorismo. A ascensão das redes de televisão via satélite árabes, especialmente da Al Jazeera, foi importante para a autorrepresentação dos árabes e muçulmanos pela mídia (KHAMIS, 2007).

Zayani (2005, p. 30) sintetiza que a Al Jazeera vai muito além de ser uma “CNN árabe”, como muitas vezes referem-se a ela: o canal utiliza dos valores e técnicas do jornalismo tradicional ocidental para, muitas vezes, pôr em xeque as narrativas ocidentais, colocando o Oriente Médio no centro da agenda.

No cerne da Al Jazeera está um hibridismo que constitui, paradoxalmente, a sua especificidade cultural; é uma mistura entre o ocidente e o oriente, a esquerda e a direita, o religioso e o secular, o tribal e o urbano, e o local e o global (ZAYANI, 2005, p. 30, tradução do autor).

Este estilo jornalístico da Al Jazeera encontrou resistência em diversos países. Além de provocar desconforto nos Estados Unidos, conforme mencionado nos parágrafos anteriores, alguns países criticaram e chegaram a fechar escritórios da emissora em seus territórios. Alguns exemplos: em 2001, durante uma reunião do Conselho de Cooperação do Golfo, o príncipe saudita Abdullah bin Abdulaziz al Saud criticou a emissora por incitar terrorismo e provocar instabilidade nos países árabes (DA LAGE, 2005); em 2002, o governo da Jordânia revogou a licença da Al Jazeera e as credenciais de seus correspondentes após a

emissora tecer críticas aos monarcas anteriores do país (JORDAN..., 2002); em 2011, o Egito tomou a mesma ação ao afirmar que a Al Jazeera encorajou manifestações no país (BLACK, 2011); em 2017, redações da Al Jazeera em Amã, na Jordânia, e em Riad, na Arábia Saudita, foram fechadas (INTERNATIONAL PRESS INSTITUTE, 2017); no mesmo ano, o ministro das comunicações de Israel declarou querer encerrar as atividades da Al Jazeera no país e banir os seus jornalistas, acusando-os de incitar violência (ISRAEL..., 2017).

Outra crítica comum feita à Al Jazeera é a sua objetividade e parcialidade em relação ao governo do Catar. De acordo com El-Nawawy e Iskandar (2003), alguns líderes árabes acusam que a independência editorial da Al Jazeera é falaciosa, afirmando que a emissora trabalha pelos interesses do Catar, país que proveu - e ainda provê - financiamentos que permitiram a sua criação. Em termos mais práticos, essa crítica seria refletida em uma cobertura mais abrandada sobre assuntos referentes ao governo do Catar (BAHRY, 2001). Na mesma linha de pensamento, Da Lage (2005, p. 55) afirma que “no geral, a Al Jazeera faz uma cobertura acanhada de seu país sede”. Para Zayani (2005), o canal toma precauções maiores ao falar do Catar e evita entrar em grandes polêmicas relacionadas ao seu governo. Para muitas pessoas, entretanto, a cobertura não extensiva sobre o Catar reflete na independência da emissora, que não se vê obrigada a reportar sobre a agenda do emir, diferentemente do que ocorre em outros países do mundo árabe (DA LAGE, 2005). A BBC acusou a Al Jazeera de “não [adotar], em sua cobertura interna [sobre o Catar], os mesmos padrões reservados aos [países] vizinhos”, afirmando que a cobertura da Guerra Civil do Iêmen ganhou tom mais crítico após a saída do Catar (COMO A AL JAZEERA..., 2017).

Ibrahim (2018) rebate essas críticas. De acordo com ele, há um motivo que explicita, de maneira clara, o fato de o governo do Catar não controlar as produções da Al Jazeera: os critérios de noticiabilidade adotados a nível internacional. Segundo ele, o que qualquer outro veículo de comunicação internacional considera como notícia, é notícia, também, para a Al Jazeera; da mesma maneira, o que não é considerado como notícia para os outros veículos, não constitui como notícia para a emissora do Catar.

Da Lage (2005) afirma que a estratégia de Hamad bin Khalifah Al Thani de criar a Al Jazeera sob o mote de uma suposta liberdade de imprensa (ainda vista por certos setores como falha) vai totalmente na contramão das ações de outros líderes árabes, que viam os meios de comunicação como artifício para a consolidação de seu poder

A Al Jazeera, já com proeminência regional e internacional no âmbito das coberturas jornalísticas, visou expandir o seu público com a criação de emissoras afiliadas, que tinham distintos objetivos. Após começar a fazer transmissões jornalísticas sem interrupções em 1999, a rede Al Jazeera iniciou as atividades de outros 20 canais associados (ROBERTS, 2017): alguns exemplos são o canal esportivo Al Jazeera Sport¹⁸, em 2003; Al Jazeera Mubasher, canal de transmissões ao vivo de conferências e eventos diversos, em 2005; Al Jazeera English, canal de notícias em inglês, em 2006; e o canal de documentários Al Jazeera Documentary Channel, em 2007. Foram criadas, também, afiliadas que tinham como público-alvo países ou comunidades específicas (não árabes), como a Al Jazeera Balkans, criada em 2011, com sede em Sarajevo, na Bósnia e Herzegovina, com programação transmitida em bósnio, croata e sérvio; e a Al Jazeera America, em 2013, com sede em Nova York (o canal encerrou suas atividades em abril de 2016). A Al Jazeera Media Network investiu, também, em conteúdo exclusivamente online, como o site de notícias em turco Al Jazeera Türk, criado em 2014.

A partir deste momento, será dado destaque à criação e ao desenvolvimento do canal Al Jazeera English, assim como do website que leva o mesmo nome, uma vez que este último servirá como objeto de estudo desta dissertação.

3.3 Al Jazeera English

O canal Al Jazeera English (AJE), operado dentro da Al Jazeera Media Network, foi criado em 15 de novembro de 2006, com sede em Doha, no Catar. Foi o primeiro canal global do Oriente Médio a transmitir em inglês, estando disponível, no início, a mais de 80 milhões de lares pelo mundo (AL JAZEERA, 2006).

A Al Jazeera English é estabelecida sob o lema de “dar voz aos silenciados”¹⁹ e com o objetivo de ser um canal de notícias de âmbito global e de tratá-las sob a perspectiva do Sul global (AL JAZEERA MEDIA NETWORK, s.d.). Para isso, reuniu jornalistas de diferentes nacionalidades a fim de criar novas perspectivas para os problemas modernos. Fixou escritórios, primeiramente, em Doha, Kuala Lumpur, Londres e Washington.

¹⁸ A partir de janeiro de 2014, o canal Al Jazeera Sport se desvincula da Al Jazeera Media Network e passa a se chamar beIN SPORTS, atuando sob o beIN Media Group (beIN MEDIA GROUP, s.d.).

¹⁹ Traduzido do inglês “*voice to the voiceless*”.

Em seu primeiro dia de atividades, a emissora transmitiu a partir de mais de 20 países, com correspondentes em lugares como Israel, Palestina, Somália, Zimbábue, Congo, Brasil e Venezuela - de acordo com o canal, a presença de jornalistas nesses locais evidenciam a sua vontade de transmitir do Sul para o Norte (RELEASE..., 2006). O diretor geral da Al Jazeera English na época, Nigel Parsons, declarou, no comunicado de lançamento do canal: “Eu acredito, seguramente, que há uma brecha no mercado que nós vamos explorar, e que o mundo precisa da Al Jazeera English para trazer uma nova perspectiva e compreensão aos acontecimentos mundiais” (AL JAZEERA, 2006).

O canal, inicialmente concebido com o nome “Al Jazeera International”, foi rebatizado de Al Jazeera English apenas 24 horas antes de ir ao ar (HOLMWOOD, 2006; AL JAZEERA ENGLISH..., 2013). Segundo Leigh Holmwood (2006), a alteração no nome ocorreu por conta de que um dos apoiadores do canal original, em árabe, afirmou que este já tinha escopo internacional e, por isso, a nova emissora deveria ser nomeada a partir do idioma em que seria transmitida sua programação.

A Al Jazeera English, da mesma maneira que a sua versão original, em árabe, foi criada a partir de financiamentos do governo do Catar - e ainda os recebe (IBRAHIM, 2018). O investimento inicial para a criação da emissora, em 2006, foi de um bilhão de dólares (EL-NAWAWY; POWERS, 2010; ROBERTS, 2017). Powers (2012) ressalta que a Al Jazeera English foi criada em meio a oportunidades de mercado e necessidades geopolíticas. Primeiro, havia uma demanda, após o 11 de setembro, por uma rede de televisão que transmitisse desde o Oriente Médio e outras partes do mundo pouco reportadas pelos meios de comunicação tradicionais. Por outro lado, a consolidação de um canal de notícias a nível mundial, financiado pelo emir do Catar, favoreceria a imagem deste país internacionalmente.

De acordo com El-Nawawy e Shawn Powers (2010), a AJE surge como a primeira emissora com recursos, permissão do governo e capacidade jornalística suficientes para atingir públicos que ficavam à margem das coberturas *mainstream*. Sendo assim, ainda de acordo com estes autores, o canal trabalha a fim de mudar o curso do fluxo de notícias, com os meios para fomentar a comunicação intercultural.

Faz-se interessante o estudo desenvolvido por Nikki Usher (2013) sobre as relações entre as métricas e a produção de notícias da Al Jazeera English. A autora, após acompanhar o trabalho dos jornalistas da AJE no escritório em Doha e entrevistá-los, constatou que não havia restrições orçamentárias para a produção de conteúdos: embora os departamentos

editoriais tivessem, de fato, um orçamento, os diretores da AJE estavam seguros de que podiam conduzir qualquer tipo de reportagem, sem se aterem a seus custos.

De acordo com o diretor do escritório da Al Jazeera árabe em Londres, Ahmad Ibrahim (2018), as operações das duas emissoras são distintas, uma vez lidam com públicos totalmente diferentes. Marwan Kraidy (2008) destaca que, diferentemente da Al Jazeera árabe, que surge com foco no público árabe e com uma linha editorial de confronto que não foi bem aceita por alguns governos árabes e ocidentais, a Al Jazeera English busca espaço entre as grandes organizações de mídia de língua inglesa, como CNN e BBC, que têm público global. A AJE se autodeclara independente da Al Jazeera árabe, embora ambas emissoras sejam financiadas pelo emir do Catar e haja sobreposições de funções em seus conselhos editoriais (KHAMIS, 2007). É comum que os veículos traduzam matérias e que usem os convidados ou fontes um do outro (IBRAHIM, 2018). A configuração dos escritórios da Al Jazeera árabe e da AJE também é diferente: enquanto a primeira tem mais escritórios fixos espalhados pelo mundo, a última trabalha, com mais frequência, com correspondentes internacionais, que permanecem em uma região determinada por vários anos e se tornam especialistas neste local (IBRAHIM, 2018).

Apesar das diferenças, os dois canais são, inevitavelmente, comparados. Nigel Parsons, diretor geral da AJE, em uma matéria de Howard Kurtz (2005) para o jornal estadunidense *The Washington Post*, afirmou que a AJE tinha “um problema de imagem a ser superado”. Esse “problema” estaria nas diversas acusações da Al Jazeera como apoiadora do terrorismo e da Al Qaeda. Parsons disse, na mesma entrevista, que a Al Jazeera “certamente” não é contra o ocidente ou contra os Estados Unidos. Pelo contrário, ressalta o jornalista inglês David Frost, ex-BBC e contratado pela AJE, na entrevista com Kurtz (2005), “para vários países do Oriente Médio, a Al Jazeera é pró-ocidente demais”. De acordo com Kraidy (2008), houve obstáculos para a AJE estabelecer uma imagem própria, uma vez que a clara associação com o Oriente Médio, com a língua árabe e com a religião islâmica dificultaram - e dificultam - seu apelo de ser uma emissora global e sem relações diretas com o jornalismo da Al Jazeera árabe. Khamis (2007) adiciona que a ligação com o canal árabe afastou potenciais anunciantes da AJE.

Para Powers (2012), a AJE bebe da fonte das suas concorrentes CNN, em relação ao seu modelo de mercado, e BBC, em relação ao modelo de serviço público. Ao analisar as coberturas da Al Jazeera árabe e Al Jazeera English, entretanto, Roberts (2017) afirma que o

jornalismo da primeira pode ser descrito como mais sensacionalista e provocativo, enquanto o da segunda se assemelha mais ao jornalismo feito por suas concorrentes anteriormente citadas - “quando os estados árabes reclamam da Al Jazeera para o governo do Catar, eles, quase sempre, referem-se à Al Jazeera árabe” (ROBERTS, 2017, p. 95). Na acepção de Kraidy (2008), a BBC aparece como maior competição para a AJE, uma vez que tem grande apelo global, enquanto a CNN é fortemente vinculada aos Estados Unidos. Ainda de acordo com o autor, a radiodifusora britânica é tida, também, como mais imparcial, valor sobre o qual a Al Jazeera English se alicerça e que é frequentemente posto em xeque.

Para compreender com mais profundidade o processo de produção de notícias da Al Jazeera English, El-Nawawy e Powers (2010) realizaram uma pesquisa entrevistando 31 jornalistas e outros funcionários da AJE em seus principais escritórios (Doha, Jacarta, Kuala Lumpur, Londres e Washington). Destaco, a seguir, três destes depoimentos. O primeiro é de Mark Seddon²⁰, correspondente da AJE sobre a Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o jornalista, nas manifestações contra o governo em Myanmar no ano de 2007, as coberturas da AJE foram consideradas as mais confiáveis pela população do país. Seddon exemplificou comentando que o embaixador britânico responsável pelas relações com a ONU solicitou à AJE a realização de uma entrevista sobre a situação em Myanmar, uma vez que o site da emissora era a principal via de informação sobre o assunto. O segundo caso foi descrito pelo então chefe do escritório da AJE em Washington, Will Stebbins²¹. Nas eleições argentinas de 2007, uma correspondente da AJE no país conseguiu evidências de fraudes eleitorais dos dois principais candidatos à presidência. Stebbins afirmou que, apesar da Al Jazeera English não ter grande audiência nos países latino-americanos, o conteúdo produzido pela AJE foi amplamente acessado no YouTube e retransmitido por outros canais do país, uma vez que nenhuma outra grande emissora tinha coberto esta pauta. De maneira mais geral, Marwan Bashara²², analista político da AJE na época, afirma que as histórias contadas pela Al Jazeera English têm poder de mobilização, uma vez que fornecem maior entendimento sobre os abusos de poder de determinados grupos a comunidades excluídas das tomadas de decisões (àquelas que não têm voz ativa ou, no termo original, são “*voiceless*”).

²⁰ Entrevista concedida a El-Nawawy e Powers em novembro de 2007 em Londres, Inglaterra.

²¹ Entrevista concedida a El-Nawawy e Powers em março de 2008 em Washington, Estados Unidos.

²² Entrevista concedida a El-Nawawy e Powers em novembro de 2007 em Londres, Inglaterra.

Como parte de seu estudo, El-Nawawy e Powers (2010) conduziram uma pesquisa de recepção com 597 pessoas - telespectadores da Al Jazeera English - a fim de verificar o papel dessa emissora como mídia conciliatória. Os participantes tinham que conferir notas de 1 a 10 à AJE referentes a algumas categorias específicas, sendo que 1 tinha conotação negativa e 10 positiva²³. A média da AJE, tomando em consideração todos os elementos analisados, foi 7, o que significa que uma quantidade maior de espectadores veem de maneira positiva o jornalismo feito pela emissora. Ao destrinchar as categorias, as que mais se aproximaram da nota 10 foram “fornecer informação contextualizada que ajuda os espectadores a entender as matérias com totalidade”, “abster de opiniões que não são fundamentadas por provas confiáveis”, “fornecer observações em primeira mão de testemunhas de acontecimentos de caráter internacional” e “evitar o uso de rótulos que demonizem as pessoas, como ‘terroristas’ ou ‘extremistas’, a menos que atribuídos a fontes confiáveis”. As categorias que obtiveram as menores notas foram “demonstrar desejo por solucionar conflitos em vez de intensificá-los” e “cobrir acontecimentos de injustiças a âmbito internacional”.

O site da Al Jazeera, com conteúdo em inglês, foi lançado no final do ano de 2002 - esta foi, anos antes da criação do canal Al Jazeera English, a primeira tentativa da Al Jazeera Network de atingir um público que falava inglês, segundo Powers (2012). De acordo com a Al Jazeera Media Network (s.d.), a página, no início, mesclava reportagens originais com conteúdos traduzidos da Al Jazeera Arabic. O site de notícias em árabe já estava em atividade desde janeiro de 2001. Em 2006, ano de criação da Al Jazeera English, o site em inglês da rede de televisão foi relançado a fim de, segundo a própria emissora (2006), refletir a visão e o conteúdo editorial da AJE. A Al Jazeera declara que a nova versão do website conta com “cobertura de acontecimentos de todo o mundo, com análises em profundidade e contextualização”, a partir de atualizações de notícias em tempo real, *livestreams*, material disponível para download, discussões interativas e enquetes (AL JAZEERA, 2006).

Em março de 2002, quatro dias após a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, os websites da Al Jazeera, tanto em inglês quanto em árabe, foram hackeados (HACKERS..., 2002). A ação foi um reflexo do posicionamento americano contra a rede Al Jazeera, o que pôde ser notado nas mensagens disseminadas pelos *hackers* (após os ciberataques, a página

²³ O questionário apresentava 11 categorias, guiadas pela seguinte questão: “Comparada com outros serviços de radiodifusão, como a Al Jazeera English seria avaliada nas seguintes categorias (com a nota 1 sendo ‘não bem-sucedida’ e a nota 10 sendo ‘bem-sucedida’?)” (EL-NAWAWY; POWERS, 2010, p. 16).

online da Al Jazeera em inglês direcionava ao texto “*Let Freedom Ring...*”²⁴ sob a imagem da bandeira estadunidense. Outra mensagem dizia “*God bless our troops*”²⁵). Os responsáveis pela ação se autodenominavam Freedom Cyber Force Militia.

De acordo com Hussein Amin (2012, p. 33), o website da AJE era “relativamente obscuro” até o início das manifestações de 2011 na Tunísia, Egito e outras localidades do Oriente Médio. Usher (2013) concorda que, durante a Primavera Árabe, o site da Al Jazeera tenha ganhado destaque internacional, levando-o a ter mais de 8 milhões de visitantes por mês. É por essa plataforma que as pessoas de alguns países, nomeadamente dos Estados Unidos, têm acesso ao conteúdo produzido pela Al Jazeera (USHER, 2013), uma vez que os canais via satélite não atingem grande público.

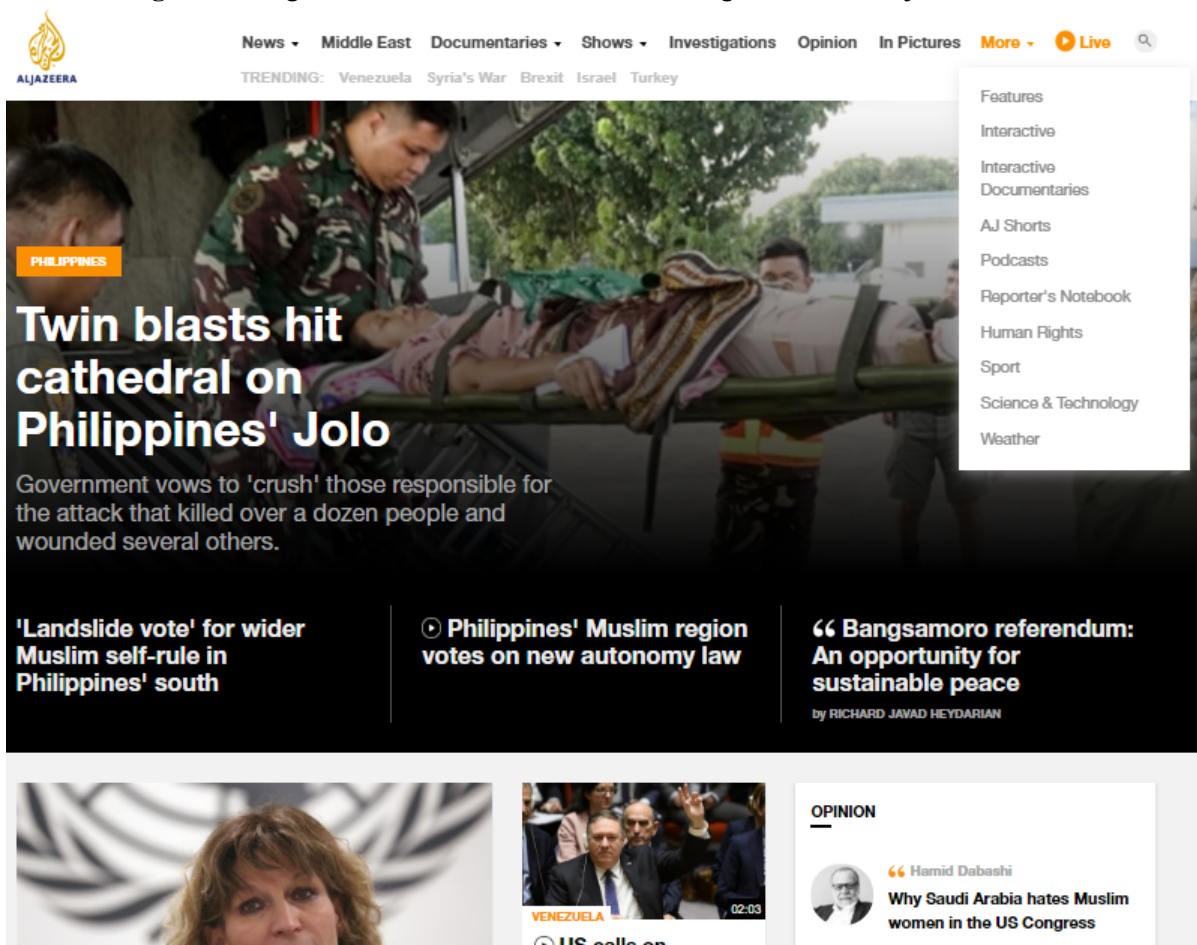
O site da Al Jazeera English funciona sob o domínio www.aljazeera.com. O conteúdo da página web é produzido sob a mesma linha editorial do canal via satélite de mesmo nome, tendo o intuito de ser uma alternativa às coberturas tradicionais da mídia. Na página inicial do website, imediatamente abaixo do cabeçalho, são postadas as notícias mais recentes, em formato de texto, de diferentes editorias. Há destaque, também, mais abaixo, para outros formatos jornalísticos (como podcasts, vídeos e fotografias), artigos de opinião e um ranking das notícias mais populares. O menu superior se divide em *News*: notícias gerais, com subcategorias relativas às regiões do mundo, como África, Ásia, Estados Unidos e Canadá e América Latina); *Middle East*: notícias sobre o Oriente Médio encontram-se em uma categoria distinta, o que se justifica pelo contexto geográfico e político em que o website foi criado; *Documentaries*: documentários sobre temas diversos; *Shows*: shows diversos, como programas de entrevistas, perfis e rodas de discussão; *Investigations*: seção de jornalismo investigativo; *Opinion*: artigos de opinião; *In Pictures*: reportagens fotojornalísticas; *More*: um *dropdown menu* com as demais categorias (*Features*, *Interactive*, *Interactive Documentaries*, *AJ Shorts*, *Podcasts*, *Reporter’s Notebook*, *Human Rights*, *Sport*, *Science & Technology* e *Weather*). Abaixo do menu de editorias, há um menu chamado *Trending*, com os assuntos de maior relevância do dia. Ao final da página inicial, além de links para as redes sociais da Al Jazeera (Facebook, Twitter, Google+ e YouTube), há direcionamentos para informações institucionais (como as páginas *About Us*, *Press Office*, *Awards* e *Code of Ethics*) e para outros canais da Al Jazeera Media Network, como Al Jazeera Arabic e Al Jazeera

²⁴ Em tradução livre do inglês, “deixe a liberdade soar”.

²⁵ Em tradução livre do inglês, “Deus abençoe as nossas tropas”.

Balkans, e outras subdivisões do grupo, como Al Jazeera Centre for Studies, Al Jazeera Media Institute e Al Jazeera Centre for Public Liberties & Human Rights.

Figura 2 - Página inicial do website Al Jazeera English, em 27 de janeiro de 2019



Fonte: captura de tela do website Al Jazeera English. Disponível em <https://www.aljazeera.com/>. Acesso em 27 jan. 2019.

4 MIGRAÇÕES: REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA E OS REFUGIADOS SÍRIOS

A Organização das Nações Unidas classificou a Guerra Civil da Síria e as suas decorrências, entre elas a enorme quantidade de pessoas que se tornaram refugiadas, ao se verem obrigadas a se deslocar devido aos conflitos, como o “maior desafio humanitário do mundo”. Esses temas serão abordados neste capítulo, que dará destaque às razões que motivaram os deslocamentos de pessoas sírias na década de 2010 e à representação de pessoas refugiadas nos meios de comunicação.

4.1 Os refugiados da Síria e caso Alan Kurdi

A República Árabe Síria, ou simplesmente Síria, está localizada no Oriente Médio, ao sul da Turquia e a leste do Mar Mediterrâneo, e tem uma população total de mais de 18 milhões de habitantes. A maioria dos sírios falam a língua árabe e tem o islamismo como religião. Outros grupos étnicos expressivos no país são os curdos, os armênios e os assírios.

Até o início do século XX, o território sírio era parte do Império Otomano, cuja dissolução se deu após o término da Primeira Guerra Mundial. A Grã-Bretanha e a França já tinham, em 1916, com o acordo Sykes-Picot, concordado em partilhar entre si regiões do extinto império, levando zonas como a Síria e o Líbano a serem controladas pelos franceses e Iraque, Jordânia e Palestina, pelos britânicos.

Os franceses tiveram controle sobre a nação síria até o ano de 1946, quando a Síria proclamou sua independência. Após alguns golpes de estado e participações em guerras, como a Guerra Árabe-Israelense, de 1948, foi realizado um plebiscito que resultou na criação da República Árabe Unida, uma fusão entre Egito e Síria, consolidada em fevereiro de 1958. Entretanto, a nova nação entra em colapso três anos depois, por razões de conflitos internos entre lideranças dos dois países. A Síria, por acreditar que uma parcela maior do poder estaria concentrada na mão dos egípcios, se retirou da República Árabe Unida e se estabeleceu como República Árabe Síria em 1961.

Na década de 1970, toma o poder o general Hafez al-Assad, que inicia reformas econômicas e sociais no país. Al-Assad, o então ministro da defesa da Síria e integrante do Partido Árabe Socialista Baaz, se torna presidente após um golpe de estado em Nureddin al-Atassi.

Sob o governo de al-Assad, a Síria enfrentou, em uma nova aliança com o Egito, a Guerra dos Seis Dias, em 1967, contra Israel, e a Guerra de Yom Kippur, em 1973, também contra os israelitas. Apoiado por forças soviéticas, o poder bélico sírio viu um aumento durante o governo de Hafez al-Assad. No início de seu mandato, quando tentava se legitimar no poder, o presidente encontrou resistência em diversos setores da sociedade, incluindo a Irmandade Muçulmana (SAWAN; COSTA, 2018). Por essa razão, segundo esses autores, durante a década de 1980, o governo fez buscas em várias cidades do país com o objetivo de realizar detenções em massa não somente orientadas a membros da Irmandade, mas a toda a população. Seu governo foi marcado pelo autoritarismo e pela opressão a qualquer forma de oposição (PERFIL..., 2003). De acordo com Ignacio Álvarez-Ossorio (2016, p. 15), o governo com “mãos de ferro” de al-Assad dizimou a oposição e a perseguição atingiu números inestimáveis no mundo árabe.

Com o falecimento de Hafez al-Assad em junho de 2000, depois de 30 anos no poder, toma lugar como presidente seu filho, Bashar al-Assad, cuja forma de governo também segue o autoritarismo e a repressão da participação política. O novo presidente, quando chega ao poder, deixa claro que reformas políticas, incluindo um sistema pluripartidarista, não estavam entre as suas prioridades (ÁLVAREZ-OSSORIO, 2016).

Os governos - tanto de Hafez al-Assad quanto de seu filho - utilizavam frequentemente censura nos meios de comunicação e nas artes. A imprensa, no país, durante seu surgimento, emitia mensagens estritamente relacionadas à manutenção do governo. Ainda que depois das décadas de 1970 e 1980, com a chegada dos satélites, tenha havido maior abertura da mídia, a censura não deixou de existir. No governo de Bashar al-Assad, destaca Álvarez-Ossorio (2016), a Síria era o terceiro país do mundo com mais censura jornalística e um dos mais perigosos para profissionais da comunicação. A censura também acontecia nas manifestações artísticas, como charges, pois elas, como afirmam Nasser Sawan e Renata P. Costa (2018, p. 118), por serem feitas com o intuito de criticar o regime, “[alimentavam] o progresso da revolução e da expressão do pensamento crítico”. Álvarez-Ossorio (2016, p. 35) complementa que os intelectuais também foram perseguidos “até a extenuação”.

O governo de Bashar al-Assad é marcado, principalmente, por uma nova configuração do cenário político e social da Síria. Seu governo é considerado corrupto, as taxas de desemprego aumentam e a produção agrícola e a defesa dos direitos humanos diminuem (CORRÊA; DELGADO, 2018). Também aumenta a inflação no país (ÁLVAREZ-OSSORIO,

2016). Essas mudanças têm como fator motivador principal o início da Guerra Civil Síria, no ano de 2011.

No final de 2010 e início de 2011, o norte da África e do Oriente Médio assistiu a uma série de manifestações populares que tinham como elemento motivador - mas não somente - a falta de democracia nas nações da região. A onda de protestos, que foi posteriormente chamada de “Primavera Árabe”, reivindicava mudanças na política e melhores condições de vida às pessoas. A respeito desse acontecimento, Álvarez-Ossorio (2016, p. 27) afirma: “o povo árabe, após décadas de opressão, parecia despertar de sua grande noite autoritária”.

As primeiras manifestações emergiram na Tunísia e resultaram na queda do ditador Zine El Abidini Ben Ali. Correspondentemente, no Egito e na Líbia, por exemplo, os protestos tiveram como consequência a derrocada de seus líderes de governo, Hosni Mubarak e Muamar Kadafi, respectivamente, que permaneceram 30 e 42 anos no poder. Por outro lado, diferentemente das nações mencionadas, a situação na Síria é distinta: apesar das manifestações iniciadas em 2011, seu governante, Bashar al-Assad, seguiu liderando a nação.

O que aconteceu [na Síria] foi o oposto, uma vez que o regime reprimiu com extrema dureza as marchas populares e recorreu ao sectarismo para enfrentar os diferentes componentes da sociedade síria. O “comigo ou contra mim” se converteu na máxima de Bashar al-Assad, que não hesitou em dividir a população, manipulando sua heterogeneidade confessional com a intenção de se manter no poder (ÁLVAREZ-OSSORIO, 2016, p. 9, tradução do autor).

As manifestações sírias, fomentadas pela insurreição da Primavera Árabe, por terem como um de seus objetivos principais a queda do presidente al-Assad, sofreram violenta repressão por parte do governo. Além disso, o governo recorreu à manutenção das desigualdades, na forma de restrição ao acesso a alimentos, medicamentos e ajuda humanitária (ÁLVAREZ-OSSORIO, 2016). O conflito entre os grupos de oposição e o governo não foi o único motivo que gerou tumulto no país: havia, também, as ações violentas de grupos jihadistas.

Em 2012, a criação da Frente al-Nusra - posteriormente chamada Jabhat Fateh al-Sham -, organização inicialmente vinculada à al-Qaeda na Síria, deu um tom mais incisivo ao conflito. Seu objetivo, ao se opor violentamente ao governo de al-Assad, era o estabelecimento de um emirado islâmico na Síria. Com uma situação de fragilidade no país, outros grupos organizados tentaram assumir o controle. O que recebeu maior destaque foi o

grupo radical sunita Estado Islâmico (ISIS). Esse grupo, além de querer destituir a presidência de al-Assad na Síria, busca a conquista de territórios, onde tenta impor suas próprias interpretações do islamismo mediante o uso, por certas vezes, do terrorismo. Sua ambição é a difusão da Sharia, as tradicionais leis religiosas do Islã.

Segundo Álvarez-Ossorio (2016), a irrupção do Estado Islâmico foi utilizada como premissa para outras nações intervirem na Síria, como é o caso dos Estados Unidos, que formou uma coalizão internacional de oposição do grupo, e da Rússia, que acusa os EUA e os países europeus de agravarem a crise humanitária síria (CORRÊA; DELGADO, 2018) e tem interesses econômicos no país, motivados pela exploração de suas reservas de petróleo e gás (ÁLVAREZ-OSSORIO, 2016).

Os conflitos na Síria foram classificados pela Cruz Vermelha e pela Organização das Nações Unidas como guerra civil em 2012. Desde o seu início, o conflito é “o maior desafio humanitário do mundo”, de acordo com a ONU: mais de 13,5 milhões de pessoas necessitam assistência urgente e imediata (ONU, 2017).

Segundo reportagem de Angus McDowall (2018) para a agência de notícias Reuters, o Observatório Sírio de Direitos Humanos estima que passa de 511 mil o número de mortes devido à Guerra Civil na Síria. O número de feridos chega a 1,9 milhão (BLACK, 2016). Conseqüentemente, a expectativa de vida na Síria caiu de 70 anos em 2010 para 55 em 2015 e os prejuízos econômicos excedem os 255 bilhões de dólares (BLACK, 2016).

A Organização das Nações Unidas estima que haja mais de 5 milhões de refugiados sírios (SYRIA..., 2018), que se veem obrigados a deixarem o seu país em busca de segurança. Além disto, há mais de 6,6 milhões deslocados internos e aproximadamente 2,98 milhões de pessoas em áreas sitiadas ou de difícil acesso²⁶. Álvarez-Ossorio (2016, p. 149) comenta que “o cenário catastrófico confirma a existência de toda uma geração perdida na Síria, com crianças que, em muitos casos, não puderam nem ao menos aprender a ler ou escrever”.

Tais fatores levam as pessoas a deixarem suas casas e seus territórios, buscando melhores oportunidades em outros países. Entretanto, as más condições de fuga e as fatalidades “[revelam] um grave problema social relacionado com as injustas estruturas econômicas e políticas de muitos países, que induzem ao deslocamento forçado de muitas

²⁶ Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Disponível em <https://www.ACNUR.org/portugues/siria/>. Acesso em 10 jan. 2019.

peças” (CABRAL, 2012, p. 3). Desse modo, as pessoas, mesmo conscientes das adversidades, escolhem arriscar suas vidas por condições mínimas de vida como recompensa.

Como refugiados, centenas de milhares de pessoas tentam chegar a países vizinhos ou à União Europeia. A rota de escape para a Europa apresenta perigos: em busca de refúgio, pessoas, em embarcações frágeis, atravessam o Mediterrâneo sem condições de segurança ou algum tipo de assistência. Somente durante o ano de 2015, mais de 1,01 milhão de pessoas tentaram chegar à Europa pelo mar, de acordo com o ACNUR²⁷. Este foi o ano em que mais refugiados tentaram cruzar o Mediterrâneo. Nos anos seguintes, os números diminuíram para 362 mil em 2016, 172 mil em 2017 e 116 mil em 2018. Entretanto, muitas dessas pessoas não conseguem concluir a travessia e morrem durante o trajeto. O número de refugiados mortos ou desaparecidos nos anos mencionados anteriormente foi de 3.771, 5.096, 3.139 e 2.262, respectivamente.

De acordo com as Nações Unidas, das 13,1 milhões de pessoas que vivem na Síria e precisam de assistência humanitária, 40% são crianças²⁸. A ONU estima, também, em aproximadamente 7 mil os casos de crianças mortas ou mutiladas desde o início da Guerra Civil Síria em 2011²⁹.

Um dos casos de maior repercussão midiática - e portanto escolhido para análises neste estudo - foi o do menino sírio Alan Kurdi, que faleceu em 2 de setembro de 2015. Kurdi, e também sua mãe e irmão, faleceu na tentativa de cruzar o mar Mediterrâneo em um barco que deixou a Turquia com destino à Grécia. A família tinha a intenção, ao tentar fugir dos conflitos na Síria, de reencontrar outros familiares que viviam no Canadá (WALSH, 2015).

O caso ganhou repercussão a partir da fotografia tirada pela fotógrafa turca Nilüfer Demir, que retratava o menino Alan Kurdi já sem vida nas areias da costa de Bodrum, na Turquia. A imagem (apresentada abaixo na figura 3) ganhou o prêmio de Fotografia do Ano da Associação Turca de Fotografia em 2016 (DOĞAN..., 2016) e foi escolhida pela revista Time como uma das 100 fotos que marcaram o ano de 2015 (TIME PHOTO, 2015).

²⁷ Dados do ACNUR. Disponível em <https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean>. Acesso em 10 jan. 2019.

²⁸ Relato da Organização das Nações Unidas. Disponível em <https://news.un.org/en/story/2018/03/1004802>. Acesso em 10 jan. 2019.

²⁹ Segundo matéria de Angela Dewan para a CNN. Disponível em <https://edition.cnn.com/2018/07/28/middleeast/syria-war-children-un-intl/index.html>. Acesso em 10 jan. 2019.

Figura 3 - Foto de Alan Kurdi em praia turca na região de Bodrum



Fonte: Nilüfer Demir/DHA

4.2 Representação midiática

São vários os motivos pelos quais as pessoas se deslocam de seus lugares de origem: um indivíduo pode querer deixar a sua nação ou território de maneira voluntária, com o intuito de buscar melhores oportunidades de trabalho ou educação de qualidade, por exemplo, ou pode se ver obrigado a fazê-lo em busca de proteção judicial, em casos de perseguição política ou para fugir de guerras e conflitos. A estes últimos, atribui-se a denominação “refugiados”.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), agência da ONU que trabalha especificamente com este tema, define como refugiado aquelas pessoas que “estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de ‘proteção internacional’” (ONU, 2016). A mesma agência ressalta a importância de se fazer a distinção entre os termos “refugiados” e “migrantes”: os últimos são

fruto de um processo voluntário e, conseqüentemente, podem retornar a seus locais de origem com proteção.

Embora a diferenciação seja importante para viabilizar os artifícios legais concernentes à proteção dos refugiados, as palavras “migrantes” e “migração” são utilizadas como termos guarda-chuva para referirem-se aos movimentos migratórios internacionais (ONU, 2016). Nos parágrafos seguintes, será explorado como os meios de comunicação abordam a alteridade dos sujeitos que deixam para trás seus territórios de origem. Em outras palavras, será analisada a imagem midiática deste “outro” específico.

Para adentrar neste tema, faz-se essencial lembrar as palavras de Miquel Rodrigo Alsina (2007), que diz que as representações sociais são produtos construídos socialmente e são construtoras do pensamento social. Isto significa que a comunicação midiática, por atingir uma grande quantidade de pessoas e pautar as discussões cotidianas, corroboram para a manutenção destes constructos. De fato, este autor considera os meios de comunicação como “a maior fonte de referência para se informar sobre as opiniões” e que, também, podem distorcê-las (RODRIGO ALSINA, 2008, p. 24).

Antolín Granados Martínez (2007) afirma que é papel dos meios de comunicação não simplificar a realidade das migrações, por estas serem complexas. Isso incluiria não alimentar estereótipos nem atitudes e percepções que favoreçam os conflitos e dificultem a convivência social. Dada essa abordagem, infere-se que a mídia pode ser tanto positiva quanto negativa para a imagem e, conseqüentemente, adaptação e bem-estar dos migrantes. Sobre o aspecto positivo, Juan Tomás Frutos (2007) comenta que ela pode servir como instrumento de sensibilização e como meio para a integração e a socialização. Já Manuel Lario Bastida (2008) afirma que a mídia tem papel de construir e recriar imagens e identidades, tanto de “nós” quanto dos “outros”.

Apesar deste caráter transformador e conciliador, Denise Cogo (2007) diz que é frequente a associação, na mídia, entre a cultura de violência e os migrantes. Na mesma linha de pensamento, Lario Bastida (2008) ressalta que as imagens negativas dos “outros” migrantes os tornam uma suposta ameaça à população que os recebe: cria-se um sentimento de temor ao estrangeiro e atitudes como desconfiança, desprezo e até mesmo ódio emergem como se fossem naturais. A respeito de materiais de comunicação, Cogo (2007) afirma que veículos ressaltam os crimes e os conflitos envolvendo os migrantes, as suas condições de ilegalidade ou clandestinidade e as políticas de controle das migrações. Esses aspectos “têm

sido [apontados], em pesquisas científicas de diferentes países, como tendências da construção midiática das migrações contemporâneas” (COGO, 2007, p. 67).

Mídias excludentes, que não investigam em sua completude as situações envolvendo o “outro”, distorcem, além da visão de seus possíveis anfitriões para com eles, o sentimento de pertencimento às nações para onde migram. Isso fere a cidadania plena, uma vez que as práticas cidadãs extrapolam o âmbito dos direitos e deveres, englobando as práticas culturais, sociais (CANCLINI, 2006) e, também, comunicacionais. Numa perspectiva de movimentos culturais,

fica evidenciada a emergência da própria migração como sentido ou posição de pertencimento étnico e/ou cultural em que se ancoram as estratégias comunicativas no contexto das mídias produzidas pelos migrantes e suas organizações. Mídias que se desafiam a se constituírem em lugares simbólicos de convergência das múltiplas e plurais subjetividades e espaços de vida que configuram as experiências das migrações contemporâneas e, ao mesmo tempo, de construção do ideal supranacional de cidadania cosmopolita (COGO, 2007, p. 71).

Quando se trata da cobertura midiática sobre os refugiados, tende-se a abordar o tema de maneira desumanizadora: “mais do que um indivíduo que transita entre fronteiras, na maioria das vezes ele é representado na mídia negativamente, como uma pessoa com um problema a ser solucionado” (CARDOSO, 2012, p. 93).

Anelise Cardoso (2012) constatou, em um estudo sobre refugiados nos jornais brasileiros *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *Zero Hora*, que essas publicações privilegiam os registros de fatos recém-ocorridos em detrimento ao aprofundamento de questões como identidade, adaptação ou cultura. A autora também observou que há estereótipos construídos sobre os refugiados nas matérias, relacionando os refugiados ao terrorismo, à marginalização e à falta de interesse por trabalho. A cultura local, brasileira, se sobrepõe à identidade das pessoas que vêm ao Brasil.

Outro fator presente na cobertura jornalística sobre os migrantes, apontado por Cogo (2007), é o predomínio de fontes institucionais para abordar o assunto em entrevistas. Cardoso (2012, p. 94) verificou esse aspecto em seu estudo:

Mesmo que a cobertura jornalística verse sobre o refúgio, a voz dos personagens principais (os refugiados) é pouco ouvida. Por tratarem-se principalmente de textos com conteúdos factuais, os sujeitos em questão não

ganham espaço e, no lugar deles, falam policiais, representantes de organizações não-governamentais, autoridades militares e a agência da ONU.

Ahmad Ibrahim (2018), diretor do escritório da Al Jazeera em Londres, afirma que as pessoas afetadas pelos acontecimentos devem ter papel primário nos relatos:

Se você estiver falando sobre refugiados, você deve incluir os refugiados [nas matérias] [...]. Você vai até os afetados primeiro, porque isso representa uns 90% do problema e aí, para ver o que pode ser feito, você vai até os médicos, agências do governo ou qualquer outra pessoa que pode aliviar o sofrimento de quem foi afetado. Mas as pessoas que foram afetadas são questão principal (tradução do autor).

Cogo (2001, p. 17) também destaca que o caráter de “criminalização” é uma das marcas da produção de sentido da mídia brasileira em relação aos migrantes: a semantização negativa e policialesca para com grupos de refugiados levam à “intolerância, violência, desemprego, isolamento, preconceito, pobreza, condenação, fiscalização, deportação, expulsão, tráfico ou detenção”. No mesmo texto, a autora comenta a universalização do termo “imigrante” e de outros provenientes de processos migratórios: desconsidera-se a imensa variedade de origens e culturais dos indivíduos. Essa homogeneidade sugere “esvaziamento do pluralismo cultural em que se ancoram as trajetórias dos imigrantes e sua inserção em distintos contextos socioculturais, favorecendo o apagamento ou diluição de outras posições identitárias” (COGO, 2001, p. 20).

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo discorrerá sobre os procedimentos metodológicos que guiaram este estudo. Será apresentado, primeiramente, o conceito de estudo multicaso, metodologia que inspirou o percurso metodológico desta pesquisa. Ao longo do capítulo, serão descritas as maneiras como o método da análise de conteúdo foi aplicado neste estudo.

5.1 Estudo multicaso

A base metodológica da presente pesquisa foi pensada a partir do método dos estudos de casos múltiplos, também chamado de estudo multicaso.

Os estudos de caso podem analisar um caso único ou vários casos simultaneamente. Conforme sintetiza Robert K. Yin (2003), eles derivam do desejo do pesquisador de compreender fenômenos sociais complexos. Yin (2003) afirma que um estudo de caso engloba certas etapas, como a delimitação do caso a ser estudado, a coleta de dados referentes ao caso e a interpretação dos resultados. Durante a fase de coleta e interpretação dos dados, outras metodologias, como pesquisa documental, entrevistas e análise de conteúdo podem se aliar a esse método (VENTURA, 2007). De acordo com Antonio Carlos Gil (2008, p. 57-58), o estudo de caso se caracteriza por ser o “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

Seguindo a perspectiva de que um estudo de caso pode investigar mais de um objeto, pensou-se em incorporar, nesta dissertação, fundamentos dos estudos de casos múltiplos. Entretanto, ressalto, primeiramente, que não se optou por realizar um estudo de caso - único ou múltiplo - nesta investigação por os objetivos desta metodologia distinguirem-se dos aqui pretendidos; o intuito desta pesquisa é compreender a produção de conteúdo de veículos midiáticos e como eles utilizam valores, técnicas e conceitos específicos do jornalismo. Para esses fins, resulta como metodologia mais adequada a análise de conteúdo.

Considera-se, por sua vez, que o modo como é pensado o estudo de casos múltiplos se adequa à presente investigação. Robert C. Bogdan e Sari Knopp Biklen (2007, p. 69) frisam que os estudos multicaseos podem se dar de diferentes maneiras:

Alguns [estudos de casos múltiplos] começam como estudos de caso único cujos resultados originais servirão de base para uma série de estudos ou

como piloto para um estudo de casos múltiplos. Outras investigações são primariamente estudos de casos únicos, mas incluem observações menos intensivas e extensas de outros casos para abordar a questão da generalização. Outros pesquisadores realizam estudos de caso comparativos. Dois ou mais estudos de caso são feitos e, posteriormente, comparados e contrastados (tradução do autor).

Da mesma maneira que o estudo de casos múltiplos pode - ou não - resultar em uma análise comparativa, esta pesquisa, embora investigue mais de um caso, não tem a intenção de sê-lo. Este trabalho assimila a premissa do estudo de caso múltiplo quando se propõe a analisar dois casos distintos (os casos dos sites G1 e Al Jazeera English), a fim de compreender suas peculiaridades.

O objetivo deste estudo não seria, então, comparar as coberturas realizadas por esses portais de notícias, mas sim entender os veículos individualmente, dado que são organizações com caráter distinto e atuam em contextos diferentes. Isto não impede que alguns resultados sejam confrontados levando em consideração as unidades de informação isoladas, com o intuito de se aprofundar, por exemplo, na maneira como cada conteúdo foi pensado e produzido.

Sendo assim, decidiu-se estudar o caso da Al Jazeera English por sua importância no contexto dos meios de comunicação na comunidade árabe, uma vez que o veículo se autodeclara a “voz alternativa”, e por sua proximidade com o tema aqui investigado. Considero importante o seu estudo a fim de que se conheça a dinâmica de trabalho de uma das mais importantes empresas de radiodifusão nos países árabes. Assim, torna-se relevante discutir fatores que influenciam ou não essa dinâmica, tais como política, cultura e religião, algo extremamente complexo e crítico no mundo comunicacional.

A análise do website G1 se justifica por este veículo ser um dos principais produtores de conteúdo jornalístico brasileiros no âmbito online e parte de uma das empresas de radiodifusão de maior abrangência no Brasil. O G1 foi escolhido para a análise, em detrimento de outros, por este ser pensado inteiramente para a internet, isto é, não deriva de um veículo já presente em outra plataforma, como impresso ou televisão. Este motivo é importante para que sejam alcançados os objetivos deste estudo, que pretendem entender o processo de produção de notícias exclusivamente no âmbito online.

Assim, partindo dos dois casos analisados, foi possível delinear elementos para conhecer a dinâmica de uma mídia que tem proximidade com o tema abordado neste estudo,

no caso da Al Jazeera, e de uma outra que produz comunicação a partir principalmente de fontes externas e, assim, também cria uma visão de mundo sobre a realidade dos países árabes, no caso do G1.

5.2 Percurso metodológico da análise de conteúdo

Adentramos, a partir deste momento, no percurso metodológico que guiou este estudo. Além das pesquisas descritiva e exploratória realizadas com o intuito de fornecer o embasamento teórico necessário, o estudo tomou como método chave a análise de conteúdo (AC), proposto por Laurence Bardin (2011).

A análise de conteúdo foi escolhida como o suporte metodológico por esta metodologia possibilitar, além de descrições sistemáticas do material analisado, que sejam “[reinterpretadas] as mensagens e [atingida] uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p. 8). A análise de conteúdo trata-se de uma metodologia bastante versátil, que se dispõe a atingir os objetivos específicos de cada estudo em que é aplicada, uma vez que pode ter caráter tanto quantitativo quanto qualitativo. Ademais, no caso específico de estudos na área da comunicação, por permitir a codificação - baseada nas demandas específicas do pesquisador -, gera, conseqüentemente, a re-interpretação do material analisado, facilitando o entendimento dos processos e códigos presentes em conteúdos da comunicação midiática, como materiais jornalísticos.

Sobre a análise de conteúdo, Wilson Corrêa Fonseca Júnior (2005, p. 285) ressalta:

[...] embora seja considerada uma técnica híbrida por fazer a ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais (BAUER, 2002), a análise de conteúdo oscila entre esses dois pólos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador.

O desenvolvimento deste estudo se inspirou nos três pólos cronológicos da análise de conteúdo, especificados por Bardin (2011): a pré-análise, a exploração do material e a interpretação e inferências sobre o material. A esta metodologia foram incorporados, como critérios avaliativos, os conceitos do jornalismo para a paz discutidos no primeiro capítulo da dissertação.

A primeira fase da análise de conteúdo, realizada neste estudo, foi a pré-análise. Durante esta etapa, segundo Bardin (2011), é feita uma primeira filtragem dos conteúdos a serem analisados e uma leitura flutuante, ou seja, é estabelecido o primeiro contato com os materiais que virão a fazer parte do corpus do estudo. O corpus, nas palavras da autora, “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”, selecionados a partir de critérios específicos (BARDIN, 2011, p. 126).

Na pré-análise, neste estudo, foram selecionados, nos sites da Al Jazeera English e G1, todos os conteúdos jornalísticos que se encaixavam nos três critérios seguintes: 1. conteúdos que continham os termos “Aylan Kurdi” ou “Alan Kurdi”³⁰, sem restrição temporal; 2. conteúdos que continham os termos “*refugee*” ou “*refugees*”³¹ (para os conteúdos em inglês) e “refugiado”, “refugiada”, “refugiados” ou “refugiadas” (para os conteúdos em português), publicados entre 2 de setembro de 2015 e 9 de setembro de 2015, semana do falecimento de Alan Kurdi; e 3. conteúdos que continham os termos “Syria” (para os conteúdos em inglês) e “Síria” (para os conteúdos em português), publicados entre 2 e 9 de setembro de 2015. Durante esta filtragem inicial, foram selecionados 94 conteúdos do portal Al Jazeera English e 155 do site G1, totalizando 249 conteúdos.

Após esta ampla seleção, foi delimitado, em uma seleção mais rigorosa, o corpus do estudo, isto é, o material que seria analisado posteriormente. Fizeram parte do corpus todos os materiais que tinham como tema principal a problemática dos refugiados sírios, temas relacionados à Guerra Civil Síria ou ao falecimento de Alan Kurdi, resultando em 104 conteúdos (59 do site Al Jazeera English e 45 do G1). Foram considerados apenas os conteúdos produzidos originalmente para os websites Al Jazeera English e G1, isto é, conteúdos oriundos de programas das redes de televisão Al Jazeera (como *Talk to Al Jazeera* e *The Stream*) e Globo (como *Fantástico*, *Jornal Hoje* e *Jornal Nacional*) não foram contabilizados nem aqueles produzidos por agências de notícias internacionais. Nota-se, também, que todos os artigos de opinião não foram contabilizados.

Vale ressaltar que em todos os conteúdos selecionados como corpus do estudo aplicam-se algumas regras, mencionadas por Bardin (2011), sendo as principais delas 1. exaustividade (todos os conteúdos devem passar pelas mesmas categorias de análise, sem

³⁰ O primeiro nome do menino sírio foi reportado pela mídia com duas ortografias diferentes: “Aylan” e “Alan”.

³¹ Termos em inglês para “refugiado” e “refugiados”.

exceção); 2. representatividade (os resultados obtidos em uma amostra do material, se pertinente, podem ser utilizados para generalizar todo o corpus); 3. homogeneidade (os critérios de seleção dos materiais devem ser de mesma natureza); e 4. pertinência (os conteúdos devem corresponder aos objetivos da análise). Todos os conteúdos que compõem o corpus do estudo foram organizados a partir da data de publicação, título do material, autoria, editoria em que o conteúdo foi publicado, tema principal e link de acesso, como mostra o quadro 1.

Quadro 1 - Exemplo de sistematização das unidades de informação durante pré-análise

Data	Título	Autor	Editoria	Formato	Tema	Link
03/09/2015	Família de criança encontrada morta na praia tentava ir para o Canadá	G1/São Paulo	Mundo	Texto, foto, vídeo	Caso Alan Kurdi	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/familia-de-crianca-encontrada-morta-na-praia-tentava-ir-para-o-canada.html

Fonte: elaborado pelo autor.

Com o corpus já delimitado, a etapa seguinte foi a criação de categorias específicas de análise. A categorização, na análise de conteúdo, visa ao reagrupamento do material coletado, de acordo com suas semelhanças e diferenças (BARDIN, 2011). As categorias deste estudo foram criadas com base nos conceitos dos Estudos para a Paz e, especificamente, do *Peace Journalism*, com o objetivo primário de investigar se cada unidade de informação se aproxima mais do modelo do jornalismo de guerra ou do jornalismo para a paz. Optou-se pelo critério de categorização semântico. Isso significa que cada unidade de informação foi categorizada levando em consideração os sentidos de seu conteúdo textual (e, por vezes, imagético), e não quer dizer, entretanto, que as unidades lexicais ou sintáticas não tenham sido analisadas na etapa posterior, de interpretação do material.

As categorias de análise estão apresentadas abaixo, no quadro 2.

Quadro 2 - Categorias da análise de conteúdo

Categoria	Descrição
Tipologia de violência	Refere-se ao tipo de violência abordado pela unidade de informação, isto é, se estão presentes no conteúdo aspectos da violência direta, violência estrutural e violência cultural. O modelo do jornalismo para a paz abrange todos os tipos de violência, incluindo os seus efeitos invisíveis, enquanto o jornalismo de guerra dá enfoque somente à violência direta.
Conjuntura sociopolítica	Esta categoria diz respeito à contextualização, isto é, à forma como o jornalista apresenta ou omite a conjuntura social e/ou política que faz pano de fundo à problemática central abordada na unidade de informação.
Progressão temporal	Tem a ver com a linha do tempo, isto é, se estão presentes na unidade de informação as razões que originaram o conflito. O modelo do jornalismo de guerra foca prioritariamente na arena de conflito, ou seja, no que está acontecendo no momento; já o jornalismo para a paz não se restringe ao presente e tenta abranger aspectos passados e futuros.
Utilização de fontes	Refere-se a quais personagens foram utilizados como fontes na unidade de informação. Enquanto o jornalismo de guerra dá maior espaço a autoridades e organizações, o jornalismo para a paz tenta incluir a perspectiva das pessoas que foram afetadas diretamente (ou indiretamente) pelo conflito.
Terminologia	Diz respeito aos termos utilizados pelo veículo de comunicação para se referirem aos refugiados. Alguns termos podem ter conotação negativa, vitimizadora ou desumanizadora.
Promoção da cultura de paz	Esta categoria analisa se existem, nas unidades de informação, iniciativas que visam à promoção da cultura de paz. Em caso afirmativo, quem são os responsáveis por estas iniciativas (instituições, autoridades, organizações não governamentais, sociedade civil)?
Identidade, adaptação e cultura	Tem a ver com as unidades de informação que exploram elementos relacionados à identidade, cultura e adaptação no país de destino dos personagens.

Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados obtidos durante a exploração do material possibilitaram a terceira - e última - etapa da análise de conteúdo: as inferências e a interpretação dos resultados. A divisão em categorias permite, primeiramente, a criação de dados quantitativos. Estes dados são

importantes, neste estudo, para codificar os padrões jornalísticos presentes nos veículos de comunicação analisados. Além disso, tais dados foram analisados, também, qualitativamente, uma vez que se tentou buscar certas particularidades de cada unidade de informação, assim como de que maneiras, a partir de análises semânticas, elas incorporam - ou não - conceitos específicos do jornalismo para a paz.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tratará de apresentar os resultados e as discussões obtidos a partir da metodologia previamente descrita. Uma tabela com todas as matérias mencionadas como exemplos neste capítulo, assim como com todo o conteúdo que serviu de corpus para este estudo, pode ser encontrada nas páginas finais da dissertação, na seção de apêndices.

6.1 Análise de conteúdo do G1

Do site G1, foi considerado para análise de conteúdo um total de 59 matérias. Todas as matérias selecionadas têm a ver com o caso Alan Kurdi, ocorrido em setembro de 2015, ou com acontecimentos relacionados à Guerra Civil Síria ocorridos na semana da morte de Kurdi.

Observou-se, como tendência, nas matérias do G1, a não identificação de autores, isto é, a maior parte do conteúdo não é assinada por jornalistas específicos, mas sim pela redação de determinada localidade. Temos que, das 45 matérias, apenas nove levam o nome de jornalistas do veículo, o que resulta em 20% do conteúdo total.

A marcação de autoria mais comum nas matérias analisadas foi “Do G1 em São Paulo”, com 32 matérias (71,1%). Do conteúdo produzido pela redação em São Paulo, quatro matérias continham, também, o nome das jornalistas Flávia Mantovani, Letícia Macedo (aparece em duas ocasiões) e Tahiane Stochero. Outras redações que produziram conteúdos sem assinatura de jornalistas foram as localidades de Sorocaba e Jundiaí, São José do Rio Preto e Araçatuba, Paraíba, Paraná, Ceará e Pará. Por outro lado, as outras redações que produziram conteúdos assinados foram a do Rio de Janeiro (matérias de Káthia Mello e Cristina Boeckel), de Brasília (matéria de Débora Cruz) e de Minas Gerais (matéria de Thaís Pimentel). Há, ainda, três outras matérias com marcações de autoria distintas das mencionadas até então: a primeira é assinada pela jornalista Ana Carolina Moreno, e não há indicação da redação da qual ela faz parte; a segunda é assinada somente com “Por G1”; e a terceira indica “Do G1, com agências internacionais”.

Das nove matérias assinadas pelo veículo, oito delas têm envolvimento com o Brasil, ou por meio da utilização de fontes brasileiras ou ao abordar histórias de refugiados que vivem em território brasileiro. Esta informação nos mostra que é uma tendência, no G1, a

utilização do nome de jornalistas na assinatura de matérias quando esses têm a possibilidade de entrar em contato com fontes que possam fornecer informações exclusivas para o veículo.

Tomemos como exemplo a matéria *Pai de menino sírio morto em praia fala a brasileiro sobre tragédia familiar* (1 nov. 2015), assinada por Flávia Mantovani. A jornalista redige esse conteúdo a partir de uma entrevista cedida pelo fotógrafo brasileiro Gabriel Chaim com Abdullah Kurdi, pai do menino Alan Kurdi, cujo corpo foi encontrado em praia turca após tentativa de travessia para chegar à Europa. As informações apresentadas nessa matéria são de exclusividade do G1. Diversas outras matérias publicadas pelo site também utilizam Abdullah Kurdi como fonte, mas, nesses outros casos, as entrevistas foram comumente realizadas por agências de notícias internacionais. A matéria *“Meus filhos escorregaram de minhas mãos”, diz pai de menino sírio morto* (3 set. 2015), por exemplo, tem como foco um depoimento de Kurdi sobre a morte de seu filho. Essa fala, entretanto, é oriunda da agência de notícias turca Dogan e reproduzida, e devidamente citada, pelo G1. A autoria dessa matéria é “Do G1, em São Paulo”.

Ressalto que esta é uma tendência, e não uma regra, pois há casos em que ela não se aplica. Há cinco matérias que trazem como tema a vida de refugiados no Brasil - três delas incluem entrevistas com refugiados realizadas pelo G1 - e não levam a assinatura de jornalistas do veículo. São elas: *Saiba como ajudar refugiados no Brasil e no exterior* (4 set. 2015), assinada por “Do G1, em São Paulo”; *Refugiados da Síria que vivem em Curitiba falam sobre a guerra* (7 set. 2015), assinada por “Do G1 PR”; *Prefeitura de Fortaleza quer viabilizar abrigo para 50 famílias de refugiados* (8 set. 2015), por “Do G1 CE”; *Refugiados sírios encontram esperança de vida nova em Belém* (9 set. 2015), escrita por “G1 PA” e *“Tem mais crianças morrendo sem ser fotografadas”, diz refugiado sírio* (20 set. 2015), do “G1 Rio Preto e Araçatuba”. As últimas três, apesar de não assinadas por jornalistas do G1, acompanham vídeos com reportagens produzidas por repórteres de afiliadas da Rede Globo, respectivamente Marcelo Rocha (RPC Curitiba), Patrícia Nielsen (TV Verdes Mares), Carlos Brito (Rede Liberal) e Nilessia Tait (TV Tem).

Apenas uma das matérias assinadas por jornalistas do G1 não aborda o tema refugiados no Brasil. Trata-se do conteúdo *Crianças refugiadas: a vida após a travessia* (2 set. 2016), assinado por Ana Carolina Moreno. Essa matéria é um especial, publicado um ano após o falecimento de Alan Kurdi, e relata a vida de quatro crianças refugiadas, cujas histórias foram acompanhadas pela repórter do G1.

Em relação às editorias nas quais as matérias foram publicadas, *Mundo* é a mais popular, com 31 conteúdos (ou 68,8% do total). Há espaço, também, para editorias regionais do G1, sendo elas *Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Preto e Araçatuba, São Paulo e Sorocaba e Jundiá*. Essas somam 22,2% do total. As outras editorias das matérias analisadas são *Música*, com duas entradas, e *Educação e Política*, com uma entrada cada.

A grande frequência de conteúdos da seção *Mundo* se deve ao fato de o tema central dos conteúdos analisados ser os refugiados do Oriente Médio, ou seja, um assunto de caráter intrinsecamente internacional. As matérias dessa editoria incluem, principalmente, desdobramentos da Guerra Civil da Síria, decisões sobre políticas migratórias internacionais, ocorrências envolvendo imigrantes e refugiados oriundos de países do Oriente Médio, repercussão internacional sobre os fluxos migratórios, entre outros temas. As matérias inseridas nas editorias regionais brasileiras têm a ver, majoritariamente, com a adaptação e vida de refugiados do Oriente Médio no Brasil, embora haja outras matérias que incluem temas como repercussão sobre imigrantes e refugiados ou decisões políticas.

As matérias publicadas nas editorias restantes (*Educação, Música e Política*) têm estrita relação com a problemática dos refugiados ou com os conflitos do Oriente Médio. O conteúdo publicado na primeira editoria, *Conflitos deixam 13,7 milhões de crianças fora das escolas, diz Unicef* (3 set. 2015), apresenta um relatório do UNICEF, divulgado em setembro de 2015, sobre a situação da educação em países africanos e do Oriente Médio pós-conflitos; as duas publicadas em *Música, Shakira diz que crianças de refugiados não devem “pagar o preço da guerra”* (29 set. 2015) e *U2 mostra em show imagens feitas com drone por brasileiro na Síria* (8 set. 2015), dizem respeito ao pronunciamento da cantora colombiana Shakira sobre crianças refugiadas após reunião com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas e ao uso de imagens captadas por brasileiro na cidade de Kobane, na Síria, durante show da banda U2; a matéria da seção *Política, Governo deve prorrogar regra que facilita refúgio para sírios no Brasil* (5 set. 2015) trata de uma decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) que facilita a concessão de visto para refugiados sírios no Brasil.

Todos os conteúdos publicados pelo site G1 apresentam linguagem escrita, na forma de texto. Os outros dois formatos mais frequentes são fotos (38 matérias, ou 84,4% do total) e vídeo (26 matérias, ou 57,7%). Formatos menos comuns incluem animações (2 matérias), ilustrações (2 matérias) e infográfico (1 matéria).

Levando em consideração que o recurso fotográfico foi utilizado não apenas uma única vez em cada matéria, temos o dado de que 132 fotografias compuseram o conteúdo analisado do G1. Esse número resulta em uma média de 2,93 fotos por matéria publicada.

Ao analisar a origem de cada uma dessas fotografias, constata-se que, durante a cobertura da chamada “crise dos refugiados” do Oriente Médio, o veículo brasileiro utilizou, com grande frequência, imagens oriundas de agências de notícias internacionais: do total, 65,9% de todas as imagens utilizadas (87 fotografias) são provenientes desses canais de comunicação. A agência de notícia mais utilizada foi a britânica Reuters, com 38 fotografias (além de uma creditada em conjunto com a agência escandinava Scanpix e uma feita pelo Palácio de Miraflores da Venezuela, obtida via Reuters). Esse número demonstra que, entre todas as imagens captadas por agências de notícias, 43,6% têm origem na Reuters. Outras agências utilizadas com frequência foram a americana Associated Press (AP), com 16 fotografias (há, ainda, oito outras imagens creditadas à AP em parceria com a agência turca DHA e seis creditadas em conjunto com a canadense The Canadian Press, o que totaliza 30 matérias obtidas por meio da AP) e a francesa Agence France-Presse, com 14 fotografias (e três creditadas em conjunto com a Scanpix).

As fotografias das agências de notícias retratam acontecimentos de caráter internacional, onde havia pouca probabilidade de jornalistas de veículos brasileiros estarem. As atualizações referentes a ocorrências dos fluxos migratórios, como a travessia de refugiados até a Europa ou o naufrágio de embarcações, e imagens de autoridades, políticas ou não, foram, na maior parte dos casos, captadas por agências de notícias. As matérias publicadas logo após o corpo de Alan Kurdi ser encontrado em praia turca, por exemplo, na primeira semana de setembro de 2015, contam com imagens feitas pelas agências internacionais Associated Press e DHA.

Imagens de autoria do próprio veículo, ou seja, capturadas pelo G1 (incluindo as imagens cedidas para o veículo) foram utilizadas 27 vezes, representando 20,4% do total. Este número é aproximadamente cinco vezes inferior ao número das imagens provenientes de agências de notícias. Essas imagens estão distribuídas em seis matérias relacionadas ao caso Alan Kurdi ou ao fluxo de refugiados do Oriente Médio. Cinco delas têm, de alguma maneira, relação com o Brasil, o que justifica o uso de imagens de autoria do próprio veículo. Na matéria *Pai de menino sírio morto em praia fala a brasileiro sobre tragédia familiar* (1 nov. 2015), foram utilizadas oito fotos feitas e cedidas ao G1 pelo fotógrafo brasileiro Gabriel

Chaim. As fotos retratam a cidade de Kobane, na Síria, devastada pelos conflitos da guerra civil do país e Abdullah Kurdi, cuja entrevista também foi realizada por Chaim.

A única matéria que não está incluída nesse escopo, isto é, que não tem relação alguma com o Brasil ou brasileiros, é *Crianças refugiadas: a vida após a travessia* (2 set. 2016). Nesse caso, a repórter Ana Carolina Moreno acompanhou famílias de refugiados e pôde fotografá-las. Oito fotos tiradas pela jornalista compõem a matéria, além de uma com autoria de Gabriel Chaim.

Sete fotos com a legenda “arquivo pessoal” foram utilizadas. Uma delas aparece na matéria *Grafite em Sorocaba faz homenagem a menino sírio morto após naufrágio* (4 set. 2015), e mostra um grafite feito em homenagem a Alan Kurdi na cidade de Sorocaba, no estado de São Paulo, e o restante (seis imagens) aparece na matéria *Carioca testemunha crise humanitária de migrantes na Hungria; veja fotos* (5 set. 2015). Pode-se notar que, logo no título, a matéria chama atenção para as imagens que serão reproduzidas. Elas dizem respeito à situação dos refugiados na Hungria, retratada, por meio de relato e registros fotográficos, por um cineasta brasileiro que trabalha no país.

Cinco imagens apresentam a legenda “reprodução”. Três delas consistem em reproduções de reportagens produzidas por afiliadas da Rede Globo: duas oriundas de vídeo da Rede Liberal, de Belém, e uma da TV Tem, da região de São José do Rio Preto e Araçatuba, no interior de São Paulo. As outras duas são reproduções do site U2place, dedicado à banda irlandesa U2, e de imagem publicada no Twitter do clube de futebol alemão Borussia Dortmund. Há, ainda, quatro imagens cedidas pela Marinha do Brasil e duas com a legenda “divulgação”.

O recurso de vídeo foi utilizado 34 vezes em 26 conteúdos distintos. Do total, 14 vídeos foram exibidos durante a programação de alguma emissora da Rede Globo. Isso significa que não foram produzidos exclusivamente para compor o conteúdo do G1, online. Os vídeos são provenientes tanto de programas da televisão aberta (TV Globo e afiliadas) quanto da fechada (Globo News). Dentre eles, seis foram veiculados na Globo News, dois no *Jornal Nacional*, um no *Bom Dia Brasil* e um no *Fantástico*. Em relação às afiliadas da Rede Globo, aquelas que transmitiram reportagens que vieram a compor as matérias publicadas pelo G1 foram RPC (Curitiba), Rede Liberal (Belém), TV Verdes Mares (Fortaleza) e TV Tem (São José do Rio Preto e Araçatuba). As reportagens audiovisuais veiculadas pela Rede Globo têm relação direta com o conteúdo textual do G1.

Além disso, 15 vídeos foram produzidos pelo G1 com a utilização de imagens provenientes de agências de notícias internacionais ou outros organismos. Esses vídeos consistem em imagens relacionadas aos fluxos migratórios, como refugiados em embarcações a caminho da Europa e movimentações de pessoas em solo, e acompanham legendas ou textos explicativos. Um exemplo disso é o vídeo presente na matéria “*Fiquei petrificada*”, diz fotógrafa que fez imagem de menino sírio morto (3 set. 2015), que mostra roupas de refugiados na areia de uma praia, o corpo do menino Alan Kurdi, ainda debruçado sobre a areia, e, posteriormente, sendo removido da praia, e o corpo de outro homem também sendo retirado do local. O vídeo insere o logotipo do G1 no canto inferior esquerdo, acompanhado da legenda “Turquia: família de criança encontrada morta tentava ir para o Canadá”. O material dá créditos à agência de notícias britânica Reuters, mas mostra, também, o logotipo da turca DHA na parte superior direita.

Em algumas matérias é utilizado um vídeo editado pelo G1 com o objetivo de explicar o que chama de “crise de refugiados”. Enquanto imagens de pessoas refugiadas são mostradas ao fundo, textos sobrepostos explicam a origem dos fluxos migratórios recentes do Oriente Médio e África e ressaltam as dificuldades da travessia pelo mar Mediterrâneo e por terra. As imagens são creditadas à agência Reuters e a edição a Susan Vidinhas.

Há cinco ocasiões em que as matérias apresentam vídeos com imagens captadas pelo G1. A matéria *Crianças refugiadas: a vida após a travessia* (2 set. 2016) tem quatro vídeos filmados pela repórter Ana Carolina Moreno. Um dos vídeos consiste em imagens de refugiados e retoma fatos, por meio de textos, sobre o tema. Nos outros três, a repórter apresenta informações sobre três crianças refugiadas, também por meio de imagens e textos sobrepostos. A outra ocasião em que há vídeo com imagens feitas pelo G1 é na matéria *Refugiados sírios tentam recomeçar a vida em Belo Horizonte* (9 set. 2015). As imagens, captadas por Thaís Pimentel (mesma jornalista que assina a matéria), mostram refugiados em uma igreja na cidade de Belo Horizonte.

O recurso infográfico é utilizado uma única vez, na matéria de Ana Carolina Moreno, mencionada no parágrafo anterior. A arte recebe o título de *Porta de entrada da Europa* e mostra o trajeto feito por refugiados desde a costa oeste da Turquia até o norte da Grécia, na fronteira com a Macedônia.

Animações estão presentes em duas matérias: a primeira, retirada da matéria *Acidente entre barco da polícia grega e bote de refugiados deixa mortos* (15 out. 2015) e intitulada *A*

saga de uma refugiada, foi produzida pelo G1 e narra a história de uma síria, identificada como I.M., que se refugiou na Alemanha devido às guerras em seu país. O vídeo, que conta com narração e reportagem de Flávia Mantovani, apresenta ilustrações, infográficos e textos. A outra, intitulada *Malak and the boat*, foi publicada junto à matéria *Contos de fadas “às avessas” narram fuga de crianças da guerra da Síria* (11 abr. 2015), e consiste em um dos episódios da série *Unfairy Tales*, produzida pelo UNICEF. As animações dessa série narram histórias de crianças e adolescentes refugiados.

Em duas matérias aparece o formato ilustração. Ambas (*Ilustrações na internet homenageiam menino sírio morto em praia*, de 3 de setembro de 2015, e *Tia de Aylan diz que suas últimas palavras foram “papai, não morra”*, de 5 de setembro do mesmo ano) abordam a repercussão da morte do menino Alan Kurdi e trazem ilustrações feitas em sua homenagem.

Um recurso bastante utilizado é a hipertextualidade: 41 matérias (91,1%) apresentam, no corpo do texto, redirecionamento para outros conteúdos. Os hiperlinks utilizados no G1, na maior parte dos casos, levam a materiais produzidos pelo próprio site, que têm relação com o conteúdo da matéria inicial. Eles direcionam o leitor tanto para outras matérias escritas pelo G1, a fim de fornecer mais contextualização, ou para páginas com informações sobre palavras-chave ou termos específicos, como o nome de uma cidade ou país. Há alguns casos, também, em que o hiperlink leva para um site diferente. Nesses, o texto indica “mais informações”, “mais detalhes”, “saiba mais” ou termo semelhante.

Pelas análises dos conteúdos do G1 sobre refugiados a partir de 2015, pode-se afirmar que o jornalismo feito pelo site vai ao encontro das definições de jornalismo digital defendidas pelos autores anteriormente citados na parte teórica deste estudo. Apesar de o portal fazer parte do âmbito de produções do Grupo Globo de comunicação, que conta com veículos como jornais, rádios e emissoras de televisão, o conteúdo do G1 é pensado, desde o início de sua produção, para o meio online. Isso quer dizer que ele não depende das produções de outros meios de comunicação para existir.

Já no início da década de 2000, quando os portais brasileiros começam a se firmar, Canavilhas (2003) afirma que a linguagem do jornalismo online é edificada sobre a hipertextualidade e a não linearidade. O conteúdo do G1 é um exemplo desses fatores: ao incluir, em mais de 90% de sua produção, redirecionamentos para outros conteúdos por meio de hipertextos, o portal possibilita ao leitor uma leitura não linear, ou seja, é possível que, no momento da leitura, outras páginas da internet sejam abertas com a finalidade de servirem

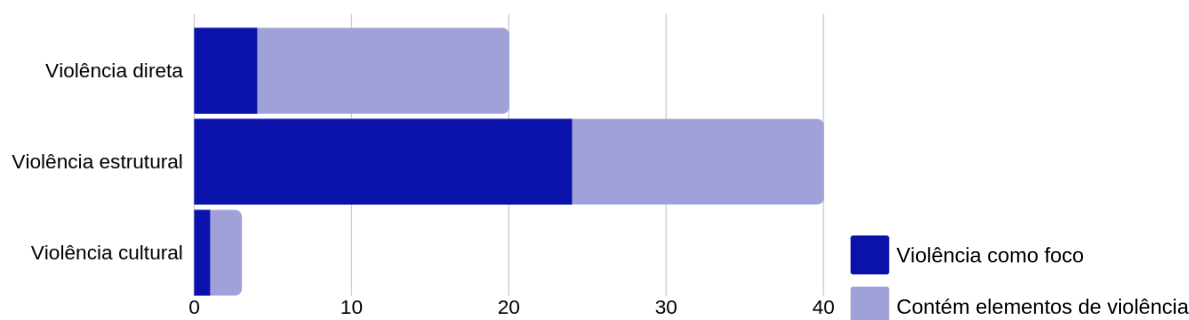
como informações complementares. Essas podem ter os seus próprios hipertextos, e assim sucessivamente. O uso desse recurso pode indicar, também, a autenticidade da informação transmitida pelo veículo: o direcionamento para a fonte original de onde a informação foi retirada ou para informações adicionais atesta que o conteúdo publicado tem procedência e não foi “fabricado” pelo canal que o veicula. A hipertextualidade dá ao leitor a possibilidade de analisar o conteúdo original e verificar se existem possíveis distorções ou omissões das informações originais.

Canavilhas (2003) também indica, como marca do jornalismo digital, a multimídia, o que fica claro ao observar o uso de formatos distintos em um mesmo conteúdo, especialmente a utilização concomitante de textos, fotos e vídeos.

A interatividade e a instantaneidade, características apontadas por Palácios (2003), também se fazem presentes. A primeira pode ser observada por meio da seção de comentários incluída abaixo de cada texto. No G1, esse recurso aparece com título “Comentários”, seguido pelo número de entradas, em que é possível um leitor deixar uma opinião sobre o conteúdo lido. Abaixo do título, está escrita a seguinte mensagem de aviso: “Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os termos de uso, denuncie”. Há também um link com informações a respeito de quais comentários são considerados impróprios ou ilegais. É possível visualizar os comentários deixados por outras pessoas de acordo com sua data de publicação ou sua popularidade. Para fazer um comentário, é necessário realizar um login no site globo.com. Em relação ao fator instantaneidade, conforme definido por Palácios (2003), o site permite a atualização de seu conteúdo pelos jornalistas ou editores do veículo. Isso pode ser notado em matérias onde, ao lado de sua data de publicação, há uma segunda data e horário, referentes a quando o conteúdo sofreu alguma alteração ou atualização.

6.1.1 Tipologia de violência

Ao levar em consideração as distintas definições de violência propostas pelos Estudos para a Paz (violência direta, estrutural e cultural), observou-se que, no conteúdo publicado pelo site G1 sobre os fluxos de refugiados a partir de 2015, a tipologia utilizada com maior frequência nas matérias foi a violência estrutural (88,8% das matérias), seguida pela violência direta (44,4%) e pela violência cultural (6,66%). O gráfico 1 mostra como os três tipos de violência foram incorporados nas matérias do G1.

Gráfico 1 - Tipos de violência nas matérias do G1

Fonte: elaborado pelo autor

A razão pela qual a quantidade de matérias que abordam a violência estrutural seja alta deve-se ao fato de elas tratarem sobre a conjuntura que ocasiona os fluxos migratórios e suas consequências - os temas de destaque são, principalmente, informações sobre as movimentações de refugiados do Oriente Médio até a Europa e sobre políticas migratórias de países específicos. Apesar de muitas dessas matérias levantarem informações sobre mortes decorrentes da travessia do mar Mediterrâneo, não há, nesses casos, um agressor específico identificado, fazendo com que o conteúdo não seja classificado como violência direta. A causa dessas mortes, apontada pelos textos, é a estrutura social que envolve guerras, pobreza e perseguição política e força as pessoas a deixarem seus territórios de origem para tentar uma vida melhor em outros locais. Em suma, citando Galtung (1969), tem a ver essa tipologia com os poderes desiguais: a devastação das cidades na Síria, decorrente, principalmente, de conflitos entre grupos pró-governo, grupos de oposição e grupos rebeldes jihadistas - como parte da guerra civil iniciada em 2011 no país -, demonstram que as relações de poder entre esses grupos interferem na qualidade de vida da sociedade civil, o que motiva o deslocamento de pessoas.

Das 45 matérias analisadas, 24 têm a violência estrutural como foco e 16 apresentam traços dessa tipologia, mas não a têm como foco (em porcentagem, os números representam 53,3% e 35,5%, respectivamente).

Um exemplo do primeiro caso mencionado no parágrafo anterior é a matéria *Conflitos deixam 13,7 milhões de crianças fora das escolas, diz Unicef* (3 set. 2015). Ela apresenta dados de relatório do UNICEF sobre como os conflitos afetam a vida escolar de crianças de países africanos e do Oriente Médio. Por essa razão, ao comentar sobre a conjuntura e as

estruturas que dificultam o acesso à escola, ela tem como foco a violência estrutural, o que pode ser notado no trecho abaixo:

De acordo com o Unicef, o foco do levantamento é o impacto da violência no sistema educacional de nove países das duas regiões (Síria, Iraque, Iêmen, Líbia, Palestina, Sudão, Jordânia, Líbano e Turquia). O total verificado representa 40% das 34 milhões de crianças em idade escolar nesses países. O impacto da violência na rotina das crianças também é mostrado no levantamento de instituições afetadas: mais de 8,5 mil colégios na Síria, Iraque, Iêmen e Líbia estão destruídos. Muitas servem agora de abrigo para famílias desalojadas ou viraram instalações militares.

Outra matéria em que é possível notar a presença da violência estrutural como foco é *“Fiquei petrificada”*, diz fotógrafa que fez imagem de menino sírio morto (3 set. 2015). Nela, além de ser abordado o caso específico de uma família de refugiados que deixa a Síria a fim de procurar outro lugar para viver devido às estruturas desse país, são relatadas as dificuldades enfrentadas pela família ao tentar solicitar refúgio no Canadá, por decorrência das políticas migratórias e das estruturas burocráticas do país. Os trechos transcritos abaixo exemplificam o caso:

Kurdi e a família tentavam reencontrar parentes no Canadá embora o pedido de asilo tivesse sido negado, de acordo com o site “National Post”.

[...]

Teema Kurdi, irmã de Abdullah, disse ao “National Post” que o pedido de refúgio havia sido negado em junho pelo Ministério da Cidadania e da Imigração devido às complicações envolvendo os pedidos de refúgio para estrangeiros de origem turca.

A violência direta apareceu com menos frequência nas matérias do site G1: das 45 matérias analisadas, essa tipologia aparece em 20. Ela é o tema principal de quatro matérias (8,88% do total) e, nas outras 16 (35,5%), estão presentes alguns elementos de violência direta, mas não de maneira central.

Essa categoria de violência aparece, principalmente, nas matérias em que há informações a respeito das destruições causadas por guerras e conflitos, confrontos entre grupos opositores e mortes e agressões em que o agressor ou agressores podem ser

identificados. A violência direta, então, parafraseando Galtung (1969), diz respeito a atos de violência isolados, nos quais há, geralmente, pessoas feridas ou mortas.

Podemos ver essa definição nas quatro matérias cujo texto traz a violência direta como foco. As matérias *Em vídeo, cinegrafista de TV húngara chuta e passa rasteira em imigrantes* (8 set. 2015) e *TV diz que cinegrafista admitiu ter agredido migrante, sem se desculpar* (9 set. 2015) apresentam a violência direta como foco, pois abordam a agressão de uma cinegrafista de uma emissora de televisão húngara contra refugiados na Sérvia. Esse caso se configura como violência direta uma vez que é possível identificar o agente agressor - e também as pessoas que sofreram a agressão. Na primeira matéria mencionada, os trechos abaixo, logo nos primeiros dois parágrafos do texto, explicitam o ocorrido:

Uma operadora de câmera da emissora húngara N1TV foi filmada dando um chute num imigrante e passando rasteira em outro, que carregava uma criança. Segundo o jornal britânico "Guardian", este canal teria ligação com o partido de extrema direita Jobbik.

Petra Laszlo estava filmando refugiados correndo da polícia húngara quando um homem passou em sua frente com uma criança nos braços. Ela estica a perna, fazendo o cair com a criança.

Os outros dois casos de violência direta como foco incluem um conteúdo - *Sobrevivente acusa pai de Aylan Kurdi de ser o capitão do barco* (11 set. 2015) - que discorre sobre uma acusação de que o pai de Alan Kurdi era o responsável por pilotar embarcação que naufragou; e um sobre as explosões de vários ônibus na região de Aleppo, na Síria, que mataram 126 pessoas, entre elas 68 crianças - matéria *Fotógrafo resgata criança em explosão de ônibus que matou 126 na Síria* (17 abr. 2017).

Nos outros casos que incluem a violência direta, ela aparece em frases específicas, não sendo o tema central que motivou a publicação do conteúdo.

Por sua vez, a violência cultural é, entre as três tipologias de violência definidas pelos Estudos para a Paz, a menos frequente nos conteúdos do G1. Apenas uma matéria traz essa tipologia como foco, o que representa 2,22% do total, e duas, ou 4,44%, contêm traços de violência cultural.

A única matéria em que o tema central é um caso de violência cultural é o texto *Peça publicitária na PB usa foto de menino sírio morto e causa polêmica* (14 out. 2015). Nele, é comentado sobre o caso de uma agência de publicidade paraibana que produziu um outdoor,

em ocasião do Dia das Crianças, utilizando a foto do corpo de Alan Kurdi em praia turca ao lado do seguinte texto: “O futuro de nossas crianças não pode morrer na praia”. A peça publicitária foi rechaçada por internautas e pela Associação Brasileira de Agências de Publicidade na Paraíba, que lançou uma nota dizendo: “Não estamos em um vale tudo e, na sua vontade desenfreada de impactar, a agência extrapolou esses dois pontos”, e afirmou que a peça era “desproporcional e desnecessária”. Trata-se de um caso de violência cultural pois aborda a violência em nível simbólico, por meio da comunicação, e não por meio de agressões diretas (violência direta) ou estruturas de desigualdades (violência estrutural).

A violência cultural, embora não seja o foco das matérias, aparece, também, em *Sírios refugiados em igreja no Rio narram dramas e fugas da guerra* (10 set. 2015) e *Milhares de europeus se manifestam a favor da acolhida de refugiados* (12 set. 2015). Nos dois casos, essa tipologia de violência aparece na forma de preconceitos e xenofobia contra os refugiados. O trecho que indica tal acepção na matéria *Sírios refugiados em igreja...* é o seguinte:

Ele [refugiado sírio Khaled Feres] diz que não quer ir embora do Brasil e relatou experiência de preconceito que sofreu no Líbano, onde ficou um mês antes de chegar aqui.

Por sua vez, o trecho abaixo apresenta um exemplo de violência cultural na matéria *Milhares de europeus...*:

Milhares de pessoas participaram neste sábado de manifestações a favor de refugiados e contra a xenofobia em Hamburgo, no norte da Alemanha. A passeata ocorre após a proibição de uma marcha neonazista na cidade do Tribunal Constitucional germânico.

Essa matéria menciona, também, um caso de violência direta cometida por manifestantes da extrema direita na Polônia contra uma “pessoa de pele escura”. Essa situação deixa explícito como a violência cultural, na forma de preconceito racial, é motivadora - e legitimadora - da violência direta.

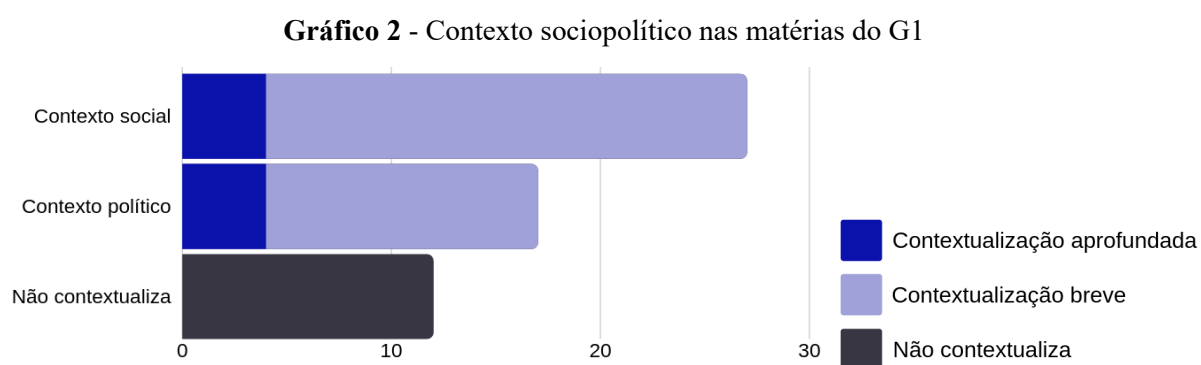
Faz-se necessário destacar, após as análises relacionadas aos tipos de violência, que todas as matérias analisadas trazem algum aspecto da violência em seus textos, seja qual for a tipologia. Em 29 matérias (64,4%), a violência aparece como destaque e, em 34 (75,5%), ela aparece de maneira secundária (isso não significa, entretanto, que a violência não seja o

elemento central dessas matérias, isto é, as duas situações podem ocorrer simultaneamente). Os resultados mostram que a maior parte das matérias (64,4%, ou 29 matérias) apresenta apenas um tipo de violência em seu texto. É comum, entretanto, que os conteúdos abordem mais de um tipo de violência: 14 matérias trazem dois tipos de violência concomitantemente e duas matérias apresentam elementos da violência direta, estrutural e cultural ao mesmo tempo.

Ao fazer um paralelo desses resultados com os conceitos do jornalismo para a paz, temos que, nesse caso especificamente, as matérias do G1 buscam abordar níveis menos superficiais da violência, um fator que as aproxima do modelo do *Peace Journalism*. O que nos leva a essa suposição é a observação de uma grande quantidade de matérias que incorporam a violência estrutural em seus textos em detrimento da violência direta. O modelo do jornalismo de guerra prioriza essa última, tratando os fatos como eventos isolados, sem refletir sobre as motivações que estão por trás de atos de violência ou sobre as consequências que eles podem gerar. Essa afirmação fica nítida ao observarmos que, embora hajam diversas matérias onde aparece casos de violência direta, em apenas quatro ela é o seu aspecto central.

6.1.2 Conjuntura sociopolítica

Essa categoria diz respeito às conjunturas social e política abordadas no conteúdo do G1. De acordo com as análises, em 27 matérias (60%) foram observadas informações sobre o contexto social que faz pano de fundo às movimentações de pessoas na região do Oriente Médio e 17 (37,7%) apresentam informações sobre o cenário político. Em 12 matérias não há contextualização, ou seja, não há aprofundamento do contexto social ou político relacionado ao tema da pesquisa. O gráfico 2 sintetiza essas informações.



Fonte: elaborado pelo autor

Em relação ao contexto social, quatro matérias o abordam com profundidade. Isso quer dizer que, em vez de trazerem apenas o assunto que motivou a redação e publicação das matérias, elas vão além e trazem informações que tangem o tema. A matéria *Conflitos deixam 13,7 milhões de crianças fora das escolas, diz Unicef* (3 set. 2015) comenta sobre o impacto dos conflitos e crises políticas no Oriente Médio e África sobre a vida escolar de crianças dessas regiões. Além de discorrer sobre o lançamento do relatório do UNICEF que investigou essa temática, a matéria traz detalhes específicos sobre a situação na Síria, Iêmen, Iraque e outros países, o que seria, de acordo com as categorias de análise deste estudo, a conjuntura social. O excerto abaixo exemplifica:

Na Síria, uma em cada quatro escolas não pode ser usada porque foi destruída ou passou a ser usada como instalação militar e cerca de 52,5 mil professores deixaram suas funções. Quando as escolas ainda estão ativas, não estão livres do risco: ao menos 20% das crianças precisam cruzar linhas de conflito para chegar às escolas em atividade.

O levantamento aponta que, na Jordânia, no Líbano e na Turquia, 700 mil crianças sírias refugiadas não podem estudar. O motivo é a falta de capacidade dos sistemas educacionais desses países. A estimativa do órgão é que nações vizinhas à Síria tenham recebido 4 milhões de refugiados sírios.

Outro exemplo vem da matéria *Refugiados da Síria que vivem em Curitiba falam sobre a guerra* (7 set. 2015). Ela, além de trazer um relato de Karim Hanna, cuja família deixou a Síria e se refugiou em Curitiba em decorrência dos conflitos internos em seu país - o que é o tema central da matéria -, apresenta aprofundamentos a respeito da Guerra Civil Síria, com informações sobre os motivos que a ocasionaram e estimativas do número de refugiados que deixaram o país. Trechos, como os apresentados abaixo, exemplificam a exploração da conjuntura social na matéria:

Os conflitos na Síria, entre opositores e aliados do presidente Bashar Al Assad, já duram quatro anos e meio. A situação é agravada pela presença dos terroristas do Estado Islâmico. Já são 250 mil pessoas mortas, e a Comissão Europeia tenta distribuir pelo continente, pelos próximos dois anos, 120 mil migrantes.

[...]

Estimativas da ONU apontam que mais de 7 milhões de sírios abandonaram suas residências dentro do país e quase 60% da população vive na pobreza.

Os trágicos números refletem na alta taxa de emigração do país – seriam 4 milhões de refugiados sírios, a maior população de refugiados do mundo.

Além das quatro matérias em que a conjuntura social é abordada de maneira aprofundada, outras 23 matérias mencionam brevemente o contexto social. Nelas, há informações pontuais sobre as guerras, os conflitos e as movimentações de refugiados, mas não são tratadas de forma detalhada como nos exemplos de matérias transcritos anteriormente.

Sobre o contexto político, quatro matérias o abordam com profundidade. Em todos os casos, são detalhadas as políticas de migração brasileiras ou de países europeus. Isso diz respeito, principalmente, às decisões políticas ou resoluções relacionadas à solicitação de visto ou refúgio para pessoas que fogem de seus territórios devido a conflitos. Como exemplo, temos a matéria *Apesar de protestos, europeus se organizam para acolher refugiados* (2 set. 2015), em que há detalhes sobre as políticas de imigração em diferentes países europeus, como Espanha e Islândia, conforme relatado nos trechos seguintes:

Até então, o governo [islandês] havia se disponibilizado a receber apenas 50 refugiados. Agora o primeiro-ministro do país anunciou a formação de um comitê para reavaliar o número de pessoas que poderão ser acolhidas.

[...]

Na Espanha, Barcelona foi a primeira cidade a promover um cadastro de famílias dispostas a acolher os migrantes. A prefeita Ada Colau reuniu-se com representantes de instituições e ONG's para estudar medidas para recepcioná-los. As cidades de Madrid e Malhorca também anunciaram a intenção de se oferecer como cidade de acolhida para migrantes.

As outras três matérias dão informações sobre políticas de imigração brasileiras e sobre refugiados que vivem no Brasil. Todas utilizam informações do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão vinculado ao Ministério da Justiça brasileiro. O trecho abaixo, com informações do Conare e de texto escrito pela ex-presidente do Brasil Dilma Rousseff, foi retirado da matéria *EUA vão financiar aulas de português para refugiados sírios em SP* (10 set. 2015):

O Conare deve prorrogar as regras que facilitam o refúgio de sírios no Brasil. Em vigor desde 2013, a norma que simplifica a concessão de visto a imigrantes sírios venceria no final de setembro.

Nesta quinta, a presidente Dilma Rousseff escreveu num artigo, publicado no jornal "Folha de S.Paulo", que o Brasil está de "braços abertos" para acolher

refugiados. Segundo ela, "quando grandes crises se abateram sobre a Europa e sobre o Oriente, as portas do Brasil estiveram abertas para todos".

Há, ainda, 13 matérias que informam brevemente sobre a conjuntura política dos países de onde procedem os refugiados ou daqueles para onde vão. Os temas por elas abordados são semelhantes aos das matérias anteriores (políticas de migração, principalmente), mas são levantados de forma rápida, e não com profundidade, conforme explicado anteriormente.

Algumas matérias abordam, de forma breve ou aprofundada, aspectos políticos e sociais simultaneamente. Essas totalizam 24,4% do conteúdo analisado, ou 11 matérias.

Além das matérias que fazem contextualização sobre temas específicos, há algumas que não o fazem, nem ao menos de forma superficial. Um total de 12 matérias não aborda aspectos da conjuntura nem social nem política relacionada aos fluxos de refugiados do Oriente Médio. A título de exemplo, pode-se citar as matérias *Imigrantes não comiam havia 2 dias, diz comandante de navio do Brasil* (5 set. 2015) e *Sobrevivente acusa pai de Aylan Kurdi de ser o capitão do barco* (11 set. 2015). A primeira relata o resgate de mais de 200 pessoas, majoritariamente sírias e libanesas, por embarcação brasileira no mar próximo à Itália. Compõem a matéria o depoimento do comandante da embarcação e informações sobre o resgate em si, como o perfil dos imigrantes e para onde procederam após atracarem na costa da Sicília. Não há, no texto, entretanto, detalhes a respeito do que motivou a travessia. A segunda matéria aborda o caso da morte do menino sírio Alan Kurdi e foca no depoimento da iraquiana Zainab Abbas, que acusa o pai de Kurdi de pilotar o barco que naufragou matando ao menos 12 pessoas e de integrar uma rede de tráfico de pessoas. A matéria comenta brevemente sobre o incidente, sem contextualizar as razões pelas quais a embarcação partiu da Turquia com destino à Grécia ou a conjuntura social e política da Síria, país de origem de Kurdi.

Confrontando os dados apresentados com os conceitos de jornalismo de guerra e de jornalismo para a paz, é possível inferir que o conteúdo do G1, em relação à contextualização dos fatos, apresenta características de ambos os modelos teóricos. Não se pode afirmar que se trata de um conteúdo estritamente produzido aos moldes do jornalismo para a paz, uma vez que apenas oito das 45 publicações (17,7%) fazem uma contextualização de maneira aprofundada, com uma diversidade de detalhes que levam a uma melhor compreensão dos

temas reportados. Além disso, 12 conteúdos (26,6%) não contextualizam as matérias nem minimamente, o que os aproxima do jornalismo de guerra. Igualmente, não se pode afirmar que o material do G1, de maneira geral, se encaixa nesse modelo, já que o restante dos conteúdos faz algum tipo de contextualização, mesmo que de forma breve.

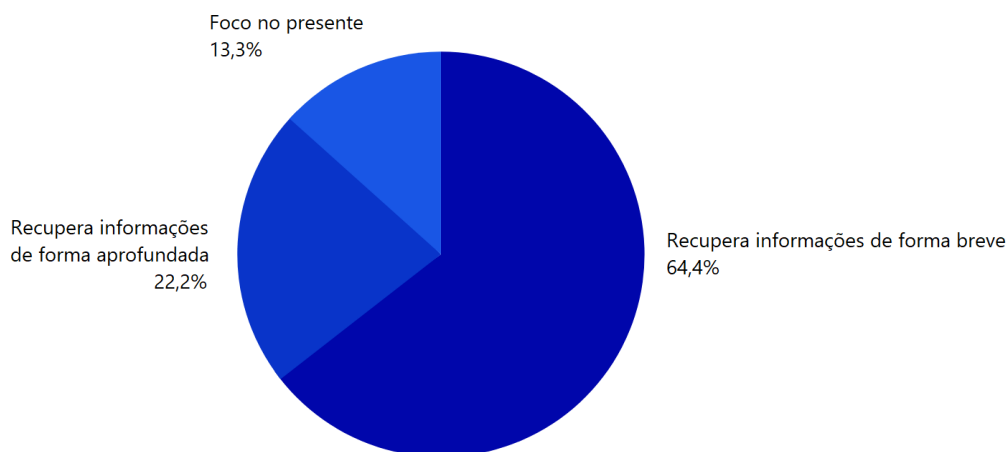
6.1.3 Progressão temporal

Esta categoria diz respeito à progressão temporal abordada em cada conteúdo, isto é, se a matéria recupera informações do passado concernentes a seu tema central ou se foca apenas no tempo presente. As análises mostram que 39 dos 45 conteúdos (86,6%) recuperam informações passadas e seis (13,3%) têm foco exclusivo no presente, informações apresentadas no gráfico 3.

Em relação às matérias que recuperam os fatos, 10 (22,2%) o fazem de maneira aprofundada. Nelas, são observados, por exemplo, dados de anos anteriores sobre os fluxos de refugiados para a Europa, ocorrências prévias relacionadas à Guerra Civil da Síria e, também, antecedentes que têm a ver com a história pessoal de personagens específicos.

Em *Grafite em Sorocaba faz homenagem a menino sírio morto após naufrágio* (4 set. 2015), são apresentados dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) sobre os refugiados nos anos de 2014 e 2015.

Gráfico 3 - Progressão temporal nas matérias do G1



Fonte: elaborado pelo autor

O mundo enfrenta a pior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, segundo organizações como a Anistia Internacional e a Comissão Europeia. Mais de 350 mil imigrantes atravessaram o Mediterrâneo desde janeiro deste ano [2015] e mais de 2.643 pessoas morreram no mar quando tentavam chegar à Europa, segundo dados da OIM (Organização Internacional para as Migrações).

Quase 220 mil chegaram à Grécia e quase 115 mil, à Itália. Mais de 2 mil chegaram à Espanha e uma centena a Malta. O número no decorrer de 2015 supera com folga o total de 2014, quando 219 mil migrantes tentaram atravessar o Mediterrâneo.

O texto *Atenas recebeu mais de 13 mil imigrantes em 6 dias* (5 set. 2015) recupera, na forma de tópicos, o que chama de “últimos acontecimentos da crise migratória”. As informações reportadas são, principalmente, da semana da publicação da matéria e todas contêm redirecionamentos, na forma de hiperlinks, para outros conteúdos publicados pelo G1 previamente. Exemplos das informações recuperadas são:

- A Áustria recebeu até o início da tarde deste sábado mais de 6 mil imigrantes, sendo que parte deles partiram logo em seguida em trens especiais para Munique, na Alemanha, onde são esperados até 10 mil. Os dois países anunciaram na sexta que aceitariam receber os imigrantes que estavam na Hungria.
- Milhares de pessoas mobilizadas nas redes sociais pediram neste sábado (5) em Paris a abertura das fronteiras para os imigrantes.

Recuperação de antecedentes de personagens específicos pode ser observada na matéria *Pai de menino sírio morto em praia fala a brasileiro sobre tragédia familiar* (1 nov. 2015). O texto traz informações sobre a família de Abdullah Kurdi, pai do menino Alan, que morreu em naufrágio de embarcação. Em entrevista para fotógrafo brasileiro, Kurdi relata como era a vida de sua família antes e depois do início da Guerra Civil da Síria:

A jornada que levou a família Kurdi até o barco com destino à Grécia é longa e remete ao começo da guerra na Síria, em 2011. Abdullah tinha uma barbearia em Damasco, mas, com o início dos confrontos, decidiu se mudar com a mulher para Kobane, onde tinham familiares.

Abriu outra barbearia lá, mas a economia local estava fraca. Com um filho para criar (o mais novo ainda não tinha nascido), ele decidiu, então, ir para a Turquia tentar algo melhor.

No país vizinho, o barbeiro trabalhou em lava-jatos e em uma fábrica de roupas. A cada dois ou três meses, viajava ilegalmente a Kobane para visitar a família.

Até que a guerra chegou até eles. A cidade foi conquistada pelo Estado Islâmico e ficou destruída após quatro meses de violentos combates com soldados curdos, que conseguiram expulsar os terroristas de lá.

A maior parte das matérias do site G1 recupera informações do passado, porém de forma superficial. Essas compreendem 29 do conteúdo total analisado, ou 64,4%, e trazem apenas algumas informações pontuais, sem se estender sobre o assunto. Uma pequena parcela do material investigado, 6 matérias (13,3%), tem como foco exclusivo o presente, não recuperando nenhuma informação passada breve ou aprofundadamente.

Ao aproximar esses dados com os modelos do jornalismo para a paz e o jornalismo de guerra, constatou-se que apenas uma pequena parte das publicações do G1 (em números, seis matérias) se aproxima desse último modelo teórico. A parte que segue fielmente o modelo do jornalismo para a paz, por apresentar informações passadas de forma aprofundada, tampouco é extensa: pode-se afirmar que esse modelo é encontrado em 10 matérias. O restante das matérias se aproxima mais ao jornalismo para a paz que ao jornalismo de guerra, uma vez que, mesmo de forma superficial, recupera alguns fatos.

Cabe destacar que muitas das matérias, embora tragam informações breves, contam com o suporte dos hiperlinks, presentes em mais de 90% do conteúdo. Dessa maneira, a recuperação dos fatos, apesar de não explícita no corpo do texto, pode ser acessada ao clicar em uma dessas hiperligações, que têm por objetivo o redirecionamento para um assunto específico em sua completude.

6.1.4 Fontes

Um importante elemento analisado neste estudo foi o uso das fontes nas matérias que compõem o corpus. Elas indicam quais foram os discursos selecionados pelos jornalistas para fazer parte do corpo do texto e colaboram na construção do sentido desejado pelo veículo naquela matéria.

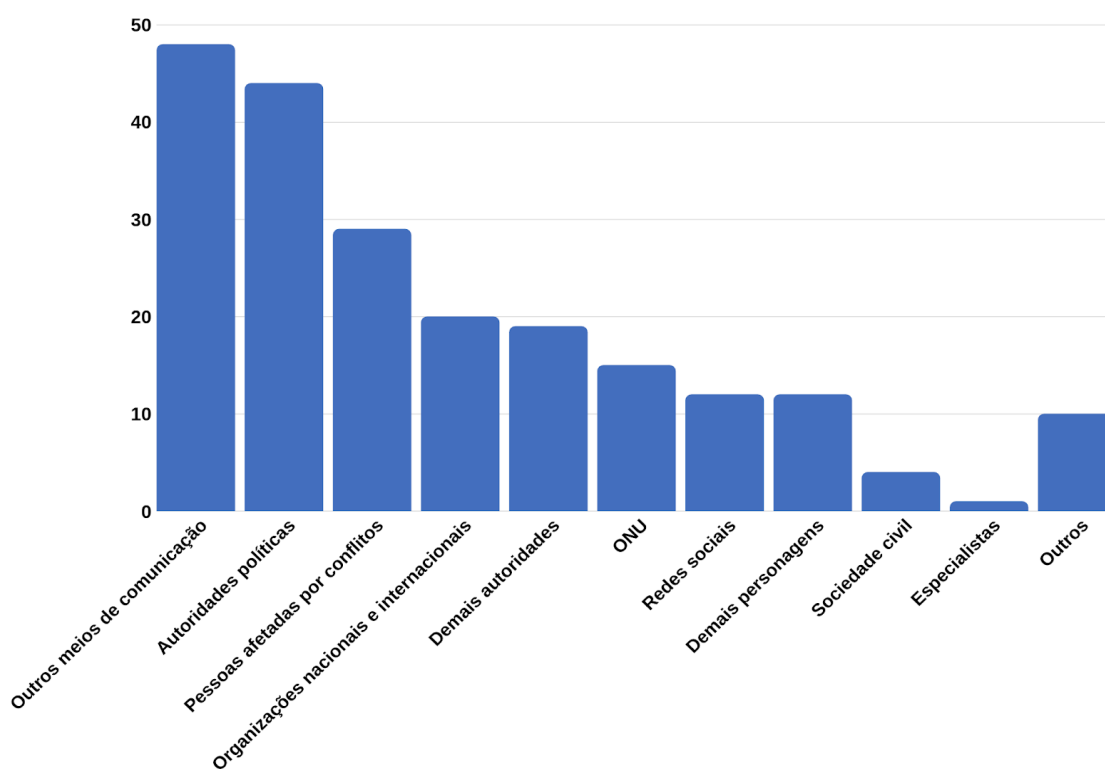
Nas 45 matérias do G1, foram utilizadas 214 fontes em ocasiões distintas, conforme apresentado pelo gráfico 4.

As principais fontes de informação foram outros veículos jornalísticos e agências de notícias internacionais. Informações procedentes dos primeiros foram incorporadas 16 vezes

distintas. Entre esses canais de comunicação estão jornais, emissoras de televisão e sites de notícias. Por sua vez, as agências de notícias foram utilizadas 21 vezes. Esses números representam a utilização direta de informações de outros veículos de comunicação, isto é, quando a fonte é o canal de comunicação em si, e não declarações de terceiros obtidas por meio desses veículos. Depoimentos de outras pessoas - pessoas afetadas pelos conflitos, autoridades, entre outras - e comunicados obtidos a partir de outras mídias foram contabilizados em 30 ocasiões. Além disso, foram utilizados, em oito vezes, agências de notícias ou veículos não identificados e, em três ocasiões, informações da “imprensa turca”, sem especificação do veículo.

Depois dos veículos de comunicação, os personagens mais frequentemente usados como fonte foram as autoridades políticas. Elas foram incorporadas nas matérias por meio, principalmente, de agências de notícias internacionais, a partir de comunicados oficiais e coletivas de imprensa. No total, esse tipo de fonte foi utilizada 44 vezes distintas. Líderes políticos, como presidentes, primeiros-ministros, chanceleres e prefeitos apareceram 25 vezes; ministros e secretários, 17 vezes; e integrantes de partidos políticos, duas vezes.

Gráfico 4 - Fontes utilizadas nas matérias do G1



Fonte: elaborado pelo autor

Outras autoridades, não relacionadas ao âmbito político ou governamental, apareceram 19 vezes. Essas incluem fontes policiais (utilizadas 12 vezes); guarda costeira, comandante de embarcação e consulado (duas vezes cada); e comissário de imigração (uma vez).

Algumas matérias trouxeram como fontes as próprias pessoas afetadas pelos conflitos e que fizeram parte dos fluxos migratórios. Depoimentos desses personagens foram utilizados 29 vezes. Em 18 casos, eles foram obtidos por meio de entrevistas exclusivas para o G1. As entrevistas feitas pelo site brasileiro têm a ver, quase em sua totalidade, com casos de refugiados e imigrantes que deixaram seus países para morarem no Brasil.

O restante, 11 entrevistas, tem origem em agências de notícias ou outros veículos de comunicação. Todos esses relatos dizem respeito ao caso da morte de Alan Kurdi: há entrevistas com o pai do menino, Abdullah Kurdi, feitas pela agência de notícias turca Dogan, pelo jornal americano Wall Street Journal e pelo alemão Bild. Também há entrevistas com Teema Kurdi, tia de Alan, obtidas pelo jornal canadense National Post, pelo britânico Daily Telegraph, pela agência espanhola EFE e pela americana Associated Press, e com Zainab Abbas, sobrevivente do naufrágio, para a emissora de televisão australiana Network Ten.

Ao fazermos uma identificação das fontes utilizando o critério de gênero, temos que, nas matérias investigadas, deu-se prioridade às fontes masculinas, que apareceram 19 vezes, em detrimento das femininas, utilizadas em 10 momentos.

Outros personagens que não são refugiados mas têm algum envolvimento com as suas histórias ou com os conflitos apareceram 12 vezes. Entre eles estão três vezes o depoimento da fotógrafa Nilüfer Demir, responsável por capturar a imagem do menino Alan em praia turca, para a agência de notícias Dogan; duas vezes os relatos de fotógrafo brasileiro que acompanhou os conflitos da Guerra Civil Síria; de três padres, um espanhol, para o jornal El País, um sírio que vive no Brasil e outro brasileiro; de professor brasileiro que leciona língua portuguesa para refugiados como voluntário; de cineasta brasileiro; da cantora colombiana Shakira, durante coletiva de imprensa; e trecho de uma carta da escritora islandesa Bryndís Björgvinsdóttir.

Informações da Organização das Nações Unidas aparecem 15 vezes. A agência da ONU que apareceu com mais frequência é o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), totalizando cinco vezes. Foram incluídas quatro vezes nas matérias informações da Organização Internacional para as Migrações; duas vezes do UNICEF; e uma vez do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), obtidas

pela agência Agence France-Presse. Dados ou relatórios da ONU foram usados em três casos diferentes.

Outros organismos, nacionais e internacionais, também utilizados como fontes (com o respectivo número de aparições) foram os seguintes: Comissão Europeia, sete vezes; Anistia Internacional, cinco vezes; Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), quatro vezes; relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, uma vez; e Comitê Helsinque de Direitos Humanos, uma vez. Em suma, os organismos foram utilizados como fonte 18 vezes.

Quatro vezes foram utilizadas fontes da sociedade civil. Nesses casos, as pessoas não têm a ver diretamente com a problemática central das matérias (os fluxos migratórios ou os conflitos no Oriente Médio), mas foram entrevistadas e deram suas opiniões ou relatos acerca dos temas. As pessoas entrevistadas foram duas estudantes de Belém, no Pará, que mostram sua solidariedade às pessoas afetadas pelos conflitos; um jovem alemão que distribuía água e alimentos a refugiados em estação de Munique, na Alemanha; e uma testemunha que relatou à agência Reuters sobre os protestos de imigrantes na ilha de Lesbos, na Grécia.

Organizações não governamentais e sem fins lucrativos e especialistas foram pouco utilizados como fontes. Em relação às primeiras, utilizou-se, duas vezes, na mesma matéria, a entidade Cáritas, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O organismo foi contabilizado duas vezes distintas pois falou como instituição da primeira vez que aparece na matéria e por meio de seu assessor de informação no Rio de Janeiro da segunda. Já os especialistas foram utilizados uma única vez, em matéria que traz a entrevista com um especialista em relações internacionais.

As redes sociais também foram utilizadas como fontes, precisamente 12 vezes. O Twitter foi a rede utilizada com mais frequência, aparecendo sete vezes nas matérias. Isso inclui *tweets* do primeiro-ministro da França, da polícia dinamarquesa, de ilustrações em homenagem a Alan Kurdi e de jornalista sobre o resgate de uma criança após explosão de ônibus na Síria. O Facebook foi utilizado quatro vezes, incluindo comunicado de agência de publicidade paraibana criou peça polêmica em relação à morte de Alan Kurdi, ilustrações em homenagem a Kurdi, editor-chefe de emissora húngara e página temática criada após a agressão cometida por uma cinegrafista húngara contra refugiados. Em um caso, foi utilizado o termo “internautas [nas redes sociais]” como fonte, não especificando as redes sociais.

Outras fontes utilizadas, que não se encaixam nas categorias anteriores, foram: autoridades locais não especificadas (utilizadas três vezes); autoridades húngaras não especificadas, de acordo o semanário político húngaro hvg; nota da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP) na Paraíba; nota de agência de publicidade paraibana; porta-voz de companhia de ferrovias húngara; comunicado da mesma companhia para a agência de notícias francesa AFP; porta-voz de serviço de emergência húngaro; e repórter cinematográfica húngara para emissora N1TV, segundo a agência espanhola EFE.

Neste estudo, constatou-se que, em relação às fontes, as matérias do G1 se aproximam do modelo do jornalismo de guerra. Isso se deve ao fato de que, das 214 fontes utilizadas nas 45 matérias, apenas 13,5% são entrevistas com pessoas diretamente afetadas pelos conflitos no Oriente Médio. Ainda que somada essa quantidade com o número de depoimentos oriundos da sociedade civil e de pessoas de alguma maneira envolvida com os conflitos, a porcentagem continua baixa, totalizando 21%. Já as autoridades, políticas ou não, representam 29,4% do total de fontes. Se adicionarmos a essa porcentagem organizações e instituições (incluindo as organizações não governamentais), como agências da ONU e o Conare, por exemplo, temos um total de 45,7%, ou 98 fontes.

Conforme teoriza o jornalismo para a paz, como visto em Lynch (s.d.), as fontes institucionais e governamentais não refletem com precisão a representação dos conflitos nos meios de comunicação. Embora sejam depoimentos que colaboram para a compreensão das temáticas abordadas, já que apresentam, no caso deste estudo, estatísticas sobre os conflitos e declarações oficiais a respeito de decisões diplomáticas sobre políticas de imigração, elas não apontam como as situações realmente afetam a vida das pessoas, o que seria incorporado de maneira clara a partir dos relatos desses indivíduos.

6.1.5 Terminologia

Foi analisada, nas matérias do G1, a terminologia empregada pelos jornalistas para se referir aos refugiados. Ficou constatado que os termos “migrante”, “imigrante” e “refugiados” foram amplamente utilizados, por vezes indiscriminadamente.

A palavra “refugiado” foi a mais utilizada, aparecendo em 34 matérias (75,5% do total). Em seguida temos os termos “imigrante”, utilizado 27 vezes (60%), e “migrante”, empregado 23 vezes (51,1%). Outros termos, usados com menor frequência, para se referir aos refugiados foram “estrangeiros” (10 vezes), “deslocados” (seis vezes) e “solicitantes de

asilo” (três vezes). Vale ressaltar que a maioria das matérias não utiliza um único termo no corpo do texto: em apenas 10 matérias aparece um dos três termos mais comuns sozinho. Nas outras 35, são usadas mais de uma palavra para se referir às pessoas que deixaram suas casas motivadas, no caso das matérias analisadas, principalmente por conflitos ou guerras.

Em 14 matérias, foram utilizados os termos “refugiado”, “imigrante” e “migrante” concomitantemente. “Imigrante” e “refugiado” apareceram juntos em 21 matérias; “migrante” e “refugiado” em 20; e “migrante” e “imigrante” em 17. Em alguns casos, essas palavras foram empregadas como sinônimos, sem levar em consideração as definições específicas de cada uma delas.

De acordo com o ACNUR, a agência das Nações Unidas para os refugiados, os termos mencionados não são substituíveis entre si. O primeiro, refugiado, se refere àquelas pessoas que deixam seus territórios de origem “por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de ‘proteção internacional’” (ACNUR, 2016). Por sua vez, o termo “migrante”, de acordo com o organismo, tem a ver, geralmente, como movimentações de pessoas de maneira voluntária e é, comumente, utilizado por meios de comunicação como um “termo generalista” que engloba tanto refugiados quanto migrantes.

Os conteúdos que utilizam os termos citados anteriormente como sinônimos totalizaram 24 (53,3%). Neles, não há distinção entre as definições dos termos, que foram empregados dessa maneira provavelmente por questões estilísticas, isto é, a fim de que não houvesse a repetição de um mesmo termo várias vezes na matéria. Um exemplo desse uso fica claro na matéria *TV diz que cinegrafista admitiu ter agredido migrante, sem se desculpar* (9 set. 2015):

A repórter cinematográfica da Hungria que chutou **refugiados** sírios e fez outros tropeçarem quando chegavam ao país desde a Sérvia reconheceu sua ação, mas não quis dar explicações e não pediu desculpas, informou nesta quarta-feira (9) a emissora em que trabalhava, de acordo com a agência EFE. A operadora de câmera da emissora húngara N1TV Petra Laszlo foi filmada dando um chute em um **imigrante** e passando rasteira em outro, que carregava uma criança (grifos do autor).

Primeiramente, observa-se, logo no título da matéria, que a notícia informa que a cinegrafista húngara agrediu um “migrante”. O texto dá detalhes sobre a agressão cometida

por ela, explicando que a repórter chutou “refugiados” e, posteriormente, retoma a mesma informação, dessa vez com outro termo, “imigrante”. As três palavras foram utilizadas como sinônimos para se referir às mesmas pessoas, isto é, àquelas que foram agredidas pela cinegrafista húngara. Essa situação confirma o que foi descrito pelo ACNUR em relação aos meios de comunicação utilizarem as nomenclaturas de maneira indistinta, provavelmente por considerar “migrante” ou “imigrante” termos gerais para se tratar de quaisquer pessoas que se deslocam de seus territórios em direção a outros.

Outro exemplo em que os três termos são empregados como sinônimos vem da matéria *Polícia deixa entrada de estação de trem de Budapeste; imigrantes entram* (3 set. 2015). Nota-se que o título se refere às pessoas como “imigrantes”. Posteriormente, nos primeiro e segundo parágrafos do texto, as mesmas pessoas que entraram no terminal ferroviário de Budapeste, na Hungria, são chamadas de “refugiados” e “migrantes”:

A polícia da Hungria se retirou da entrada da estação Keleti de Budapeste e dezenas de **refugiados** que aguardavam nas portas entraram correndo no terminal, embora não estejam partindo trens internacionais.

A entrada principal foi reaberta pouco antes das 8h30 (3h30 de Brasília) e os **migrantes** - 2.000 pessoas que estavam bloqueadas em Budapeste - correram em direção a um trem parado na via (grifos do autor).

A matéria *Crianças refugiadas: a vida após a travessia* (2 set. 2016) é um exemplo de clara constância na utilização dos termos. A autora opta por redigir o termo “refugiado” em todo o texto e somente utiliza a palavra “migrante” ao referenciar dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Pode ser que a fonte original de onde os dados foram retirados também tenha usado o mesmo termo, o que fez a autora abrir mão de utilizar a palavra “refugiado” integralmente no texto.

Por outro lado, faz-se, em algumas matérias, uma distinção entre os termos, ou seja, eles são usados para se referir a grupos distintos de pessoas. Esses conteúdos representam 26,6% do total (ou 12 matérias). Também há outras três matérias que utilizam mais de um termo no texto, mas as palavras foram utilizadas em contextos distintos e, portanto, não foram consideradas como sinônimas.

É importante destacar que, nas matérias em que palavras distintas se referem a grupos diferentes de pessoas, os textos não trazem suas definições. Na maioria dos casos, pode-se ver a diferenciação comentada por meio do uso da conjunção “e”: em vez de as pessoas serem

agrupadas sob termos generalistas, como nos casos anteriores, fala-se em "imigrantes e refugiados" ou "migrantes e refugiados", deixando claro que são grupos diferentes.

Um desses exemplos aparece no texto *Atenas recebeu mais de 13 mil imigrantes em 6 dias* (5 set. 2015), que relata que há grupos distintos (os migrantes, os imigrantes e os refugiados) atravessam o mar Mediterrâneo para chegar outros países, principalmente à Grécia:

A Grécia e outros países europeus estão tendo dificuldades para lidar com uma onda de **migrantes e refugiados**, principalmente da guerra na Síria, que saem do norte da África, fazendo a travessia no Mar Mediterrâneo para as suas ilhas, inclusive Kos, Lesbos, Samos e Agathonisi, além da costa da Itália e da Turquia.

Mais de 230 mil **imigrantes e refugiados** chegaram na Grécia por mar neste ano, um grande aumento comparado aos 17.500 que chegaram no mesmo período de 2014, segundo o ministro-adjunto do Transporte, Nikos Zois. Milhares de pessoas atravessam para a Macedônia, Sérvia e Hungria, para tentar chegar a países ricos da União Europeia, como a Áustria e Alemanha (grifos do autor).

Na matéria *Reino Unido receberá 20 mil refugiados sírios em cinco anos* (7 set. 2015), o primeiro-ministro britânico na época, David Cameron, ressalta, em uma citação obtida por meio da agência de notícias francesa AFP, a importância, para as políticas migratórias do Reino Unido, da diferenciação entre os refugiados (“aqueles que fogem da guerra na Síria”) e os migrantes:

"Propomos que o Reino Unido dê acomodação a até 20.000 **refugiados** durante o mandato deste Parlamento. Ao fazer isso, vamos continuar a mostrar ao mundo que este país é um país de compaixão extraordinária", disse Cameron em uma declaração ao parlamento nesta manhã, segundo a Reuters.

Cameron deixou claro, no entanto, que a oferta de recepção é apenas para aqueles que fogem da guerra na Síria e que é "importante diferenciá-los" dos **imigrantes**. "Teremos obviamente que examinar quem vem", completou, de acordo com a agência France Presse (grifos do autor).

Outra observação que pode ser feita é em relação ao uso das expressões “crise migratória”, “crise dos refugiados” e “crise humanitária” para se referir aos fluxos migratórios da década de 2010. Esses termos foram utilizados em 26 matérias (57,7%). Infere-se, pelo uso

desses termos, que o tema dos refugiados é considerado pelo veículo como um problema a ser resolvido, isto é, uma situação que foge da normalidade.

É possível notar, também, o uso de termos que remetem a emoções, destacando, geralmente, sentimentos de tristeza relacionados à vida dos refugiados: algumas matérias utilizam a palavra “tragédia” ou “desastre” para se referir a acontecimentos como a morte de Alan Kurdi, caso que também é tratado como “chocante” ou uma “desoladora história”; também se fala no “drama” vivido pelos refugiados. A utilização desses termos implicam na sensibilização do público.

6.1.6 Cultura de paz

Ao analisarmos a presença de iniciativas de cultura de paz nas matérias do G1, pôde-se observar que elas aparecem em 33 conteúdos, ou 73,3% do total. É importante ressaltar, entretanto, que a maioria delas não traz a cultura de paz como o fator motivador da publicação, mas aborda, no texto, algum elemento relacionado a ela. Foram consideradas todas as iniciativas positivas em relação aos refugiados, oriundas tanto da sociedade civil quanto por parte de agentes governamentais ou institucionais.

As iniciativas mais comuns são aquelas que partem de setores governamentais ou institucionais, representando 48,8% do total de matérias do G1. Essas ações, embora provenham de atores que têm como função intrínseca a manutenção de um estado de bem-estar social, foram consideradas em prol da cultura de paz pois quebram o ciclo da violência cultural, que é legitimado pela violência direta e estrutural.

Esse caso tem como exemplos países que abrem suas fronteiras para o acolhimento de refugiados a partir de mudanças em suas políticas de migração. A matéria *Governo deve prorrogar regra que facilita refúgio para sírios no Brasil* (5 set. 2015) relata uma decisão do governo brasileiro de simplificar o processo de pedido de vistos para imigrantes vindos da Síria na mesma semana da morte de Alan Kurdi. O texto trata de uma resolução do Comitê Nacional para os Refugiados, órgão vinculado ao Ministério da Justiça brasileiro, instaurada no ano de 2013 e da decisão de prorrogá-la. Os trechos abaixo, incluindo a presença da fala de Beto Vasconcelos, secretário nacional de justiça na época, em entrevista para o G1, exemplificam a situação:

“O Brasil, muito provavelmente, não se furtará de ajudar a minimizar o drama dessas pessoas. Para além de uma questão humanitária, que já seria motivo suficiente, o Brasil tem compromissos internacionais assumidos na área”, afirmou Vasconcelos ao G1.

[...]

A resolução do Conare de 2013 que facilitou a concessão de vistos aos sírios, e que deve ser prorrogada, explica que a medida de facilitação do visto aos sírios foi adotada considerando a crise humanitária gerada pelo conflito na Síria e o alto número de refugiados gerado pelos confrontos.

Há matérias que comentam, também, sobre o resgate de refugiados, especialmente por parte da marinha brasileira. Trata-se de uma iniciativa que demonstra o apoio das instituições para com os refugiados e, portanto, pode ser considerada como a favor da cultura de paz. Os trechos abaixo, retirados da matéria *Imigrantes não comiam havia 2 dias, diz comandante de navio do Brasil* (5 set. 2015), narram o caso:

Entre os resgatados havia 89 homens, 94 mulheres e 37 crianças, inclusive 4 bebês de colo. A maioria dos adultos tinha idades entre 30 e 40 anos. As crianças, conta o comandante, apresentavam queimaduras e assaduras, devido à exposição ao sol durante dias e também estavam com a roupa molhada. Uma mulher estava com o braço fraturado e uma outra, estava grávida.

[...]

"Me sinto apenas um cidadão, um servidor da Marinha do Brasil. Sinto muito orgulho do que faço perante o Brasil. Nada de heroísmo, apenas a nossa função de salvaguarda da vida no mar, como somos treinados desde os bancos escolares. Não considero isso heroísmo, mas parte do nosso dever na Marinha do Brasil", afirmou [Alexandre Amendoeira Nunes, comandante da embarcação brasileira, em entrevista para o Jornal Hoje].

Em 40% das matérias do G1, discorre-se sobre iniciativas relacionadas à cultura de paz que emergem de atores não governamentais, como a própria sociedade e ONGs. Vemos um exemplo no texto *Ilustrações na internet homenageiam menino sírio morto em praia* (3 set. 2015): esse conteúdo, ao trazer ilustrações retiradas das redes sociais que fazem homenagem a Alan Kurdi, reflete o apoio e solidariedade da sociedade para com os refugiados por meio de uma expressão artística. Caso semelhante pode ser observado na matéria *Grafite em Sorocaba faz homenagem a menino sírio morto após naufrágio* (4 set. 2015), que relata que artista brasileiro pintou grafite homenageando Kurdi na cidade de Sorocaba.

Algumas matérias ressaltam manifestações públicas a favor do acolhimento de refugiados, como em *Milhares de europeus se manifestam a favor da acolhida de refugiados* (12 set. 2015). Por outro lado, nessa publicação foram apresentadas, além das iniciativas de cultura de paz, ações que reforçam a cultura de violência como contraponto, uma vez que discorre sobre manifestações contra os refugiados nas cidades de Varsóvia, na Polônia, Praga, na República Checa, e Bratislava, na Eslováquia. Os trechos abaixo recuperam essas informações:

Espanha

Madri também recebeu protestos de cidadãos espanhóis que apoiam a abertura das fronteiras aos imigrantes e refugiados que buscam uma vida melhor na Europa. Com cartazes em espanhol e em inglês, os manifestantes pediram que a política da União Europeia seja baseada na paz e na justiça.

[...]

Manifestações contrárias à imigração

Cerca de cinco mil manifestantes antimigração se reuniram em Varsóvia, exibindo faixas com inscrições como "O Islã é a morte da Europa", constatou um jornalista da AFP. Manifestantes espancaram um pedestre de pele escura na capital polonesa, antes de serem afastados por seguranças da própria organização do protesto, segundo um fotógrafo da Reuters.

Outra manifestação do mesmo tipo reuniu centenas de participantes em Praga e Bratislava.

Outros casos estão presentes na matéria *Contos de fadas “às avessas” narram fuga de crianças da guerra da Síria* (11 abr. 2016), que aborda o lançamento de uma série do UNICEF sobre crianças que deixam a Síria por causa da guerra civil no país, com o objetivo de sensibilizar sobre a causa, e do texto *Saiba como ajudar refugiados no Brasil e no exterior* (4 set. 2015), por o veículo trazer uma lista de organizações por meio das quais as pessoas podem colaborar com refugiados no Brasil e internacionalmente.

6.1.7 Adaptação e cultura

Foi analisado, também, neste estudo, se as matérias incluíram elementos a respeito da adaptação e cultura dos refugiados retratados. Os resultados mostram que em seis matérias (13,3%) esse fator aparece. Quatro delas discorrem sobre a vida dos refugiados no Brasil e a sua adaptação após a chegada no país. Um exemplo comumente explorado pelos jornalistas é as oportunidades de trabalho dos refugiados no Brasil.

O seguinte trecho, retirado da matéria *Refugiados sírios tentam recomeçar a vida em Belo Horizonte* (9 set. 2015), narra a adaptação de refugiados da Síria na capital mineira:

“Eles chegam pelo aeroporto, com visto brasileiro. Graças a Deus o governo brasileiro não está negando isso. A possibilidade do mercado de trabalho é muito pouca. São oportunidades simples, apesar de que todos têm curso superior, são médicos e engenheiros”, disse o padre [George Rateb Massis, sírio que vive no Brasil].

Flayeh Flayeh, de 21 anos, estudante de turismo na Síria, teve que aceitar um emprego simples em um restaurante. “É muito trabalho e pouco retorno financeiro. Eu falo árabe, inglês e estou aprendendo português. Espero conseguir uma melhor colocação”, disse o jovem, no Brasil há dez meses, e que fugiu depois que o irmão, integrante do exército sírio, morreu em combate.

A matéria *Sírios refugiados em igreja no Rio narram dramas e fugas da guerra* (10 set. 2015) conta a vivência de refugiados sírios no Rio de Janeiro. O texto traz informações sobre a cultura dos refugiados, assim como sobre obstáculos como a dificuldade de ganhar dinheiro, de achar moradia e de aprender português. Alguns trechos que retratam essas situações estão transcritos abaixo:

O pároco diz que a casa [de acolhimento a refugiados em paróquia do Rio de Janeiro] tem normas. Segundo ele, fumar narguilé está liberado desde que seja feito do lado de fora para não incomodar as outras pessoas. Os momentos da reza muçulmana ocorrem normalmente, segundo o padre dentro dos quartos. [...]

[...]

A família de Mohamed Ebraheen, 20 anos, está no Rio há quase dois anos e, para sobreviver, ele e o irmão de 23 anos vendem salgados árabes a R\$ 10, na rua Voluntários da Pátria, ao lado da igreja. Ebraheen conta que agora eles estão enfrentando dificuldades porque precisam de um lugar para morar. Um dos irmãos era soldado do exército sírio e fugiu para se reunir à família no Brasil.

"São seis pessoas na família e nós vivemos de favor. Agora temos que alugar uma casa e é tudo muito caro. Vender salgados ajuda, mas não é suficiente". Ele já fala português, mas diz que o pai, a mãe e os irmãos ainda encontram dificuldades com a língua. Segundo ele, a Europa seria o melhor destino porque os governos oferecem moradia.

No texto *“Tem mais crianças morrendo sem ser fotografadas”*, diz refugiado sírio (20 set. 2015), são recuperadas informações sobre a família do refugiado sírio Johnny Houmsi, que deixou o país em 2011 e se realocou em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. Houmsi relata a dificuldade encontrada ao chegar ao Brasil em relação à língua portuguesa, entre outros detalhes:

Em Rio Preto, ele se sente mais seguro e logo que chegou venceu a primeira dificuldade. “A língua portuguesa foi difícil, porque tem que trabalhar e se não fala a língua ninguém dá trabalho. Aí tem de pagar aluguel, contas, sem trabalho, é difícil”, afirma.

Johnny está prestes a abrir o próprio negócio, sonha em ter um restaurante em Rio Preto, e colocar os irmãos para trabalharem juntos. Por isso eles foram para a sala de aula. Eles chegaram há alguns meses da Síria e são cinco irmãos ao todo. A mãe voltou para a Síria para buscar a última filha. [...] “Vim por causa da guerra, estava difícil de morar lá, bombas, mortes todos os dias nas ruas. Tinha meu tio no Brasil e vim para cá, aí aprendi português e hoje minha família está aqui. Tenho família em Rio Preto e uma parte em São Paulo, além de amigos”, afirma.

6.1.8 Matérias assinadas e não assinadas

Decidiu-se, neste estudo, analisar as matérias dividindo-as em dois grupos, levando em consideração a presença ou ausência de autoria nos textos. Os conteúdos foram analisados por meio dos mesmos critérios estabelecidos para a análise geral, com o objetivo de verificar se os grupos apresentam perfis distintos. O grupo das matérias assinadas soma nove matérias e o das não assinadas, 36.

Primeiramente, em relação aos formatos presentes no conteúdo analisado, o índice de presença de fotografias nas matérias assinadas é de 4,77 fotos por matéria; no outro grupo, a taxa é de 2,47. Nas matérias que apresentam a autoria de um jornalista, as fotografias aparecem 43 vezes, em sete publicações diferentes, enquanto 31 matérias não assinadas apresentam 89 fotos. No grupo das matérias assinadas, 26 fotos foram feitas pelo próprio G1 (2,88 fotos por matéria), enquanto quatro foram obtidas por meio de agências de notícias internacionais (0,44 foto por matéria). Nas que não apresentam autoria, a situação é inversa: há mais fotos de agências internacionais (83 fotos, 2,30 fotos por matéria) e apenas uma fotografia produzida pelo G1 (desconsiderando aquelas que consistem em reproduções de vídeos da Rede Globo), o que representa 0,02 foto por matéria.

O recurso de vídeo aparece oito vezes nas matérias assinadas e 26 nas não assinadas. No primeiro grupo, cinco vídeos têm imagens captadas especificamente para o portal G1 e três são fruto da programação televisiva de emissoras do Grupo Globo. No outro grupo, 11 vídeos são reportagens de afiliadas da Rede Globo ou da Globo News e 15 foram produzidos pelo G1 com imagens de outros veículos de comunicação.

Em relação às editorias, é possível observar que a maior parte dos conteúdos não assinados (28 conteúdos, ou 77,7%) se insere na editoria *Mundo* e seis (16,6%), em editorias regionais brasileiras. Enquanto isso, no grupo das matérias assinadas, há mais matérias em editorias relacionadas ao Brasil (44,4%) que em *Mundo* (33,3%). O restante das matérias, em ambos os grupos, estão nas editorias *Educação*, *Música* e *Política*.

A partir desses dados, observa-se que é comum, no G1, que uma matéria sem marcação de autoria aborde assuntos de caráter internacional, com grande dependência de informações procedentes de veículos internacionais e agências de notícias. Infere-se que se optou por não assinar essas matérias por não haver tido contato direto dos jornalistas do veículo com as fontes, isto é, que as informações não foram obtidas em primeira mão. As matérias do outro grupo, por terem relação direta - ou indireta - com o Brasil, permitiram que os jornalistas entrassem em contato com as fontes e, por esse motivo, optaram por assiná-las.

O tipo de fonte utilizada é um elemento que diferencia, de maneira clara, os dois grupos. Nas matérias em que há marcação de autoria de um jornalista, as fontes mais utilizadas são as pessoas afetadas pelos conflitos, enquanto, nas matérias não assinadas, elas são as menos frequentes. Dados mostram que o índice de presença dessas fontes nas matérias assinadas é de 1,44 e nas não assinadas é de 0,44, ou seja, em cada matéria assinada aparece uma média de 1,44 entrevistas com pessoas envolvidas no conflitos abordados e uma média de 0,44 nas sem assinatura.

Observamos situação oposta ao levar em consideração as entrevistas com autoridades, políticas ou não, inseridas nas matérias. A taxa obtida entre o número de fontes e a quantidade de matérias é maior naquelas em que não há a marcação de autoria do que nas que têm autor especificado. Isso se deve pelo fato de que essas últimas têm como foco, no geral, pautas internacionais (como atualizações sobre fluxos de refugiados e decisões políticas sobre o tema), distantes da realidade brasileira. Por esse motivo, utilizam como fontes os relatos de representantes de governos e outras autoridades, obtidos por meio de outros canais de comunicação.

A maior discrepância entre as fontes é observada na utilização de informações de outros veículos jornalísticos. Esses consistem nas fontes mais utilizadas nas matérias em que não há a assinatura do repórter, enquanto, no outro grupo de matérias, são poucas vezes incorporadas. Com este dado, pode-se inferir que as matérias assinadas dependem mais de informações obtidas através da apuração feita pelo próprio veículo e por meio de fontes entrevistadas com exclusividade. Por outro lado, nas matérias não assinadas, as informações são baseadas em apurações realizadas por outros veículos, por esses estarem, na maior parte das vezes, mais próximos às ocorrências e, conseqüentemente, terem maior acesso a informações e a fontes.

A tabela 1 sistematiza o índice de utilização de diferentes tipos de fontes em matérias assinadas e não assinadas, e traz, para fins comparativos, a relação entre o número total de fontes utilizadas pelo site G1 e a quantidade total de matérias publicadas:

Tabela 1 - Índice de uso de fontes em matérias não assinadas e assinadas no G1

Tipo de fonte	Relação entre o número de fontes e a quantidade de matérias não assinadas	Relação entre o número de fontes e a quantidade de matérias assinadas	Relação entre o número total de fontes e a quantidade total de matérias do G1
Autoridades políticas	1,13	0,33	0,97
Outras autoridades	0,44	0,33	0,42
Pessoas afetadas pelos conflitos	0,44	1,44	0,64
Sociedade civil	0,05	0,22	0,08
Outros veículos jornalísticos	1,27	0,22	1,06
ONU	0,19	0,44	0,33
Outras organizações	0,44	0,88	0,44
Redes sociais	0,27	0,22	0,26
Total de fontes	4,69	5	4,73

Fonte: elaborada pelo autor

Ambos os grupos apresentam taxas similares de matérias que abordam, como foco, a violência estrutural (55,5% nas assinadas e 52,7% nas não assinadas). Elementos de violência estrutural aparecem em segundo plano em 44,4% e 33,3% das matérias, respectivamente. O enfoque na violência direta é mais frequente no grupo das matérias não assinadas, representando 11,1% do total. No outro grupo, não há matérias que abordem essa tipologia de violência em primeiro plano, mas 55,5% apresentam-na de maneira secundária (e 30,5% das matérias não assinadas o fazem). A violência cultural é a menos presente nos dois grupos: de maneira geral, aparece em duas circunstâncias nas matérias não assinadas, totalizando 5,5%, e uma vez nas outras, representando 11,1% do total.

A presença da conjuntura social foi mais frequente nas matérias assinadas que nas não assinadas. Contextualizações sobre política, por sua vez, foram mais comuns nessas últimas. Pode-se fazer um paralelo entre esses resultados e os temas e as fontes presentes nos conteúdos. Naqueles em que há a assinatura de um jornalista, a sociedade civil, especialmente as pessoas afetadas pelos conflitos, foi entrevistada mais vezes. Por essa razão, dá-se, nessas matérias, um destaque maior para a conjuntura social: todas elas, sem exceção, abordam-na de alguma maneira, enquanto metade dos conteúdos não assinados o fazem. A presença conjuntura política nas matérias sem marcação de autoria vai ao encontro das fontes nelas utilizadas: priorizam-se, nelas, temas como decisões sobre políticas migratórias e, por isso, autoridades políticas são citadas com frequência.

Além disso, ainda de acordo com dados referentes à categoria de conjuntura, é possível observar que as matérias assinadas tendem a explorar os assuntos de forma mais aprofundada que as não assinadas: nos dois grupos, a taxa de conteúdos que apresentam contextualização breve é similar (77,7% no primeiro e 80,5% no segundo); entretanto, uma contextualização aprofundada está presente em 44,4% do grupo das matérias assinadas e somente 11,1% no outro grupo.

A tabela 2, apresentada abaixo, sintetiza e compara dados referentes à presença da conjuntura social e política nas matérias do G1, agrupadas pelas variáveis “matérias não assinadas” e “matérias assinadas”:

Tabela 2 - Contextualização sociopolítica nas matérias não assinadas e assinadas no G1

	Matérias não assinadas %	Matérias assinadas %	Geral %
Menciona com profundidade contexto social	2,77	33,33	8,88
Menciona brevemente o contexto social	47,22	66,66	51,11
Menciona contexto social	50	100	60
Menciona com profundidade contexto político	8,33	11,11	8,88
Menciona brevemente o contexto político	33,33	11,11	28,88
Menciona contexto político	41,66	22,22	37,77
Não contextualiza	30,55	11,11	26,66

Fonte: elaborada pelo autor

As matérias assinadas tendem a recuperar informações passadas com maior profundidade que as matérias não assinadas. Conforme apresentado na tabela 3, todas as matérias que levam o nome de um autor recuperam informações de algum modo. As outras matérias também o fazem, porém de forma breve.

Ao analisar a categoria relacionada à cultura de paz, temos que iniciativas que corroboram a favor dela estão presentes em todas as matérias assinadas e em 66,6% das matérias não assinadas. No primeiro grupo, são mais recorrentes as ações da sociedade civil (presentes em 77,7% das matérias); as iniciativas que partem de instituições ou do âmbito político foram contabilizadas em 55,5% do conteúdo assinado. No outro grupo, 33,3% das

matérias não apresentam iniciativas de cultura de paz. Naquelas em que há esse elemento, é mais comum ele seja originário de autoridades políticas e não da sociedade civil (47,2% contra 30,5%, respectivamente).

Tabela 3 - Recuperação de informações nas matérias não assinadas e assinadas no G1

	Matérias não assinadas %	Matérias assinadas %	Geral %
Foco exclusivo no presente	16,66	0	13,33
Recupera informações de forma aprofundada	16,66	44,44	22,22
Recupera informações de forma breve	66,66	55,55	64,44
Total de matérias que recuperam informações	83,33	100	86,66

Fonte: elaborada pelo autor

Em relação à categoria relacionada à adaptação e cultura, os dados mostram que ela está presente em 44,4% das matérias assinadas e em apenas 5,55% das matérias não assinadas, ou seja, no G1, houve uma tendência maior em se incluir aspectos sobre a adaptação dos refugiados nas matérias que levam o nome de um jornalista. Pode-se inferir que esse dado se deve ao fato de que, nas matérias assinadas, o uso de pessoas afetadas pelos conflitos como fonte é maior, o que abre mais espaço para que sejam abordados detalhes sobre suas vidas.

6.1.9 Editoria *Mundo* e editorias regionais

Além da divisão das matérias com base nas marcações de autoria, elas foram agregadas, também, de acordo com a editoria nas quais foram publicadas. Foram criados dois

grupos: um com todos os conteúdos da editoria *Mundo*, que soma 35 matérias, e outro com aqueles publicados em editorias de regiões brasileiras específicas, com 10 matérias. O objetivo dessa divisão é observar se há diferenças entre as publicações referentes a temas internacionais e aquelas de âmbito nacional.

Em relação aos formatos utilizados nas matérias, foram contabilizadas 113 fotos nos conteúdos da editoria *Mundo*, o que representa 3,22 fotos por matéria, e 19 nas de editorias regionais, ou 1,9 foto por matéria. Um dado importante de se destacar é que, nas matérias do primeiro grupo, há uma maior quantidade de fotografias procedentes de agências internacionais (uma taxa de 2,45 fotos por matéria contra 0,1 do outro grupo). Isso ocorre pois essas abordam temas internacionais, distantes da territorialidade brasileira, o que torna mais viável ao veículo a utilização de fotos capturadas por agências de notícias. Em contrapartida, levando em consideração as fotografias creditadas ao G1, há um índice maior no grupo das matérias de editorias regionais: 0,8 contra 0,54. Esse grupo apresenta, também, todas as sete fotografias retiradas de arquivos pessoais.

Cinco vídeos aparecem nas matérias de editorias regionais, sendo quatro deles retirados de programação da Rede Globo e um produzido com imagens feitas por jornalista do G1. No outro grupo estão presentes 29 vídeos: 15 são produções do G1 a partir de imagens de agências de notícias, 10 são reportagens televisivas e 4 foram produzidos com imagens feitas por jornalistas do próprio veículo.

Em relação às categorias da análise de conteúdo, ao se levar em consideração a tipologia de violência central dos conteúdos, com base nas definições dos Estudos para a Paz, temos que ambos os grupos têm como foco a violência estrutural (40% nas matérias de editorias regionais e 57,1% nas da editoria *Mundo*). Nenhuma matéria do primeiro grupo aborda a violência direta como foco, enquanto 11,4% do segundo o fazem. Elementos de violência direta e estrutural aparecem em 50% das matérias de editorias regionais e em 31,4% das matérias da editoria *Mundo*. A violência cultural, em primeiro plano ou não, não aparece de maneira expressiva em nenhum dos grupos.

As editorias regionais se mostraram mais contextualizadas que a editoria *Mundo*: 40% das matérias inseridas na primeira abordam a conjuntura sociopolítica relacionada ao tema central da matéria de maneira aprofundada, enquanto 11,4% o fazem na seção *Mundo*. Em relação aos conteúdos que a abordam de maneira breve, o índice é de 80% em ambos os casos.

Cabe destacar que as matérias da seção *Mundo* dão maior destaque para as informações de caráter político. Isso ocorre uma vez que, em âmbito internacional, são abordados com frequência comunicados de líderes políticos internacionais e atualizações sobre as políticas de migração, especialmente de países da União Europeia. As matérias de âmbito regional focam, por sua vez, em informações sobre a conjuntura social, isto é, trazem detalhes sobre os fluxos migratórios em si, sobre os conflitos na Síria e sobre a vida e vivência dos refugiados. Os dados detalhados estão apresentados na tabela 4.

Tabela 4 - Contextualização sociopolítica nas matérias da editoria *Mundo* e editorias regionais no G1

	Matérias da editoria <i>Mundo</i> %	Matérias de editorias regionais %	Geral %
Menciona com profundidade o contexto social	5,71	20	8,88
Menciona brevemente o contexto social	45,71	70	51,11
Menciona contexto social	51,42	90	60
Menciona com profundidade o contexto político	5,71	20	8,88
Menciona brevemente o contexto político	34,28	10	28,88
Menciona contexto político	40	30	37,77
Não contextualiza	31,42	10	26,66

Fonte: elaborada pelo autor

Os resultados obtidos em relação à contextualização são refletidos, também, nas fontes utilizadas pelas matérias. Ao se fazer a discriminação das fontes, nota-se que, nas matérias de editorias regionais, o foco no contexto social é apoiado pela incorporação de personagens que

foram, de alguma maneira, afetados pelos conflitos descritos. De fato, esse tipo de fonte - pessoas refugiadas - é o mais comum nesse grupo de matérias. Como os conteúdos dão destaque a entrevistas com essas pessoas, informações advindas de fontes governamentais ou políticas são pouco utilizadas. Conforme visto na tabela anterior, por as matérias da editoria *Mundo* darem maior destaque para o contexto político que as matérias do outro grupo, elas trazem uma grande quantidade de entrevistas com autoridades políticas ou não políticas. É bastante comum, nesse caso, a utilização de informações oriundas de outros veículos jornalísticos. As informações sobre as fontes aparecem discriminadas na tabela 5.

Tabela 5 - Índice de uso de fontes em matérias da editoria *Mundo* e editorias regionais no G1

Tipo de fonte	Relação entre o número de fontes e a quantidade de matérias da editoria <i>Mundo</i>	Relação entre o número de fontes e a quantidade de matérias de editorias regionais	Relação entre o número total de fontes e a quantidade total de matérias
Autoridades políticas	1,14	0,4	0,97
Outras autoridades	0,45	0,3	0,42
Pessoas afetadas pelos conflitos	0,45	1,3	0,64
Sociedade civil	0,05	0,2	0,08
Outros veículos jornalísticos	1,31	0,2	1,06
ONU	0,28	0,5	0,33
Outras organizações	0,37	0,7	0,44
Redes sociais	0,28	0,2	0,26
Total de fontes	4,8	4,6	4,73

Fonte: elaborada pelo autor

As análises mostram que, em relação à recuperação dos fatos, ambos os grupos de matérias apresentam características semelhantes. A principal diferença nesse quesito é que um número maior de matérias da editoria *Mundo* têm o tempo presente como foco e, nas editorias regionais, mais matérias recuperam os fatos de maneira aprofundada. Os resultados podem ser vistos na tabela 6.

Tabela 6 - Recuperação de informações nas matérias da editoria *Mundo* e editorias regionais no G1

	Matérias da editoria <i>Mundo</i> %	Matérias de editorias regionais %	Geral %
Foco exclusivo no presente	14,28	10	13,33
Recupera informações de forma aprofundada	20	30	22,22
Recupera informações de forma breve	65,71	60	64,44
Total de matérias que recupera informações	85,71	90	86,66

Fonte: elaborada pelo autor

Há uma incidência maior de matérias que apresentam iniciativas relacionadas a uma cultura de paz nas editorias regionais (elas representam 90% do total do grupo, contra 68,5% nas matérias publicadas na editoria *Mundo*). Outra diferença é que nesse último, mais matérias trazem iniciativas relacionadas a decisões políticas (42,8%) que no outro grupo (30%). Por sua vez, 80% das matérias de editorias regionais apresentam ações procedentes da sociedade civil (e 28,5% no outro grupo).

Observou-se que 40% das matérias publicadas em editorias regionais trazem temas relacionados à cultura dos refugiados e à sua adaptação nos lugares para onde se deslocam - na editoria *Mundo*, apenas duas matérias o fazem. A maior parte dos conteúdos que englobam esses temas estão publicados nas editorias regionais, o que nos leva a concluir que, ao

abordarem a vida de refugiados que vieram para o Brasil, abre-se margem para o jornalista tecer comentários a respeito de como era a vida dessas pessoas em seus países de origem e como se adaptaram ao novo país.

6.1.10 Refugiados no Brasil

Foi criado, também, um grupo de matérias levando em consideração aquelas que têm o Brasil como foco. Nesse grupo, foram incluídas as matérias cujos temas centrais se passam no país, isto é, são conteúdos que têm a ver, estritamente, com a vida dos refugiados no Brasil. Matérias que têm relação com o país mas se passam no exterior foram desconsideradas. Nove conteúdos se encaixaram nos critérios estabelecidos para a formação desse grupo, o que representa 20% do total de publicações.

Todas as matérias do grupo foram publicadas em setembro de 2015, na semana da morte do menino sírio Alan Kurdi. Esse fato mostra como o falecimento de Kurdi repercutiu, de maneira rápida, na apuração e redação de matérias que relacionam o tema dos refugiados com o Brasil.

Em relação ao perfil das matérias, cinco contêm a assinatura de um jornalista específico e sete delas foram publicadas nas editorias regionais *Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Preto e Araçatuba e São Paulo*. O conteúdo fotográfico foi, quase em sua totalidade, produzido pelo G1: apenas duas fotos são creditadas à agência de notícias americana Associated Press; o restante consiste em nove fotos captadas pelo próprio veículo e três reproduções de telejornais das afiliadas da Rede Globo TV Liberal (Belém) e TV Tem (São José do Rio Preto e Araçatuba). Dos seis vídeos presentes nas matérias, cinco vieram de reportagens de telejornais da Rede Globo ou Globo News e um foi produzido pelo G1. Como os temas das matérias têm relação com o Brasil, faz-se mais fácil para os repórteres do próprio veículo a produção de imagens. Isso pode ser visto, também, ao verificarmos que apenas duas fotos foram produzidas por agências de notícias internacionais.

A tipologia de violência mais frequente nas matérias sobre refugiados no Brasil, presente em todas os conteúdos, foi a violência estrutural. Três matérias (33,3%) abordaram-na em primeiro plano e seis (66,6%) o fizeram de maneira secundária. Nenhuma trouxe a violência direta ou cultural como foco, mas cinco conteúdos (55,5%) contêm elementos da primeira e um (1,11%) apresenta elementos da segunda.

Sobre a contextualização, é possível verificar que todas as matérias trazem, de maneira aprofundada ou breve, a conjuntura sociopolítica relacionada aos temas centrais dos conteúdos. O contexto social foi o mais abordado, uma vez que está presente em todas as matérias. O contexto político, por sua vez, foi incluído em 33,3% das matérias. Essas informações estão sintetizadas na tabela 7.

Tabela 7 - Contextualização sociopolítica nas matérias do G1 sobre refugiados no Brasil

Conjuntura sociopolítica	Índice de presença %	Geral %
Menciona com profundidade o contexto social	11,11	8,88
Menciona brevemente o contexto social	88,88	51,11
Menciona contexto social	100	60
Menciona com profundidade o contexto político	33,33	8,88
Menciona brevemente contexto político	0	28,88
Menciona contexto político	33,33	37,77
Não contextualiza	0	26,66

Fonte: elaborada pelo autor

A tabela 8 apresenta dados a respeito da progressão temporal abordada nas matérias sobre os refugiados no Brasil, isto é, se esse conteúdo foca exclusivamente no tempo presente ou se recupera informações passadas.

Tabela 8 - Recuperação de informações nas matérias do G1 sobre refugiados no Brasil

	Índice de presença %	Geral %
Foco exclusivo no presente	0	13,33
Recupera os fatos de forma aprofundada	33,33	22,22
Recupera os fatos de forma breve	66,66	64,44
Total	100	86,66

Fonte: elaborada pelo autor

Por as matérias abordarem assuntos relacionados a refugiados no Brasil, as fontes utilizadas com mais frequência são os próprios refugiados: essas pessoas aparecem, individualmente, 12 vezes, distribuídas em cinco das nove matérias. Informações de outros veículos jornalísticos e de autoridades - as fontes mais comuns se levarmos em conta os 45 conteúdos do G1 -, aparecem poucas vezes nas matérias sobre refugiados no Brasil. Esses dados coincidem com aqueles apresentados na tabela 7, referente à contextualização: a presença da conjuntura social é maior que a da conjuntura política, o que justifica a inserção de mais pessoas afetadas pelos conflitos nos conteúdos.

Notou-se, também, que este grupo conta com mais inserções de informações oriundas da Organização das Nações Unidas e de outros organismos nacionais e internacionais que o conteúdo total do G1. As Nações Unidas, incluindo o ACNUR, agência da ONU para os refugiados, apareceram seis vezes distintas. A tabela 9 traz informações sobre as fontes utilizadas.

Tabela 9 - Índice de uso de fontes em matérias do G1 sobre refugiados no Brasil

Tipo de fonte	Relação entre o número de fontes e a quantidade de matérias sobre refugiados no Brasil	Relação entre o número total de fontes e a quantidade total de matérias
Autoridades políticas	0,66	0,97
Outras autoridades	0,33	0,42
Pessoas afetadas pelos conflitos	1,33	0,64
Sociedade civil	0,22	0,08
Outros veículos jornalísticos	0,11	1,06
ONU	0,66	0,33
Outras organizações	1,11	0,44
Total de fontes	4,88	4,73

Fonte: elaborada pelo autor

Verificou-se que todas as matérias sobre refugiados no Brasil trazem elementos que indicam a promoção da cultura de paz: 66,6% do total apresentam ações partiram da sociedade civil ou de organizações não governamentais e 44,4% incluem aquelas de caráter político ou governamental. Já em relação à adaptação e cultura, 44,4% dos conteúdos abordam aspectos que se encaixam nessa categoria.

6.2 Análise de conteúdo da Al Jazeera English

Em relação ao conteúdo produzido pelo site de notícias Al Jazeera English, foi selecionado um total de 59 matérias, que foram analisadas por meio de categorias pré-estabelecidas durante etapa anterior da análise de conteúdo.

Primeiramente, a fim de traçar um perfil inicial desse conteúdo, foram identificadas as marcações de autoria das matérias, assim como as editorias nas quais foram publicadas e os formatos contidos em cada uma delas.

Observou-se que a maior parte do conteúdo produzido pela Al Jazeera English não tem marcação de autoria: apenas 16 matérias (ou 27,1% do total) apresentam a assinatura de um jornalista ou jornalistas. O restante da produção, 43 conteúdos (72,8%), não é creditado a uma pessoa específica.

A maioria dos conteúdos em que há marcação de assinatura foi publicada na editoria *Feature*, que apresenta, geralmente, textos de caráter mais aprofundado sobre determinado tema. Todas as 10 matérias enquadradas como *Feature* têm a assinatura de um repórter. Na editoria *News*, a mais frequente, com 47 conteúdos, apenas quatro (8,5% do total de matérias dessa editoria) são creditadas a alguém. As outras duas matérias com essa característica estão publicadas nas seções *In Depth* e *In Pictures*.

Os jornalistas que assinam as matérias, em ordem alfabética, são Alia Chughtai, Catherine Anderson, Felix Gaedtke, Gayatri Parameswaran, Gouri Sharma, James Reinl, Lazar Simeonov, Lisa Jackson, Mohamed Hashem, Nour Samaha, Patrick Strickland, Rosie Scammell, Royce Kurmelovs, Stephanie Ott, Ted Regencia, Umut Uras e Wladimir van Wilgenburg.

Em relação às editorias, especificamente, foi constatado que *News* é a mais frequente, com 47 conteúdos. Nessa seção, que pode ser traduzida como “*Notícias*”, em português, foi publicado, principalmente, material no estilo *hard news*, isto é, notícias atualizadas referentes a eventos recentes do cotidiano. Foi nessa editoria, por exemplo, em que os primeiros relatos sobre a morte de Alan Kurdi e informações sobre as movimentações de refugiados apareceram. *Feature* vem em seguida, com 10 conteúdos. Há, também, um conteúdo publicado em *In Depth* e um em *In Pictures*: na primeira seção, a matéria *Alan Kurdi: What has changed since his death?* (2 set. 2016), publicada um ano após o falecimento de Kurdi, traz infográficos recuperando informações sobre deslocamentos de pessoas; a matéria publicada em *In Pictures*, *Hungary: A night of protest at the train station* (3 set. 2015), é uma cobertura fotográfica da situação de refugiados e protestos em estação ferroviária de Budapeste, na Hungria.

As matérias do site Al Jazeera English, além de estarem inseridas em uma editoria, apresentam, também, subseções (com exceção de dois conteúdos). As subseções representam duas categorias diferentes: localidade e tema. Na primeira, que conta com 27 conteúdos, as subseções mais comuns representam localidades europeias (17 matérias). As subseções e o número de matérias, respectivamente, são: *Europe*, sete matérias; *Germany*, três matérias;

Greece e Hungary, duas cada; *Finland, Italy e UK*, com uma matéria cada. Essas matérias trazem informações principalmente sobre a chegada de refugiados em países europeus e, também, sobre políticas migratórias dessas nações. Entre as localidades não europeias, as que apareceram foram *Middle East*, com sete conteúdos; *Canada*, com dois; e *Turkey*, com um conteúdo, totalizando 10.

A segunda categoria de subseção concerne ao tema dos conteúdos analisados. Nesse caso são incluídas 30 matérias. O tema com o maior número de matérias é *Refugees*, com 12 conteúdos. Sucedem essa subseção *Human Rights* (seis matérias), *Syria's Civil War* (quatro), *War & Conflict* (três), *Humanitarian Crises* (duas) e *Kurds, Refugee Crisis e Syrian Refugees* (uma matéria cada).

Em 58 das 59 matérias (98,3%), o recurso de texto foi utilizado. A única matéria que não o utiliza é *Alan Kurdi: What has changed since his death?* (2 set. 2016), que traz, abaixo do título e linha fina, um infográfico sobre o deslocamento de pessoas. O segundo formato mais frequente foi a fotografia, que aparece em 46 matérias (77,9% do total). Vídeos vêm em seguida, estando presentes em 64,4% do conteúdo, ou 38 matérias. Em menor quantidade aparecem os infográficos, presentes em 11 conteúdos (18,6%).

O recurso da fotografia foi utilizado 100 vezes nas matérias no site Al Jazeera English. Esse número nos dá uma média de 1,69 foto por matéria publicada. Ao se fazer uma análise da procedência de cada uma das imagens, temos que o portal de notícias utilizou de maneira igualitária fotografias oriundas de agências de notícias e aquelas produzidas pelo próprio veículo: ambos os tipos estiveram presentes 41 vezes. Isso significa que, de todas as fotografias utilizadas, 41% são originárias de outros veículos jornalísticos e 41% foram feitas pela Al Jazeera English.

As agências de notícias que mais providenciam imagens para as matérias da Al Jazeera English foram a britânica Reuters (14 fotos) e a americana Associated Press (12 fotos). Elas representam 34,1% e 29,2% das imagens captadas por agências de notícias, respectivamente. Fotos da European Pressphoto Agency (EPA) foram utilizadas oito vezes (19,5%). Outros veículos jornalísticos que forneceram fotos ao site de notícias, porém em menor frequência, foram a agência canadense The Canadian Press (duas vezes em parceria com a francesa Agence France-Presse e uma vez individualmente); a síria SANA, duas vezes; e a estadunidense Getty (uma vez creditada junto à AFP e outra sozinha).

Há 41 fotos tiradas pelos profissionais da Al Jazeera. Essas imagens se encontram espalhadas em 11 publicações distintas. A matéria *Hungary: A night of protest at the train station* (3 set. 2015) é a que traz mais fotografias creditadas ao veículo: trata-se de uma cobertura fotográfica com 12 imagens feitas em Budapeste pelo fotojornalista Lazar Simeonov.

Além das fotografias previamente mencionadas, aparecem, no conteúdo da Al Jazeera English, 15 imagens cedidas pelo fotógrafo Kai Wiedenhofer na matéria *From the streets of Kobane to the Berlin Wall* (20 ago. 2016). As fotos, seguidas pela legenda “Courtesy of Kai Wiedenhofer”, retratam pessoas afetadas por conflitos na cidade de Kobane, na Síria, bem como cenários dessa mesma cidade, devastada pela guerra, e uma exibição dessas fotografias no Muro de Berlim, na Alemanha. Também há, na matéria *Germany's intrepid refugee helpers* (7 set. 2015), uma imagem creditada ao grupo de artistas ativistas Peng! Collective. Ademais, uma imagem aparece sem créditos e outra vem com a legenda “supplied” (termo que pode ser traduzido como “fornecida”), porém não há informação de quem a forneceu.

O recurso de vídeo, por sua vez, aparece 52 vezes, distribuídos em 38 matérias diferentes. Esse número indica que há uma média de 0,88 vídeo por matéria. A maior parte dos vídeos contidos nas matérias (75%) são reportagens curtas exibidas pela emissora Al Jazeera English. Esses conteúdos têm, no geral, conexão direta com o tema central do texto. Pode-se tomar a matéria *Drowned refugee Aylan's father: Let him be the last* (4 set. 2015) como exemplo: ela traz uma reportagem com duração de 1:35 minuto que narra a tentativa de refugiados de cruzar o mar Mediterrâneo para chegar à Europa. Após a reportagem, há comentários de um âncora de um telejornal em estúdio.

Outros 12 vídeos também são procedentes da emissora de televisão, entretanto são programas ou documentários exibidos pelo canal. Há sete vídeos do programa *Inside Story*, que consiste em discussões entre jornalistas e convidados sobre notícias atuais. Em um desses programas, por exemplo, presente na matéria *Refugee family's baby dies on Greek island* (5 set. 2015), discute-se sobre as políticas migratórias de países europeus. Dois vídeos são do *The Listening Post*, programa semanal que aborda temas relacionados à mídia e à comunicação internacional. A matéria *Hungary enforces tough new immigration law* (15 set. 2015) traz uma edição desse programa, na qual profissionais da mídia, especialistas e grupos de direitos humanos discutem a cobertura feita pela mídia húngara sobre a crise dos refugiados. Em *Syria's Kurdish parties: Don't go to Europe* (17 set. 2015), aparece um vídeo

do programa *Compass with Sheila Macvicar*, que traz histórias de refugiados que chegaram à Europa e uma entrevista com ex-embaixador dos Estados Unidos na Síria. Outro vídeo vem do programa de entrevistas semanal *Talk to Al Jazeera*. A edição presente na matéria *Turkey threatens EU with new refugee surge* (25 nov. 2015) apresenta, primariamente, entrevistas com pessoas gregas sobre os impactos da chegada de refugiados em seu país. A matéria *Why some refugees in Greece are being driven to suicide* (8 maio 2017) incorpora um vídeo da série de documentários *Witness*. Intitulado *When Time Stopped at Sea*, o episódio presente na matéria narra a busca por um adolescente refugiado que desapareceu após o naufrágio de uma embarcação que tinha como destino a Grécia.

Há, ainda, na matéria *Haunting video of bewildered Syrian boy goes viral* (19 ago. 2016), um vídeo produzido pela Al Jazeera com imagens do Aleppo Media Center (AMC). O conteúdo traz imagens do menino sírio Omran Daqneesh, de cinco anos de idade, sendo resgatado após um ataque aéreo na cidade de Aleppo, na Síria. Sobre as imagens, aparecem informações sobre o resgate.

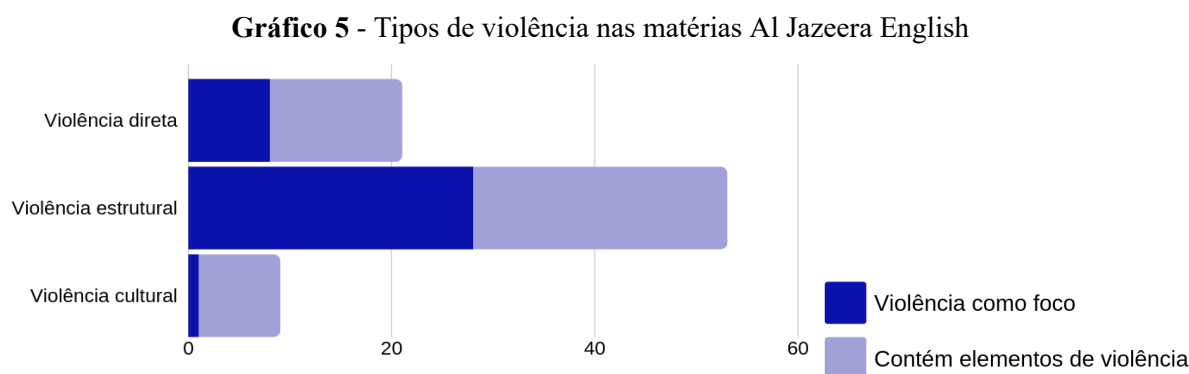
Os infográficos são utilizados algumas vezes nas matérias, porém em menor quantidade que fotos e vídeos: há 11 matérias nas quais esse recurso está presente, o que gera uma média de 0,18 infográfico por matéria. Alguns dos infográficos utilizam mapas, como na matéria *Germany expects 1.5 million asylum-seekers, report says* (5 out. 2015), que traz informações sobre o número de pessoas que deixaram a Síria após o início da Guerra Civil, a quantidade de deslocados internos no país e o número de solicitações de asilo feitas por sírios em países europeus, além do número de total de refugiados e de crianças refugiadas no Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia; no caso da matéria *Syrian refugees drown off coast of Turkey* (27 set. 2015), aparece, no final do texto, uma galeria com sete infográficos e fotografias a respeito do caminho percorrido pelos refugiados desde a Síria até a Europa por meio da “rota dos Balcãs” (em que atravessam a Turquia, Grécia, Macedônia e Sérvia até chegarem na Hungria); já a matéria *Death of Druze leader reported in Syria blast* (6 set. 2015) traz dois infográficos: o primeiro apresenta um mapa da Síria mostrando quais regiões do país estavam, na época, sob o poder do regime de Bashar Al Assad, do Estado Islâmico, de forças curdas, de forças rebeldes e da antiga Frente Al Nusra, enquanto o segundo é um gráfico de setores com dados sobre as mortes ocasionadas pela Guerra Civil Síria entre março de 2011 e agosto de 2015.

Os hiperlinks aparecem em 35 matérias, ou 59,3% do total. Esse recurso, que possibilita o redirecionamento a outras páginas da internet por meio de um clique, leva a conteúdos produzidos tanto pela própria Al Jazeera English, como na matéria *Two alleged smugglers on trial over Alan Kurdi's death* (11 fev. 2016), cujos dois hiperlinks redirecionam o leitor a dois outros textos escritos e publicados no veículo, quanto por outros sites, como em *Meet Syrian refugees and their Canadian sponsors* (11 abr. 2016), em que o recurso da hipertextualidade abre, além de outras matérias da Al Jazeera English, os sites das organizações Save a Family From Syria e Lifeline Syria e dos veículos jornalísticos Canada's History e The Globe and Mail.

6.2.1 Tipologia de violência

A partir das categorias pensadas a partir dos conceitos dos Estudos para a Paz, foram obtidos, primeiramente, dados a respeito das tipologias de violência presentes no conteúdo publicado pelo site Al Jazeera English. Foram levados em consideração os conceitos de violência direta, estrutural e cultural, a fim de saber com que complexidade eles foram incorporados nas matérias.

Constatou-se que o nível de violência abordado com maior frequência na Al Jazeera English foi a violência estrutural: 89,8% das matérias relataram acontecimentos que podem ser enquadrados nesse tipo de violência. Ele é seguido pela violência direta (35,5% do conteúdo) e violência cultural (15,2%), conforme indica o gráfico 5.



Fonte: elaborado pelo autor

No caso da violência estrutural, especificamente, 28 matérias tiveram-na como foco principal e 25 apresentaram alguns elementos dessa tipologia, mas não de maneira central. A

grande quantidade da presença da violência estrutural se deve às matérias abordarem a temática dos refugiados, como casos de tentativas de travessia do mar Mediterrâneo em embarcações frágeis e políticas migratórias que dificultam o acolhimento dessas pessoas. Por essa razão, isto é, por se tratarem de situações ocasionadas pelas estruturas desiguais de poder, nas quais os refugiados se encontram em posição não privilegiada, esses eventos se configuram como casos de violência estrutural. Um exemplo disso pode ser visto na matéria *A haven no more: Canada's conservative refugee policy* (15 set. 2015). Ela aborda as estruturas burocráticas do governo canadense que põem obstáculos às solicitações de refúgio de refugiados no país, como mostra o trecho abaixo:

Dois anos e meio depois, ele [refugiado Nabil Hawara] ainda está à espera da burocracia que pode uni-lo a sua esposa e filhos em Montreal.

As regras de imigração canadenses não permitiriam Hawara a levar sua família da Turquia após solicitar refúgio, e agora ele passa seus dias ansiando por atualizações do governo, que ainda não deu um motivo pelo qual sua família ainda não está com ele.

“Não há uma data estabelecida de quando eles devem chegar”, Hawara disse à Al Jazeera. “Estamos averiguando e meu advogado está mandando e-mails à embaixada pedindo atualizações, e ainda não recebemos resposta sobre a situação deles” (tradução do autor)³².

O texto *Syrian refugees drown off coast of Turkey* (27 set. 2015) é um outro exemplo: nele, é relatado que 17 refugiados sírios morreram após naufrágio de embarcação que seguia em direção à Grécia e 20 sobreviventes nadaram até a costa da Turquia. Essas situações, apesar de envolverem mortes, são compreendidas como violência estrutural pois remete às iniquidades entre as estruturas sociais da Síria, país que se encontra em uma guerra civil que força pessoas a cruzarem o Mediterrâneo, ainda que em condições inseguras, e dos países europeus, vistos por essas pessoas como detentores de excelente qualidade de vida, que as fazem querer alcançá-los. Nesses casos, não há um agressor identificado, ou um agente

³² Two-and-a-half years later, [refugee Nabil Hawara]'s still waiting on bureaucratic red-tape that would reunite him with his wife and children in Montreal.

Canadian immigration rules wouldn't allow Hawara to bring his family along from Turkey after he applied for refugee status, and he now spends his days eager for updates from the government, which hasn't provided a reason why they're not with him.

“There are no set dates as to when they are supposed to come here,” Hawara told Al Jazeera. “We're inquiring and my lawyer is sending emails to the embassy asking for updates, and we still haven't received a response on their status.”

específico que os ocasionou, portanto não são considerados como violência direta. Os trechos a seguir os ilustram:

Dezessete refugiados sírios, incluindo cinco crianças, morreram afogadas após naufrágio em águas turcas de barco que ia em direção à Grécia, de acordo com relatos da mídia local.

[...]

Houve um grande aumento no número de refugiados que deixaram a Turquia em direção à União Europeia em barcos frágeis na busca de uma vida melhor (tradução do autor)³³.

A violência direta, por sua vez, aparece de forma central em oito matérias (13,5%). Em outras 13 (22%) essa tipologia de violência é incorporada de maneira secundária. Nas matérias da Al Jazeera English, a violência direta está presente, principalmente, na forma conflitos decorrentes da Guerra Civil Síria e de confrontos entre refugiados e forças policiais.

O texto *Death toll rises after Druze leader killed in car bomb* (6 set. 2015) é um exemplo de publicação em que a violência direta é abordada como foco. Isso significa que o critério de noticiabilidade que levou à publicação da matéria diz respeito a uma situação de violência direta. A matéria aborda as explosões de dois carros-bomba na província síria de Suweida, que ocasionaram a morte de 46 pessoas, incluindo um importante líder druso. Alguns trechos do texto dão detalhes sobre os ataques:

Na sexta-feira, o xeique Wahid Balous, proeminente crítico do presidente Bashar al-Assad, morreu em uma das duas explosões consecutivas de carros-bomba, uma delas próxima ao Hospital Nacional na cidade de Suweida. Dezenas de pessoas morreram nos ataques e várias ficaram feridas.

[...]

Após as explosões, residentes, incluindo membros das famílias das vítimas, entraram em confronto com forças de segurança em suas instalações, acusando o governo de ser responsável pela morte do líder druso, afirma Mohammad Nour, da Al Jazeera³⁴ (tradução do autor).

³³ Seventeen Syrian refugees, including five children, have drowned after their boat sank in Turkish waters on its way to Greece, according to local media reports.

[...]

There has been a sharp jump in the numbers of refugees setting out from Turkey in flimsy boats for the European Union in search of better lives.

³⁴ On Friday, Sheikh Wahid Balous, a prominent critic of President Bashar al-Assad, died in one of two consecutive car bomb explosions, including one near the National Hospital in Suweida city. Dozens of people were killed in the attacks and many more were injured.

[...]

Outro exemplo de violência direta no conteúdo da Al Jazeera English vem da matéria *ISIL blows up ancient tower tombs in Syria's Palmyra* (4 set. 2015). O texto narra o ataque do grupo Estado Islâmico a obras arquitetônicas da cidade síria de Palmira, datadas do século I a.C. e tombadas pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Apesar de não ter havido vítimas, o caso remete à destruição, através de armas, de um sítio histórico, em que podem ser identificados os agressores. A matéria traz, também, outra situação de violência direta, quando discorre sobre a morte de um arqueólogo sírio, que havia sido decapitado pelo Estado Islâmico no mês anterior. Os trechos a seguir, retirados da matéria, exemplificam os casos mencionados:

O diretor de antiguidades da Síria Maamoun Abdulkarim disse, na sexta-feira, a agências de notícias, que três das mais preservadas e importantes torres funerárias estavam entre as pelo menos sete tumbas destruídas, incluindo a famosa Torre de Elahbel, construída em 103 d.C.

[...]

A agência de cultura das Nações Unidas UNESCO descreveu a campanha de destruição do Estado Islâmico como “crime de guerra”.

Em meados de agosto, o grupo decapitou Khaled Asaad, de 82 anos, um respeitado arqueólogo que trabalhou mais de 50 anos como diretor de antiguidades da cidade histórica³⁵ (tradução do autor).

A violência cultural é a que menos aparece nas matérias da Al Jazeera English: apenas uma matéria (1,6%) a aborda como foco e outras oito apresentam-na de maneira secundária. A única publicação em que esse tipo de violência tem posição central é *Charlie Hebdo may face legal action over cartoons* (15 set. 2015), que traz informações sobre as ações judiciais que podem ser enfrentadas pela revista francesa Charlie Hebdo, acusada de incitar crime de ódio ao publicar charges relacionadas ao falecimento de Alan Kurdi. Essa forma de violência, disseminada por meios de comunicação, é o seu nível menos superficial, utilizado, muitas

Following the blasts, residents, including members of the victims' families, clashed with security forces at the city's security offices, holding the government responsible for the Druze leader's death, Al Jazeera's Mohammad Nour said.

³⁵ Syrian antiquities director Maamoun Abdulkarim told news agencies on Friday that among at least seven tombs destroyed were the three best preserved and most treasured funerary towers, including the famed Tower of Elahbel built in 103 AD.

[...]

The UN's cultural agency UNESCO has described ISIL's campaign of destruction as a "war crime".

In mid-August the group also beheaded Khaled Asaad, a respected 82-year-old archaeologist who worked for 50 years as head of antiquities in the ancient city.

vezes, para legitimar atos de violência direta e estrutural. Os trechos abaixo descrevem as charges publicadas pela revista, consideradas ofensivas, de acordo com relatos da matéria:

A primeira charge mostra um palhaço e o que parece ser um bebê com a mensagem: “Bem-vindos, imigrantes. Tão perto de seu objetivo. Promoção: duas crianças pelo preço de uma”.

A segunda, “Prova de que cristãos andam sobre as águas”, mostra um homem, supostamente parecido com Jesus, andando sobre a água enquanto uma criança parcialmente submersa diz: “Crianças muçulmanas morrem afogadas”³⁶ (tradução do autor).

Algumas outras matérias trazem situações de violência cultural na forma de preconceito e discriminação contra refugiados. Em *#RefugeesWelcome: Australians demand a softer stance* (8 set. 2015), é citada uma fala do primeiro-ministro húngaro Viktor Orban se referindo aos refugiados sírios como uma “ameaça muçulmana à Europa cristã”. Já a matéria *Why some refugees in Greece are being driven to suicide* (8 maio 2017) traz o depoimento de um refugiado que fugiu do Afeganistão sobre o tratamento xenófobo que recebe por parte da polícia grega e de outras autoridades.

Após as análises, ao ser constatado que 89,8% do conteúdo da Al Jazeera English abordam a violência estrutural, é possível afirmar, com base especificamente nessa categoria, que esse material se aproxima do modelo do jornalismo para a paz. Ainda que apenas 47,4% do total de matérias abordem esse tipo de violência de forma aprofundada, este número é superior ao de publicações que têm mais a ver com o modelo do jornalismo de guerra, isto é, aquelas que têm foco exclusivo na violência direta, o nível mais superficial e mais fácil de ser identificado da violência.

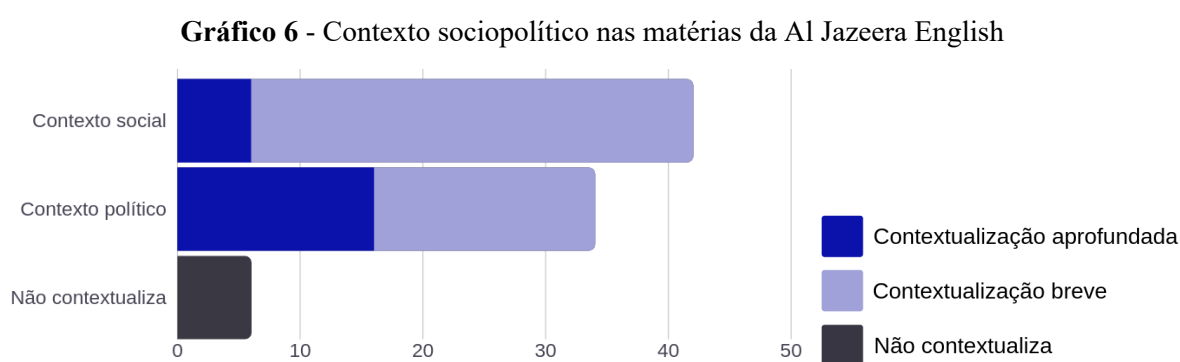
6.2.2 Conjuntura sociopolítica

Esta categoria analisou se as matérias apresentam detalhes sobre a conjuntura social e política dos países do Oriente Médio, com destaque para a Síria, ou sobre fatores que motivaram os fluxos de refugiados na região. Observou-se, nas matérias da Al Jazeera

³⁶ The first cartoon shows a clown and what appears to be the toddler with a sign: "Welcome immigrants, so close to his goal. Promotion: Two children for the price of one." The second cartoon, "Proof that Christians walk on water" shows a man supposedly resembling Jesus walking on water as a partially submerged child says "Muslim children drown."

English, que a maior parte das matérias apresenta contextualização sociopolítica, de maneira superficial ou aprofundada: apenas 10,1%, ou seis matérias, não contextualizam os fatos.

A conjuntura social foi mais abordada que a política, porém de maneira mais superficial. Desconsiderando o aprofundamento da contextualização, temos que 42 matérias (71,1% do total do conteúdo) trazem informações sobre o contexto social da Síria, enquanto 34 matérias (57,6%) abordam aspectos políticos. Por outro lado, levando em conta o detalhamento das informações, constatou-se que apenas seis matérias (10,1%) abordam de maneira aprofundada a conjuntura social e 16 (27,1%), a conjuntura política. Todas essas informações estão presentes no gráfico 6.



Fonte: elaborado pelo autor

Syria's Kurdish parties: Don't go to Europe (17 set. 2015) é um exemplo de conteúdo que contextualiza de forma aprofundada a conjuntura social da Síria. A matéria, que traz informações sobre a região curda da Síria, além de discorrer sobre os seus partidos políticos, fala sobre como a Guerra Civil do país afetou sua população. Os excertos da matéria a seguir comentam sobre a situação política da região e sobre os refugiados sírios curdos:

Algumas regiões curdas da Síria têm, relativamente, estabilidade quando comparadas com o resto do país. O principal grupo curdo armado do país, as Unidades de Proteção Popular (YPG), controlam a maior parte das áreas majoritariamente curdas da Síria após a retirada das forças do governo em julho de 2012.

Muitos curdos sírios, entretanto, deixaram suas casas devido à violência. Em agosto de 2013, milhares de pessoas da província de Hasakah fugiram para o Curdistão do Iraque. Há, atualmente, quase 250 mil refugiados sírios registrados no norte do Iraque, de acordo com a agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Em outubro de 2014, 400 mil refugiados da cidade de maioria curda Kobane fugiram para a Turquia após o Estado Islâmico sitiá-la e assassinar centenas de residentes³⁷ (tradução do autor).

Conforme mencionado anteriormente, foi maior o número de matérias que abordaram com profundidade a conjuntura política. Essas situações englobam, principalmente, temas relacionados a declarações de autoridades políticas internacionais sobre as movimentações de pessoas e a decisões governamentais sobre políticas migratórias, principalmente na União Europeia. A matéria *Syrian refugees welcomed on remote Scottish island* (18 jan. 2016) pode ser tomada como exemplo: nela, a jornalista descreve a acolhida de refugiados na ilha escocesa de Bute, que recebeu, em dezembro de 2015, dez famílias de refugiados sírios. Além de comentar sobre a resposta positiva dos residentes da ilha em relação aos refugiados, a matéria traz, também, informações sobre as políticas de migração da Escócia, incluindo falas de autoridades políticas do país. Essa situação pode ser vista nos trechos abaixo:

Com uma população de aproximadamente cinco milhões, a Escócia representa 8% da população do Reino Unido. O governo escocês, que tinha compromisso inicial de acolher, de maneira proporcional, 10% dos refugiados que chegaram ao Reino Unido, já recebeu, na verdade, 40% dos refugiados que chegaram à região no final de 2015.

Humza Yousaf, membro do Partido Nacional Escocês no parlamento e ministro da Escócia para a Europa e para o desenvolvimento internacional, dá créditos ao governo do Reino Unido pela ajuda financeira oferecida aos campos de refugiados e pela assistência na travessia de refugiados pelos mares Mediterrâneo e Egeu, mas critica os compromissos do governo de receber essas pessoas.

A Grã-Bretanha pode receber muito mais que 20 mil refugiados até 2020, como acordado, ele disse, acrescentando: “Se há vontade política, sempre há um jeito”³⁸ (tradução do autor).

³⁷ Some Kurdish regions of Syria have enjoyed relative stability compared to the rest of the country. The main Kurdish armed group in Syria, the People's Protection Units (YPG), has controlled most of the country's Kurdish-majority areas following the government forces' withdrawal in July 2012. Many Syrian Kurds, however, have left their homes due to the violence. In August 2013, thousands of people from Hasakah province fled to Iraq's Kurdistan region. There are now almost 250,000 registered refugees from Syria in northern Iraq, according to data from the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR).

In October 2014, 400,000 refugees from the Kurdish-majority city of Kobane fled to Turkey, after the Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL) group besieged the city and slaughtered hundreds of its residents.

³⁸ With a population of around five million, Scotland makes up 8 percent of the UK's population. The proportionate commitment of the Scottish government was initially to take in 10 percent of the incoming refugees, but Scotland has, in fact, taken in around 40 percent of the refugees who arrived in the UK in late 2015.

Pode-se citar também, a título de exemplo, o texto *Hungary enforces tough new immigration law* (15 set. 2015). Nessa matéria, são explicadas as novas políticas de migração da Hungria, nação que fechou suas fronteiras com a Sérvia e outros países com a intenção de conter o número de refugiados que entrariam em seu território. A matéria também menciona as decisões de outros governos, como o austríaco e o eslovaco, que afirmaram reestabelecer controles de fronteira. A conjuntura política desses e de outros países da União Europeia são descritas nos trechos abaixo, retirados da matéria:

A Áustria e a Eslováquia aproveitaram a decisão do governo da chanceler Angela Merkel, que voltou atrás na declaração de que abriria as portas para os refugiados sírios, para restabelecerem seus próprios controles de fronteira. “Vamos proceder da mesma maneira que a Alemanha, afirmou a ministra do interior austríaca, em Bruxelas.

O governo polonês disse que adotará as mesmas políticas ao primeiro sinal de “qualquer ameaça”, enquanto o holandês prometeu “mais” patrulhas.

Os membros da União Europeia podem estabelecer controles de segurança temporários sob o Tratado de Schengen, mas há receios de que o ideal de uma Europa sem fronteiras caia por terra³⁹ (tradução do autor).

Além dessas matérias, que são dois exemplos dos 16 textos em que o contexto político é abordado de maneira central, há outras 18 matérias que o abordam com menor detalhamento. São os casos dos textos *More children die as refugee boat sinks off Turkey* (2 fev. 2016) e *Bayern Munich to donate \$1.11m to refugee crisis* (4 set. 2015). O primeiro tem como foco a morte de nove refugiados que tentavam chegar à Grécia na costa turca, mas

Humza Yousaf, an SNP [Scottish National Party] MSP [member of the Scottish parliament] and Scotland's minister for Europe and international development, gives the UK government credit for the financial aid being sent to refugee camps, and their offer of assistance to make crossings safer for refugees in the Mediterranean and Aegean seas, but criticises its intake commitments.

Britain can take in many more than the 20,000 refugees agreed by 2020, he says, adding: "If there's a political will, there's always a way."

³⁹ Austria and Slovakia took advantage of the U-turn by Chancellor Angela Merkel's government - which had previously said it would throw open its doors to Syrian refugees - to reinstate their own border checks.

"We will proceed as Germany did," Johanna Mikl-Leitner, the Austrian interior minister, said in Brussels.

Poland said it will impose border controls at the first sign of "any threat" while the Netherlands promised "more" patrols.

EU states can impose temporary controls for security reasons under the Schengen treaty but there are fears the very ideal of a borderless Europe could collapse.

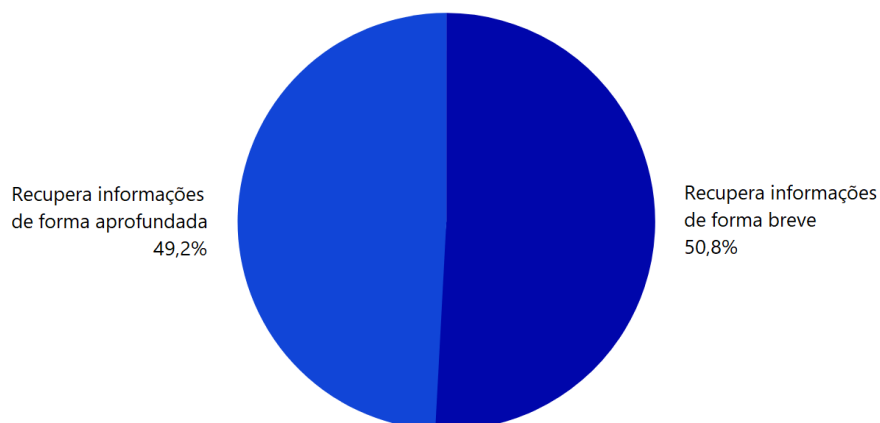
aborda, também, uma tentativa de acordo entre o governo da Turquia e a União Europeia, o que se configura como conjuntura política. Já o segundo traz informações sobre a doação de time de futebol alemão para ajudar refugiados que chegam à cidade de Munique. São abordadas algumas informações sobre a política da Alemanha, como o número de solicitantes de asilo que chegaram ao país e o apelo da chanceler Angela Merkel a outros países da União Europeia para colaborarem com os refugiados.

Os dados apresentados nos parágrafos anteriores mostram que foi comum, nas matérias da Al Jazeera English sobre os refugiados, a contextualização de informações a respeito da conjuntura social e política relacionada a esse tema: 89,9% de todo conteúdo analisado trazem informações sobre aspectos sociopolíticos. Essa característica é uma das orientações do modelo do jornalismo para a paz, sintetizado por Galtung. Ao olharmos com mais atenção esse número, entretanto, notamos que as matérias o fazem de maneira superficial: os contextos social e político são abordados, com profundidade, apenas em 10,1% e 27,1% do conteúdo total, respectivamente. Embora não se enquadrem como jornalismo de guerra - por apresentarem esse elemento, mesmo que minimamente -, elas se afastam do modelo ideal do jornalismo para a paz, que visa contextualizar as informações em sua completude. Os 10,1% que não fazem contextualização alguma, por sua vez, se aproximam mais do modelo do jornalismo de guerra.

6.2.3 Progressão temporal

Nesta categoria, analisou-se se as matérias da Al Jazeera English recuperam fatos relacionados aos seus temas centrais ou se têm como foco exclusivamente o tempo presente. Observou-se, a partir das análises e conforme indica o gráfico 7, que todo o conteúdo produzido pelo veículo recupera informações: 30 matérias (50,8%) o fazem de forma breve e 29 (49,2%) trazem informações passadas de forma extensiva.

Gráfico 7 - Progressão temporal nas matérias da Al Jazeera English



Fonte: elaborado pelo autor

Como exemplo de texto que recupera os fatos de maneira aprofundada, temos a matéria *Meet Syrian refugees and their Canadian sponsors* (17 abr. 2016), que trata sobre iniciativas de pessoas canadenses de patrocinarem famílias de refugiados que chegam a seu país. O texto, além de abordar o caso dos refugiados sírios, que deixaram seus territórios massivamente após 2011, ano de início da Guerra Civil Síria, retoma informações sobre o surgimento dos patrocínios privados no Canadá. O movimento se iniciou com a chegada de refugiados do Camboja, Laos e Vietnã no Canadá, na década de 1970.

No Canadá, o patrocínio privado não é um fenômeno novo. O programa, na verdade, tem origem em 1975, início da maior chegada e reassentamento de refugiados do país.

“[O programa] começou... com os movimentos dos vietnamitas e dos indo-chineses”, afirma Peter Goodspeed, da Lifeline Syria, organização sem fins lucrativos de Toronto que auxilia cidadãos a patrocinarem refugiados. “O Canadá trouxe 60 mil indo-chineses, a maioria deles com patrocínio privado”.

[...]

Desta vez, entretanto, Goodspeed diz que a reação é profundamente diferente. No último mês de setembro, após a fotografia do corpo sem vida de Alan Kurdi, de três anos, ganhar as manchetes pelo mundo, “Como patrocinar uma pessoa síria?” se tornou a principal busca no Google no Canadá⁴⁰ (traduzido pelo autor).

⁴⁰ In Canada, private sponsorship is not a new phenomenon. The programme actually dates back to 1975, when the largest intake and resettlement of refugees first began in the country.

“[The programme] started ... when the Vietnamese and Indo-Chinese movement took place,” says Peter Goodspeed from Lifeline Syria, a Toronto-based nonprofit organisation that helps private citizens sponsor refugees. “Canada brought in 60,000 Indo-Chinese refugees - mostly privately sponsored.”

Também sobre refugiados no Canadá, a matéria *A haven no more: Canada's conservative refugee policy* (15 set. 2015) recupera dados históricos sobre a chegada dessas pessoas no país, como mostra o trecho a seguir:

Entre janeiro de 2014 e agosto de 2015, o Canadá acolheu 2.374 refugiados sírios. Grupos de patrocínio privado no país são responsáveis por mais da metade desse número: 1.723.

Esses números não refletem o histórico do Canadá com refugiados e crises humanitárias. Entre 1979 e 1980, o Canadá trouxe até seu território 60 mil refugiados vietnamitas. O país fez o mesmo com 5 mil pessoas do Kosovo nos anos 1990⁴¹ (tradução do autor).

Além dos exemplos anteriores, em que diversos fatos são recuperados, foram publicadas 30 matérias que trazem algumas informações de forma pontual, não se debruçando sobre elas. Esse é o caso do texto *Police wall blocks refugees in Budapest for second day* (3 set. 2015): a matéria, que discorre e tem como enfoque protestos de refugiados em estação ferroviária de Budapeste, na Hungria, recupera dados isolados sobre o número de refugiados que chegaram à Europa no ano de 2015, sem informações detalhadas. A matéria *Denmark advert in Lebanon newspapers warns off refugees* (7 set. 2015) é um outro exemplo que se enquadra nesse caso: apesar de ter como foco a publicação de informações sobre as políticas migratórias dinamarquesas em jornais libaneses, direcionadas a refugiados sírios, o texto traz alguns dados do ACNUR, agência da ONU para os refugiados, sobre o deslocamento de pessoas sírias.

Para que um conteúdo jornalístico siga o modelo do jornalismo para a paz, ele deve apresentar uma larga progressão temporal, isto é, ele deve recuperar informações que precedam o acontecimento central da matéria e, se possível, apresentar as suas possíveis consequências para o futuro, próximo ou distante. O jornalismo de guerra, por outro lado, tem

[...]

This time, however, Goodspeed says the response is profoundly different. Last September, after the photograph of three-year-old Alan Kurdi's lifeless body made headlines globally, "How to sponsor a Syrian?" became the top Google search term in Canada.

⁴¹ Between January 2014 and August 2015, Canada resettled 2,374 Syrian refugees. Privately sponsored groups in Canada are responsible for more than half of that number: 1,723.

These numbers do not reflect Canada's history with refugees and humanitarian crises. Between 1979 and 1980, Canada airlifted 60,000 Vietnamese refugees. It did the same with 5,000 people from Kosovo in the 1990s.

como foco o momento presente, e se restringe a abordar um acontecimento de forma pontual. Com base nessas definições, pode-se concluir que as matérias analisadas da Al Jazeera English podem ser enquadradas no modelo do jornalismo para a paz, já que todas recuperam informações, mesmo algumas o façam de forma breve.

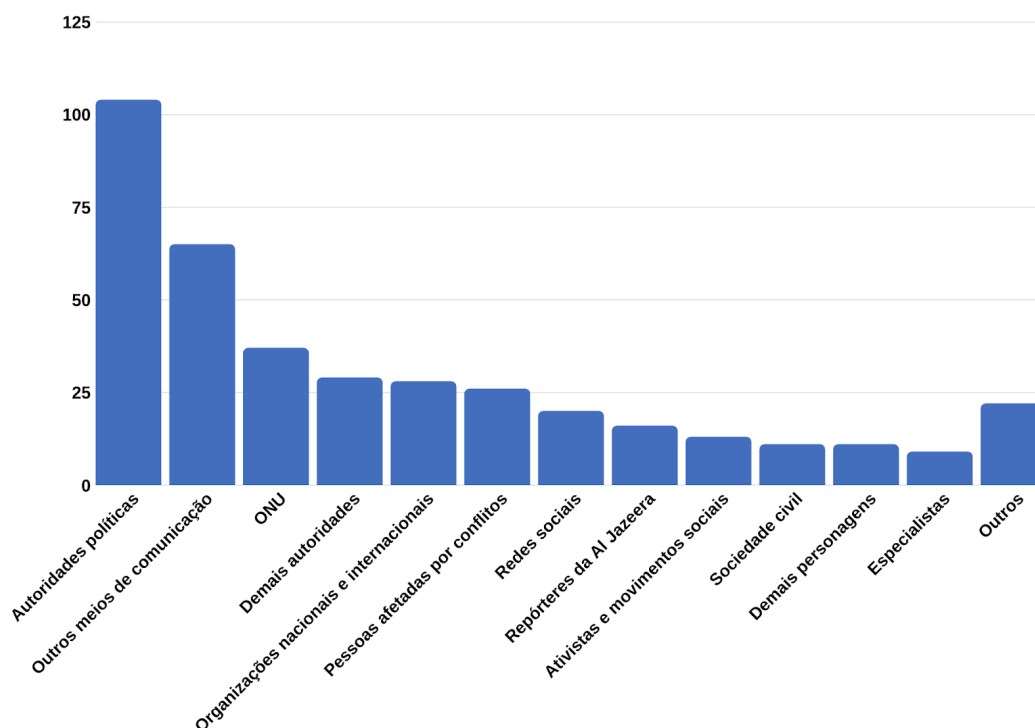
6.2.4 Fontes

A análise de conteúdo mostrou que as publicações produzidas pela Al Jazeera English utilizaram fontes 391 vezes. O gráfico de número 8 sintetiza as fontes utilizadas pelo website, que serão descritas nos parágrafos seguintes.

Aquelas utilizadas com maior frequência foram as autoridades políticas: essas foram adicionadas 104 vezes nas matérias, o que representa 26,5% do total de fontes. Ao fazer uma análise mais minuciosa desse tipo específico de fonte, pôde ser observado que líderes políticos⁴², isto é, presidentes, primeiros-ministros, chanceleres, prefeitos e outras autoridades ligadas a estados, foram as mais comuns, aparecendo 64 vezes. Ministros e secretários apareceram 23 vezes. Outros atores do âmbito político, como representantes de partidos políticos e membros de conselhos foram utilizados como fontes em 17 ocasiões.

Outras autoridades, de caráter não político, foram utilizadas 29 vezes como fontes. Esse número representa 7,4% do total. Entre elas, as que mais aparecem são policiais (10 vezes), agentes da guarda costeira (6 vezes) e outros oficiais, especificados, como oficiais navais ou de administração local, ou não especificados (6 vezes). Outras autoridades, utilizadas uma vez cada, foram o papa Francisco; representante de imigrações do Canadá; membro da defesa civil turca; autoridade competente das ferrovias húngaras; Associação Alemã de Cidades; diretor de antiguidades e museus da Síria; e diretor da comissão de pessoas desaparecidas da Itália.

⁴² Neste grupo foram incluídas autoridades da União Europeia.

Gráfico 8 - Fontes utilizadas nas matérias da Al Jazeera English

Fonte: elaborado pelo autor

Veículos jornalísticos, excluindo informações de repórteres da própria Al Jazeera English, compreendem 16,6% do total de fontes. Isso significa que apareceram em 65 ocasiões distintas. Agências de notícias foram utilizadas 43 vezes, sendo o tipo de mídia mais utilizado. Outros meios de comunicação, incluindo jornais, emissoras de televisão e sites de notícias, foram utilizados 16 vezes. Em seis casos, foram usadas informações de outros veículos jornalísticos, que não estão identificados nas matérias: esses veículos são citados como “mídia grega”, “mídia local [turca]”, “mídia canadense”, “mídia síria pró-governo” e “mídia húngara”.

Além desses casos, em que os veículos jornalísticos em si foram utilizados como fontes, em outras 26 situações foram adicionados depoimentos de terceiros ou informações cedidos à mídia internacional.

Relatos de jornalistas da Al Jazeera English foram utilizados 16 vezes como fonte.

Agências da Organização das Nações Unidas foram usadas, como fonte, 37 vezes (número que representa 9,7% do total de fontes). O organismo de onde mais informações vieram foi o ACNUR, agência da ONU para os refugiados, com 16 aparições. Ele é seguido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), que foi utilizada 12 vezes. O Fundo

da ONU para a Infância (UNICEF) foi utilizado três vezes, enquanto as Nações Unidas, de maneira geral, duas vezes. As seguintes fontes foram incorporadas uma única vez: Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA); enviado especial da ONU; secretário-geral da ONU; e UNESCO.

Fontes oriundas de outros organismos não relacionados às Nações Unidas - incluindo organizações não governamentais - foram utilizadas 28 vezes. Informações do Observatório Sírio de Direitos Humanos foram incluídas cinco vezes (uma delas a partir do depoimento de seu diretor). A Cruz Vermelha serviu cinco vezes como fonte (três como instituição, no geral, e duas em entrevistas com seus diretores no Líbano e na Síria). Refugees Welcome, associação de acolhimento de refugiados, e a ONG Save the Children foram utilizadas duas vezes cada. As seguintes fontes utilizadas uma vez cada: diretora da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas; grupos de apoio, como Human Rights First e Comitê Internacional de Resgate; coordenadora local do Comitê Internacional de Resgate; fundadora da organização sem fins lucrativos Bute Oasis; presidente da organização Canadian Council for Refugees; diretor da Society of Black Lawyers; Instituto de Políticas de Migração; diretor da Comissão Europeia; diretor do Emergency Response Centre International; comunicado do mesmo centro; organização pró-imigração Pro Asyl; grupo de ativismo Peng! Collective; organização canadense de apoio a patrocinadores de refugiados Lifeline Syria; e agências de apoio não especificadas.

Além das fontes previamente mencionadas, as matérias trouxeram, também, os relatos de pessoas que foram afetadas diretamente por conflitos, guerras e situações de vulnerabilidade. Esse tipo de fonte foi utilizado em 26 casos, que representam 6,6% do total. Em seis ocasiões, os depoimentos dessas pessoas não foram obtidos diretamente por jornalistas da Al Jazeera English. Como exemplo, temos o caso de Abdullah Kurdi, pai de Alan Kurdi: em quatro das cinco vezes nas quais essa fonte aparece, a Al Jazeera English especifica que suas falas foram obtidas por meio da agência britânica Reuters, do jornal turco Hürriyet e das emissoras canadense e britânica CBC e Channel 4, respectivamente.

Entre essas fontes, há predominância de depoimentos de indivíduos do sexo masculino: entre os relatos das pessoas afetadas pelos conflitos, apenas cinco deles (19,2%) são de mulheres. Relatos de homens representam 73% (19 depoimentos). Duas outras fontes são “refugiados” não identificados.

Um total de 11 fontes corresponde a personagens que não foram afetados diretamente por guerras ou conflitos, mas têm, de certa maneira, envolvimento com as histórias daqueles que, de fato, foram. Nessa categoria foram incluídas pessoas que ajudaram refugiados, como patrocinadores privados, e profissionais, como um advogado e um fotógrafo, que tiveram relação com histórias de refugiados.

Outras pessoas da sociedade civil foram consultadas em 11 ocasiões. Diferentemente daquelas mencionadas no parágrafo anterior, esses personagens não têm envolvimento com as histórias de refugiados, mas foram entrevistadas pelos jornalistas da Al Jazeera English com o objetivo de exporem suas opiniões sobre temáticas específicas.

Depoimentos de ativistas e grupos de direitos humanos foram usados 13 vezes. Falas de especialistas, por sua vez, foram incorporadas nove vezes. Entre elas estão as de acadêmicos, analistas, críticos, diretor técnico de prefeitura italiana, jornalista sírio e profissionais da saúde da Cruz Vermelha.

Publicações de redes sociais foram adicionadas 20 vezes nas matérias da Al Jazeera English. As duas mídias utilizadas foram o Twitter (que apareceu em 16 ocasiões distintas) e o Facebook (utilizado quatro vezes).

Outras 22 fontes não foram enquadradas em nenhuma das categorias estabelecidas anteriormente. São elas: autoridades não especificadas (três vezes); relatórios (três vezes); documentos (duas vezes); comunicado de apoiadores de xeique druso (duas vezes); comunicado de líderes drusos; grupos de pressão; sentença judicial; diretrizes do Citizenship and Immigration Canada; comunicado do mesmo órgão; CEO do time de futebol alemão Bayern; CEO da indústria Daimler; testemunhas não identificadas; vídeo da Associação Alemã de Futebol; dados oficiais; grupos de monitoramento; e fontes não especificadas.

É possível confrontar os resultados encontrados com os conceitos do jornalismo para a paz, uma vez que esse modelo versa sobre os tipos de fontes utilizadas em matérias jornalísticas. Os conteúdos partem dos princípios do *Peace Journalism* quando dão prioridade à sociedade civil como fonte, principalmente àquelas pessoas afetadas ou envolvidas com a problemática central da publicação. Em contrapartida, o modelo do jornalismo de guerra prioriza as fontes institucionais ou governamentais.

As matérias da Al Jazeera English tendem, em relação às fontes utilizadas, a seguir o modelo do jornalismo de guerra: as principais fontes de informação no conteúdo do veículo são as autoridades políticas. Outros tipos de fontes que aparecem com frequência são

organismos internacionais, incluindo a Organização das Nações Unidas. O modelo sistematizado por Galtung indica que a frequência do uso dessas fontes faz a matéria ter um direcionamento às elites, e não às pessoas, conforme sugere o jornalismo para a paz. A título comparativo, autoridades políticas aparecem 1,76 vez por matéria da Al Jazeera English, enquanto refugiados e outras pessoas afetadas pelas estruturas sociais desiguais aparecem apenas 0,44 vez por publicação.

6.2.5 Terminologia

Nesta categoria, foram observados quais os principais termos utilizados pela Al Jazeera English para se referir às pessoas que deixaram seus territórios forçadamente, especialmente por razões de conflitos e da Guerra Civil da Síria.

Ficou constatado que os termos utilizados com maior frequência foram “*refugees*” (“refugiados”), “*asylum seekers*” (“solicitantes de asilo”) e “*migrants*” (“migrantes”). O primeiro está presente em 54 das 59 matérias, ou seja, em 91,5% do total. “*Asylum seekers*” e “*migrants*” puderam ser encontrados em 42,3% e 23,7% do conteúdo, o que representa 25 e 14 matérias, respectivamente. Os termos “*displaced*” e “*displacement*” (“deslocados” e “deslocamento”) também foram utilizados para se referirem a essas pessoas e estão presentes em nove textos (15,2%).

Em 24 matérias publicadas pela Al Jazeera English (40,6% do conteúdo), apenas um dos termos (“*migrants*”, “*refugees*” e “*asylum seekers*”) foi utilizado. Na outra parte, foram empregados dois ou mais termos concomitantemente: em 16 matérias foram usados os termos “*refugees*” e “*asylum seekers*”; “*refugees*” e “*migrants*” apareceram juntos em cinco matérias; e, em nove, foram empregados os três termos ao mesmo tempo.

Faz-se importante retomar que, em 2015, ano que em se intensificaram os fluxos migratórios e em que a mídia se debruçou largamente sobre o tema - a morte de Alan Kurdi teve enorme repercussão -, a Al Jazeera English publicou um texto intitulado *Why Al Jazeera will not say Mediterranean “migrants”*, no qual discorre sobre a utilização dos termos “migrantes” e “refugiados”. O autor do texto, Barry Malone (2015), considera que a palavra “migrante” é “inadequada” para se referir aos indivíduos que deixaram seus territórios de origem (nesse caso, especificamente), uma vez que cria desumanização e distanciamento entre as pessoas. A decisão do diretor de notícias da Al Jazeera English, Salah Negm, foi de que fosse usado no veículo o termo “refugiados”, com o objetivo de não apagar ou diminuir o

sofrimento e a história dessas pessoas. Malone (2015) finaliza o texto da seguinte maneira: “migrante é uma palavra que tira a voz de pessoas de sofrem. Substituí-la por refugiado é - ainda que de maneira pequena - uma tentativa de devolvê-la a essas pessoas”.

Confrontados com o posicionamento do veículo, descrito na matéria mencionada no parágrafo anterior, os resultados demonstram que, de fato, o termo “*migrant*” é o menos utilizado para se referir àquelas pessoas que deixaram, principalmente, a Síria de maneira forçada em busca de segurança e qualidade de vida em outros países. Nas cinco matérias em que os termos “*migrant*” e “*refugee*” foram empregados simultaneamente (não considerando aquelas em que o termo “*asylum seekers*” também aparece), todas apresentam, de alguma maneira, distinções entre as duas palavras. A matéria *EU and Turkey locked in war of words over refugee pact* (26 nov. 2015) menciona a palavra “*migrant*” três vezes e a palavra “*refugee*” nove vezes (considerando títulos, linha fina e legendas de fotos e vídeos). Em todas as ocasiões, o termo “*migrant*” vem acompanhado de “*refugee*”, da seguinte maneira: “*refugees and migrants*”, indicando que esses dois grupos de pessoas são distintos e não podem ser agregados como um único.

Ao levar em consideração as 30 matérias da Al Jazeera English em que dois ou três dos termos “*migrant*”, “*refugee*” e “*asylum seeker*” foram empregados simultaneamente, temos que, em 25 delas (83,3%) não houve distinções entre eles e, em 13 (43,3%), os termos indicaram grupos de pessoas ou indivíduos diferentes. Cabe destacar que os termos utilizados como sinônimos foram majoritariamente “*refugee*” e “*asylum seeker*” - o termo “*migrant*” recebeu distinção com maior frequência. Pode-se citar, como exemplo, a matéria *Finnish PM offers his home to asylum seekers* (5 set. 2015): o texto traz depoimentos que se referem aos refugiados como “migrantes”. Em outros parágrafos, eles são denominados “refugiados” ou “solicitantes de asilo”:

Em suas observações no sábado, [o primeiro-ministro finlandês Juha] Sipila disse que espera que sua atitude inspire outras pessoas a colaborar na recente crise de moradias para **refugiados**. Ele ressaltou, também, a falta de solidariedade na União Europeia sobre o tema dos **solicitantes de asilo**.

“A Finlândia deve fazer o que for possível no âmbito da União Europeia para ajudar os **migrantes** que chegam à Europa”, afirmou a parlamentar do Partido dos Finlandeses [Maija] Karjalainen.

“Entretanto, 30 mil é um número maluco de **solicitantes de asilo** para acolher, uma vez que a Finlândia está lidando com seus próprios problemas econômicos”.

Todos os finlandeses que conversaram com a Al Jazeera concordaram que o país deve ter responsabilidades na recente crise de **refugiados** da União Europeia.

Heini Kuusela, jornalista de 36 anos de Heinola, disse que a Finlândia é um país com um grande território e pode acomodar mais refugiados do que está acolhendo.

[Timo] Tuomaala de Oulu concordou que os **refugiados** devem ser ajudados, mas frisou que os finlandeses são, geralmente, desconfiados de outras etnias⁴³ (tradução e grifos do autor).

Em 55,9% do conteúdo analisado da Al Jazeera English (33 matérias), os autores referem-se à situação das pessoas deslocadas do Oriente Médio como “crise dos refugiados” ou “crise humanitária”. Muitas das matérias, inclusive, dão um tom de emoção ao texto, ressaltando, com frequência, as dificuldades enfrentadas pelos refugiados e o seu sofrimento. Por exemplo, o texto *“If these images don't change Europe, what will?”* (15 set. 2015) traz as seguintes frases: “imagens comoventes do corpo sem vida de uma criança trazido a uma praia na costa turca causou horror [...]”⁴⁴ e “as imagens, mais uma vez, [...] dão uma face humana aos perigos enfrentados por dezenas de milhares de pessoas desesperadas [...]”⁴⁵.

6.2.6 Cultura de paz

Nas 59 matérias analisadas da Al Jazeera English, pôde ser constatado que ações que remetem a uma cultura de paz foram encontradas em 26 conteúdos (que representam aproximadamente 44% do total). Isso significa, conseqüentemente, que nos quase 56% restantes não há marcas desse elemento.

⁴³ In his remarks on Saturday, [primeiro-ministro finlandês Juha] Sipila said he hoped that his move would inspire others to share part of the burden in the recent **refugee** housing crisis. He also stressed the lack of solidarity in the EU over the issue of **asylum seekers**.

"Finland should do whatever is possible within the EU scope to help **migrants** coming to Europe," Finns Party MP [Maija] Karjalainen said.

"However, 30,000 is a crazy number for hosting **asylum seekers** as Finland is dealing with its own economic issues."

All Finns who talked to Al Jazeera, agreed that Finland should carry out its responsibility in the recent **refugee** crisis happening within the EU.

Heini Kuusela, a 36-year-old journalist from Heinola, said Finland was a big country in size and could accommodate more **refugees** than it has been taking.

[Timo] Tuomaala from Oulu agreed that **refugees** should be helped but stressed that Finns were generally suspicious of other ethnicities.

⁴⁴ Heart-rending pictures of a toddler's lifeless body washed ashore on a Turkish beach sparked horror [...].

⁴⁵ “The images of a child [...] has once more put a human face on the dangers faced by tens of thousands of desperate people [...].

Ao se fazer uma análise mais aprofundada destas matérias, verificou-se que em 20 delas as iniciativas de cultura de paz vêm da sociedade civil. Esses textos trazem ações que partem de pessoas específicas ou de organizações da sociedade civil, o que inclui, por exemplo, movimentos a favor da acolhida de refugiados.

Exemplo de iniciativa de cultura de paz pode ser visto na matéria *#RefugeesWelcome: Australians demand a softer stance* (8 set. 2015): o texto aborda manifestações de milhares de pessoas em cidades australianas como Adelaide, Melbourne e Sydney, que homenagearam Alan Kurdi e demandaram políticas de acolhimento a refugiados no país. A matéria traz depoimentos de pessoas que participaram das ações e quebram com a cultura de violência, conforme exemplificado pelo trecho abaixo:

Eman Elhelw, estudante de direito e mídia de 18 anos, estava na multidão, nas margens do rio Torrens, e contou à Al Jazeera que participar da vigília lhe deu esperanças.

“Isso é uma pequena parte do que eu posso fazer para mostrar ao governo a opinião de que nós estamos com os refugiados e precisamos fazer mais”, ela disse.

“Eu sou australiana de primeira geração. Meus pais vieram do Egito há mais de 20 anos, mas é muito fácil me imaginar estando no Oriente Médio na atual conjuntura. Não estou muito longe dessa situação. Se meus pais não tivessem vindo, eu ainda estaria lá, crescendo naquela situação⁴⁶ (tradução do autor).

Em contraste a este depoimento, a matéria traz um contrário às políticas de acolhimento de refugiados, afirmando ser um “problema” a entrada de muçulmanos na Austrália. Essa fala reforça a violência simbólica - a cultura de violência - por considerar a religião islâmica, em sua completude, como uma adversidade, situação que pode, futuramente, legitimar atos de violência direta e solidificar estruturas de violência. Trechos do depoimento são mostrados a seguir:

[A residente de Townsville Kim Vuga] apontou diversas preocupações, desde segurança até a integração das comunidades muçulmanas, e disse que

⁴⁶ Eman Elhelw, an 18-year-old law and media student, was in the crowd on the banks of the Torrens and told Al Jazeera that attending the vigil offered her hope.

"This is the little part I can do to voice an opinion to the government that we all stand with refugees and that we need to do more," she said.

"I'm first generation Australian. My parents came from Egypt more than 20 years ago, but it is very easy for myself to imagine being in the Middle East in the current situation. I'm not very far from it. If my parents hadn't come, I would still be there, being raised in it.

se a Austrália quiser aumentar o número de refugiados no país, eles deverão ser cristãos.

“Nós não conseguimos cuidar nem do nosso próprio povo e diminuir as diferenças enfrentadas pelos indígenas da Austrália, então tenho certeza que não conseguiremos fazer isso com as outras culturas que chegarem às nossas costas”, afirmou Vuga.

“Já temos um problema com os muçulmanos no nosso país. Temos pessoas protestando contra as mesquitas que estão aparecendo em todos os lugares. Se formos ajudar alguém, devemos ajudar os refugiados cristãos” (tradução do autor)⁴⁷.

Um exemplo de cultura de paz está no texto *German volunteers launch “Airbnb for refugees”* (9 set. 2015): a matéria traz informações sobre uma iniciativa criada por voluntários alemães de um website direcionado a pessoas que querem alojar refugiados em suas casas, o qual chama de “Airbnb para refugiados”. O excerto a seguir apresenta mais detalhes sobre a ação:

A Refugees Welcome foi fundada em novembro de 2014. O site de Berlim ajuda usuários dispostos a abrigar refugiados a encontrarem alguém que seria um bom companheiro de piso.

Jonas Kakoschke, co-fundador da Refugees Welcome, disse à Al Jazeera que esta é a chance dos refugiados deixarem os complexos habitacionais.

“Esses complexos estão, geralmente, localizados longe das cidades principais do país, o que faz com que os refugiados tenham dificuldades de participar da sociedade alemã. Eles estão excluídos e isolados, normalmente em alguma vila ou cidade pequena”, disse⁴⁸ (tradução do autor).

Outras 17 matérias publicadas pela Al Jazeera English trazem iniciativas de cultura de paz que são oriundas de atores políticos, líderes religiosos e decisões governamentais. Elas englobam, por exemplo, resoluções de autoridades a favor do acolhimento de refugiados em

⁴⁷ [Townsville resident Kim Vuga] raised several concerns that range from security to the integration of Muslim communities and said if Australia agrees to increase its refugee intake, those accepted should be Christians.

"We can't look after our own people, and we can't even close the gap with our indigenous in Australia, and so I'm sure we can't even close the gap on another culture that hits our shores," Vuga said.

"We already have a Muslim problem in our country. We have people protesting against mosques that are popping up everywhere. If we help anyone, we should be helping Christian refugees."

⁴⁸ Refugees Welcome was founded in November 2014. The Berlin-based website helps users who are willing to house refugees find someone who is a good match to be their new roommates.

Jonas Kakoschke, Refugees Welcome co-founder, told Al Jazeera that this is a chance for refugees to move out of mass housing.

"Mass housing is usually placed far outside the main cities which makes it really hard for the refugees to participate in German society. They are excluded and isolated, usually somewhere in a village or in small cities," he said.

países europeus. Um exemplo desse caso está na matéria *Thousands of refugees flow into Austria from Hungary* (5 set. 2015). Conforme mostram os trechos abaixo, o texto discorre sobre a decisão dos governos alemão e austríaco de permitir a entrada de refugiados nesses países:

A Áustria disse que concordou com a Alemanha em permitir o acesso a refugiados, abandonando as regras de um sistema de asilo que atingiu seu ponto de ruptura com a pior crise de refugiados da Europa em décadas.

[...]

“Por causa da atual situação de emergência na fronteira húngara, Áustria e Alemanha concordaram em permitir o andamento da jornada dos refugiados em seus países”, afirmou o chanceler austríaco Werner Faymann em seu Facebook.

Há dias a Hungria cancelou todos os trens que iam na direção oeste para a Áustria e Alemanha, dizendo que é obrigatório, sob regras da União Europeia, o registro de todos os solicitantes de asilo, que devem permanecer no país até que as solicitações sejam processadas⁴⁹ (tradução do autor).

6.2.7 Adaptação e cultura

Na categoria relacionada à adaptação e cultura dos refugiados, foi verificado que esse não é um elemento explorado com frequência pelas matérias da Al Jazeera English: a grande maioria do conteúdo do veículo, 53 matérias (89,8%), não o traz.

As seis matérias que o fazem (que representam 10,1% do total de publicações) discorrem sobre a adaptação de refugiados sírios na Alemanha, Canadá, Escócia, Estados Unidos, Grécia e Líbano.

A matéria *Germany: 800,000 refugees - and then what?* (9 set. 2015) aborda a chegada e adaptação, mesmo que de maneira breve, de um refugiado sírio na cidade de Hamburgo, na Alemanha:

Atualmente, Kazazz tem uma rede de amigos sírios - todos refugiados da guerra civil. Ele quer aprender alemão rapidamente para poder encontrar um

⁴⁹ Austria said it had agreed with Germany that it would allow the refugees access, waiving the rules of an asylum system brought to breaking point by Europe's worst refugee crisis in decades.

[...]

"Because of today's emergency situation on the Hungarian border, Austria and Germany agree in this case to a continuation of the refugees' journey into their countries," Austrian Chancellor Werner Faymann said on his Facebook page.

For days, Hungary has cancelled all trains going west to Austria and Germany, saying it is obliged under EU rules to register all asylum seekers, who should remain there until their requests are processed.

emprego. Entretanto, afirmou que levará um tempo até que ele e seus amigos refugiados se adaptem ao novo país e à cultura diferente.

“Foi difícil quando eu cheguei, porque é complicado achar um emprego sem falar a língua direito, e eu não tinha certeza se eu me adaptaria”, disse Kazazz.

Mas ele insistiu que é grato por estar na Alemanha “já que [encontrou] paz e segurança”.

Entretanto, “[meu] lar é - e sempre será - a Síria”⁵⁰ (tradução do autor).

Já no texto *US: Opening the door to thousands of Syrians* (13 set. 2015), um refugiado sírio comenta sobre as diferenças entre ser homossexual em seu país de origem e na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos:

“É completamente diferente de onde eu vim”, disse Nahas à Al Jazeera, da sua nova casa em São Francisco, cidade de mentalidade progressista onde ascendeu o movimento de direitos dos gays nos Estados Unidos nos anos 1970.

“As pessoas são muito abertas. Você pode ser quem você quiser ser”⁵¹ (tradução do autor).

6.2.8 Matérias assinadas e não assinadas

Assim como feito com o conteúdo do G1, as matérias da Al Jazeera English também foram divididas em dois grupos, sendo um deles composto pelos textos que levam a assinatura de um jornalista, que somam 16, e o outro por aqueles que não apresentam marca de autoria, que totalizam 43.

As matérias assinadas foram, majoritariamente, publicadas na editoria *Feature*. Enquanto 10 matérias (62,5%) fazem parte dessa seção, outras quatro (25%) foram publicadas em *News*, uma (6,2%) em *In Depth* e uma (6,2%) em *In Pictures*. Esses valores mostram que, quando uma matéria leva a assinatura de um jornalista, ela tende a abordar pautas de maneira

⁵⁰ Kazazz has a network of Syrian friends in Hamburg now - all refugees from the civil war. He wants to learn German quickly to be able to find a job.

But he said it will take him and fellow refugees a long time to adapt to the new country and different culture.

"It was tough when I first got here because it's tough to get a job without speaking the language properly and I wasn't sure whether I'd fit in," Kazazz said.

He insisted, however, he is grateful to be in Germany "because I found peace and safety".

But: "Home is - and will always be - Syria."

⁵¹ "It's completely different from where I came from," Nahas told Al Jazeera from his new home in San Francisco, a liberal-minded city that gave rise to the US' gay rights movement in the 1970s.

"People are so open. You can be whoever you want to be."

mais contextualizada, com intensa recuperação dos fatos, uma vez que é baixo o número de conteúdos da editoria *News*, da qual notícias no estilo *hard news* fazem parte. Todas as 43 matérias não assinadas, por sua vez, foram publicadas nessa seção do website.

Levantamento sobre os formatos utilizados nas matérias indica que todas as 43 matérias sem a assinatura de um repórter utilizam o recurso de texto. No outro grupo, apenas uma matéria não o faz, já que é composta inteiramente por um infográfico.

Das 43 matérias não assinadas, 32 utilizam fotografias (ou 74,4%). Nelas, o recurso fotográfico apareceu 39 vezes, o que representa uma taxa de 0,9 foto por matéria do grupo. Por outro lado, no grupo das matérias que dão crédito a um jornalista específico, há 61 fotografias em 14 publicações distintas (87,5%). Esse número indica que o índice de foto por matéria do grupo é de 3,8. É mais comum encontrar fotografias produzidas pela própria Al Jazeera English nesse último grupo que no primeiro: nas matérias assinadas, há 36 fotos tiradas por profissionais do veículo, enquanto, no outro grupo, há apenas cinco. Por outro lado, é mais frequente, no grupo das matérias não assinadas, a aparição de fotos creditadas a agências de notícias (há 32 fotos desse tipo nesse grupo e nove no grupo das matérias assinadas).

O recurso de vídeo foi utilizado com maior frequência nas matérias não assinadas: nesse grupo, ele está presente em 67,4% das matérias, enquanto, no outro, em 56,2%. Ao analisar a taxa de vídeo por matéria do grupo, temos que foi incorporada uma quantidade maior de vídeos nas matérias não assinadas, apesar de os índices serem semelhantes: 0,9 no nesse grupo contra 0,8 no outro.

Os infográficos foram utilizados, quase em sua totalidade, nas matérias não assinadas: dos 11 infográficos que foram publicados nas matérias da Al Jazeera English, apenas um deles está presente em uma matéria que apresenta a assinatura de um jornalista.

Em ambos os grupos, a violência estrutural foi a mais abordada, seguida pela violência direta e pela cultural. No grupo das matérias não assinadas, desconsiderando se a violência aparece de forma central ou não na matéria, essas tipologias estão presentes, respectivamente, em 88,3%, 34,8% e 9,3% das matérias; no outro grupo, elas somam, respectivamente, 93,7%, 37,5% e 31,2%. Em relação às matérias não assinadas, 13,9% abordam a violência direta em primeiro plano, enquanto 12,5% do outro grupo o fazem. A violência estrutural como enfoque é mais vista também no grupo das matérias que não têm marca de autoria: 48,8% contra 43,7% das que têm autoria. Por sua vez, a violência a nível cultural é abordada em primeiro

plano em apenas uma matéria, parte do grupo das não assinadas (o que representa 2,3% do total).

Observou-se que as matérias assinadas tendem a abordar a conjuntura social e política com maior detalhamento que as matérias sem assinatura: no primeiro grupo, mais de metade das matérias (56,25%) trazem informações sobre o contexto sociopolítico de maneira aprofundada, enquanto isso é feito por 30,23% do outro grupo. De maneira geral, as matérias assinadas mencionam os contextos social e político mais frequentemente, apresentando índices maiores que aqueles referentes ao total de matérias publicadas pela Al Jazeera English no período analisado. A tabela 10 sistematiza os dados relacionados à conjuntura.

Tabela 10 - Contextualização sociopolítica nas matérias não assinadas e assinadas na Al Jazeera English

	Matérias não assinadas %	Matérias assinadas %	Geral %
Menciona com profundidade contexto social	4,65	25	10,16
Menciona brevemente o contexto social	58,13	68,75	61,01
Menciona contexto social	62,79	95,75	71,18
Menciona com profundidade contexto político	25,58	31,25	27,11
Menciona brevemente o contexto político	27,9	37,5	30,5
Menciona contexto político	53,48	68,75	57,62
Não contextualiza	11,62	6,25	10,16

Fonte: elaborada pelo autor

Nos dois grupos, todas as matérias analisadas recuperam informações do passado, superficial ou aprofundadamente. Isso significa que nenhuma matéria publicada pela Al Jazeera English teve apenas o presente como foco. Pôde-se verificar que as matérias assinadas trouxeram um aprofundamento maior dos fatos que abordaram, uma vez que 87,5% o fizeram. No outro grupo, das matérias não assinadas, 34,8% do conteúdo apresentaram a mesma característica. A tabela 11 traz informações sobre esta categoria e um comparativo com os números referentes ao conteúdo total publicado pelo veículo do Catar.

Tabela 11 - Recuperação de informações nas matérias não assinadas e assinadas na Al Jazeera English

	Matérias não assinadas %	Matérias assinadas %	Geral %
Foco exclusivo no presente	0	0	0
Recupera informações de forma aprofundada	34,88	87,5	49,15
Recupera informações de forma breve	65,11	12,5	50,84
Total de matérias que recupera informações	100	100	100

Fonte: elaborada pelo autor

Podem ser notados alguns contrastes entre as fontes utilizadas pelos dois grupos de matérias. As matérias não assinadas dependeram, principalmente, de fontes institucionais e governamentais e de informações provenientes de outros veículos jornalísticos. Pessoas diretamente afetadas por guerras e conflitos foram pouco utilizadas nessas publicações. Por outro lado, essas últimas apareceram com maior frequência nas matérias assinadas, que

utilizaram também, frequentemente, autoridades políticas e organizações, como as Nações Unidas, como fontes.

Em ambos os casos, uma grande quantidade de fontes foi utilizada: há uma taxa de 7,81 fontes por cada matéria assinada por um jornalista e 6,18 fontes por matéria não assinada. Considerando o total de matérias da Al Jazeera, obteve-se uma média de 6,62 fontes para cada uma das 59 publicações do site. Mais informações sobre esta categoria podem ser vistas na tabela 12.

Na categoria referente à cultura de paz, as análises mostram que este elemento pôde ser encontrado com maior frequência nas matérias assinadas: enquanto, nesse grupo, 75% dos conteúdos abordam ações que remetem a uma cultura de paz de alguma maneira, apenas 32,5% do outro grupo o fazem.

Entre as 12 matérias assinadas em que é possível verificar a presença da cultura de paz, 83,3% delas apresentam iniciativas que partem da sociedade civil e, em metade, a cultura de paz se dá por meio de atores políticos e governamentais. No caso das 14 matérias não assinadas em que há iniciativas de cultura de paz, 78,5% delas se originam em atores governamentais e 71,4%, naqueles que atuam fora do âmbito político. Há de se considerar que uma mesma matéria pode apresentar, concomitantemente, ações da sociedade civil e aquelas oriundas de atores políticos.

Os resultados indicaram elementos que têm a ver com a adaptação e cultura dos refugiados estão presentes de maneira exclusiva nas matérias assinadas por algum repórter: entre as 16 publicações desse grupo, seis conteúdos (37,5%) apresentam informações relacionadas a essa categoria.

Tabela 12 - Índice de uso de fontes em matérias assinadas e não assinadas na Al Jazeera English

Tipo de fonte	Relação entre o número de fontes e a quantidade de matérias não assinadas	Relação entre o número de fontes e a quantidade de matérias assinadas	Relação entre o número total de fontes e a quantidade total de matérias da Al Jazeera English
Autoridades políticas	1,67	2	1,76
Outras autoridades	0,55	0,31	0,49
Pessoas afetadas pelos conflitos	0,23	1	0,44
Sociedade civil	0	0,68	0,18
Outros veículos jornalísticos	1,39	0,31	1,1
Ativistas e movimentos sociais	0,16	0,37	0,22
ONU	0,58	0,75	0,62
Outras organizações	0,34	0,81	0,47
Redes sociais	0,44	0,06	0,33
Total de fontes	6,18	7,81	6,62

Fonte: elaborada pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconstrução da cultura de violência é uma tarefa árdua, considerando que ela é institucionalizada pela violência estrutural. Atingir uma cultura de paz demanda por iniciativas que partam de todos os setores sociais e almejem a transformação das vidas das pessoas que estão mais próximas da base da pirâmide social, isto é, daqueles indivíduos que são mais afetados pelas estruturas de desigualdades.

O conceito de paz, em si, é heterogêneo, e, por isso, faz-se importante levar em consideração a sua definição proposta pelos Estudos para a Paz, buscando a consolidação de ações que fortaleçam a paz positiva. A paz negativa, em determinados casos, pode ser usada para justificar - e legitimar - a manutenção das dinâmicas de poder baseadas nos interesses de determinados atores, nomeadamente os que detêm o capital, econômico ou simbólico.

A comunicação midiática pode corroborar tanto para a difusão e conservação dos valores dos grupos dominantes quanto para a insurgência daqueles dos grupos dominados, que buscam a descentralização do poder e autonomia. O jornalismo, feito de maneira crítica, é essencial para a democracia e a defesa do interesse público.

Tomando como ponto de partida os estudos em jornalismo e os Estudos para a Paz, tendo em mente as discussões anteriores sobre o papel social do jornalismo, esta pesquisa se dedicou a investigar o jornalismo para a paz, modelo prático e teórico que surge como forma de reivindicação dos valores de um “bom jornalismo”. Mais especificamente, foi conduzida uma análise de conteúdo com o objetivo de averiguar a presença de princípios do jornalismo para a paz em conteúdos jornalísticos produzidos por dois veículos de comunicação: os sites de notícias G1 e Al Jazeera English.

A respeito das matérias analisadas, sobre as movimentações dos refugiados sírios a partir do ano de 2015, os resultados mostram que princípios tanto do jornalismo para a paz quanto do jornalismo de guerra - ou jornalismo orientado para a violência -, modelo que teoricamente o contrapõe, foram incorporados nas coberturas feitas pelos veículos.

Uma característica importante sobre o conteúdo analisado é o seu enfoque na violência estrutural. Ambos os sites não se bastaram em noticiar, de maneira isolada, apenas os conflitos e as decorrências das guerras, o que seria o nível mais superficial da violência, isto é, a violência direta, abordada em primeiro plano no modelo do jornalismo de guerra. O enfoque na violência estrutural requer coberturas jornalísticas com contextualização aprofundada dos

fatos, uma vez que os seus agressores, ou seja, as pessoas que motivam as desigualdades estruturais, não podem ser identificados com facilidade, já que estão por trás dos sistemas políticos, financeiros, sociais, entre outros. Por sua vez, a violência cultural, por representar um estrato ainda mais profundo da violência, é a menos abordada nos dois sites analisados.

A violência estrutural é, entretanto, uma característica intrínseca da problemática dos refugiados, analisada neste estudo. Torna-se importante lembrar a indissociabilidade das camadas da violência, conforme proposto por Johan Galtung. O autor norueguês esquematiza um triângulo da violência, no qual todos os seus níveis - a violência direta, estrutural e cultural - estão diretamente interligados. As violências, em suas diferentes formas, coexistem e um tipo pode desencadear o outro.

Há de se levar em consideração, como possível obstáculo para uma abordagem mais completa dos acontecimentos, o modo de produção do jornalismo online, que demanda por agilidade na publicação de conteúdos, especialmente aqueles de *hard news*, em que a instantaneidade é primordial, e resulta em uma diminuição do tempo disponível para a apuração dos fatos e checagem do material obtido.

O G1, apesar de ter, de maneira geral, maior distanciamento geográfico e cultural em relação aos temas reportados, buscou maneiras de aproximar o seu conteúdo de uma realidade mais palpável com a redação de matérias sobre a vida de refugiados no Brasil. Diversas editorias regionais abordaram esse tema e produziram, conseqüentemente, matérias mais próximas do modelo do jornalismo para a paz, com maior contextualização, recuperação de informações e incorporação da sociedade civil como fonte.

Ao dar preferência à utilização de pessoas afetadas por situações de conflito como fontes, o jornalismo serve como serviço público de mediação do debate social, uma vez que pode apresentar a outros setores da sociedade e também aos governamentais, por meio dos conteúdos produzidos, as demandas da sociedade civil, o que pode, posteriormente, contribuir para a formação de políticas públicas que a favoreçam.

Em um contexto político e social totalmente distinto, a Al Jazeera English, por sua vez, reportou, também, sobre as vivências dos refugiados, mas deu destaque a coberturas sobre decisões governamentais sobre políticas migratórias, especialmente às dos países da União Europeia, para onde se destina grande parte dos refugiados. Por essa razão, o veículo fez amplo uso de fontes institucionais e abordou, com detalhamento, a conjuntura política.

Acredita-se, a partir dos resultados deste estudo, que o modelo do jornalismo para a paz forneça diretrizes eficientes tanto para o percurso metodológico de uma pesquisa acadêmica, podendo se alinhar facilmente a uma análise de conteúdo, por exemplo, como feito nesta investigação, quanto para o regimento das práticas profissionais. Esse modelo colabora para compreender com mais profundidade o processo da produção noticiosa e, também, a realidade dos acontecimentos que estão sendo reportados.

Em síntese, este estudo fornece aportes tanto a nível teórico quanto metodológico concernentes à investigação sobre a paz. Tais achados se põem como desafios encontrados durante o desenvolvimento da presente dissertação: em âmbito brasileiro, a produção acadêmica sobre as relações entre os Estudos para a Paz e a comunicação é praticamente inexistente. Grande parte da revisão bibliográfica sobre o tema vem da literatura em inglês e espanhol, de centros de investigação internacionais como o Instituto Interuniversitário de Desenvolvimento Social e Paz (IUDESP) na Universitat Jaume I e Universidad de Alicante, na Espanha, onde o pesquisador realizou estágios de pesquisa financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) durante os cursos de graduação e mestrado, respectivamente.

Dessa maneira, por os Estudos para a Paz ainda estarem em fase de consolidação no meio acadêmico brasileiro, é importante atrelá-los a outras áreas de conhecimento, como aos estudos em comunicação, a fim de difundi-los e de gerar reflexões a seu respeito. Encorajamos, com este trabalho, outros pesquisadores brasileiros a incorporarem os conceitos dos Estudos para a Paz a suas áreas de investigação, discutindo como cada o campo do saber pode contribuir para a construção de uma cultura de paz. Aos pesquisadores da comunicação, pensemos como o jornalismo e suas outras vertentes podem conversar com as investigações acadêmicas sobre a paz e de que maneiras elas podem ser usadas para diminuir as estruturas que naturalizam as desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. Síria. S.d. Disponível em <https://www.ACNUR.org/portugues/siria/>. Acesso em 10 jan. 2019.
- ACNUR. Mediterranean situation. S.d. Disponível em <https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean>. Acesso em 10 jan. 2019.
- AL JAZEERA: explosive matchbox. *The Economist*, 11 out. 2001. Disponível em <https://www.economist.com/international/2001/10/11/explosive-matchbox>. Acesso em 19 nov. 2018.
- AL JAZEERA. Code of Ethics. 1 nov. 2014. Disponível em <https://www.aljazeera.com/aboutus/2006/11/2008525185733692771.html>. Acesso em 9 jan. 2019.
- AL JAZEERA. Who we are. S.d. Disponível em <https://www.aljazeera.com/aboutus/>. Acesso em 9 jan. 2019.
- AL JAZEERA ENGLISH to launch. *SBS News*, atualizada em 22 ago. 2013. Disponível em <https://www.sbs.com.au/news/al-jazeera-english-to-launch>. Acesso em 24 nov. 2018.
- AL JAZEERA MEDIA NETWORK. Our story is telling. S.d. Disponível em <https://network.aljazeera.com/about-us/timeline>. Acesso em 19 nov. 2018.
- AL JAZEERA PUBLIC RELATIONS. About. S.d. Disponível em <http://pr.aljazeera.com/about>. Acesso em 19 nov. 2018.
- ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio. *Siria: revolución, sectarismo y yihad*. Madri: Catarata, 2016.
- AMIN, Hussein. The nature of the channel's global audience. In: SEIB, Philip (Ed.). *Al Jazeera English: global news in a changing world*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 29-40.
- ANP. Gás natural. S.d. Disponível em <http://www.anp.gov.br/gas-natural>. Acesso em 8 jan. 2019.
- ANTHONY, John Duke; CRYSTAL, Jill Ann. Qatar. *Encyclopaedia Britannica*. Verbetes atualizado em 19 jan. 2019. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Qatar>. Acesso em 24 jan. 2019.
- ARÉVALO SALINAS, Alex Ivan. Periodismo y comunicación para la paz: indicadores y marco regulatório. *COMMONS - Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

ARÉVALO SALINAS, Alex Ivan; FARNÉ, Alessandra. Comunicación y cambio social: un análisis desde la investigación centrado en el periodismo. *Cultura, Lenguaje y Representación*, v. 15, p. 11-19, 2016.

AYALON, Ami. *The press in the Arab Middle East: a history*. Nova York: Oxford University Press, 1995.

AZAR, Jamil. 'The opinion... and the other opinion'. *Al Jazeera English*, 31 out. 2006. Disponível em <https://www.aljazeera.com/archive/2006/10/200841010922766666.html>. Acesso em 19 nov. 2018.

BANCO MUNDIAL. Qatar. S.d. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/qatar>. Acesso em 21 jan. 2019.

BARBOSA, Suzana. A informação de proximidade no jornalismo online. *Contracampo*, n. 7, p. 47-64, 2002.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital. In: MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Orgs.). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003. p. 160-186.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

beIN MEDIA GROUP. The group. Disponível em <https://www.beinmediagroup.com/the-group/>. Acesso em 23 nov. 2018.

BLACK, Ian. Egypt shuts down al-Jazeera operations. *The Guardian*, 30 jan. 2011. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2011/jan/30/egypt-shuts-down-al-jazeera-operations>. Acesso em 22 nov. 2018.

BLACK, Ian. Report on Syria conflict finds 11.5% of population killed or injured. *The Guardian*. 11 fev. 2016. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2016/feb/11/report-on-syria-conflict-finds-115-of-population-killed-or-injured>. Acesso em 3 jan. 2019.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Qualitative research for education: an introduction to theory and methods*. 5. ed. Boston: Pearson, 2007.

BOLLER, Eva. "There are no women": the war in Libya in TV news. In: LIPPE, Berit von der; OTTOSEN, Rune (Eds.). *Gendering war and peace reporting: some insights - some missing links*. Göteborg: Nordicom, 2016. p. 91-108.

BOULDING, Kenneth E. Future directions in Conflict and Peace Studies. *Journal of Conflict Resolution*, v. 22, n. 2, p. 342-354, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CABRAL, Raquel. Imaginários sociais e migrações na América Latina: a sedução de um mundo maravilhoso na imagem do colonizador. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE A ESCOLA LATINOAMERICANA DE COMUNICAÇÃO, 16., 2012, Bauru. *Anais do XVI CELACOM*, 2012.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. *E-Compós*, v. 20, n. 3, p. 1-20, 2017.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web. In: FIDALGO, António; SERRA, Joaquim Paulo (Orgs.). *Informação e comunicação online vol. 1 – Jornalismo online*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. p. 63-73.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

CARDOSO, Anelise Zanoni. Um olhar sobre a cobertura jornalística de refugiados no Brasil. In: *Refúgio, migrações e cidadania*. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. 2012. p. 91-96.

CARVALHO, Denise W.; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 31, n. 5, 2012, p. 435-438, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CATAR. Culture, arts and media. Hukoomi - Qatar E-government. S.d. Disponível em <https://portal.www.gov.qa/wps/portal/topics/Culture+Arts+and+Media/Media>. Acesso em 9 jan. 2019.

CATAR. Law No. 8 of 1979 on Publications and Publishing. 1979. Disponível em <http://www.almeezan.qa/LawView.aspx?opt&LawID=414&language=en>. Acesso em 9 jan. 2019.

CHRISTIANS, Clifford G. Non-violence in philosophical and media ethics. In: KEEBLE, Richard Lance; TULLOCH, John; ZOLLMANN, Florian (Orgs.). *Peace Journalism, war and conflict resolution*. Nova York: Peter Lang, 2010. p. 15-30.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Federação Nacional dos Jornalistas. 4 ago. 2007. Disponível em http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em 22 jan. 2019.

COGO, Denise. Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiatisação dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. *Comunicação & Informação*, v. 4, n. 1/2, p.11-32, 2001.

COGO, Denise. Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 9, n. 1. p. 64-73. 2007.

COMO A AL JAZEERA se tornou 'pedra no sapato' dos países árabes em disputa com o Catar. *BBC*, 3 jul. 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40481362>. Acesso em 22 nov. 2018.

CORRÊA, Fernanda; DELGADO, Fernanda. Os novos corredores energéticos e a Guerra Civil na Síria: velhos e novos atores. *Caderno Opinião – FGV Energia*. 2018.

COSTA FILHO, Paulo Celestino. Jornalismo público: por uma nova relação com os públicos. *Organicom*, ano 3, n. 4, p. 125-141, 2006.

CRYSTAL, Jill. Coalitions in oil monarchies: Kuwait and Qatar. *Comparative Politics*, v. 21, n. 4, p. 427-443, 1989.

CRYSTAL, Jill. *Oil and politics in the Gulf: rulers and merchants in Kuwait and Qatar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DARGIN, Justin. Qatar's natural gas: the foreign-policy driver. *Middle East Policy*, v. 14, n. 3, p. 136-142, 2007.

DEUZE, Mark. O jornalismo e os novos meios de comunicação social. *Comunicação e Sociedade*, v. 9, n. 10, p. 15-37, 2006.

DEWAN, Angela. UN verifies deaths and injuries of 7,000 children in Syrian war. *CNN*, 28 jul. 2018. Disponível em <https://edition.cnn.com/2018/07/28/middleeast/syria-war-children-un-intl/index.html>. Acesso em 10 jan. 2019.

DOĞAN News Agency nets two photo awards. *Hürriyet Daily News*, 28 mar. 2016. Disponível em <http://www.hurriyetdailynews.com/dogan-news-agency-nets-two-photo-awards--97014>. Acesso em 8 jan. 2019.

DREVES, Aleta; JIMENEZ, Aline; LOPEZ, Debora Cristina; COMIN, Gabriel Tabatcheik; CESCO, Heliberton. Estudo de webjornalismo comparado: as peculiaridades nas formas de transmissão da informação. *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*. 2002. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-webjornalismo-comparado.pdf>. Acesso em 25 ago. 2018.

EL-NAWAWY, Mohammed. US public diplomacy in the Arab world: the news credibility of Radio Sawa and Television Alhurra in five countries. *Global Media and Communication*, v. 2, n. 2, p. 183-203, 2006.

EL-NAWAWY, Mohammed; ISKANDAR, Adel. *Al-Jazeera: the story of the network that is rattling governments and redefining modern journalism*. Westview Press, 2003.

FACEBOOK Newsroom. Informações sobre a empresa. S.d. Disponível em <https://newsroom.fb.com/company-info/>. Acesso em 5 jan. 2019.

FARNÉ, Alessandra; LÓPEZ FERRÁNDEZ, Francisco Javier. Comunicación para la paz: una propuesta pedagógica para el cambio social. *Opción*, ano 32, n. 9, p. 644-662, 2016.

FERRARI, Pollyana. *Jornalismo digital*. São Paulo: Contexto, 2014.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-315.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. *On the role of the media for world-wide security and peace*. Université Nouvelle Transnationale, 1985.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. High road, low road: charting the course for Peace Journalism. *Track Two*, v. 7, n. 4, p. 1-5, 1998.

GALTUNG, Johan. Peace journalism as an ethical challenge. *Global Media Journal: Mediterranean Edition*, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, v. 2, n. 1, p. 64-91, 1965.

GARCIA, Francisco Proença; SARAIVA, Maria Francisca. Subsídios para o estudo científico da guerra. *Estratégia*, n. 15, p. 1-19, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRÓ, Xavier. Análisis crítico del discurso mediático y pedagogía comunicativa para la paz. In: CORTÉS GONZÁLEZ, Alfonso; GARCÍA LÓPEZ, Marcial (Eds.). *Comunicación y cultura de paz*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012, p. 83-104.

GIRÓ, Xavier. Ideas sobre el periodismo para la paz. Entrevista concedida a Jorge Salhani. Barcelona, 2016.

GLEDITSCH, Nils Petter; NORDKVELLE, Jonas; STRAND, Håvard. Peace research - just the study of war? *Journal of Peace Research*, v. 51, n. 2, p. 145-158, 2014.

GRANADOS MARTÍNEZ, Antolín. Medios de comunicación, opinión y diversidad (social y cultural). Reflexiones en torno al fenómeno migratorio. In: LARIO BASTIDA, Manuel (Coord.). *Medios de comunicación e inmigración*. Murcia: Convivir sin racismo, 2007. p.

59-83.

GRUPO GLOBO. Princípios editoriais. S.d. Disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf>. Acesso em 20 ago. 2018.

HACKERS cripple at al-Jazeera sites. *BBC*, 27 mar. 2002. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/2893993.stm>. Acesso em 26 nov. 2018.

HALL, Jim. *Online journalism: a critical primer*. Londres: Pluto Press, 2001.

HANITZSCH, Thomas. Situating peace journalism in journalism studies: a critical appraisal. *Conflict & Communication Online*, v. 6, n. 2, p. 1-9, 2007.

HAZIME, Hanan. From city branding to e-brands in developing countries: an approach to Qatar and Abu Dhabi. *African Journal of Business Management*, v. 5, n. 12, p. 4731-4745, 2011.

HEBERLÊ, Antônio; SOARES, Felipe. Comunicação para o desenvolvimento: estratégias e conceitos. *Estudos em Comunicação*, n. 13, p. 151-174, 2013.

HERSCOVITZ, Heloiza G. Características dos portais brasileiros de notícias. *Brazilian Journalism Research*, v. 2, n. 1, p.1-24, 2009.

HOLMWOOD, Leigh. Al-Jazeera renames English-language channel. *The Guardian*, 14 nov. 2006. Disponível em <https://www.theguardian.com/media/2006/nov/14/tvnews.television1>. Acesso em 24 nov. 2018.

HOWARD, Ross. *Conflict sensitive journalism*. International Media Support/IMPACS, 2004.

IBRAHIM, Ahmad M. Entrevista concedida a Jorge Salhani. Londres, 5 dez. 2018.

IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. *Em Questão*, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009.

INTERNATIONAL PRESS INSTITUTE. Al Jazeera bureaus closed, websites blocked in several Arab countries. 9 jun. 2017. Disponível em <https://ipi.media/al-jazeera-bureaus-closed-websites-blocked-in-several-arab-countries/>. Acesso em 22 nov. 2018.

ISRAEL to shut Al Jazeera offices and revoke journalists' credentials. *The Independent*, 6 ago. 2017. Disponível em <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/israel-al-jazeera-offices-revoke-journalists-credentials-a7879521.html>. Acesso em 22 nov. 2018.

JORDAN closes al-Jazeera office. *The Guardian*, 8 ago. 2002. Disponível em <https://www.theguardian.com/media/2002/aug/08/broadcasting.internationalnews>. Acesso em 22 nov. 2018.

JOURNAL OF PEACE RESEARCH. An editorial. *Journal of Peace Research*, v. 1, n. 1, p. 1-4, 1964.

KAMRAVA, Mehran. Royal factionalism and political liberalization in Qatar. *Middle East Journal*, v. 63, n. 3, p. 401-420, 2009.

KEMPF, Wilhelm. Conflict coverage and conflict escalation. In: KEMPF, Wilhelm; LUOSTARINEN, Heikki (Orgs.). *Journalism and the new world order vol. 2: studying war and the media*. Göteborg: Nordicom, 2002, p. 59-72.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KRAIDY, Marwan M. Al Jazeera and Al Jazeera English: a comparative institutional analysis. In: KUGELMAN, Michael (Ed.). *Kuala Lumpur calling: Al-Jazeera English in Asia*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2008. p. 23-30.

KUHLMANN, Paulo Roberto L.; FERREIRA, Marcos Alan S. V. Paz. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Maria Gisela (Orgs.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2. ed., 2001.

KURTZ, Howard. Al-Jazeera finds its English voice. *The Washington Post*, 8 out. 2005. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/10/07/AR2005100702191.html>. Acesso em 24 nov. 2018.

LAHLALI, Mustapha. *Contemporary Arab Broadcast Media*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2011.

LARIO BASTIDA, Manuel. La representación de la inmigración y de los inmigrantes en la prensa y en la radio. Estado de la cuestión. In: BAÑÓN HERNÁNDEZ, Antonio M.; FORNIELES ALCARAZ, Javier (Eds.). *Manual sobre comunicación e inmigración*. Tercera Prensa, 2008. p. 195-213.

LEDERACH, John Paul. *Transformação de conflitos*. São Paulo: Palas Athena, 2012.

LEE, Seow Ting; MASLOG, Crispin C.; KIM, Hun Shik. Asian conflicts and Iraq War: a comparative framing analysis. *The International Communication Gazette*, v. 68, n. 5-6, p. 499-518.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LIPPE, Berit von der; OTTOSEN, Rune (Eds.). *Gendering war and peace reporting: some insights - some missing links*. Göteborg: Nordicom, 2016.

LOYN, David. Witnessing the truth. *Open Democracy*. 2003. Disponível em https://www.opendemocracy.net/media-journalismwar/article_993.jsp. Acesso em 19 abr. 2018.

LOYN, David. Good journalism or peace journalism? *Conflict & Communication Online*, v. 6, n. 2, p. 1-10, 2007.

LYNCH, Jake. What's so great about peace journalism? *Global Media Journal: Mediterranean Edition*, v. 1, n. 1, p. 74-87, 2006.

LYNCH, Jake. Peace journalism and its discontents. *Conflict & Communication Online*, v. 6, n. 2, p. 1-13, 2007.

LYNCH, Jake. Propaganda, war, peace and the media. In: KEEBLE, Richard Lance; TULLOCH, John; ZOLLMANN, Florian (Orgs.). *Peace Journalism, war and conflict resolution*. Nova York: Peter Lang, 2010. p. 69-83.

LYNCH, Jake. What is Peace Journalism? *Transcend Media Service*, S.d. Disponível em <https://www.transcend.org/tms/about-peace-journalism/1-what-is-peace-journalism/>. Acesso em 14 abr. 2018.

LYNCH, Jake; MCGOLDRICK, Annabel. *Peace Journalism*. Stroud: Hawthorn Press, 2005.

LYNCH, Jake; MCGOLDRICK, Annabel. Peace Journalism. In: WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan (Eds.). *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Nova York: Routledge, 2007. p. 248-264.

LYNCH, Jake; MCGOLDRICK, Annabel. A global standard for reporting conflict and peace. In: KEEBLE, Richard Lance; TULLOCH, John; ZOLLMANN, Florian (Orgs.). *Peace Journalism, war and conflict resolution*. Nova York: Peter Lang, 2010. p. 87-103.

LYNCH, Marc. Watching Al-Jazeera. *The Wilson Quarterly (1976-)*, v. 29, n. 3, p. 36-45, 2005.

MACHARIA, Sarah. Gendered narratives: on peace, security and news media accountability to women. In: LIPPE, Berit von der; OTTOSEN, Rune (Eds.). *Gendering war and peace reporting: some insights - some missing links*. Göteborg: Nordicom, 2016. p. 49-62.

MAGNOLI, Demétrio. No espelho da guerra. In: MAGNOLI, Demétrio. (Org.). *História das guerras*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-17.

MALONE, Barry. Why Al Jazeera will not say Mediterranean "migrants". *Al Jazeera English*, 20 ago. 2015. Disponível em <https://www.aljazeera.com/blogs/editors-blog/2015/08/al-jazeera-mediterranean-migrants-150820082226309.html>. Acesso em 16 jun. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 2. ed., 1989.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent. Filosofia e investigação para a paz. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, v. 71, p. 43-62, 2005.

McDOWALL, Angus. Syrian Observatory says war has killed more than half a million. *Reuters*, 11 mar. 2018. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria/syrian-observatory-says-war-has-killed-more-than-half-a-million-idUSKCN1GO13M>. Acesso em 5 jan. 2019.

McGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. *Peace Journalism: what is it? How to do it?* 2000. Disponível em https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick_Lynch_Peace-Journalism.pdf. Acesso em 2 abr. 2018.

MELLOR, Noha. Arab media: an overview of recent trends. In: MELLOR, Noha; AYISH, Muhammad; DAJANI, Nabil; RINNAWI, Khalil. *Arab media: globalization and emerging media industries*. Cambridge: Polity Press, 2011. p.12-28.

MIELNICZUK, Luciana. Interatividade e hipertextualidade no jornalismo online: mapeamentos para uma discussão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23., 2000, Manaus. *Anais do XXIII Intercom*. 2000, p. 1-12.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Orgs.). *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003. p. 37-54.

MINICH, Ruslan. *Conflict mediation: the Qatari experience*. *Historia i Politika*, v. 14, n. 21, 2015.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NGUYEN, An. *The penetration of online news: past, present and future*. Saarbrücken: VDM. 2008.

NICOLÁS GAVILÁN, María Teresa. El conflicto israelí-palestino en la mira: análisis de las noticias de los corresponsales de prensa española (2007–2008) desde la perspectiva del peace journalism. *Frontera Norte*, v. 25, n. 50, p. 65-95, 2013.

NOS ALDÁS, Eloísa; SEGUÍ-COSME, Salvador; RIVAS MACHOTA, Ana María. *Comunicación y construcción de paz*. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

ONU. Qual a diferença entre ‘refugiados’ e ‘migrantes’? 3 maio 2016. Disponível em <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>. Acesso em 2 jan. 2019.

ONU. Necessidades humanitárias na Síria nunca foram tão grandes, alerta ONU em conferência global. 5 abr. 2017. Disponível em <https://nacoesunidas.org/necessidades-humanitarias-na-siria-nunca-foram-cao-grandes-alerta-onu-em-conferencia-global/>. Acesso em 3 jan. 2019.

ORGERET, Kristin Skare. Is peace a smiling woman? Femininities and Masculinities in Conflict and Peace Coverage. In: LIPPE, Berit von der; OTTOSEN, Rune (Eds.). *Gendering war and peace reporting: some insights - some missing links*. Göteborg: Nordicom, 2016. p. 207-223.

OTTOSEN, Rune. The war in Afghanistan and peace journalism in practice. *Media, War & Conflict*, v. 3, n. 3, p. 261-278, 2010.

PALÁCIOS, Marcos. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. In: FIDALGO, António; SERRA, Joaquim Paulo (Orgs.). *Jornalismo online*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. p. 75-88.

PELEG, Samuel. In defense of peace journalism: a rejoinder. *Conflict & Communication Online*, v. 6, n. 2, p. 1-9, 2007.

PEREIRA, Fábio Henrique. *Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão*. Covilhã: Biblioteca Online das Ciências da Comunicação, 2004.

PERFIL: Síria. *BBC Brasil*, 14 mar. 2003. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/000000_psiria.shtml. Acesso em 2 fev. 2019.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, n. 17, p. 131-146, 2009.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: MONTEIRO NETO, Aristides (Org.). *Sociedade, política e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 1, n. 2, p. 13-29, 2004.

PORTO, Maria Stella G. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*, ano 4, n. 8, p. 152-171, 2002.

POWERS, Shawn. The origins of Al Jazeera English. In: SEIB, Philip (Ed.). *Al Jazeera English: global news in a changing world*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 5-28.

PRADO, Magaly. *Webjornalismo*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 71, p. 5-19, 2005.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando (Orgs.). *Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009. p. 37-55.

RELEASE: Al Jazeera English launches. *Al Jazeera English*, 13 dez. 2006. Disponível em <https://www.aljazeera.com/aboutus/2006/11/2008525172949768994.html>. Acesso em 25 nov. 2018.

ROBERTS, David B. *Qatar: securing the global ambitions of a city-state*. Londres: Hurst & Company, 2017.

RODRIGO ALSINA, Miquel. El periodismo ante el reto de la inmigración. In: LARIO BASTIDA, Manuel (Coord.). *Medios de comunicación e inmigración*. Murcia: Convivir sin racismo, 2007. p. 37-57.

RODRIGO ALSINA, Miquel. Inmigración y comunicación intercultural: negociando identidades. In: BAÑÓN, Antonio M.; FORNIELES ALCARAZ, Javier (Eds.). *Manual sobre comunicación e inmigración*. Tercera Prensa, 2008. p. 21-35.

ROTH, Richard J. Awaiting a modern press law in Qatar. *The New York Times*, 8 maio 2013. Disponível em <https://www.nytimes.com/2013/05/09/opinion/global/Awaiting-a-Modern-Press-Law-in-Qatar.html>. Acesso em 18 nov. 2018.

SABBAGH, Rana. Arab Media: Fall in Line or Switch off!. *The Huffington Post*, 2 dez. 2016. Disponível em https://www.huffingtonpost.com/rana-sabbagh/arab-media-fall-in-line-or-switch-off_b_8675272.html. Acesso em 9 jan. 2019.

SADIG, Haydar Badawi; GUTA, Hala Asmina. Peace communication in Sudan: toward infusing a new Islamic perspective. In: FORTNER, Robert S.; FACKLER, P. Mark. *The handbook of global communication and media ethics*. Wiley-Blackwell, 2011. p. 602-625.

SALEH, Ibrahim. The Arab search for a global identity: breaking out of the mainstream media cocoon. In: SEIB, Philip (Ed.). *New media and the new Middle East*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 19-37.

SAWAN, Nasser; COSTA, Renata P. Charge política, revolução e censura na Síria. *Revista de Cultura e Extensão Universitária*, v. 19, p. 107-118, 2018.

SEIB, Philip. The real-time challenge: speed and the integrity of international news coverage. In: PERLMUTTER, David D.; HAMILTON, John Maxwell (Eds.). *From pigeons to news portals: foreign reporting and the challenge of new technology*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2007. p. 150-166.

SHINAR, Dov. Epilogue: Peace Journalism - the state of the art. *Conflict & Communication Online*, v. 6, n. 1, p. 1-9, 2007.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. *Líbero*, ano XI, n. 21, p. 39-48, 2008.

SHINAR, Dov. Can peace journalism make progress? The coverage of the 2006 Lebanon War in Canadian and Israeli media. *The International Communication Gazette*, v. 71, n. 6, p. 451-471, 2009.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SOFT POWER. In: *Cambridge Dictionary*. Disponível em <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/soft-power>. Acesso em 8 jan. 2019.

SOMEL, Selcuk Aksin. *Historical Dictionary of the Ottoman Empire*. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press, 2003.

SYRIA conflict: 2017 deadliest year for children, UN aid official reports. *UN News*, 13 mar. 2018. Disponível em <https://news.un.org/en/story/2018/03/1004802>. Acesso em 21 jan. 2019.

TIME PHOTO. TIME Picks the Top 100 Photos of 2015. *Time*, 7 dez. 2015. Disponível em <http://time.com/4124895/top-100-photos-of-2015/>. Acesso em 8 jan. 2019.

TOMÁS FRUTOS, Juan. Las diversas caras de la inmigración en los medios informativos. In: LARIO BASTIDA, Manuel (Coord.). *Medios de comunicación e inmigración*. Múrcia: Convivir sin racismo, 2007. p. 238-250.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2008.

ULRICHSEN, Kristian Coates. *Qatar and the Arab spring*. Nova York: Oxford University Press, 2014.

USHER, Nikki. Al Jazeera English online: understanding web metrics and news production when a quantified audience is not a commodified audience. *Digital Journalism*, v. 1, n. 3, p. 335-351, 2013.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista da SOCERJ*, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

WALSH, Bryan. Alan Kurdi's Story: Behind The Most Heartbreaking Photo of 2015. *Time*, 29 dez. 2015. Disponível em <http://time.com/4162306/alan-kurdi-syria-drowned-boy-refugee-crisis/>. Acesso em 8 jan. 2019.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 10 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. 3. ed. Londres: Sage Publications, 2003.

ZAYANI, Mohamed. Introduction - Al Jazeera and the Vicissitudes of the New Arab Mediascape. In: ZAYANI, Mohamed (Ed.). *The Al Jazeera Phenomenon: critical perspectives on New Arab Media*. Londres: Pluto Press, 2005. p. 1-46.

APÊNDICE A - Lista de matérias analisadas da Al Jazeera English

Nº	Título	Data de publicação	Link
1	Bodies of drowned Syrian refugees found on Turkey beach	02/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/bodies-drowned-syrian-refugees-turkey-beach-150902130833418.html
2	Thousands of refugees in limbo at Budapest rail station	02/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/refugees-standing-budapest-rail-station-150902020744649.html
3	Syria's wounded seek rehabilitation in Lebanon	02/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/08/syria-wounded-look-rehabilitation-lebanon-150824082414619.html
4	Red Cross: Water being used as weapon of war in Syria	02/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/red-cross-water-weapon-war-syria-150902114347090.html
5	Reports: UK to accept more refugees	03/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/tens-thousands-demand-uk-takes-refugees-150903123710519.html
6	Hungary: A night of protest at the train station	03/09/2015	https://www.aljazeera.com/indepth/inpictures/2015/09/hungary-night-protest-train-station-150903101837553.html
7	Police wall blocks refugees in Budapest for second day	03/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/refugees-call-freedom-budapest-rail-station-150902085038884.html
8	UN: Middle East wars hit 13 million schoolchildren	03/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/middle-east-wars-hit-13-million-schoolchildren-150903031925866.html
9	Drowned refugee Aylan's father: Let him be the last	04/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/drowned-refugee

			e-aylan-father-150903151607625.html
10	Hungarian PM: We don't want more Muslims	04/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/refugees-hungary-train-station-150903064140564.html
11	Bayern Munich to donate \$1.11m to refugee crisis	04/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/bayern-munich-donate-111m-refugee-crisis-150903133552072.html
12	Refugees shout 'no camps' during Hungary train standoff	04/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/refugees-hungary-150904072135726.html
13	ISIL blows up ancient tower tombs in Syria's Palmyra	04/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/isil-blows-ancient-tower-tombs-syria-palmyra-150904165833493.html
14	Refugee family's baby dies on Greek island	05/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/refugee-family-baby-dies-greek-island-150906015746672.html
15	Refugees begin arriving at Hungary-Austria border	05/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/austria-germany-agree-accept-refugee-group-150904233629888.html
16	Thousands of refugees flow into Austria from Hungary	05/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/refugees-austria-hungary-150905085319754.html
17	US voices concern over Russia military buildup in Syria	05/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/voices-concern-russia-military-buildup-syria-150905172500917.html
18	Finnish PM offers his home to asylum seekers	05/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/finnish-pm-offers-home-asylum-seekers-150905110149687.html
19	Death of Druze leader reported in Syria blast	05/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/death-druze-leader-150905110149687.html

			der-reported-syria-blast-150905022304903.html
20	EU split as Germany braces for thousands more refugees	06/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/eu-split-germany-braces-thousands-refugees-150906054004778.html
21	Pope calls for every parish to house a refugee family	06/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/pope-euro-parish-house-refugee-family-150906102235168.html
22	Refugees start arriving in Germany after Hungary ordeal	06/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/refugees-start-arriving-germany-hungary-ordeal-150905162731417.html
23	US questions Russia over moves in Syria	06/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/questions-russia-moves-syria-150906031701354.html
24	Israel to build fence to keep refugees out	06/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/israel-build-fence-refugees-150906125147720.html
25	Death toll rises after Druze leader killed in car bomb	06/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/death-toll-rises-druze-leader-killed-car-bomb-sweida-syria-150906063757499.html
26	Europe plans to house an additional 120,000 refugees	07/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/france-accepts-24000-refugees-part-european-plan-150907081818730.html
27	Germany's intrepid refugee helpers	07/09/2015	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2015/09/germany-intrepid-refugee-helpers-150906084004031.html
28	Denmark advert in Lebanon newspapers warns off refugees	07/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/denmark-advert-lebanon-newspapers-warns-refugees-150907225146384.html

29	#RefugeesWelcome: Australians demand a softer stance	08/09/2015	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2015/09/refugeeswelcome-australians-demand-softer-stance-150908090413467.html
30	UN asks EU to do more for refugees	08/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/asks-eu-merkel-demands-refugee-quotas-150908183810494.html
31	Germany: 800,000 refugees - and then what?	09/09/2015	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2015/09/germany-800000-refugees-150909065445586.html
32	German volunteers launch 'Airbnb for refugees'	09/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/german-volunteers-launch-airbnb-refugees-150909134156346.html
33	US: Opening the door to thousands of Syrians	13/09/2015	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2015/09/opening-door-thousands-syrians-150913092418353.html
34	If these images don't change Europe, what will?'	15/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/images-don-change-europe-150902220504564.html
35	Charlie Hebdo may face legal action over cartoons	15/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/french-magazine-hebdo-mocks-drowned-toddler-150914200930751.html
36	Hungary enforces tough new immigration law	15/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/hungary-enforces-tough-immigration-law-150915003743802.html
37	A haven no more: Canada's conservative refugee policy	15/09/2015	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2015/09/haven-canada-conservative-refugee-policy-150915082517641.html
38	Syria's Kurdish parties: Don't go to Europe	17/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/syria-kurdish-p

			arties-don-europe-150917061142096.html
39	Syrian refugees drown off coast of Turkey	27/09/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/09/syrian-refugees-drown-coast-turkey-150927104056192.html
40	Germany expects 1.5 million asylum-seekers, report says	05/10/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/10/germany-expects-15-million-asylum-seeker-report-151005084730574.html
41	Turkey's Erdogan slams EU response to refugee crisis	05/10/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/10/turkey-erdogan-slams-eu-response-refugee-crisis-151005135446552.html
42	More than 70 children dead' since Alan Kurdi	30/10/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/10/aylan-kurdi-children-refugees-turkey-greece-lesbos-drowned-crisis-syria-151029235626398.html
43	Seven children among 18 refugees drowned off Turkey	11/11/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/11/children-refugees-drowned-turkey-151111170002461.html
44	Drowned Syrian boy's family to settle in Canada	28/11/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/11/drowned-syrian-boy-family-settle-canada-151128070212080.html
45	Kurdi's Christmas message: Open your doors to Syrians	23/12/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/12/alan-kurdi-father-pleads-world-open-doors-151223071711313.html
46	2015: The year of the desperate journey	31/12/2015	https://www.aljazeera.com/news/2015/12/2015-year-desperate-journey-151231170154376.html
47	Syrian refugees welcomed on remote Scottish island	18/01/2016	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2016/01/syrian-refugees-welcomed-remote-scottish-island-160114135343862.html

48	More children die as refugee boat sinks off Turkey	02/02/2016	https://www.aljazeera.com/news/2016/02/children-die-refugee-boat-sinks-turkey-160202103701368.html
49	Two alleged smugglers on trial over Alan Kurdi's death	11/02/2016	https://www.aljazeera.com/news/2016/02/alleged-smugglers-trial-aylan-kurdis-death-160211140350976.html
50	Two smugglers sentenced over Alan Kurdi's death	04/03/2016	https://www.aljazeera.com/news/2016/03/smugglers-sentenced-alan-kurdi-death-160304094919706.html
51	Meet Syrian refugees and their Canadian sponsors	17/04/2016	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2016/04/meet-syrian-refugees-canadian-sponsors-160412063456558.html
52	Italy plans a cemetery for refugees drowned at sea	28/05/2016	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2016/05/italy-plans-cemetery-refugees-drowned-sea-160512142231665.html
53	Haunting video of bewildered Syrian boy goes viral	19/08/2016	https://www.aljazeera.com/news/2016/08/haunting-video-bewildered-syrian-boy-viral-160818080939606.html
54	From the streets of Kobane to the Berlin Wall	20/08/2016	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2016/08/streets-kobane-berlin-wall-160818075106873.html
55	Alan Kurdi: What has changed since his death?	02/09/2016	https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2016/08/alan-kurdi-changed-death-160831173922096.html
56	Turkey threatens EU with new refugee surge	25/11/2016	https://www.aljazeera.com/news/2016/11/turkey-threatens-eu-refugee-surge-161125123835003.html
57	EU and Turkey locked in war of words over refugee pact	26/11/2016	https://www.aljazeera.com/news/2016/11/eu-turkey-locke

			d-war-words-refugee-pact-161126160826522.html
58	Why some refugees in Greece are being driven to suicide	08/05/2017	https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/05/refugees-greece-waiting-hardest-part-170503125741321.html
59	Refugee advocates blast arrests of rescue workers in Greece	16/09/2018	https://www.aljazeera.com/news/2018/09/refugee-advocates-blast-arrests-rescue-workers-greece-180916094948176.html

APÊNDICE B - Lista de matérias analisadas do G1

Nº	Título	Data de publicação	Link
1	Imigrantes sírios morrem afogados em tentativa de chegar à Grécia	02/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/imigrantes-sirios-morrem-afogados-em-tentativa-de-chegar-grecia.html
2	Foto chocante de menino morto revela crueldade de crise migratória	02/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html
3	Apesar de protestos, europeus se organizam para acolher refugiados	02/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/apesar-de-protestos-europeus-se-organizam-para-acolher-refugiados.html
4	Fiquei petrificada', diz fotógrafa que fez imagem de menino sírio morto	03/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/fiquei-petrificada-diz-fotografa-que-fez-imagem-de-menino-sirio-morto.html
5	Família de criança encontrada morta na praia tentava ir para o Canadá	03/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/familia-de-crianca-encontrada-morta-na-praia-tentava-ir-para-o-canada.html
6	Meus filhos escorregaram de minhas mãos', diz pai de menino sírio morto	03/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/meus-filhos-escorregaram-pelas-minhas-maos-diz-pai-de-menino-sirio-morto.html
7	Ilustrações na internet homenageiam menino sírio morto em praia	03/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/ilustracoes-homenageiam-menino-sirio-morto-em-praia-em-redes-sociais.html

8	Conflitos deixam 13,7 milhões de crianças fora das escolas, diz Unicef	03/09/2015	http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/conflitos-deixam-13-milhoes-de-criancas-fora-das-escolas-diz-unicef.html
9	Polícia deixa entrada de estação de trem de Budapeste; imigrantes entram	03/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/policia-deixa-entrada-de-estacao-de-trem-de-budapeste-imigrantes-entram.html
10	Grafite em Sorocaba faz homenagem a menino sírio morto após naufrágio	04/09/2015	http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2015/09/grafite-em-sorocaba-faz-homenagem-menino-sirio-morto-apos-naufragio.html
11	Centenas de imigrantes saem a pé de estação húngara em direção à Áustria	04/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/centenas-de-imigrantes-saem-pe-da-estacao-hungara-em-direcao-austria.html
12	Saiba como ajudar refugiados no Brasil e no exterior	04/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/saiba-como-ajudar-refugiados-no-brasil-e-no-exterior.html
13	Tia de Aylan diz que suas últimas palavras foram 'papai, não morra'	05/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/tia-de-aylan-diz-que-suas-ultimas-palavras-foram-papai-nao-morra.html
14	Atenas recebeu mais de 13 mil imigrantes em 6 dias	05/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/atenas-recebeu-mais-de-13-mil-imigrantes-em-6-dias.html
15	Imigrantes não comiam havia 2 dias, diz comandante de navio do Brasil	05/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/imigrantes-resgatados-nao-comiam-ha-2-dias-diz-chefe-de-navio-do-brasil.html
16	Milhares de imigrantes que partiram da Hungria chegam a Alemanha e Áustria	05/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/milhares-de-imigrantes-que-partiram-da-hungria-chegam-a-alemanha-e-austria.html

			hungria-chegam-alemanha-e-austria.html
17	Carioca testemunha crise humanitária de migrantes na Hungria; veja fotos	05/09/2015	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/carioca-testemunha-crise-humanitaria-de-migrantes-na-hungria-veja-fotos.html
18	Governo deve prorrogar regra que facilita refúgio para sírios no Brasil	05/09/2015	http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/governo-dev-e-prorrogar-regra-que-facilita-refugio-para-sirios-no-brasil.html
19	Fluxo de até mil imigrantes chegam à Dinamarca para prosseguir à Suécia	07/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/fluxo-de-ate-mil-imigrantes-chegam-dinamarca-para-prosseguir-suecia.html
20	Reino Unido receberá 20 mil refugiados sírios em cinco anos	07/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/cameron-diz-que-reino-unido-recebera-20-mil-refugiados-sirios.html
21	Refugiados da Síria que vivem em Curitiba falam sobre a guerra	07/09/2015	http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/09/refugiados-da-siria-que-vivem-em-curitiba-falam-sobre-guerra.html
22	Maduro ordena que Venezuela receba 20 mil refugiados sírios	08/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/maduro-ordena-que-venezuela-receba-20-mil-refugiados-sirios.html
23	U2 mostra em show imagens feitas com drone por brasileiro na Síria	08/09/2015	http://g1.globo.com/musica/noticia/2015/09/u2-mostra-em-show-imagens-feitas-com-drone-por-brasileiro-na-siria.html
24	Prefeitura de Fortaleza quer viabilizar abrigo para 50 famílias de refugiados	08/09/2015	http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/09/prefeitura-de-fortaleza-quer-viabilizar-abrigo-para-50-familias-de-refugiados.html
25	Em vídeo, cinegrafista de TV húngara chuta e passa rasteira em imigrantes	08/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/video-mostr

			a-reporter-hungara-chutando-e-dando-rasteira-em-refugiados.html
26	França diz que receber todos refugiados seria vitória para jihadistas	08/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/franca-diz-que-receber-todos-refugiados-seria-vitoria-para-jihadistas.html
27	TV diz que cinegrafista admitiu ter agredido migrante, sem se desculpar	09/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/tv-diz-que-cinegrafista-admitiu-ter-agredido-migrante-sem-se-desculpar.html
28	Refugiados sírios tentam recomeçar a vida em Belo Horizonte	09/09/2015	http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/09/refugiados-sirios-tentam-recomecar-vida-em-belo-horizonte.html
29	Refugiados sírios encontram esperança de vida nova em Belém	09/09/2015	http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/09/refugiados-sirios-encontram-esperanca-de-vida-nova-em-belem.html
30	Migrantes superam barreira policial na fronteira Hungria-Sérvia	09/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/migrantes-superam-barreira-policial-na-fronteira-hungria-servia.html
31	Sírios refugiados em igreja no Rio narram dramas e fugas da guerra	10/09/2015	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/sirios-refugiados-em-igreja-no-rio-narram-dramas-e-fugas-da-guerra.html
32	EUA vão financiar aulas de português para refugiados sírios em SP	10/09/2015	http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/eua-vaofinanciar-aulas-de-portugues-para-refugiados-sirios-em-sp.html
33	Sobrevivente acusa pai de Aylan Kurdi de ser o capitão do barco	11/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/sobrevivente-acusa-pai-de-aylan-kurdi-de-pilotar-barco-em-acidente.html

34	Milhares de europeus se manifestam a favor da acolhida de refugiados	12/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/milhares-de-ingleses-se-manifestam-favor-da-acolhida-de-refugiados.html
35	ONU destaca 'obrigação' de receber os refugiados	14/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/onu-pede-que-europa-amplie-canais-migratorios.html
36	Mais um barco com refugiados naufraga ao tentar chegar à Grécia	15/09/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/mais-um-barco-com-refugiados-naufraga-no-mar-egeu.html
37	Tem mais crianças morrendo sem ser fotografadas', diz refugiado sírio	20/09/2015	http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2015/09/tem-mais-criancas-morrendo-sem-ser-fotografadas-diz-refugiado-sirio.html
38	Shakira diz que crianças de refugiados não devem 'pagar o preço da guerra'	22/09/2015	http://g1.globo.com/musica/noticia/2015/09/shakira-diz-que-criancas-de-refugiados-nao-devem-pagar-o-preco-da-guerra.html
39	Peça publicitária na PB usa foto de menino sírio morto e causa polêmica	14/10/2015	http://g1.globo.com/pb/paraiaba/noticia/2015/10/peca-publicitaria-na-pb-usa-foto-de-menino-sirio-morto-e-causa-polemica.html
40	Acidente entre barco da polícia grega e bote de refugiados deixa mortos	15/10/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/choque-entre-barco-grego-e-bote-de-refugiados-deixa-desaparecidos.html
41	Pai de menino sírio morto em praia fala a brasileiro sobre tragédia familiar	01/11/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/pai-de-menino-sirio-morto-em-praia-fala-brasileiro-sobre-tragedia-familiar.html
42	Presépio em igreja de Madri tem menino Alan no lugar de Jesus	16/12/2015	http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/presepio-em

			<u>-igreja-de-madri-tem-menino-aylan-no-lugar-de-jesus.html</u>
43	Contos de fadas 'às avessas' narram fuga de crianças da guerra da Síria	11/04/2016	<u>http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/contos-de-fadas-avessas-narram-fuga-de-criancas-da-guerra-da-siria.html</u>
44	Crianças refugiadas: a vida após a travessia	02/09/2016	<u>http://especiais.g1.globo.com/mundo/2016/criancas-refugiadas-a-vida-apos-a-travessia/</u>
45	Fotógrafo resgata criança em explosão de ônibus que matou 126 na Síria	17/04/2017	<u>https://g1.globo.com/mundo/noticia/fotografo-resgata-crianca-em-explosao-de-onibus-que-matou-126-na-siria.ghtml</u>

APÊNDICE C - Entrevista com Ahmad M. Ibrahim, diretor do escritório da Al Jazeera Arabic em Londres

A entrevista foi concedida ao autor deste estudo no dia 5 de dezembro de 2018, no escritório da Al Jazeera Media Network em Londres, Inglaterra.

Início da gravação. Ibrahim discorre sobre a cobertura feita pela Al Jazeera da Guerra Civil da Síria.

Ahmad Ibrahim: ...as I was saying, it was a big challenge for any journalistic establishment like Al Jazeera, like other news organizations around the world which are worldwide, 24 hours, to cover the Syrian conflict in the beginning, because we didn't have people that we trusted on the ground, journalists, and the ones that the government allowed or allows usually are either restricted in the coverage or are allies of the regime. So we wanted to show what was going on without relying on either the mouthpieces of the regime, or send our journalists into areas in which there was constraint.

Even that second option was not available to us because we were never offered to go to the regime areas, even under the control of the regime and under the conditions that they would have subjected our journalists. We were never offered that opportunity. So what we did was to find potential journalists, people who studied journalism, practiced it but were not part of the regime – so they were independent –, people who had the ability and wanted and showed some skills, usually as citizen journalists, to begin with. So we went and trained them, sometimes remotely, sometimes face-to-face, over a period of months, in order for them to start reporting, doing the lives, other things, also to do reports. And for a long period, we assigned a seasoned journalist to also be in contact with them all the time. They would discuss the story, how it's made, where they can be...

Jorge Salhani: So it means they were based at a specific newsroom?

Ibrahim: The people like myself who were looking after them were either in Doha or Southern Turkey, and the journalists would be inside Syria itself. So they would send reports and we would check them, and we told them how to do the checking, how to write, how to write in a neutral way, the stories that are newsworthy, how to report on breaking news, a variety of issues that needed to be done. So what we achieved is the biggest coverage of any news organization in the world, I'm talking about the 24 hour international news. We had, as I said, in between 2013 and 2015, about 30 people in that team – 20 inside Syria, divided in different areas, and that includes journalists, sometimes cameramen, occasionally there would be fixers or producers as well, sometimes in some of the most difficult areas inside Syria. So that's the basic outline of what we were doing. Also what we have done was establishing more local offices inside Syria that had equipment, that had satellite connections, that were safe for people to be in. So we would occasionally in some occasions also send journalists and

reporters into Syria, from different parts of the world. So there were people going in from those countries into Syria to also report on the war, a variety of ways. We also, for the sake of balance – not balance but more in showing the both sides – we strove to show what the regime was saying, so we put also the side of the regime – if we didn't have our pictures we would show the official television and also report from the official agency –, so people will try as much to have both sides of most stories – because not all of them were available in terms of the commentary of the regime, was not available on everything. We did human stories, the people who were suffering under the circumstances, and those included the families [...] because the displaced people, I mean now half of the country is composed of displaced persons, so being displaced whether it's inside Syria or outside was a big issue. Of course, there are millions who are outside Syria but internally displaced people is a huge minority as well. So we kept [...] still going on, probably less now because the area in which the journalists would operate has shrank a lot. When ISIS took control of some areas we couldn't work there so we had to pull out, when the government forces took certain cities we couldn't operate there, so at one point, we were in more or less every area of Syria, including the outskirts of Damascus, Homs, Aleppo, Idlib, Rakka and Deir Zor, and now we are mainly in the Northern parts of Aleppo and Idlib only. In certain points we were all over. So our movement depended on the ability to operate freely and securely, safely – that was the big concern as well.

Salhani: That was actually going to be one of my questions. Ever since Al Jazeera was founded, it has the slogan “the opinion and the other opinion”. I wondered, what is the way to guarantee this “other opinion” is going to be on news stories? How can you ensure that?

Ibrahim: We'll work on that, I'll answer it in two points. There are issues we feel, especially humanitarian, or very clear cut issues that whilst they do require the other side, both sides are not equal. So we allow both sides, but this is not a “oh, this is what happened but according to the other person it didn't happen”. This is not a service to the viewer who need to know the truth. So he relies on the trusted journalist on the ground to give him a balanced view of what actually happened. So when you get a tragedy of some sort, when a large number of people are killed and they are filmed, and recorded, and the whole thing is investigated, and we can say that this is what happened, we don't shy away from saying this is what happened.

Salhani: Even though there might be some critiques?

Ibrahim: Yes. You have planes, the other side doesn't have planes. You have barrel bombing, the other side doesn't have barrel bombing. In terms of the coverage, there are people who are being bombed, more or less continuously for the last seven years. Do we believe that – the government will say and will report it. They say there were hitting, army or installations or terrorists, as they call it. But when we go and check that, most of the people who were killed were civilians, then we say this is what we see. We had a lot of criticism about the coverage, but I would like to see a single report where the pictures were wrong, for example, that hasn't

happened. A lot of other stations fell into this issue of quickly trusting a side. I have yet to see one incident where we made a bigger issue than what it should have been. If we had journalists on the ground and he goes there, I am yet to see a point where they were discredited because there was wrong information. Secondly, probably the nearest to what happened in Syria is what happened in Spain in the Civil War. It was atrocious, it was very bloody and however much we describe it, some of the atrocities are extremely difficult for the civilized mind to comprehend. And therefore people might be startled at what they are hearing or what they are seeing. But that's the nature of such wars – the nature of them is very bloody. And probably similar to the Civil War, where you had a very organized army, led by a general with planes, and you had a disorganized units, probably at some point they were organized, but they were mostly not as organized as the army was or general Franco. And the atrocities that were committed against those people were far more than what they could achieve on the other side. So similarly we had that, and whilst every side of every war has its two sides, one side fucking the other side, but at the same time there is no way that a lot of these conflicts, they cannot be talked about, portrayed as two equal sides, and we knew that they were not equal. There is a regime, a totalitarian regime, that is renowned for human rights abuses for the last 40 years, has no qualms about killing civilians, and there are people who rose against it – morally and in every other way they cannot be, same, cannot be equal. This is a victim, and there is the torturer, and the prison warden, and these are the prisoners, they cannot be the same. Their ability to inflict isn't the same.

Salhani: We can agree than that Al Jazeera changed the landscape of Arab media since they used to be government propaganda-oriented specially, so people didn't really have information about what was really going on?

Ibrahim: Yes, when we came around in 1996 it was something new, obviously. Since the independence of most Arab countries around the mid 40s or some in the early 60s, most of the Arab countries were totalitarian regimes, similar to some of the African, some of the Asian countries, similar to Spain in the 60s or Portugal in that period, similar to Brazil also in the 60s. So you have general Pinochet more or less in every Arab country, and the media, what it had to do, is what it did for Hitler and such leaders; it was propaganda, it was censorship, it wasn't muse it was just what the autocrat, what the leader did and wanted you to see. So really there was hard anything called journalism, only in some pockets of free press that were sometimes outside of the Arab world (Paris, London), and sometimes small pockets inside some Arab countries that enjoyed a more freedom than the others, for example Lebanon in the 70s.

Salhani: But it didn't reach the general public.

Ibrahim: It didn't reach because it was mainly written, some were radio stations. So, in the Arab world, the main, the trusted channel was the radio, and it was the BBC in Arabic, broadcast from London. There was another radio called Montecarlo, from France, and that

was it. The 22 Arab countries had their own local news stations. Even though the new stations, the satellite stations started in the 90s were [owned] mainly by the rich countries, like Saudi Arabia had the biggest group, and was also partially propaganda at nature. It was mainly the [...] but it had also news that seem new, because they had graphics, and they had all the equipment, but the news were more or less the same; just said in a better way, in a more colorful way. Then came Al Jazeera who wanted to do something different, was not afraid to do changes.

Salhani: Based on the experiences of BBC and other transnational media outlets?

Ibrahim: Yes, there were people who were trained, the first group were veterans BBC journalists [...] from the outset it was supposed to be different. It was supposed to be true, supposed to be inquisitive, and critical.

Salhani: And the government, too, was more open to it, right?

Ibrahim: The government of Qatar was open to it at the time, very open to the idea, very open to the accommodation of this in the face of so much criticism from the other countries. It's not about just providing money, it's providing, again, the shelter factor. Are you going to not just shut it down, but are you going to protect those people to work and operate? Because, at that time, we're talking about the late 90s, no Arab country is prepared to accommodate this kind of thing. The fact that is was a rich nation with a new leadership, young leadership, helped a great deal. So had it been another country with similar vision, another Arab country, I think it would have also succeeded, because it was the thirst for such a thing that the government decided to take the opportunity and start it and continue. You can start something but you cannot continue. They started and continued in 22 years now. It started out with this ethos "the opinion and the other opinion", something which is alien to the discourse of Arab countries as a whole, and type of leadership that was there only saw one opinion and they expected these peoples to have the same opinion – as in the cases of Stalin in Russia, or Nazi Germany.

Salhani: Does it have anything to do when Al Jazeera say it is "an alternative voice" and it wants to "give voice to the people"? Are you opposing the mainstream voice by being alternative?

Ibrahim: Exactly. The voice of those who oppose governments and saw things differently whether they were liberals, leftists, Islamists, that voice you couldn't here anywhere, because they were seen to be anti-order, anti the regimes, and in a lot of ways they were – leftists wanted to change governments in certain countries [...] also wanted to change fundamentally, there were people who [were] in opposition probably most of their lives, and there were people that were carved from the media, that were not allowed to be heard. So Al Jazeera

gave an opportunity to be heard. There is other views, and that other view can be heard. And there was more than one opinion.

It's not just the governments who allow this phenomenon. There were also people from within who also believed that truth is on their side, and cannot be treated as just another opinion. So the resistance to Al Jazeera was not just from governments, there was also ideologically driven individuals and groups who didn't want their ideas to be tested and challenged, and therefore also they saw a problem with Al Jazeera. At the end, I think Al Jazeera succeeded in a lot of ways, in just shaking – and it was needed – the dormant Arab situation at the time, where it's like the situation now and the situation before – before and after Al Jazeera is like having the world without internet and then having the world with internet. The internet didn't bring anything new, it just shook what is there, in a variety of ways. And similarly this is what it is. The third group of people who sometimes oppose Al Jazeera – we talked about the ideological parties or individuals; the governments – are people who thought that they didn't want to see the problems. There are groups that regard society as a family. And in every family there is a problem, a problem child. There's somebody who are an uncle you are ashamed of, a distant cousin or whatever, a relative who didn't do so well. So you don't talk about it, you hide it in the background. And some said “why are you focusing or putting a spotlight on our problems? There are a lot of good things around”. At the end, a good station is just a good mirror into your own situation. We did focus on those problematic areas, because we needed for that to be solved. There is a mentality in probably every society, but mainly in more closed societies, like Arab societies, where those issues and some problems are better kept underground and away from the public eye. So everytime there was a problem with a country, it was seen as an insult to the country.

Salhani: And Al Jazeera was giving global projection to those problems.

Ibrahim: Exactly. So if we talked about an economic problem somewhere, poverty in a particular country, people would say “why are they talking about it?”. But the problem isn't our making, the problem is there. We just put a camera there. And I think it took a long while for people to see that it wasn't Al Jazeera who invented the issues, those issues were there. We just put a light. Now, just because you're not used to the light, it doesn't mean that the light is bad, or that the problem hasn't been there. But sometimes closed societies operate in a different way: the light to sometimes hide what they regard as something not to be proud of, away from the eyes of the world.

Salhani: So do you think that is what projected Al Jazeera globally, that is, putting the light on these problems?

Ibrahim: The political situation in the Arab world from independence onward has been terrible. Politically most of the Arab countries were under dictatorships, of various degrees of horrendousness. And therefore a lot of these new – they're not new, but for many people these are new concepts: open media, open society, open access... You're dealing with closed

societies, or closed countries – not society, I'm referring more to the political rather than the social – that because of their political makeup, they were closed. I'm talking about something similar to Stalin in Russia. And then there was openness. There were so many problems, so many catastrophes that were ignored or not talked about in the right manner, so we had to talk about them and show the Arab world what was going on in different places.

The other benefit I think is that before Al Jazeera a lot of the news were local. Even if they were big in one country, there was not interest to the other countries. So once we talked about all of the issues, good and bad, I think people [...] to know more about their own neighbors, neighboring countries.

Salhani: So did it create a sense of Arab community in a sense?

Ibrahim: Al Jazeera didn't create anything. It was just commenting and showing what was already there. And this is an issue as well. People are not so weak as to Al Jazeera to go and make things up. You have people in 20 countries, between Asia and Africa, who all speak the same language, so I can go from Iraq to Mauritania, all across and down, I understand the language of all of them. They were mostly, not totally, but mostly ruled in a similar way, the speak the same language, have the same problems, and they are ruled in a similar way. So there was already a semblance, there was already similarities between all of them before Al Jazeera and after Al Jazeera. So they were there. The good things and the bad things were there. The good things meaning the togetherness, the unity of language, for example, similar background, similar heritage, similar history. So it was there. People overestimate the power of the media. Most of the problems are there before and after. It was just that there was nobody to show or talk about it. So it didn't create a sense, the sense was there already; we didn't create problems, the problems were there; the good things were there. Nobody talked about it in that way before.

Similar to the coverage in Syria, there were the issues, we didn't exaggerate, and we didn't underestimate. We just showed what we saw with our own cameras. And cameras and pictures don't lie. The commentary that we accompanied those pictures were also very restrained, we had to verify everything. It wasn't propagandist at all. The verification process was very tough. The pictures had to be there, you had to know the people you're dealing with, you had to not rely on just random people to tell you the news, you had to go there; that's why some people lost their lives. Because they had to go to front, and had to see things for themselves and not just write anything.

Salhani: How are Al Jazeera Arabic and Al Jazeera English connected? Are they really independent – because in the beginning both were funded by the government of Qatar?

Ibrahim: They still are, they are both funded, but they have two separate operations. The logic behind that is that the audience are also separate. They're separate languages as well. There were ideas about working together.

Salhani: Do they exchange some information, such as sources, news translations...?

Ibrahim: They would translate, for example, some of the reports that we have, we can translate some of theirs. They use our guests, we use their guests. The thing about the media is that everything is there, broadcast. So the people who want to judge us or who want to criticize or applaud... The thing is there. You can judge us on what we publish, and what we know, we publish. It's not like we're hiding something. Everything that we do is out there being published and broadcast.

There are two separate operations, as I said. The Arabic started in 1996, the English started in 2006. Separate operations, again, because audiences are different. The language is different. The setup is different – not in terms of editorial, but mainly the technical. They started in a higher given specification than Arabic. The Arabic was still dealing with things that we've done back in the 90s and the English started wanting to be step ahead, so technically, even. Later on they were operating in the same way. But that is some minor issue, to do with HD and not HD.

We had more offices that operated in a different system, and they had more journalists in the headquarters who were sent to certain areas. The Arabic had more bureaus around the world, they believed in the model of having correspondence who was there on the ground for a long period to become experts in that area. In Al Jazeera English the model was different. Editorially we were more or less the same, but technically, logistically there were differences. But what matters for us in the end of the day is the editorial side of the operation. Al Jazeera had – and it's just a wider market, there's really a wider market we're talking about Australia, India, Asia, all the way to the English-speaking peoples in the Arab world, Africa, all the way to Canada and the US, so it's a much larger and much more challenging operation.

Salhani: And both still have a connection with the government of Qatar, even financially? In the beginning the Arabic channel specially was struggling with advertising, since not many people wanted their image to be related to Al Jazeera.

Ibrahim: In the beginning we had advertising companies coming to Al Jazeera. When a certain country boycotted Qatar, they would ask their companies not to advertise at Al Jazeera. So the more countries that were not happy with Al Jazeera, the advertising would stop. But Al Jazeera model is not solely reliant on advertisements. If that was the case, we wouldn't be able to survive. And I think most of the 24 hour news stations around the world cannot survive without the help of either a businessman or a government, most of them. We're open about it. It's not something that is hidden. They pay, but they don't control. Of course for most people it's a delicate matter – how do you pay for something and not control it? For us it's quite simple: what any international station or an operation would see as news, this is news; and what doesn't constitute as news, isn't news. And if we operate with those principles, with international principles, I don't think there's is a room for disagreement. Is the Qatari government always happy with the coverage? No, I don't think it is. But if it starts to intervene, it will lose everything. News, and 24 hour news, is based in one thing: trust. Why

people trust you is because they believe in the truth. The moment they see that you're not telling the truth, they don't trust you. If they don't trust you, they won't watch you. If they don't watch you, you become irrelevant, you become nothing. So the country government also knows this. To have something which is admirable, you have to let it do its own thing. The moment you start controlling the editorial line, the moment you start making an adhere to a certain line, you will your viewership and you will lose everything. It's a no-brainer for the Qatari government. If it wants to have something good, it needs to leave it alone to operate on its own. And the benefits that Al Jazeera brings is for Qatar as well. For me, in my mind, and I listen to Qatari officials, it's very simple, I don't know why people find it difficult to comprehend. Those who find it difficult to comprehend come from a background of governments forcing stations and outlets to follow its line. But with us, you rely on trust; people trust you because they believe in you. If they stop, then what's the point in having television, if people don't believe in you?

Salhani: That's the editorial line that Al Jazeera has been built on, isn't it? If it's not followed, it is going to be disconnected to its main principles.

Ibrahim: There are other stations doing the government line, the propaganda, there are hundreds [of them]. We stand differently to them.

Salhani: One more general question on the journalism of Al Jazeera: what do you think – or in the vision of Al Jazeera – the social roles of journalism for society are?

Ibrahim: From a practical point of view, we'll talk about something that I have seen, and that is Syria. Syrian society, when it comes to news, it was serviced by the government's own stations, and the government's own newspapers. Internet was hard to come by in the early stages, and it was slowly making its headway inside the country, heavily [...]. That Al Jazeera openness and Al Jazeera's coverage, how it helps society, is that it makes the society more accommodating of other ideas. In some cases it made it more aware that either ideas exist. And, again, I'm talking about a close society, not even Spain in the 30s, because Spain in the 30s was much more open, if we compare it to Syria in the 80s. This was stalinist dictatorship and it was similar to the case in the Soviet Union. You had Pravda, the newspaper, and other newspapers who were just doing, not the national, but the actual party. So the newspapers were in the service of a group of people who concocted this so-called party, and that party rules. So, really, it was sy the service of the party who rules the country.

Once Al Jazeera was seen by most people, satellites, by the 2000s onward, everybody was watching Al Jazeera especially because the big events like the 2003 invasion of Iraq and 2001 bombing and attacks in New York and DC. It was seeing the world they were seeing other points of view, they were seeing criticism of their own government. Once you're eyes were more or less closed, because you don't have access to books that were counter the regime, that were anti-regime, you were not hearing ideas that could potentially be anti-regime; and now you have that in your own home. In every society, part of the openness

is the ability to get knowledge. And that knowledge, when it wasn't available in libraries, in books, it was available in Al Jazeera – and of course online, as well. But not everybody had online, not everybody is text-savvy, but everybody had television in their own homes.

Salhani: And the literacy rates were not as high in the beginning...

Ibrahim: Yes, and to view something is easier than to read, and then you had another smaller minority who are text-savvy so they can also access the internet. As I said, the biggest thing from what I saw, is that it opened up ideas – that is was okay to be 45:28, that it was okay to have another opinion. When you see Syrians, when they think of Al Jazeera – and that line, “the opinion and the other opinion” - is synonymous with Al Jazeera. Now it's just a normal four, five words, it's not so imaginative, but it is very powerful, because they never had the other opinion. We're talking about rain in a desert. Everybody wants the rain, but it's a desert, it hardly rains. And then suddenly it does rain. And there would be some kinds of fruits on the ground, some kind of vegetation. And people are happier. They opened up, and people for the first time saw liberals, they saw marxists, they saw leftists, they saw pro-government, and they saw islamists, they saw revolutionary, and everybody talked, it was a big talking-shop. And that was unheard of. People really have no idea (a lot of people, not everybody, of course), but a lot of people don't have [idea of] how closed certain societies were. And I'm talking, for example, Syria, Iraq (the large extent) and some other as well, as Libya. They were so close the idea were scary to the government of those countries, to have any new ideas, any new expressions.

Salhani: In these terms, you are saying that Al Jazeera worked as a tool for opposition in the countries where no opposition was allowed?

Ibrahim: No, not tools for opposition. They allowed some opposition figures to speak. There wasn't creation of... Again, it's counter productive. If I go and say, “this is the line that I want”, people are not stupid, they see what it is. I think in the Arab world, media wise, some people think that people are a flock, sheep, stupid, and some think they are intelligent. We believe that they are intelligent. So we'll tell them what's going on and then they make up their minds. Whether they want to like this person, or want to revolt. It's their issues, because we are not directly beneficiaries of what they do. The other station's mindset that was in those closed societies and dictatorial regimes is that people are flock, that there are flocks of so-called people but they operate more like blind masses who would listen to us and we can guide them, and we can shake them. And that was central to this thinking, specially of the marxist or very leninist – not leninist, stalinist – regimes in Arab world. The party controls the state, and controls the minds and life of people. Probably the similarities with Nazi Germany is uncanny, is unbelievable. The youth movement, then you raise to another, then you become member of the party. That was the case in Libya, in Syria, in Iraq, in Southern Yemen before 1986, 1987, in Somalia, this is how the society operated. Society operated within the political party that ruled. And the political party are the head, and the head knew what's best, and they

told everybody to behave in a certain way and to believe. And people thought this what's going to happen. Of course, thankfully, and predictably, this is not what people do.

Salhani: Peace Studies say that journalism may not create a sense of fear in society and may help society understand what's actually going on. So, do you think that, in the case of conflict coverage, journalism can really deconstruct the culture of violence and provide better understanding of the issues? Is it possible to create a culture of peace [through journalism]?

Ibrahim: For me, personally, I'm uncomfortable – this is personal, not speaking for Al Jazeera. Because the moment you start putting other elements beside reporting is the moment you start shaping the coverage. So if you say, “I want to see what Franco is doing, but I'm hoping to increase...” How are you going through the bombing of innocent people in Catalonia or in whatever? How are you, through that, going to create a conduit for peace? This is what's going on, what people make of it – and the enemies and normal human beings when they see on television and say, “we don't want that” – that's a reaction. We didn't put it inside television. I think when you're covering something, whether it is a documentary or news, when you're doing something on current affairs or something factual, you should be factual. The moment you start, “I want to do this because I want people to like Jorge; I want to do something on Spain and Portugal so that people would like Jorge, as a result. But Jorge is a nice guy, he's educated, he's intelligent and he's going to be a scholar in his field. So I'm going the right thing.” No. That becomes an agenda. For me, that's how I see it. You just cover the reality and be real. I'm all for that – I know sometimes it's harsh and some people don't like it because they want to have another agenda. For example, you say, “Don't talk about ethnicity of this person because people will start hating the ethnicity.” But there are things called realities. Is it real or not? People see you in Africa, you're white. If I say he's white, it's not a statement of the region, it's not a compliment either, it's just a fact. In some countries, and especially in emotional situations like wars, what happens is that the idea of fact is never just a naked fact. It's always made to represent something else. I'm for “state the facts as they are, whether they hurt you or help you, you've got to state the facts. These people are Muslim, but they did something wrong, and part of the reasoning was Islam, you've got to say it. Those people did something because of their sect or nationality or something, Hutu and Tutsi, this is what it is”. The moment you start not wanting to cover things up and play for the social peace, you ignore some of the facts, and some of the realities, some of the truths, really. This is for me, I believe in the 100%. You've got to tell the truth. You're here not because you're Spanish, you're here because you're a researcher. So you being Spanish is irrelevant, really. In that case. In this case this is a side issue. So when I say, “I met Jorge,” why did I meet Jorge? I didn't meet him because he is Spanish or Brazilian or whatever, I met him because he wants to be a scholar in his field and he did, one, two or three. And that's the reality. But if I met you in a different surrounding, and I got to know you because we both spoke the same language, that becomes an element. Different environments, different countries, different, probably, religions, different understandings of the world, but we can still talk about this particular issue. So the reason why we are here is because of your interest. So I

can say I met Jorge in [...] but I want to make it more peaceful, more inclusive, so I say, “this was under the hospices of East, West, people coming together, beautiful funding of nations coming together.” No, it's not. That's not reality.

Salhani: And what is the importance of the sources? For example, in a lot of news, especially concerning the refugees crisis or during conflicts, people are not really interviewed. The interviewees are usually officials, institutions, the UN agencies... What is the importance of people being on the news to make them more real?

Ibrahim: It's not just real. We're talking about the refugee crisis. There are two sides to it. There's a human side. When you're talking about refugees, you have got to see refugees. You don't talk to the UNHCR only – this have to do with the figures and what to do about it –, that's the second point. I'll leave you an example: there's is a tragedy somewhere, an earthquake. Who do you go for first? You want to see what happened to the people who were affected by the earthquake, so you talk to the people. Next one down, [after] you saw the patient, now you talk to the doctor. You don't go to the doctor first before the patient. So this is how we operate. You go to the affected first, because that's 90% of the issue, and to see what can be done about it, you talk to doctor, to the government agency or to whoever is in charge to alleviate the suffering of those people. But those people are the main issue.

Again, I work for Arabic, not for English for that coverage [Syria's Civil War]. We went inside more, they went inside less. I think our market demanded more, because they were Arabs. Their market is not as demanding. And also their coverage spans – they need to be interested in Australia all the way to America, wouldn't just fit in the Middle East, which is only four hundred million.

Salhani: Therefore, the Arabic coverage is more in-depth?

Ibrahim: It was more in-depth, in quality and quantity. We had to do more on a daily basis. At the same time we needed more programs. Their recipients – they're talking to Portuguese people, to Argentinians, so they needed to have stories from all over the world in order to honor the title of international news agency. With international in that we broadcast from there to the whole world, but our main area, the geographical area, it has 350 million people.